IMPRENSA OFICIAL

PODER EXECUTIVO

Prefeitura de Jundiaí

04 DE JULHO DE 2025

EDIÇÃO 5657

SUMÁRIO

PODER EXECUTIVO

Administração..... 03 e 04
Decretos..... 04 e 05
Leis..... 05 a 50
Portarias..... 51
Gestão de Pessoas..... 51 a 54
Casa Civil..... 55 e 56
Governo e Finanças..... 56
Iprejun..... 57 a 61
Dae..... 61 e 62
Promoção da Saúde..... 62
Faculdade de Medicina de Jundiaí..... 63 e 64
Infraestrutura e Serviços Públicos..... 64
Cultura..... 64 a 67
Fumas..... 67 e 68

INEDITORIAL

Ineditorial..... 68

PODER LEGISLATIVO

Poder Legislativo..... 68 a 164

Prefeitura
de Jundiaí

OUTROS DETALHES ACERCA DOS PROCEDIMENTOS DE COMPRAS, CUJO RESUMO DO ATO ESTÁ SENDO PUBLICADO NESTA EDIÇÃO NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE, ESTÃO NO SITE www.jundiai.sp.gov.br – LINK "COMPRA ABERTA" (NO CASO DE COMPRAS ELETRÔNICAS) OU NOS RESPECTIVOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 098/2025

OBJETO: Fornecimento de apoio para os punhos ergonômico e outros, sob o Sistema de Registro de Preços.

ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL: exclusivamente pelo Sistema Compra Aberta: https://compraaberta.jundiai.sp.gov.br – "Licitações/Compra Aberta – Acesso ao Sistema – Pregão Eletrônico – Consultar Pregão Eletrônico", até às 09:30 horas do dia 18 de julho de 2025.

Pregoeiro (a) responsável: FABIO TAICHI NAKAJIMA DO PRADO.

DISPONIBILIDADE DO EDITAL NA ÍNTEGRA: www.jundiai.sp.gov.br (entrar no link "Licitações/Compra Aberta" – Consulta de Licitações – Pregão Eletrônico – Consultar Pregão Eletrônico - Editais/Anexos) - grátis, ou no Paço Municipal "Nova Jundiaí", Departamento de Compras Governamentais – 4º andar, de 2ª a 6ª feira, das 09:00 às 18:00 horas, mediante o pagamento de R$ 10,00 (dez reais) ABERTURA DA PROPOSTA COMERCIAL: logo após o término do seu encaminhamento SESSÃO DE LANCES: o início da sessão de lances dar-se-á logo após a abertura e classificação ou não das propostas.

FELIPE AUGUSTO DE ALMEIDA SOUZA
Diretor do Departamento de Compras Governamentais

ATO DE AUTORIZAÇÃO DE LICITAÇÃO INEXIGÍVEL

Processo SEI nº 23409/2025
Inexigibilidade de Licitação nº 047/2025
I - Objeto: Contratação de intervenção artística, cujo órgão gestor é a Unidade de Gestão de Cultura.
II - Fundamento Legal: Art. 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21
III - Contratada: SIMONE REGINA DA COSTA - CNPJ: 54.887.105/0001-33.
IV - Valor Global: R$1.500,00 (um mil e quinhentos reais)
V - Prazo de Entrega: 11 de julho de 2025.
VI - Justificativa: A presente contratação artística justifica-se pela natureza singular, exclusiva e peculiar da proposta apresentada. Tal singularidade é evidenciada pelo material profissional disponibilizado no Cadastro Municipal de Artistas, do qual o artista contratado faz parte.
A proposta oferecerá ao público uma experiência única, alinhada à essência das ações culturais e artísticas, valorizando a diversidade e a inovação no campo da arte.
Ressaltamos que o artista atende plenamente aos requisitos de habilitação e qualificação exigidos.
O valor da contratação está compatível com os preços praticados no mercado, conforme pesquisa e referências disponíveis.
A impossibilidade da utilização do Sistema Compra Aberta ocorre devido ao mesmo não possuir meios de mensurar a qualidade da atividade artística e a adequação dela ao perfil da ação a que se destina a contratação. Sendo assim, a curadoria é feita com base no histórico de apresentações no Município, através de artistas que estão inscritos no Cadastro Municipal de Artistas.
A DR Dança Cursos, Produções e Eventos Artísticos realizou diversas ações em nosso Município e fora dele. Este histórico de serviço já prestado, a conforme, aliado com seus materiais profissionais disponibilizado através da sua inscrição no Cadastro Municipal de Artistas, atesta seu notório saber que é exclusivo, único e com qualidade.
Ainda destacamos que o valor da contratação, para esta natureza de artista e serviço prestado, está compatível com o histórico praticado por esta Unidade de Gestão.

Bruno Ienne de Oliveira
Diretor do Departamento de Cultura em substituição

UGC/GG
Ratifico a justificativa apresentada pelo Diretor do Departamento de Cultura, acima, adjudico e homologo este procedimento de inexigibilidade de licitação e autorizo a despesa e a emissão do empenho à SIMONE REGINA DA COSTA - CNPJ: 54.887.105/0001-33 para o serviço de intervenção artística da DR Dança Cursos, Produções e Eventos Artísticos no valor de R$1.500,00.
Publique-se o respectivo Ato.

Clarina Ana Fasanaro
Gestora da Unidade de Cultura

ATO DE AUTORIZAÇÃO DE LICITAÇÃO INEXIGÍVEL

Processo SEI nº 22570/2025
Inexigibilidade de Licitação nº 048/2025
I - Objeto: Contratação de serviço de jurado, cujo Órgão gestor é a Unidade de Gestão de Cultura.
II - Fundamento Legal: Art. 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.
III - Contratada: ARLEKINO PRODUÇÃO CULTURAL LTDA - CNPJ: 23.021.228/0001-63.
IV - Valor Global: R$ 2.000,00 (dois mil reais).
V - Prazo de Entrega: 07 de julho de 2025.
VI - Justificativa: A contratação da jurada Ana Karina Barbieri para o 9º Festival de Teatro de Jundiaí – FESTEJU 2025 justifica-se pela necessidade de garantir a lisura, imparcialidade e qualidade técnica no processo de seleção e premiação dos espetáculos participantes. Trata-se de um evento cultural de grande relevância para o município, que visa valorizar e incentivar artistas, fomentar a produção teatral independente e promover o acesso à cultura através do teatro.
A função da jurada será analisar criteriosamente os espetáculos inscritos, com base nos critérios estabelecidos pelo EDITAL Nº 05/2025 - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2025, sendo eles: criatividade e originalidade, qualidade artística e técnica e coerência e clareza da proposta. A seleção de profissionais especializados, com experiência comprovada na cena teatral, crítica ou curadoria é essencial para assegurar que o julgamento ocorra de forma técnica, transparente e com legitimidade cultural.
Dessa forma, a contratação se dá por notória especialização, conforme previsto na legislação vigente, sendo imprescindível para o êxito do 9º Festival de Teatro de Jundiaí – FESTEJU 2025.
Ainda destacamos que o valor da contratação, para esta natureza de artista e serviço prestado, está compatível com o histórico praticado por esta Unidade de Gestão.

Bruno Ienne de Oliveira
Diretor do Departamento de Cultura em substituição

ADMINISTRAÇÃO

UGC/GG
Ratifico a justificativa apresentada pelo Diretor do Departamento de Cultura, acima, adjudico e homologo este procedimento de contratação direta e autorizo a despesa e a emissão do empenho à ARLEKINO PRODUÇÃO CULTURAL LTDA - CNPJ: 23.021.228/0001-63 para o serviço de jurada no valor de R$2.000,00.
Publique-se o respectivo Ato.

Clarina Ana Fasanaro
Gestora da Unidade de Cultura

ATO DE AUTORIZAÇÃO DE LICITAÇÃO INEXIGÍVEL

Processo SEI nº 22582/2025
Inexigibilidade de Licitação nº 049/2025
I - Objeto: Contratação de serviço de jurado, cujo Órgão gestor é a Unidade de Gestão de Cultura.
II - Fundamento Legal: Art. 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.
III - Contratada: MATULA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA - CNPJ: 15.584.257/0001-05.
IV - Valor Global: R$ 2.000,00 (dois mil reais).
V - Prazo de Entrega: 07 de julho de 2025.
VI - Justificativa: A contratação da jurada Maria Alice Possani para o 9º Festival de Teatro de Jundiaí – FESTEJU 2025 justifica-se pela necessidade de garantir a lisura, imparcialidade e qualidade técnica no processo de seleção e premiação dos espetáculos participantes. Trata-se de um evento cultural de grande relevância para o município, que visa valorizar e incentivar artistas, fomentar a produção teatral independente e promover o acesso à cultura através do teatro.
A função da jurada será analisar criteriosamente os espetáculos inscritos, com base nos critérios estabelecidos pelo EDITAL Nº 05/2025 - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2025, sendo eles: criatividade e originalidade, qualidade artística e técnica, coerência e clareza da proposta. A seleção de profissionais especializados, com experiência comprovada na cena teatral, crítica ou curadoria é essencial para assegurar que o julgamento ocorra de forma técnica, transparente e com legitimidade cultural.
Dessa forma, a contratação se dá por notória especialização, conforme previsto na legislação vigente, sendo imprescindível para o êxito do 9º Festival de Teatro de Jundiaí – FESTEJU 2025.
Ainda destacamos que o valor da contratação, para esta natureza de artista e serviço prestado, está compatível com o histórico praticado por esta Unidade de Gestão.

Bruno Ienne de Oliveira
Diretor do Departamento de Cultura em substituição

UGC/GG
Ratifico a justificativa apresentada pelo Diretor do Departamento de Cultura, acima, adjudico e homologo este procedimento de contratação direta e autorizo a despesa e a emissão do empenho à MATULA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA - CNPJ: 15.584.257/0001-05 para o serviço de jurada no valor de R$2.000,00.
Publique-se o respectivo Ato.

Clarina Ana Fasanaro
Gestora da Unidade de Cultura

DECRETOS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

DECRETO Nº.35.221, DE 03 DE JULHO DE 2025.

GUSTAVO MARTINELLI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAI, ESTADO DE SÃO PAULO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS ESPECIALMENTE AS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI Nº 10292, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2024, ART. 4º, § 3º.

CONSIDERANDO NECESSIDADE DE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERAVIT FINANCEIRO, PARA COBERTURA DE DESPESAS COM O CONTRATO 74/2023 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAIS RESPONSÁVEIS PELO PREPARO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL, SC: 806.997. PROCESSO SEI PMJ.0005916/2023. REF. SOLICITAÇÃO 558 - UNIDADE DE GESTÃO DE EDUCAÇÃO
PEDIDO REQUISIÇÃO
REMANEJAMENTO

D E C R E T A:

ART. 1º - FICA ABERTO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO, UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 122.579,45 (CENTO E VINTE E DOIS MIL QUINHENTOS E SETENTA E NOVE REAIS E QUARENTA E CINCO CENTAVOS) NA(S) DOTAÇÃO(ÕES):

13.01.12.306.0191.2772	NUTRIÇÃO ESCOLAR	
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
6108	QUOTA DO SALARIO EDUCACAO	
	R$	122.579,45
	TOTAL....R$	122.579,45

ART. 2º - A COBERTURA DO CRÉDITO DE QUE TRATA O ART. 1º FAR-SE-Á COM O(S) SEGUINTE(S) RECURSO(S):

I - RECURSO INDICADO NO ART. 43, § 1.º, INCISO I DA LEI FEDERAL N. 4.320/64.

ART. 3º - ESTE DECRETO ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO.

GUSTAVO MARTINELLI
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO BENASSI
GESTOR DA UNIDADE DE GOVERNO E FINANÇAS

PUBLICADO E REGISTRADO NA UNIDADE DE GESTÃO DA CASA CIVIL DA PREFEITURA DO MUNICIPIO DE JUNDIAI, AO(S) TRÊS DIA(S) DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

FABIO NADAL PEDRO
GESTOR DA UNIDADE DA CASA CIVIL

DECRETOS

DECRETO Nº 35.224, DE 04 DE JULHO DE 2025

GUSTAVO MARTINELLI, Prefeito do Município de Jundiaí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e face ao que consta do Processo Eletrônico SEI nº PMJ.0023989/2025, ----------

D E C R E T A:

Art. 1º A Tarifa de Remuneração - TR do serviço de transporte coletivo público, em atendimento ao disposto nos arts. 23 e 24 do Decreto nº 34.736, de 27 de dezembro de 2024, considerada para cálculo da Receita Mensal de Remuneração - RMR, fica fixada no valor de R$ 7,76 (sete reais e setenta e seis centavos), já observado o desconto concedido na vigência da contratação.

Art. 2º A Tarifa Pública do serviço de transporte coletivo, a ser paga pelos usuários do Sistema de Transporte Coletivo Público e considerada para cálculo da Receita Mensal Tarifária - RMT, fica assim fixada, a partir de 06 de julho de 2025:

I - tarifa em dinheiro, por meio de cartão de crédito ou débito, para acesso ao Terminal, ou com utilização do Cartão Bilhete Único - Vale Transporte: R$ 6,15 (seis reais e quinze centavos);

II - Cartão Bilhete Único - Comum: R$ 5,60 (cinco reais e sessenta centavos);

III - Cartão Bilhete Único - Escolar: R$ 2,80 (dois reais e oitenta centavos).

§ 1º O valor da Tarifa Pública no primeiro e no terceiro domingo de cada mês, denominada de Tarifa Social, será de R$ 1,00 (um real) em todas as linhas do Sistema de Transporte Coletivo Público, para todos os tipos de pagamentos, exceto na modalidade Cartão Bilhete Único - Vale Transporte.

§ 2º Nos domingos em que for aplicada a Tarifa Social ficam mantidas as gratuidades estabelecidas na legislação vigente, bem como as regras de utilização do Bilhete Único, estabelecidas na Lei Municipal nº 8.256, de 16 de julho de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 06 de julho de 2025.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 32.359, de 05 de janeiro de 2023.

GUSTAVO MARTINELLI
Prefeito Municipal

JOSÉ CARLOS SACRAMONE
Gestor da Unidade de Mobilidade e Transporte

Registrado na Unidade de Gestão da Casa Civil do Município de Jundiaí, aos quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, e publicado na Imprensa Oficial do Município.

FABIO NADAL PEDRO
Gestor da Unidade da Casa Civil

LEIS

LEI N.º 10.356, DE 1º DE JULHO DE 2025

Institui e inclui no Calendário Municipal de Eventos o **"DIA DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A SÍNDROME DE ANGELMAN" (15 de fevereiro).**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ**, Estado de São Paulo, de acordo com o que decretou a Câmara Municipal em Sessão Ordinária realizada no dia 10 de junho de 2025, **PROMULGA** a seguinte Lei:-

Art. 1º. É instituído e incluído no Calendário Municipal de Eventos, criado pelaLei n°. 2.376, de 21 de novembro de 1979, o **"DIA DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A SÍNDROME DE ANGELMAN"**, a realizar-se anualmente em 15 de fevereiro.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MARTINELLI
Prefeito Municipal

Registrada na Unidade de Gestão da Casa Civil do Município de Jundiaí, ao primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, e publicada na Imprensa Oficial do Município.

FÁBIO NADAL PEDRO
Gestor da Unidade da Casa Civil

LEI N.º 10.357, DE 02 DE JULHO DE 2025

Autoriza o Município de Jundiaí a adesão ao Consórcio Intermunicipal de Saúde na Região Metropolitana de Campinas – Norte (Cismetro), para realização de ações conjuntas e serviços em saúde pública, na forma prevista no art. 122 da Lei Orgânica de Jundiaí.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ**, Estado de São Paulo, de acordo com o que decretou a Câmara Municipal em Sessão Ordinária realizada no dia 1º de julho de 2025, **PROMULGA** a seguinte Lei:-

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, da sua respectiva regulamentação pelo Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, e do art. 122 da Lei Orgânica, a praticar os atos necessários à adesão do Município de Jundiaí ao Consórcio Intermunicipal de Saúde na Região Metropolitana de Campinas – Norte (Cismetro), pessoa jurídica de direito privado com natureza de associação sem fins lucrativos e de caráter assistencial, originalmente instituído pelos Municípios de Artur Nogueira, Cosmópolis, e Holambra.

Parágrafo único. A adesão ao Cismetro tem por finalidade o planejamento, a adoção e a execução de projetos e ações conjuntas para assegurar à população assistência universal, integral e equitativa em serviços públicos de saúde nos níveis de atenção básica média e alta complexidade.

Art. 2º O Estatuto Social consolidado do Cismetro, constante do Anexo, passa a fazer parte integrante desta Lei e regerá a vinculação do Município de Jundiaí ao consórcio público.

Parágrafo único. A ratificação da adesão do Município de Jundiaí ao Cismetro observará o disposto no parágrafo primeiro da cláusula primeira do Estatuto Social a que se refere o caput deste artigo.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar, na forma do inciso I do art. 41 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, destinado ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei Federal nº 11.107, de 2005, ficando a política pública adotada inserida no PPA – Plano Plurianual do Município e na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2025.

Art. 4º A presente autorização de adesão somente poderá ser revogada por lei específica.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MARTINELLI
Prefeito Municipal

Registrada na Unidade de Gestão da Casa Civil do Município de Jundiaí, aos dois dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, e publicada na Imprensa Oficial do Município.

FÁBIO NADAL PEDRO
Gestor da Unidade da Casa Civil

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 01/41
Mogi Mirim SP

Ao Oficial de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Mogi Mirim-SP.

Venho através deste, requerer o registro da Ata de Assembleia Geral Ordinária do dia **14/12/2023** do Consórcio Intermunicipal de Saúde na Região Metropolitana de Campinas – Norte – CISMETRO, Ata folhas 1,2 e 3, Edital folha 1, Lista de Presença folhas 1 e 2,Contrato de Rateio 11 e Estatuto com 22 páginas no total de 39 páginas/folhas.

Desde já, desejando votos de estima e consideração.

Agradeço.

Holambra, 12 de janeiro de 2024.

HOLAMBRA
Reconhecimento no verso

Prof. Marco Antônio de Oliveira
Representante Legal do CISMETRO
CNPJ: 19.947.645/0001-64

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra n.º 814 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 75139

Avenida das Tulipas, nº 638 - Jardim Holanda – Holambra-SP – CEP: 13827-042 Telefones: (19) 3802-2300 3802-2221 3802-5102
www.cismetro.com.br


Cartório de Holambra
Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas
do Município de Holambra da Comarca de Artur Nogueira/SP
Daniel de Araújo Corrêa - Oficial/Tabelião
Reconheço, por semelhança, a firma de: (1) MARCO ANTONIO DE
OLIVEIRA, em documento sem valor econômico. dou fé.
Holambra, 12 de janeiro de 2024.
Em Testº da verdade. Cód. [20229758163250000195357]
LIVIA MIKAELA VIEIRA DOS SANTOS - ESCREVENTE AUTORIZADO(td:1)
Total R$ 8,37
Colégio Notarial do Brasil
126003
FIRMA 1
S11269AA0077343
Holambra - SP
Lívia Mikaela Vieira dos Santos
Escrevente Autorizada

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 02/41
Mogi Mirim SP

Edital de Convocação de Conselho de Prefeitos

O Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS – NORTE – CISMETRO, Prof. Marco Antônio de Oliveira, Prefeito do Município de Morungaba, no uso de suas regulares atribuições previstas no *caput* da Cláusula Décima Terceira, do Estatuto do CISMETRO, convoca publicamente, os Prefeitos Municipais que compõem o **CONSELHO DE PREFEITOS DO CISMETRO**, para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia **14 de dezembro de 2023** (Quinta - Feira) **por VIDEO CONFERÊNCIA,** como segue:

1) ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA a realizar-se às 10h00min.

com acesso através do link:
https://meet.google.com/xqh-vhhe-wur

Pautas:

a) Apresentação e Deliberação do Plano de Trabalho e Previsão Orçamentária 2024 e Contrato de Rateio para o exercício de 2024;

b) Alteração Estatutária com a inclusão dos municípios, Itu e Pedreira e ratificação do Regulamento de R.H./2023.

Holambra, 11 de dezembro de 2023.

HOLAMBRA

Prof. Marco Antônio de Oliveira

Prefeito de Morungaba e Presidente do CISMETRO

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra nº 814 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 21397

Cartório de Holambra
Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas do Município de Holambra da Comarca de Artur Nogueira/SP
Daniel de Araújo Corrêa - Oficial/Tabelião
Rua [illegible] nº 286 - Centro - Holambra/SP - CEP: 13825-000
Fone: (19) 3802-4322 - cartorioholambra@hotmail.com

Reconheço, por semelhança, a firma de: (1) MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA, em documento sem valor econômico. dou fé.
Holambra, 12 de janeiro de 2024.
Em Test° _____ da verdade. Cód. [20240123163306000195335]
LIVIA MIKAELA VIEIRA DOS SANTOS - ESCREVENTE AUTORIZADA(Qtd:1)
Total R$ 8,37

Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas
126003 FIRMA 1
S11269AA0077344

Lívia Mikaela Vieira dos Santos
Escrevente Autorizada

Avenida das Tulipas nº 638 Jardim Holanda – Holambra-SP – CEP: 13825.000 Telefones: (19) 3802-2300 3802-2221 3802-5102
www.cismetro.com.br

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 03/04
Mogi Mirim SP

LISTA DE PRESENÇA

O Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS – NORTE – CISMETRO, Prof. Marco Antônio de Oliveira, Prefeito do Município de Morungaba, no uso de suas regulares atribuições previstas no *caput* da Cláusula Décima Terceira, do Estatuto do CISMETRO, convoca publicamente, os Prefeitos Municipais que compõem o Conselho de Prefeitos do CISMETRO, para a Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada, **por VIDEO CONFERÊNCIA**, no dia 14 de dezembro de 2023 às 10h00min com a seguinte ordem do dia:

Pauta:

a) Apresentação e Deliberação do Plano de Trabalho e Previsão Orçamentária 2024 e Contrato de Rateio para o exercício de 2024;
b) Alteração Estatutária com a inclusão dos municípios: **Itu, Atibaia e Pedreira.**

Link da Reunião:

https://meet.google.com./xgh-vhhe-wur

Holambra, 14 de dezembro de 2023.

HOLAMBRA

Prof. Marco Antônio de Oliveira
Prefeito de Morungaba e Presidente do CISMETRO

HOLAMBRA

Élcio Ferreira Trentin
Superintendente

Neusa Santos Ferreira Silva
Coordenadora Geral

Cartório de Holambra
Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas do Município de Holambra da Comarca de Artur Nogueira/SP
Reconheço, por semelhança, as firmas dos (1) MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA e (1) ELCIO FERREIRA TRENTIN, em documento sem valor econômico, dou fé.
Holambra, 12 de janeiro de 2024.
Em Testº _____ da verdade. Cód. 120345078143420001953S1
LIVIA MIKAELA VIEIRA DOS SANTOS - ESCREVENTE AUTORIZADA(Qtd:2)
Total R$ 14,78

Lívia Mikaela Vieira dos Santos
Escrevente Autorizada
Daniel de Araújo Corrêa - Oficial/Tabelião
Rua Irís, nº 592 - Centro - Holambra-SP - CEP: 13823-031
Fone: (19) 3802-4822 - cartoriodeholambra@hotmail.com

126003
FIRMA 2
S21269AA0022106

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Cunha Cintra n.º 814 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 23139

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 04/41
Mogi Mirim SP

Participantes da Assembleia dia 14/12/2023 as 10 horas

Fernando Henrique Capato - Prefeito de Holambra

Representante – Valmir Marcelo Iglecias - Diretor de Saúde

Lucas Sia – Prefeito de Artur Nogueira

Representante – Amarildo Boer – Secretário de Saúde

Antônio Claudio Felisbino Jr.- Prefeito de Cosmópolis

Representante – Marco Roberto Ferreira – Secretário de Saúde

Ednilson Cazellato - Prefeito de Paulínia

Representante – Alexandre Camargo Brandt – Secretário de Saúde

João Leandro Lolli – Prefeito de Santo A. de Posse

Representante – Jonas Marcelo Rosa – Secretário de Saúde

Edivaldo Antônio Brischi - Prefeito de Monte Mor - (Em processo de exclusão)

Márcio Gustavo Bernardo Reis - Prefeito de Jaguariúna

Representante - Maria Do Carmo de Oliveira Pelisão – Secretária de Saúde

Francisco Antônio Sardelli - Prefeito de Americana

Representante – Fábio Beretta Rossi – Secretário de Saúde

Rodolfo Wilson Rodrigues Braga - Prefeito de Várzea Paulista

Luiz Antônio Braz - Prefeito de Campo Limpo Paulista

Representante – Hannah Hebling

Estanislau Steck - Prefeito de Louveira

Thomás Antônio Capeletto de Oliveira - Prefeito de Itatiba

Representante – Renan Dias Irabi – Secretário de Saúde

Nilson Alcides Gaspar - Prefeito de Indaiatuba

Representante – Graziela Garcia

José Nazareno Zezé Gomes - Prefeito de Hortolândia

Denis Crupe – Secretário de Saúde

Matheus Marum de Campos - Prefeito de Salto de Pirapora

Representante – Sabrina V. Fogaça

Debora Prado - Prefeita de Jarinu

Fábio Vinicius Polidoro – Prefeito de Pedreira e

Representante – João Felipe da Silva Santos

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra n.º 814 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 25139

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 05/41
Mogi Mirim SP

ATA DE REUNIÃO DA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO CONSELHO DE PREFEITOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS - NORTE – CISMETRO

CNPJ Nº19.947.645/0001-64

Aos **quatorze dias do mês de dezembro de 2024,** às 10:00 horas, nas dependências da Sede Social do CISMETRO, situada a **Avenida das Tulipas, nº 638 - Jardim Holanda – Holambra - SP – CEP: 13827-042**, reuniu-se o Conselho de Prefeitos, por convocação ordinária, promovida por seu PRESIDENTE – Prof. Marco Antônio de Oliveira – Prefeito de Morungaba; que passou a presidir os trabalhos convidando para secretariá-lo a Sra. Neusa Santos Ferreira Silva, Coordenadora Geral do CISMETRO. Esta reunião, foi realizada através de vídeo conferência em virtude das definições solicitadas pelo Ministério da Saúde, no que tange aos cuidados para o enfrentamento à disseminação da Pandemia – CORONA VÍRUS – COVID 19. Dando início aos trabalhos o Sr. Superintendente, saudou à todos os presentes e solicitou à Secretária, que fizesse a leitura da pauta, o que foi feito, sendo tratados os seguinte assunto- **1) Apreciação e deliberação do Plano de Trabalho/Previsão Orçamentária de 2024 e o Contrato de Rateio exercício 2024. 2) Alteração estatutária para a inclusão dos Municípios de Itu, Atibaia e Pedreira e Ratificação das deliberações de RH 2023. 3) Apresentação da Proposta de Adesão ao Projeto de Criação da Federação dos Consórcios do Estado de São Paulo – FECAASP - FECAASP. – Federação dos Consórcios Administrativos e Autárquicos do Estado Paulo.** O Sr. Presidente Marco Antônio de Oliveira, cumprimentou à todos e agradeceu a participação, deu as boas-vindas ao Vice Presidente do Cismetro – Sr. Estanislau – Prefeito de Louveira, Prefeito Rodolfo de Várzea Paulista e ao Prefeito de Pedreira – Sr. Fábio Polidoro presentes nesta assembleia e aos demais representantes. Em seguida, passou a palavra ao Vice Presidente – Prefeito Estanislau e Prefeito Rodolfo, que fizeram as suas saudações. Concluindo a acolhida de todos, passou a palavra ao Superintendente, Dr. Élcio Ferreira Trentin, para condução das apresentações da pauta e este apresentou inicialmente os valores referente a previsão de custo das ações trabalhistas em andamento referente à cada município e que já constará de cada município no que foi orçado para o exercício de 2024. Em seguida foi esclarecido pela Contadora - Noêmia, a importância de atualizar as previsões e suplementações com eficiência. A Srta. Noemia - Contadora, esclarece que na necessidade de apresentar os valores referente ao Passivo Trabalhista, se faz necessário para atendimento às orientações do Tribunal de Contas. Este aporte será aplicado aos municípios que tiverem questões trabalhistas em andamento. Dr. Élcio esclareceu o item componente da **Cota Variável**, que trata sobre as

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra nº 817 Mogi Mirim SP
fls. 06

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 06/41
Mogi Mirim SP

despesas com encargos decorrentes de ações judiciais, **denominadas PASSIVO TRABALHISTA**, que deverão ser suportadas pelos consorciados tomadores dos serviços quando prestados diretamente nos municípios; e rateado entre todos os consorciados, quando decorrente dos serviços administrativos. Ficou estabelecido que para o exercício de 2024, **corresponderá a 3,0% (três por cento)** sobre o valor mensal da cota variável - colaboradores - CLT a ser provisionado em conta específica. Dando continuidade, foram apresentadas as propostas de trabalho e ações que serão executados em 2024 e que nos possibilitou a execução do Plano de Trabalho de 2024 e em seguida os valores orçados pelos municípios consorciados, somando o total de **R$ 293.021.335,96 (duzentos e noventa e três milhões, vinte e um mil, trezentos e trinta e cinco reais e noventa e seis centavos**). Em seguida, foi apresentado o valor previsto para **Cota Fixa** no valor mensal de **R$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos de reais)** para cada município; sendo que o **custo total mensal será de R$ 481.000,00 (quatrocentos e oitenta e um mil reais).** Após a explanação, foi proposto pela Secretária de Saúde de Jaguariúna, a apresentação da evolução histórica do CISMETRO para conhecimento de todos e os avanços, que justificam os custos de estrutura e suporte das ações do CISMETRO. **2) Alteração Estatutária com a inclusão dos Municípios de Itu, Atibaia e Pedreira e Ratificação das deliberações de RH/2023**. Apresentado nesta assembleia a conclusão do processo de adesão dos municípios de Atibaia, Pedreira e Itu, que iniciarão as atividades em janeiro de 2024. **3) Apresentação da Proposta de adesão ao projeto de criação da Federação dos Consórcios do Estado de São Paulo - FECAASP. – Federação dos Consórcios Administrativos e Autárquicos do Estado Paulo.** Em seguida o Sr. Presidente, solicitou ao Dr. Rafael Chaib, Assessor Jurídico a explanação referente à proposta de criação de uma federação dos consórcios administrativos e autárquicos do Estado de São Paulo e este esclareceu que o propósito deste projeto é atender às demandas decorrentes de AUDITORIAS do Tribunal de Contas, que são comuns aos consórcios, sejam estes de natureza pública ou privada. Será um instrumento para discussão global junto aos órgãos fiscalizadores e já apresentados aos consórcios de nosso estado. Para o desenvolvimento do projeto, faz-se necessário a aprovação de adesão do CISMETRO e assim dar continuidade à elaboração da proposta, tendo em vista que já houve adesão de vários consórcios do estado de São Paulo. Após os esclarecimentos dos questionamentos a todos os presentes, restou aprovada esta adesão à proposta de criação de **Federação dos Consórcios do Estado de São Paulo – FECAASP - FECAASP. – Federação dos Consórcios Administrativos e Autárquicos do Estado Paulo.** Para todas as informações prestadas, seguiram as demonstrações em relatórios anexos. O Sr. Superintendente deixou a palavra em aberto aos Prefeitos e representantes para

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra nº 814 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 21397

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 07/41
Mogi Mirim SP

as considerações, momento em que vários se manifestaram em agradecimento aos serviços prestados pelo CISMETRO. O Secretário de Artur Nogueira - Amarildo Boer, expõe que o serviço de Internação Psiquiátrica, atendeu prontamente a grande demanda do município. Também se manifestou a Secretária de Indaiatuba – Sra. Graziela, agradecendo a coparticipação do CISMETRO no desenvolvimento dos trabalhos e após o Sr. Dênis Crupe – Secretário de Saúde de Hortolândia, que enfatiza a importante redução da demanda reprimida de exames e cirurgias no município. Concluindo, foi dada a palavra ao Secretário de Saúde de Valinhos – Sr. João Gabriel, que apresenta a importância da parceria com o CISMETRO, que possibilitou a inauguração da Farmácia 24 horas no município, bem como a viabilização e realização das ações de Urgência e Emergência. Em seguida, foi solicitada a manifestação e votação dos assuntos desta pauta, sendo quem houve a aprovação por unanimidade. **Diante desta votação e aprovação do 1) Apresentação e Deliberação do Plano de Trabalho/Previsão Orçamentária para 2024 e do Contrato de Rateio – exercício 2024. 2) Alteração Estatutária com inclusão dos Municípios de Itu, Atibaia e Pedreira e ratificação das deliberações de RH/2023. 3) Apresentação da proposta de adesão ao projeto de criação da Federação dos Consórcios do Estado de São Paulo – FECAASP – Federação dos Consórcios Administrativos e Autárquicos do Estado Paulo.** Em seguida o Sr. Presidente – Prof. Marco Antônio de Oliveira, o Superintendente - Dr. Élcio Ferreira Trentin, Sra. Coordenadora Geral Neusa Santos Ferreira Silva, agradeceram a confiança e felicitaram à todos em nome de toda equipe. Nada mais havendo para ser tratado o Sr. Superintendente – Élcio Ferreira Trentin, deu por encerrada a reunião, e eu, Neusa Santos Ferreira Silva, lavrei e assinei a presente ata. Assinaram a lista de presença os presentes e participantes dos trabalhos desta reunião.

Reconhecimento no verso
HOLAMBRA

Prof. Marco Antônio de Oliveira
Presidente do CISMETRO

HOLAMBRA
Reconhecimento no verso

Dr. Élcio Ferreira Trentin
Superintendente do CISMETRO

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra nº 814 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 75139

Avenida das Tulipas, nº 638 - Jardim Holanda – Holambra - SP – CEP: 13827-042 - Telefones: (19) 3802-2300 3802-2221 3802-5102
www.cismetro.com.br


Cartório de Holambra
Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas
do Município de Holambra da Comarca de Artur Nogueira/SP
Daniel de Araújo Corrêa - Oficial/Tabelião
Reconheço, por semelhança, as firmas de: (1) MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA e (1) ELCIO FERREIRA TRENTIN, em documento sem valor econômico, dou fé.
Holambra, 12 de janeiro de 2024.
Em Testº da verdade. Cód. [20229327163552000195351
LÍVIA MIKAELA VIEIRA DOS SANTOS - ESCREVENTE AUTORIZADA(Qtd:2)
Lívia Mikaela Vieira dos Santos
Escrevente Autorizada
126003
FIRMA 2
S21269AA0022107
Holambra - SP

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 06/41
Mogi Mirim SP

CONTRATO DE RATEIO QUE ESTABELECEM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS – CISMETRO HOLAMBRA E OS MUNICIPIOS CONSORCIADOS PARA O CUSTEIO DAS AÇÕES ESTABELECIDAS NO PRESENTE TERMO PARA O EXERCÍCIO DE 2024.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS – CISMETRO HOLAMBRA, com sede administrativa no município de Holambra, estado de São Paulo, estabelecendo-se na Avenida das Tulipas, nº 638 Jardim Holanda - CEP 13.827-042, inscrito no CNPJ 19.947.645/0001-64, neste ato representado por seu **Superintendente** - Dr. Élcio Ferreira Trentin, brasileiro, casado, cirurgião dentista, especialista em Gestão de Serviços e Sistemas, Mestre em Saúde Coletiva, portador do RG 6.949.740 e do CPF 090.730.688-86, domiciliado no Condomínio Chácaras São Mateus, Caixa Postal 40 – Cosmópolis, CEP:13.150-970, doravante denominado simplesmente **CISMETRO HOLAMBRA** e; **Município de Artur Nogueira,** com sede na Rua Dez de Abril, 629, Centro com CNPJ 45.735.552/0001-86, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Lucas Sia Rissato, brasileiro, Advogado, solteiro, portador do RG 28.061.062-2 e do CPF 395.283.878-02, residente na Avenida Professora Magdalena Sanseverino Grosso, nº 1007, Jardim Resek – Artur Nogueira – CEP: 13.160-27, **Município da Estância Turística de Holambra**, com sede na Alameda Mauricio de Nassau, nº 444, Centro – Holambra com CNPJ nº 67.172.437/0001-83, representado pelo Sr. Prefeito Municipal, Fernando Henrique Capato, brasileiro, casado, Farmacêutico com RG 33.437.171-5 e CPF: 331.620.438-59, Residente a Rua Middelburg, nº 140 – Parque Residencial Nova Holanda – Holambra-SP CEP: 13825-000; **Município de Cosmópolis**, com sede na Rua Dr. Campos Sales, 398, Centro neste ato representado com CNPJ 44.730.331/001-52 por seu Prefeito Municipal Antônio Cláudio Felisbino Junior, brasileiro, casado, Advogado, portador do RG 28.757.849-5 e do CPF: 278.942.848-40 Residente na Rua 7 de setembro, nº 347 – Apto 44 - Centro – Cosmópolis-SP. – CEP: 13.150-013; **Município de Paulínia,** com sede na Avenida José Lozano Araújo, nº 1551, Parque Brasil 500, CEP: 13141-901 neste município, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 45.751.435/0001-06, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Ednilson Cazellato, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 20.449.360-2 e do CPF 149.876.688-90, Residente a Rua Angelo Varandas, 590 – Bairro Santa Terezinha - Paulínia – SP – CEP: 13140-802; **Município de Santo Antônio de Posse,** com sede na Praça Chafia Chaib Baracat, nº 361 Centro – Santo Antônio de Posse – CEP: 13830-000 neste município, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 52.770.039/0001-91, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. João Leandro Lolli, brasileiro, Amasiado, Empresário, portador do RG: 13.588.412-3 e CPF: 024.477.618-05, Residente na Rua Lucia Aparecida Gardinalli Lalla, nº 130 – Jardim Luciana -Santo Antônio de Posse - SP – CEP: 13830-015; **Município de Morungaba,** com sede na Avenida José Frare, nº 40 Centro – Morungaba – SP, com CNPJ nº 45.755.238/0001-65, neste ato representado por seu Prefeito Marco Antônio de Oliveira, casado,

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra, 614 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 7139

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 09/41
Mogi Mirim SP

professor, portador do RG nº 17.993.473-9 e CPF nº104.416.748-36, Residente na Rua Fioravante Bom Joani, nº 132 , Lagos de São Pedro , Morungaba-SP CEP: 13260-00; **Município de Amparo** com sede na Avenida Bernardino de Campos, nº 705 -, Centro – Amparo – SP - com CNPJ 43.465.459.0001-73, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Carlos Alberto Martins, brasileiro, Bacharel em Direito, Casado, portador do RG:34.613.581-3 e do CPF 217.166.038-46, residente a Rua Daniel Fachardo Junqueira, n° 231 – Parque do Sol – CEP 13901-663, Amparo/SP; **Município de Monte Mor**, com sede na Rua Francisco Glicério, 399 – Centro – Monte Mor - SP CEP: 13190-000 com CNPJ 45.787.652/0001-56, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Edivaldo Antônio Brischi, brasileiro, Empresário casado, portador do RG: 16.342.765-3 e do CPF 105.071.048-70, residente a Rua Francisco Glicério, nº 399 – Centro – Monte Mor – SP CEP 13190-079; **Município de Jaguariúna**, Rua Alfredo Bueno, 1235 – Centro – Jaguariúna – SP. CEP: 13820-000 com CNPJ 46.410.866/0001-71, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Márcio Gustavo Bernardo dos Reis, brasileiro, Empresário, solteiro, portador do RG: 24.604.086-5 SSP/SP e do CPF: 165.052.578-88, residente na Alameda da Magnolias, 2 Qd. X – CDO Duas Marias, Jaguariúna-SP – CEP: 13916-416; **Município de Valinhos**, com sede na Rua Antônio Carlos , nº 301 – Centro - Valinhos - SP. – CEP: 13270-000 com CNPJ 45.787.678/0001-02, neste ato representada pela Prefeita Sra Lucimara Godoy Vilas Boas, brasileiro, casada, Capitã, portadora do RG: 26.245.600-X SSP/SP e do CPF: 292.817.058-85, residente na Rua Francisco Juliato s/nº - Morro das Pedras - Valinhos – SP - CEP: 13279-90; **Município de Americana**, com sede na Avenida Brasil, nº 85 – Centro – Americana - SP. – CEP: 13465-901 com CNPJ 13.868.995/0001-59 neste ato representado por seu Prefeito Sr. Francisco Antônio Sardelli, brasileiro, casado, Empresário, portador do RG: 8082267 -SSP/SP e do CPF: 871.309.208-15, residente na Rua Santino Faraone, nº 1200 – Rua E – Casa 87 – Iate Clube Campinas – Americana -SP - CEP: 13475-600; **Município de Várzea Paulista**, com sede na Av. Fernão Dias Paes Leme, nº 284 – Centro – Várzea Paulista – SP. - CEP: 13220-005 com CNPJ 45.780.087/0001-03, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Rodolfo Wilson Rodrigues Braga, brasileiro, divorciado, Engenheiro Químico, portador do RG: 17.264.117-2-SSP/SP e do CPF: 081.006.708-03, residente na Rua José Rabelo Portela, nº 900 – Apto 76 – Bloco 1 – Condomínio Morada dos Pinheiros – Jd. Maria de Fátima – Várzea Paulista – SP - CEP: 13220-540; **Município de Nova Odessa**, com sede na Avenida João Pessoa, nº 777 – Centro – Nova Odessa - SP. – CEP: 13480-017 com CNPJ 45.781.184/0001-02, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Cláudio José Schooder, brasileiro, divorciado, Médico Veterinário, portador do RG: 20585581-SSP/SP e do CPF: 126.628.358-77 residente na Rua Sebastião da C. Prata, nº 13 – Parque Residencial Triunfo Nova Odessa -SP - CEP: 13387-654; **Município de Campo Limpo Paulista**, com sede na Avenida Adherbal da Costa Moreira, nº 255 – Centro – Campo Limpo Paulista-SP – CEP: 13.231-901 com CNPJ 45.780.095/0001-41, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Luiz Antônio Braz, brasileiro, casado, Médico, portador do RG: 7.526.523 - SSP/SP e do CPF:042.727.278-50, residente na Rua Felicio Consentino, nº 30 – Jardim Paulista - SP - CEP: 13211-122; **Município de Louveira**, com sede na Rua Catharina Calssavara

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra n 814 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 75120

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 10/41
Mogi Mirim SP

Caldana, nº 451 – Leitão – Louveira – SP. - CEP: 13293-272 com CNPJ 13.878.813/0001-20, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Estanislau Steck, brasileiro, casado, Médico Veterinário, portador do RG: 12.546.046 -SSP/SP e do CPF: 052.632.518-66, residente na Rua Recanto dos Ipês, nº 261 – Bairro Leitão – Louveira – SP. CEP: 13.290-000; **Município de Itatiba, com** sede na Avenida Luciano Consoline nº 600, Jardim de Lucca – Itatiba-SP. CEP 13.253-205 com CNPJ nº 50.122.571/0001-77, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Dr. Thomas Antônio Capeletto de Oliveira, brasileiro, divorciado, advogado, com RG nº 024.966.880-4 SSP/SP e CPF nº 271.404.148-58, residente e domiciliado na Rua Prudente de Moraes, nº 900 – Alto da Santa Cruz – Itatiba – SP. – CEP: 13251-500; **Município de Indaiatuba,** com sede na Av. Engenheiro Fábio Roberto Barnabé nº 2.800, Jardim Esplanada II, CEP 13.331-900 com CNPJ sob o nº 44.733.608/0001-09 neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Eng. Nilson Alcides Gaspar, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, com RG nº 18.079.272 e CPF nº 102.119.548-02, residente e domiciliado na Rua Uirapurus, nº 259 – Vila Havaí – Indaiatuba – SP. – CEP: 13341-210; **Município de Hortolândia**, com sede na Rua José Claudio Alves dos Santos n.º 585– Remanso Campineiro – Hortolândia – SP. CEP: 13184-472 – CNPJ: nº 67.995.027/0001-32, neste ato representado por seu Prefeito - Sr. José Nazareno Zezé Gomes, brasileiro, união estável, metalúrgico, portador do RG: 12.555.345-6, CPF n°. 985.560.888-72 - Residente na Chácara Caminho Ambrosina Dias de Campos, nº 448 – Chácaras Acarai – Hortolândia - SP. CEP: 13187-002; **Município de Boituva**, com sede na Avenida Trancredo de Almeida Neves, n° 01 - Centro – Boituva-SP. CEP: 18.550-023, CNPJ 46.634.499/0001-90, representando pelo seu Prefeito Edson José Marcusso, brasileiro, casado, portador do RG. 9.142.057-X e do CPF: 984.361.558-15, residente a Rua Luiz Fioravante Macruz, nº 71 – Flora Ville – Boituva – SP. – CEP: 18.550-810;**Município de Cabreúva**, com CNPJ sob o nº 46.634.432/0001-55 e sede na Rua Floriano Peixoto, nº 158 – Centro – Cabreúva – SP. - CEP 13.315-027, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Antônio Carlos Mangini, Brasileiro, casado, Policial Militar Inativo, com RG nº 18.444.742-2 e CPF nº 086.257.178-29, residente e domiciliado à Alameda dos Eucaliptos, nº 595, Bairro do Jacaré, Cabreúva -SP, CEP: 13.318-308;**Município de Salto de Pirapora**, com CNPJ sob o nº 46.634.093/0001-07 e sede na Avenida Lydia David Haddad, nº 150 – Campo Largo – Salto de Pirapora – SP. - CEP 18.160-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Matheus Marum de Campos, Brasileiro, casado, advogado, com RG nº 48.679.012-5 e CPF nº 404.351.228-78, residente e domiciliado à Rua Emilio Duarte Leite, nº 449 – Terras de São Francisco - Salto de Pirapora – SP: - CEP: 18160-000;**Município de Vinhedo**, com sede na Rua Humberto Pescarini, nº 330 – Centro - Vinhedo – SP - 13280-000, com CNPJ 46.634.432/0001-55, representado pelo seu Prefeito Dario Pacheco de Morais, brasileiro, casado, Médico, portador do RG 3.743.006 SSP/SP e CPF: 600.060.568-49, residente na Rua pompeia, nº 670 – Marambaia – Vinhedo-SP. - CEP: 13.280-272; **Município de Itupeva** com sede na Avenida Eduardo Anibal Lourencon, nº 15 – Parque das Vinhas – Itupeva-SP. CEP: 13.295-522, com CNPJ 34.489.895/0001-91, representado pelo seu Prefeito Marco Antonio Marchi, brasileiro, solteiro, contador, com RG 21.460.545-0 e CPF: 256.747.278-99 residente a

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS Rua Dr. Cincinato Braga, 51 Microfilmado sob o nº

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
Fls. 41/41
Mogi Mirim SP

Rua Emancipadores do Município, nº 499 – Centro – Itupeva-SP. – CEP; 13.295-000;**Município de Jarinu,** com sede Praça Francisco Alves de Siqueira Junior, nº 111 - Jardim da Saúde, Jarinu – SP – 13.240-000, com CNPJ 13.941.978/0001-0, representando pela Prefeita Debora Cristina do Prado Belinello, brasileira, casada, portadora do RG 28.593.916-6 e CPF: 290.214.158-01 residente na Rua João Pessoa, nº 435 - Centro – Jarinu – SP. CEP: 13.240-000;**Município de Itu**, com sede na Avenida Itu, nº 400 – Itu – Novo Centro – Itu-SP: CEP: 13303-500 com CNPJ 46.634.440/0001-00, representado pelo seu Prefeito Guilherme dos Reis Gazzola, brasileiro, divorciado, Cirurgião Dentista, portador do RG 13.433.174-6 e CPF: 123.005.308-56, residente na Alameda Outro, nº 839 – Quadra 06 – Lote 03 – Chácaras Florida – Itu-SP. CEP: 13.312-280;**Município de Atibaia,** com sede na Avenida Nove de Julho, nº 185 – Fórum da Cidadania – Centro – Itatiba – SP. – CEP: 12.940-910, com CNPJ 45.279.635/0001-08; representando pelo seu Prefeito Emil Ono, brasileiro casado, Administrador, portador do RG 12.388.965-0 e CPF: 085.001.648-75, residente na Rua João Pires, nº 237 – Centro – Atibaia – SP. CEP: 12.940-500 e **Município de Pedreira,** com sede na Praça Epitácio Pessoa, n° 3 – Centro – Pedreira-SP. CEP: 13.920-000, com CNPJ 46.410.775/0001-36, representado pelo seu Prefeito Fabio Vinicius Polidoro, brasileiro, casado, Advogado, portador do RG 26.395.491-2 e CPF: 259.553.938-89, residente na Rua Pedro Alvarenga, nº 130 – Centro – Pedreira-SP. CEP: 13.920-031,doravante denominados simplesmente **CONSORCIADO(S),** têm entre si justo e certo o presente CONTRATO DE RATEIO ANUAL, que se regerá pela Lei nº. 11.107 de 06 de abril de 2005; Estatuto Social do CISMETRO HOLAMBRA e demais legislação pertinente e também pelo seguinte:

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra n.º 814 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 75139

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente CONTRATO DE RATEIO ANUAL tem por objeto, o custeio das despesas do CISMETRO HOLAMBRA, pela prestação das ações e serviços de saúde indicados na Cláusula Terceira, do presente Contrato de Rateio, decorrentes do Plano de Trabalho e Programação Orçamentária anuais aprovados para o exercício de 2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

A aplicação dos recursos previstos no presente contrato será realizada pelo CISMETRO HOLAMBRA, dentro das normas previstas pela L. 11.107/05, pelo Estatuto Social do CISMETRO HOLAMBRA de acordo com a legislação aplicável aos entes privados da Administração Pública.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS CUSTOS E RATEIO

Os custos dos serviços e sua forma de rateio ficam assim estabelecidos de acordo com os **ANEXOS I e II, respectivamente para a Cota Fixa e Cota variável**, da seguinte forma:

I – Cota Fixa

Para fazer frente às despesas fixas, fica estipulado que a Cota Fixa, para custeio das despesas administrativas do CISMETRO HOLAMBRA, **rateada *pro rata personae*** será liquidada da seguinte forma:

jundiai.sp.gov.br
Assinado Digitalmente

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 12/41
Mogi Mirim SP

a) Despesas Administrativas: O custo anual total da cota fixa-administrativa será de **R$ 5.771.999,96 (cinco milhões, setecentos e setenta e um mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos),** a ser rateada mensalmente no importe de **R$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais)** para cada consorciado.

§1º. As despesas administrativas abrangem essencialmente, mas, não exclusivamente, todas as despesas de custeio, manutenção e investimentos relacionados com a sede do CISMETRO HOLAMBRA, como mão de obra (direta e indireta), equipamentos, materiais, máquinas, sistemas de TI e EPI's, necessários ao seu perfeito funcionamento.

§2º. O repasse da Cota Fixa deve ser realizado impreterivelmente até o 1º dia útil do mês seguinte, sob pena de ficar caracterizada a inadimplência do CONSORCIADO para todos os efeitos estatutários.

§3º. Comporá a conta dos recursos da Cota Fixa, os valores cobrados do Município de Monte Mor que se encontra em processo de exclusão do CISMETRO HOLAMBRA, nos termos do parágrafo terceiro, da Cláusula Quinquagésima Primeira do Estatuto Social.

II - Cota Variável

Os serviços da cota variável compreendem essencialmente, **mas não exclusivamente:**

a) ações e serviços de saúde realizados através da rede de pessoas jurídicas credenciadas junto ao CISMETRO HOLAMBRA – Credenciamento;

b) os serviços de assessorias especializadas na área da saúde;

c) mão de obra disponibilizada para as ações e serviços de saúde específicos em cada CONSORCIADO, incluindo todos os encargos sociais, trabalhistas e obrigações acessórias previstos pelo regime da CLT;

d) ações e serviços disponibilizados pelo CISMETRO HOLAMBRA através de contratações específicas para atendimento de um ou mais consorciados;

e) outras despesas relacionadas com as atividades mencionadas nas alíneas anteriores e atividades necessárias à sua execução tais como, publicações de editais de convocações e de processos seletivos, vale alimentação, vale transporte, uniformes, EPIs, seguro de vida, gestões, assessorias, consultorias e serviços necessários à seleção de pessoal e ao Serviço de Medicina e Segurança do Trabalho com relação aos exames complementares para atendimento ao PCMSO e E-Social e assessoria jurídica trabalhista, software para a gestão dos procedimentos credenciados.

§1º. Fica estipulado que a Cota Variável será cobrada preferencialmente consoante a utilização, pelo número de ações ou serviços efetivados pelos CONSORCIADOS, isoladamente ou em grupo, de acordo com os serviços efetivamente disponibilizados e executados mediante cobrança individualizada a cada tomador, conforme relatórios emitidos pelo CISMETRO HOLAMBRA.

§2º. Os custos dos serviços poderão ser revistos sempre que existirem alterações de preços que determinem sua majoração.

§3º. Quaisquer serviços prestados pelo CISMETRO HOLAMBRA que não estejam previstos como Cota Fixa no presente termo, ou forem objeto de Contrato de Rateio específico, serão inseridos na Cota Variável e realizados a conta exclusiva do CONSORCIADO solicitante, faturado conjuntamente com a Cota Variável a seu cargo.

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra nº 814 - Mogi Mirim SP
Microfilmado sob o nº 17139

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 13/14
Mogi Mirim SP

§4º. O repasse das despesas relativas ao CREDENCIAMENTO, se dará até o dia 15 dia do mês subsequente a data da prestação de serviços.

§5º O repasse para pagamento dos empregados do CISMETRO HOLAMBRA, que prestem serviços nas unidades municipais deverá ser impreterivelmente até o 5º dia útil do mês seguinte.

§6º O descumprimento do estabelecido no parágrafo anterior autoriza o CISMETRO HOLAMBRA a suspender os serviços a serem prestados, independentemente de qualquer prévio aviso ou notificação ao inadimplente.

§7º. Faz parte da Cota Variável as despesas com encargos trabalhistas decorrentes de ações judiciais denominadas Passivo Trabalhista, que deverão ser suportadas pelos consorciados tomadores dos serviços quando prestados diretamente nos municípios e rateados entre todos consorciados, quando decorrentes dos serviços administrativos. Ficando estabelecido que para o exercício de 2023, corresponderá a três por cento sobre o valor mensal da cota variável – colaboradores – CLT, a ser provisionado em conta específica.

§8º. Faz parte da Cota Variável a provisão de despesas judiciais decorrentes de ações cíveis movidas em relação ao CISMETRO HOLAMBRA, decorrentes de responsabilização pela execução de ações e serviços de saúde promovidos em favor de município consorciado.

§9º O descumprimento do estabelecido nos parágrafos anteriores autoriza o CISMETRO HOLAMBRA a suspender os serviços a serem prestados, independentemente de qualquer prévio aviso ou notificação ao inadimplente e/ou utilizar quaisquer verbas disponibilizadas pelos consorciado para o pagamento.

CLÁUSULA QUARTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Os CONSORCIADOS têm o direito à utilização dos serviços objeto do presente ajuste, cumprindo ao CISMETRO HOLAMBRA, prestar os serviços de forma adequada, segura, eficiente, com universalidade e gratuidade aos usuários.

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra nº 814 - Mogi Mirim -
Microfilmado sob o nº 75139

§1°. Os CONSORCIADOS ficam obrigados a:

I – Consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contratos de rateio.

II – Proceder aos pagamentos conforme estipulado no presente termo e dentro dos prazos fixados.

III – Responder solidariamente pelos encargos sociais, trabalhistas e contratuais, em caso de inadimplência, eximindo o CISMETRO HOLAMBRA do recolhimento se não repassado pelos CONSORCIADOS os valores devidos, podendo inclusive recolher parcialmente de acordo com as cotas liquidadas de cada consorciado.

IV – Em caso de não pagamento pelo CONSORCIADO de serviços prestados com decorrente pendência no pagamento de tributos e ou contribuições sociais pelo CISMETRO HOLAMBRA, além de ficar solidariamente obrigado, pagará ao Consórcio uma multa correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor devido a ser cobrada juntamente com o tributo na fatura da Cota Variável do mês em que se deu o pagamento pelo Consórcio;

V – Reincidindo a inadimplência, o CISMETRO HOLAMBRA fica autorizado a compensar o valor com qualquer valor repassado pelo CONSORCIADO devedor ao Consórcio, sob qualquer título.

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 14/41
Mogi Mirim SP

§2°. O CISMETRO HOLAMBRA, fica obrigado a:

I – Aplicar os recursos entregues por meio de contrato de rateio para o exclusivo atendimento do objeto do presente contrato.

II – Fornecer as informações necessárias das despesas realizadas com os recursos entregues em virtude de contrato de rateio, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada um dos CONSORCIADOS.

III – Executar os serviços de forma adequada, segura, eficiente, com universalidade e gratuidade aos usuários.

IV – Prestar contas dos serviços prestados, inclusive com relatório das despesas realizadas dentro do Plano de Trabalho previsto.

Paragrafo único. A prestação de contas devida pelo CISMETRO HOLAMBRA se aperfeiçoa integralmente com a aprovação das contas anuais pela Assembleia Geral.

CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA

O presente Contrato tem vigência pelo prazo de 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024, coincidindo com o exercício financeiro.

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

O valor estimado para o presente Contrato de Rateio anual previsto a ser despendido será de **R$ 293.021.335,96** (duzentos e noventa e três milhões, vinte e um mil, trezentos e trinta e cinco reais e noventa e seis centavos), conforme plano orçamentário aprovado pela Assembleia do Conselho de Prefeitos e Conselho Técnico do dia **14/12/2023**.

As despesas decorrentes do presente ajuste onerarão as rubricas:

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

Os CONSORCIADOS signatários que não procederem aos pagamentos das faturas, nas datas aprazadas, poderão sofrer as seguintes penas:

a) advertência;
b) multa de 2% (dois por cento) sobre o valor devido por atraso no pagamento;
c) suspensão temporária dos serviços por parte do CISMETRO HOLAMBRA, nos moldes previstos nesse termo.

Parágrafo Primeiro. A suspensão definitiva dos serviços poderá se dar em duas oportunidades:

a) pela inadimplência reiterada e contumaz, caracterizada pelo não pagamento de duas ou mais faturas pelo CONSORCIADO signatário relativa a qualquer cota ou serviço;
b) pela não consignação, por parte do CONSORCIADO signatário, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio do presente contrato de rateio.

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra n° 814 Mogi Mirim SP
Microfilmado sob o n° 75139

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 13/14
Mogi Mirim SP

Parágrafo Segundo. As sanções previstas nessa Cláusula poderão ser aplicadas pela Superintendência, *ad referendum* da Assembleia Geral, independentemente de outras previstas no presente termo e de eventual responsabilização administrativa, cível e criminal que sejam aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

A rescisão total ou parcial do presente contrato, poderá se dar:

a) pela vontade manifesta das partes contratantes em mútuo acordo;
b) pela inadimplência total de seus signatários;
c) pela extinção do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE NA REGIÃO DE METROPOLITANIA DE CAMPINAS – CISMETRO HOLAMBRA.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Fica estabelecido o foro da Comarca de Artur Nogueira, para dirimir as questões oriundas do presente contrato, com prejuízo de quaisquer outros, por mais privilegiados que sejam.

E por estarem justos e certos, firmam contratantes, os presentes termos, em cinco vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Holambra, 14 de dezembro de 2023.

Reconhecimento no verso HOLAMBRA

Prof. Marco Antônio de Oliveira

Prefeito de Morungaba e Presidente do CISMETRO HOLAMBRA

HOLAMBRA Reconhecimento no verso

Élcio Ferreira Trentin

Superintendente – CISMETRO HOLAMBRA

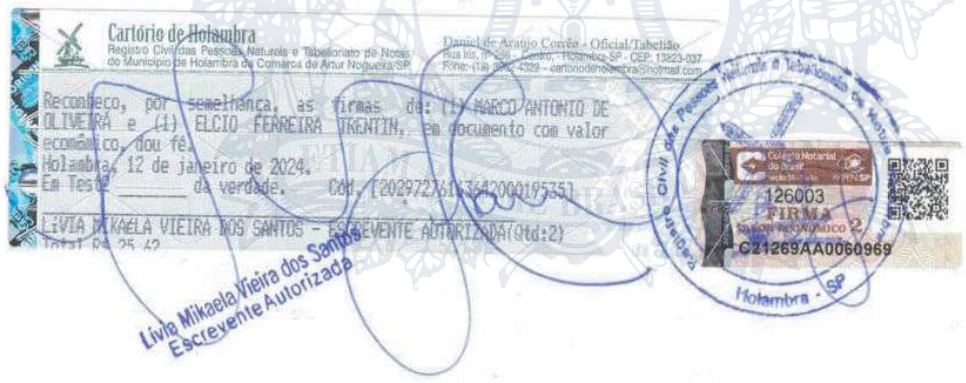
TESTEMUNHAS:

Neusa Santos Ferreira Silva
Coordenadora Geral

Dener Lima Trebesqui
Coordenador Contratos e Licitações

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra n.º 814 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 75139

jundiai.sp.gov.br
Assinado Digitalmente


Cartório de Holambra
Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas
do Município de Holambra da Comarca de Artur Nogueira/SP
Daniel de Araújo Corrêa - Oficial/Tabelião
Rua Iris, nº 226 - Centro - Holambra-SP - CEP: 13823-037
Fone: (19) 3802-4329 - cartorioholambra@hotmail.com
Reconheço, por semelhança, as firmas de: (1) MARCO ANTONIO DE
OLIVEIRA e (1) ELCIO FERREIRA TRENTIN, em documento com valor
econômico, dou fé.
Holambra, 12 de janeiro de 2024.
Em Testº _____ da verdade. Cód. [2029727X61234200019535]
LIVIA MIKAELA VIEIRA DOS SANTOS - ESCREVENTE AUTORIZADA(Qtd:2)
Total R$ 25,42
Livia Mikaela Vieira dos Santos
Escrevente Autorizada
Colégio Notarial do Brasil
126003
FIRMA
C21269AA0060969
Holambra - SP

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 16/41
Mogi Mirim SP

ANEXO I

RATEIO COTA FIXA EXERCÍCIO 2024
CUSTO FIXO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS
I - DESPESAS COM RECURSOS HUMANOS

QTDE	RECURSOS HUMANOS [1]	QTDE MES	VLR MENSAL	TOTAL
1	SUPERINTENDÊNCIA	12	R$ 28.130,86	R$ 337.570,32
1	COORD GERAL	12	R$ 25.793,38	R$ 309.520,60
1	COORD TEC PLANEJ E CREDENC.	12	R$ 13.283,88	R$ 159.406,51
1	COORD TEC AREA MEDICA	12	R$ 12.975,30	R$ 155.703,58
1	COORD DE CONTRATOS E LICITAÇÕES	12	R$ 11.810,42	R$ 141.725,00
1	COORD RECURSOS	12	R$ 11.810,42	R$ 141.725,00
2	SUPERV ADM III	12	R$ 33.565,90	R$ 402.790,78
4	COORD TEC PLANEJAMENTO	12	R$ 40.452,96	R$ 485.435,48
3	SUPERV SERV III	12	R$ 29.011,29	R$ 348.135,48
3	SUPERV SERV II	12	R$ 24.382,62	R$ 292.591,48
1	CHEFE DIVISAO IV	12	R$ 5.601,83	R$ 67.221,98
3	SUPERV ADM I	12	R$ 16.064,91	R$ 192.778,91
1	RECEPCIONISTA	12	R$ 3.409,39	R$ 40.912,64
1 - Os cálculos acima são compostos; (prev. patronal, FGTS, PIS, 13º, 1/3 férias e VA)			**R$ 256.293,15**	**R$ 3.075.517,76**

II - DESPESAS MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA

SERVIÇOS E INSUMOS	QTDE MES	VLR MENSAL	TOTAL
AGUA/ENERGIA/IPTU e TAXAS	12	R$ 5.000,00	R$ 60.000,00
ASSESSORIA TECNICA	12	R$ 80.000,00	R$ 960.000,00
PUBILICAÇÕES LEGAIS	12	R$ 3.000,00	R$ 36.000,00
DESPESA VEICULO/SEGURO/IPVA/GASOLINA	12	R$ 3.000,00	R$ 36.000,00
LOCAÇÃO DE VEICULOS	12	R$ 9.000,00	R$ 108.000,00
MANUTENÇÃO MAQ E EQUIPTOS	12	R$ 9.350,00	R$ 112.200,00
MANUTENÇÃO SITE	12	R$ 1.200,00	R$ 14.400,00
MAT. LIMPEZA E COZINHA	12	R$ 5.000,00	R$ 60.000,00
MEDICINA E SEGURANÇA DO TRAB	12	R$ 40.000,00	R$ 480.000,00
COMUNICAÇÃO E MARKETING	12	R$ 9.850,00	R$ 118.200,00
MATERIAL DE ESCRITÓRIO/ALUGUEL COPIAD.	12	R$ 5.000,00	R$ 60.000,00
SOFTWARES ADMINISTRATIVOS	12	R$ 3.000,00	R$ 36.000,00
AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE	12	R$ 5.000,00	R$ 60.000,00
TELEFONE / INTERNET / MANUT SITE	12	R$ 706,85	R$ 8.482,20
ASSINATURAS DE PERIDICOS	12	R$ 1.500,00	R$ 18.000,00
SERVIÇOS GRAFICOS	12	R$ 5.000,00	R$ 60.000,00
SEGURO FUNCIONÁRIOS	12	R$ 3.000,00	R$ 36.000,00
VALE TRANSPORTE	12	R$ 3.000,00	R$ 36.000,00
TARIFAS BANCARIAS	12	R$ 8.000,00	R$ 96.000,00
SERVIÇOS T.I.	12	R$ 5.000,00	R$ 60.000,00
DESPESAS CURSOS E SEMINARIOS	12	R$ 2.000,00	R$ 24.000,00
PESQUISA SATISFAÇÃO	12	R$ 8.000,00	R$ 96.000,00
ADIANTAMENTO DESP MIUDAS	12	R$ 5.000,00	R$ 60.000,00
ESTAGIÁRIOS	12	R$ 5.100,00	R$ 61.200,00
		R$ 224.706,85	**R$ 2.696.482,20**
CUSTO ANUAL			**R$ 5.771.999,96**
CUSTO MENSAL FIXO			**R$ 481.000,00**

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra nº 814 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 75139

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 17/41
Mogi Mirim SP

CUSTO FIXO MENSAL PARA CADA MUNICIPIO 2024		
1- AMERICANA	R$	18.500,00
2- AMPARO	R$	18.500,00
3- ARTUR NOGUEIRA	R$	18.500,00
4- ATIBAIA	R$	18.500,00
5- BOITUVA	R$	18.500,00
6- CABREUVA	R$	18.500,00
7- CAMPO LIMPO PAULISTA	R$	18.500,00
8- COSMOPOLIS	R$	18.500,00
9- HOLAMBRA	R$	18.500,00
10- HORTOLANDIA	R$	18.500,00
11- INDAIATUBA	R$	18.500,00
12- ITATIBA	R$	18.500,00
13- ITU	R$	18.500,00
14- ITUPEVA	R$	18.500,00
15- JAGUARIUNA	R$	18.500,00
16- JARINU	R$	18.500,00
17- LOUVEIRA	R$	18.500,00
18- MORUNGABA	R$	18.500,00
19- NOVA ODESSA	R$	18.500,00
20- PAULINIA	R$	18.500,00
21- PEDREIRA	R$	18.500,00
22- SALTO DE PIRAPORA	R$	18.500,00
23- SANTO ANTONIO DE POSSE	R$	18.500,00
24- VALINHOS	R$	18.500,00
25- VARZEA PAULISTA	R$	18.500,00
26- VINHEDO	R$	18.500,00
Total	**R$**	**481.000,00**

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra n.º 814 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 27139

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 18/41
Mogi Mirim SP

ANEXO II

	MUNICIPIO	COTA FIXA	CREDENCIADOS SERV. PJ	CELETISTAS	TOTAL
1	AMERICANA	R$ 222.000,00	R$ 17.651.000,00	R$ 6.000.000,00	R$ 23.873.000,00
2	AMPARO	R$ 222.000,00	R$ 2.824.000,00	R$ 416.000,00	R$ 3.462.000,00
3	ARTUR NOGUEIRA	R$ 222.000,00	R$ 9.778.000,00	R$ 5.250.000,00	R$ 15.250.000,00
4	ATIBAIA	R$ 222.000,00	R$ 2.014.000,00	R$ -	R$ 2.236.000,00
5	BOITUVA	R$ 222.000,00	R$ 5.810.337,00	R$ 144.000,00	R$ 6.176.337,00
6	CABREUVA	R$ 222.000,00	R$ 2.278.000,00	R$ -	R$ 2.500.000,00
7	CAMPO LIMPO PAULISTA	R$ 222.000,00	R$ 7.053.753,40	R$ 656.826,84	R$ 7.932.580,24
8	COSMOPOLIS	R$ 222.000,00	R$ 2.000.694,75	R$ 3.000.000,00	R$ 5.222.694,75
9	HOLAMBRA	R$ 222.000,00	R$ 16.138.000,00	R$ 7.800.000,00	R$ 24.160.000,00
10	HORTOLANDIA	R$ 222.000,00	R$ 1.778.000,00	R$ -	R$ 2.000.000,00
11	INDAIATUBA	R$ 222.000,00	R$ 10.038.337,00	R$ -	R$ 10.260.337,00
12	ITATIBA	R$ 222.000,00	R$ 2.478.000,00	R$ 300.000,00	R$ 3.000.000,00
13	ITU	R$ 222.000,00	R$ 14.800.092,60	R$ -	R$ 15.022.092,60
14	ITUPEVA	R$ 222.000,00	R$ 5.682.000,00	R$ -	R$ 5.904.000,00
15	JAGUARIUNA	R$ 222.000,00	R$ 8.166.000,00	R$ 1.360.000,00	R$ 9.748.000,00
16	JARINU	R$ 222.000,00	R$ 978.000,00	R$ -	R$ 1.200.000,00
17	LOUVEIRA	R$ 222.000,00	R$ 9.498.760,20	R$ 518.239,80	R$ 10.239.000,00
18	MORUNGABA	R$ 222.000,00	R$ 8.538.000,00	R$ 4.800.000,00	R$ 13.560.000,00
19	NOVA ODESSA	R$ 222.000,00	R$ 15.395.337,00	R$ 7.920.000,00	R$ 23.537.337,00
20	PAULINIA	R$ 222.000,00	R$ 35.988.059,80	R$ 19.127.100,20	R$ 55.337.160,00
21	PEDREIRA	R$ 222.000,00	R$ 3.078.000,00	R$ 300.000,00	R$ 3.600.000,00
22	SALTO DE PIRAPORA	R$ 222.000,00	R$ 819.000,00	R$ 260.000,00	R$ 1.301.000,00
23	SANTO ANTONIO DE POSSE	R$ 222.000,00	R$ 9.264.000,00	R$ 636.000,00	R$ 10.122.000,00
24	VALINHOS	R$ 222.000,00	R$ 23.654.460,37	R$ 819.000,00	R$ 24.695.460,37
25	VARZEA PAULISTA	R$ 222.000,00	R$ 4.778.000,00	R$ 210.000,00	R$ 5.210.000,00
26	VINHEDO	R$ 222.000,00	R$ 7.250.337,00	R$ -	R$ 7.472.337,00
TOTAL		R$ 5.772.000,00	R$ 227.732.169,12	R$ 59.517.166,84	R$ 293.021.335,96

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra nº 814 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 75139

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 19/41
Mogi Mirim SP

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA Nº 04/2023

PREÂMBULO

Proposta de alteração Estatutária nº 03/2023, apresentada nos termos da alínea "k" da Cláusula Vigésima, do Estatuto Social, c.c. art. 59, II, do Código Civil, objetiva a inclusão por adesão dos Municípios de Itu, Atibaia e Pedreira ao CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS – CISMETRO HOLAMBRA, conforme decisão da Assembleia Geral de 14 de dezembro de 2023, como segue:

Art. 1º. Fica alterado o Parágrafo Segundo da Cláusula Primeira do ESTATUTO SOCIAL/CONTRATO DE CONSÓRCIO do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS – CISMETRO HOLAMBRA com a inclusão por adesão dos seguintes incisos:

XXII - Município de Itu, com sede na Avenida Itu 400 anos, nº 111 – Centro - Itu – SP. - CEP 13.303-500, com CNPJ sob o nº **46.634.440/0001-00.**

XXIII - Município de Atibaia, com sede na Avenida Nove de Julho, nº 185 – Fórum da Cidadania - Centro – Itatiba – SP. - CEP 12.940-910, com CNPJ sob o nº **45.279.635/0001-08.**

XXIV - Município de Pedreira, com sede na Praça Epitácio Pessoa, nº 3 - Pedreira – SP. - CEP 13.920-000, com CNPJ sob o nº **46.410.775/0001-36.**

Art. 2º Fica a Superintendência do CISMETRO incumbida de promover consolidação estatutária com as alterações realizadas para efeito de seu registro.

Holambra, 14 de dezembro de 2023.

HOLAMBRA

Prof. Marco Antônio de Oliveira
Presidente do CISMETRO

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra nº 814 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 75139

Cartório de Holambra
Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas do Município de Holambra da Comarca de Artur Nogueira/SP
Daniel de Araújo Corrêa - Oficial/Tabelião
Rua [illegible] - Centro - Holambra-SP - CEP 13825-000
Fone/Fax (19) 3802-4322 - cartorio@holambra.com.br

Reconheço, por semelhança, a firma de: (1) MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA, em documento sem valor econômico, dou fé.
Holambra, 12 de janeiro de 2024.
Em Testº _____ da verdade. Cód. [20232581637100001953S]
LIVIA MIKAELA VIEIRA DOS SANTOS - ESCREVENTE AUTORIZADA(Qtd=1)
Total: R$ 8,37

Colégio Notarial do Brasil Seção São Paulo
126003 FIRMA 1
S11269AA0077345

Lívia Mikaela Vieira dos Santos
Escrevente Autorizada

Rafael A. Chaib Lotierzo
OAB/SP Nº 92.255

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 20/41
Mogi Mirim SP

ESTATUTO SOCIAL – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS – CISMETRO HOLAMBRA – Consolidado pela Alteração Estatutário nº 04/2023.

Sumário

PROTOCOLO DE INTENÇÕES
PREÂMBULO
TÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS
CAPÍTULO I - DO CONSORCIAMENTO
CAPÍTULO II - DOS CONCEITOS
CAPÍTULO III - DA DENOMINAÇÃO, PRAZO E SEDE
CAPÍTULO IV - DAS FINALIDADES
TÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL
CAPÍTULO I - DOS ÓRGÃOS
CAPÍTULO II - DA ASSEMBLEIA GERAL OU CONSELHO DE PREFEITOS
Seção I - Do funcionamento
Seção II - Das competências
Seção III – Das Atas
CAPÍTULO III –DA SUPERINTÊNDENCIA
CAPÍTULO IV – DO CONSELHO TÉCNICO
CAPÍTULO V – DA SECRETARIA EXECUTIVA
CAPÍTULO VI – DA ELEIÇÃO E DA DESTITUIÇÃO DO PRESIDENTE E DOS ADMINISTRADORES
CAPÍTULO VII – DO CONSELHO FISCAL

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra nº 814 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 75139

Rafael A. Chaib Lotierzo
OAB/SP Nº 92.255

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 21 | 41
Mogi Mirim SP

TÍTULO III – DOS RECURSOS HUMANOS
CAPÍTULO I - DAS ADMISSÕES DE PESSOAL

TÍTULO IV – DOS CONTRATOS, CONVÊNIOS E ATOS ANÁLOGOS

CAPÍTULO I - DOS CONTRATOS DE GESTÃO E TERMOS DE PARCERIA

CAPÍTULO II – DOS CONVÊNIOS

CAPÍTULO III – DOS CONTRATOS DE RATEIO

CAPÍTULO IV – DO CREDENCIAMENTO

TÍTULO V – DAS FINANÇAS

CAPÍTULO I - PATRIMÔNIO E RECURSOS FINANCEIROS

TÍTULO VI – DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I - DEMISSÃO, EXCLUSÃO, DISSOLUÇÃO, DIREITOS E DEVERES

Seção I – Da Demissão ou Retirada

Seção II – Da Exclusão

Seção III – Da Extinção

CAPÍTULO II - DISPOSIÇÕES FINAIS

CAPÍTULO III – DO FORO

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra n.º 814 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 75139

Rafael A. Chaib Lotierzo
OAB/SP Nº 92.255

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 22/41
Mogi Mirim SP

ESTATUTO SOCIAL – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS – CISMETRO HOLAMBRA (CONSOLIDADO)

TÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

CAPÍTULO I - DO CONSORCIAMENTO

CLÁUSULA PRIMEIRA – São subscritores do Protocolo de Intenções que deu origem ao presente CONTRATO DE CONSÓRCIO / ESTATUTO SOCIAL, os seguintes Municípios:

I – Município de Artur Nogueira, com sede na R. 10 de abril, 629 – Centro – Artur Nogueira – SP, com CNPJ nº **45.735.552/0001-86.**

II – Município da Estância Turística de Holambra, com sede na Alameda Maurício de Nassau nº 444, Holambra/SP, com CNPJ n.º **67.172.437/0001-83.**

III – Município de Cosmópolis, com sede na R. Dr. Campos Sales, 398 – Centro – Cosmópolis – SP, com CNPJ nº **44.730.331/0001-52.**

Parágrafo Primeiro - É facultado o ingresso de novos associados ao CONSÓRCIO, a qualquer momento e a critério da Assembleia Geral, o que se fará por adesão ao ESTATUTO/CONTRATO DE CONSÓRCIO, pelos Municípios que desejarem consorciar-se, ratificada por lei municipal.

Parágrafo Segundo - Integram também o consórcio, nos termos do Parágrafo Primeiro, por adesão aos termos do Estatuto/Contrato de Consórcio, os Municípios de:

I – Município de Paulínia, na Avenida Prefeito José Lozano Araújo, nº 1551 Parque Brasil 500 – Paulínia – SP, com CNPJ nº **45.751.435/0001-06**;

II – Município de Santo Antônio de Posse, com sede na Praça Chafia Baracat, nº 351 – Santo Antônio de Posse – SP, com CNPJ nº **45.331.196/0001-35**;

III – Município de Morungaba, com sede na Avenida José Frare, nº 40 – Centro – Morungaba SP – com CNPJ: **45.755.238/001-65**;

IV – Município de Amparo, com sede na Avenida Bernardino de Campos, nº 705 – Centro – Amparo – SP – CEP: 13900-400, com CNPJ nº **43.465.459/0001-73**;

V – Município de Monte Mor, com sede na Rua Francisco Glicério, 399 – Centro – Monte Mor-SP - CEP: 13190-000 com CNPJ **45.787.652/0001-56**;

VI – Município de Jaguariúna, com sede na Rua Alfredo Bueno, 1235 – Centro - Caixa Postal 20 – Jaguariúna –SP - CEP: 13820-000 com CNPJ nº **46.410.866/0001-71**;

VII – Município de Valinhos, com sede na Rua Antônio Carlos, nº 301 – Centro – Valinhos – SP – CEP: 13270-005 com CNPJ: **45.787.678/0001-02;**

VIII – Município de Americana, com sede na Av. Brasil, 85 – Jardim Girassol - Americana - SP, CEP: 13465-901 com CNPJ: **45.781.176/0001-66**;

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra nº 814 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 75139

Rafael A. Chaib Lotierzo
OAB/SP Nº 92.255

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 23 | 41
Mogi Mirim SP

IX – Município de Várzea Paulista, com sede na Avenida Fernão Dias Paes Leme, nº 284 - Centro – Várzea Paulista – SP. CEP: 13220-005 com CNPJ: **45.780.087/0001-03;**

X – Município de Nova Odessa, com sede na Avenida João Pessoa, nº 777 -Centro – Nova Odessa – SP. CEP: 13480-017 com CNPJ: **45.781.184/0001-02;**

XI – Município de Campo Limpo Paulista, com sede na Avenida Adherbal da Costa Moreira, nº 255 – Jardim América – Campo Limpo Paulista - SP – CEP: 13231-190 com CNPJ: **45.780.095/0001-41;**

XII – Município de Louveira, com sede na Rua Catharina Calssavara Caldana, nº 451 – Leitão – Louveira – SP. - CEP: 13293-272 com **CNPJ**: **46.363.933.0001/44;**

XIII – Município de Itatiba, com sede na Avenida Luciano Consoline nº 600, Jardim de Lucca, - Itatiba-SP - CEP 13.253-205 – com CNPJ nº **50.122.571/0001-77;**

XIV – Município de Indaiatuba, com sede na Av. Engenheiro Fábio Roberto Barnabé, nº 2.800 - Jardim Esplanada – Indaiatuba – SP. - CEP 13.331-630 – com CNPJ **44.733.608/0001-09**;

XV – Município de Hortolândia, com sede na Rua José Claudio Alves dos Santos, nº 585 –Remanso Campineiro – Hortolândia – SP.- CEP 13.184-472, com CNPJ sob o nº **67.995.027/0001-32;**

XVI – Município de Boituva, com sede na Avenida Tancredo de Almeida Neves, nº 01 – Centro – Boituva – SP. - CEP 18.550-023, com CNPJ sob o nº **46.634.499/0001-90;**

XVII – Município de Cabreúva, com sede na Rua Floriano Peixoto, nº 158 – Centro – Cabreúva – SP. - CEP 13.315-027 com CNPJ sob o nº **46.634.432/0001-55.**

XVIII – Município de Salto de Pirapora, com sede na Avenida Lydia David Haddad, nº 150 – Campo Largo – Salto de Pirapora – SP. - CEP 18.160-000, com CNPJ sob o nº **46.634.093/0001-07.**

XIX – Município de Vinhedo, com sede na Rua João Corazzari, nº 394 – Centro – Vinhedo – SP. - CEP 13.280-091 com CNPJ sob o nº **46.634.432/0001-55.**

XX - Município de Itupeva, com sede na Rua Jundiai, nº 121 – Centro – Itupeva – SP. - CEP 13.295-000, com CNPJ sob o nº **34.489.895/0001-91.**

XXI - Município de Jarinu, com sede na Praça Francisco Alves de Siqueira Jr. Nº 111 Jardim da Saúde – Jarinu – SP. - CEP 13.240-000, com CNPJ sob o nº **45.780.079/0001-59.**

XXII - Município de Itu, com sede na Avenida Itu 400 anos, nº 111 – Centro - Itu – SP. - CEP 13.303-500, com CNPJ sob o nº **46.634.440/0001-00.**

XXIII - Município de Atibaia, com sede na Avenida Nove de Julho, nº 185 – Fórum da Cidadania - Centro – Itatiba – SP. - CEP 12.940-910, com CNPJ sob o nº **45.279.635/0001-08.**

XXIV - Município de Pedreira, com sede na Praça Epitácio Pessoa, nº 3 - Pedreira – SP. - CEP 13.920-000, com CNPJ sob o nº **46.410.775/0001-36.**

Avenida das Tulipas, nº 638 - Jardim Holanda – Holambra-SP – CEP: 13827-042 Telefones: (19) 3802-2300 3802-2221 3802-5102
www.cismetro.com.br

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra nº 814 - Mogi Mirim - SP

Rafael A Chaib Lotierzo
OAB/SP Nº 92.255

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 24/41
Mogi Mirim SP

Parágrafo Terceiro - Todos os Municípios criados através de desmembramento ou de fusão de quaisquer dos Municípios signatários ou consorciados, considerar-se-ão signatários do Protocolo de Intenções ou consorciados caso o Município-mãe ou o que tenha participado da fusão ou incorporação seja respectivamente subscritor ou consorciado.

"**Parágrafo Quarto** – Os Municípios de Águas de São Pedro, Cordeirópolis, Charqueada, Engenheiro Coelho, Ipeúna, Iracemápolis, Itirapina, Limeira, Pirassununga, Rio Claro, Santa Gertrudes, Santa Maria da Serra e São Pedro se retiram do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS – CISMETRO HOLAMBRA em razão do processo de cisão patrimonial estabelecido com o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO METROPOLITANA DE PIRACICABA – CISMETRO LIMEIRA, que obedece ao estabelecido pelo ATO CONJUNTO nº 02/2023 SUPERINTENDÊNCIAS DO CISMETRO HOLAMBRA e CISMETRO LIMEIRA referendado pelas respectivas assembleias gerais."

CLÁUSULA SEGUNDA - O Protocolo de Intenções, após sua ratificação mediante lei aprovada pelas Câmaras Municipais de pelo menos dois dos subscritores deste Protocolo de Intenções converter-se-á em Contrato de Consórcio, denominado Estatuto Social, ato institucional do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS – CISMETRO HOLAMBRA, doravante denominado CONSÓRCIO.

Parágrafo Primeiro - Somente será considerado consorciado o Município subscritor do Protocolo de Intenções que o ratificar por meio de lei.

Parágrafo Segundo - A alteração do Estatuto Social dependerá de instrumento aprovado pela assembleia geral, na forma estatutariamente prevista e de acordo com as normas civis aplicáveis às associações privadas, constituídas e regidas em consonância com o art. 44, I, da Lei Ordinária nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

CAPÍTULO II - DOS CONCEITOS

CLÁUSULA TERCEIRA - Para os efeitos deste Instrumento e de todos os atos emanados ou subscritos pelo CONSÓRCIO e seus órgãos ou por entes consorciados, consideram-se:

I – ASSEMBLEIA GERAL OU CONSELHO DE PREFEITOS: órgão de deliberação máxima do CONSÓRCIO composto pelos representantes legais dos Municípios consorciados, com competência para deliberar sobre sua constituição, extinção, alteração de seu estatuto, orçamento, planos de trabalho anuais, contratos de rateio, contratos de programa, termos de parceria, fixação de seu quadro de empregados, eleição e nomeação de seu representante legal e administrador (superintendente), eleição da COORDENAÇÃO GERAL e indicação do CONSELHO TÉCNICO.

II – ATO CONJUNTO: ato normativo do CONSÓRCIO expedido conjuntamente por dois ou mais de seus órgãos dentro de suas competências ou em razão de sua delegação.

III – ATO DA SUPERINTENDÊNCIA - ato normativo de efeitos externos ao CONSÓRCIO expedido pela SUPERINTÊNCIA dentro de suas competências funcionais ou em razão de sua delegação;

IV – CONSELHO FISCAL – órgão de Controle Interno do CONSÓRCIO constituído por representantes por representantes das Secretarias ou Diretorias Financeiras dos Municípios consorciados, com competência para fiscalizar as contas a serem prestadas pela SUPERINTENDÊNCIA do CONSÓRCIO.

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra nº 844 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 25139

Rafael A Chaib Lotierzo
OAB/SP Nº 92.255

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 25 41
Mogi Mirim SP

V – CONSELHO TÉCNICO: órgão formado por técnicos indicados pelos Municípios consorciados, escolhidos em assembleia geral e nomeados pela SUPERINTENDÊNCIA, responsável pelo planejamento das ações e serviços a serem executados no CONSÓRCIO, e seu PLANO DE TRABALHO ANUAL.

VI – CONSÓRCIO PÚBLICO PRIVADO: pessoa jurídica composta exclusivamente por entes da Federação, na forma de pessoa jurídica de direito privado subordinada às regras do direito público quanto à realização de licitações, celebração de contratos, prestação de contas e admissão de pessoal, que será regida pela CLT, para estabelecer relações de cooperação federativa e representação com a finalidade da realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação civil sem fins lucrativos e de caráter assistencial, com personalidade jurídica de ente privado da administração pública.

VII – CONTRATO DE CONSÓRCIO OU ESTATUTO SOCIAL – ato jurídico de instituição do CONSÓRCIO decorrente do PROTOCOLO DE INTENÇÕES estabelecidos pelos Municípios consorciados e que fixa as regras das relações associativas, estabelecendo sua existência, duração, organização, funcionamento, financiamento, extinção e foro.

VIII–CONTRATO DE GESTÃO: o instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como organização social, com vistas à formação de parceria entre as partes para fomento e execução de atividades previstas no art. 1º da Lei nº. 9.637, de 15 de maio de 1998.

IX – CONTRATO DE PROGRAMA: instrumento pelo qual são constituídas e reguladas as obrigações que um ente da Federação, inclusive sua administração indireta, tenha para com outro ente da Federação, ou para com consórcio público, no âmbito da prestação de SERVICOS PÚBLICOS TARIFADOS por meio de cooperação federativa.

X – CONTRATO DE RATEIO: contrato por meio do qual os entes consorciados comprometem-se a fornecer recursos financeiros para a realização das despesas do consórcio público para seu custeio ou Investimentos, decorrentes do PLANO DE TRABALHO e PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA anuais.

XI – CREDENCIAMENTO –procedimento voltado a disponibilizar serviços de saúde aos usuários do CONSÓRCIO mediante o estabelecimento de uma Tabela de Serviços e Preços à qual poderá qualquer prestador de serviços devidamente qualificado se vincular sem exclusão para prestar serviços à escolha dos usuários.

XII – DELIBERAÇÃO: ato normativo do CONSÓRCIO expedido pelo CONSELHO DE PREFEITOS em razão de suas competências ou em razão de sua delegação.

XIII – GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS: exercício das atividades de planejamento, regulação ou fiscalização de serviços públicos por meio de consórcio público privado ou de convênio de cooperação entre entes federados, acompanhadas ou não da prestação de serviços públicos ou da transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, nos termos do art. 241 da Constituição Federal.

XIII-A – NÚCLEOS REGIONAIS: são órgãos ou subsedes do CONSÓCIO, com competência exclusivamente administrativa, fixadas pela Superintendência e administradas por um Coordenador Regional, para facilitar o atendimento das demandas dos municípios consorciados e o controle das ações e serviços de saúde executados em cada região da área de atuação do consórcio.

Avenida das Tulipas, nº 638 - Jardim Holanda – Holambra-SP – CEP: 13827-042 Telefones: (19) 3802-2300 3802-2221 3802-5102
www.cismetro.com.br

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra nº 814 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 25139

Rafael A. Chaib Lotierzo
OAB/SP Nº 92.255

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 26/41
Mogi Mirim SP

XIV – PLANO DE TRABALHO ANUAL: rol de ações e serviços a serem realizados no período anual pelo CONSÓRCIO, vinculados às suas disponibilidades orçamentárias, com elaboração sob responsabilidade do CONSELHO TÉCNICO.

XV – PORTARIA: ato normativo interno do CONSÓRCIO expedido pela SUPERINTÊNDENCIA dentro de suas competências funcionais ou em razão de sua delegação.

XVI – PRESTAÇÃO REGIONALIZADA: aquela em que um único prestador atende a dois ou mais municípios, contíguos ou não, com uniformidade de fiscalização e regulação dos serviços, inclusive de sua remuneração, e com compatibilidade de planejamento.
XVII – RESOLUÇÃO: ato normativo interno do CONSÓRCIO expedido pela COORDENAÇÃO GERAL dentro de suas competências funcionais ou em razão de sua delegação.

XVIII – SECRETARIA EXECUTIVA: órgão gerencial do CONSÓRCIO, subordinado à SUPERINTENDENCIA, responsável pela execução dos trabalhos administrativos, técnicos, financeiros e de movimentação dos recursos humanos, do CONSÓRCIO, chefiada por um COORDENADOR GERAL, eleito pela ASSEMBLEIA GERAL e nomeado pela SUPERINTENDÊNCIA, gerentes e técnicos nomeados pela SUPERINTENDÊNCIA.

XIX–SUPERINTENTÊNCIA: órgão de representação do CONSÓRCIO junto às esferas de governo, responsável pela gestão, administração, movimentação financeira e de pessoal com poderes de delegação, responsável pela supervisão dos trabalhos do CONSELHO TÉCNICO e da SECRETARIA EXECUTIVA.

XX–TERMO DE PARCERIA: o instrumento firmado entre o Poder Público e entidade qualificada como organização da sociedade civil de interesse público, destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes para o fomento e a execução de atividades de interesse público previstas no art. 3º da Lei nº. 9.790, de 23 de março de 1999.

CAPÍTULO III - DA DENOMINAÇÃO, PRAZO E SEDE

CLÁUSULA QUARTA - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS – CISMETRO HOLAMBRA, é um consórcio público privado, pessoa jurídica de direito privado com natureza jurídica de associação civil sem fins lucrativos e de caráter assistencial instituído sob a regência do art. 44, I, do Código Civil.

Parágrafo primeiro – O Consórcio adquirirá personalidade jurídica com a conversão de seu Protocolo de Intenções em Contrato de Consórcio Público (Cláusula Segunda, caput);

Parágrafo segundo – Ao CONSÓRCIO em razão se seu caráter assistencial, e prestação de serviços essenciais de saúde de forma universalizada, fica reconhecida a sua imunidade tributária, não sendo incidente aos seus serviços quaisquer tributos.

Parágrafo terceiro – Como forma de garantir simultaneidade, recomenda-se que as leis de ratificação prevejam a sua entrada em vigor a partir do dia 01 de NOVEMBRO de 2013.

CLÁUSULA QUINTA – O Consórcio vigerá por prazo indeterminado.

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra nº 814 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 75139

Rafael A. Chaib Lotierzo
OAB/SP Nº 92.255

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 27/41
Mogi Mirim SP

CLÁUSULA SEXTA – A sede do Consórcio é o Município da Estância Turística de Holambra, à Avenida das Tulipas, nº 638 – Jardim Holanda – Holambra – SP – CEP: 13825-000 e sua área de atuação corresponde à soma dos territórios dos Municípios que o integram, que poderá ser expandida em caso de adesão futura de novos municípios nos termos estabelecidos no contrato de consórcio ou estatuto.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral do Consórcio, poderá alterar sua cidade sede, com a aprovação de pelo menos 2/3 (dois terços) dos votos dos consorciados.

Parágrafo Segundo – A alteração de endereço do Consórcio na mesma cidade sede se dará pela aprovação da maioria simples dos presentes à Assembleia Geral.

CAPÍTULO IV – DAS FINALIDADES

CLÁUSULA SÉTIMA – As finalidades do Consórcio são:

I – Planejar, adotar e executar projetos e medidas conjuntas destinadas a assegurar a assistência à saúde aos cidadãos dos Municípios consorciados, garantindo de forma universalizada, integralizada e equitativa, a execução das ações e serviços de saúde, nos níveis de complexidade básica, média e alta, especialmente atuando para dar efetividade a:

a) Programas de saúde familiar.
b) Programas de triagem e encaminhamento à rede hospitalar regional.
c) Programas de atendimento regional em especialidades médicas, procedimentos de média complexidade e internações (AIH), com ênfase ao atendimento à população de baixa renda.
d) Serviços de diagnóstico laboratorial e por imagens.
e) Outros programas e ações de interesse de parte ou da totalidade dos Municípios consorciados, de acordo com aprovação da Assembleia Geral.

II – Representar o conjunto dos Municípios que o integram junto aos órgãos integrantes do SUS – SITEMA ÚNICO DE SAÚDE, em assuntos de interesse comum, perante quaisquer outras entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais, inclusive com participação nas Conferências Municipais, Regionais, Estaduais e Nacionais de Saúde.

III – Promover formas articuladas de planejamento do desenvolvimento da saúde regional, criando mecanismos conjuntos para consultas, estudos, execução, fiscalização e controle de atividades que interfiram na qualidade da saúde pública na área de atuação.

IV – Desenvolver serviços e atividades de interesse dos Municípios consorciados, na área de saúde, de acordo com os contratos de rateio e contratos de programas aprovados pela Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro - Para o cumprimento de suas finalidades, o CONSÓRCIO poderá:
a) Adquirir os bens que entender necessários, os quais integrarão o seu patrimônio.

b) Firmar convênios, contratos, contratos de gestão, termos de parceria, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções de outras entidades e órgãos do Governo ou da iniciativa privada, aplicando-se inclusive se necessário os termos do art. 112 da Lei Ordinária nº 8.666/90.

c) Contrair empréstimos, abrir, fechar e movimentar contas correntes em estabelecimentos bancários, emitir, endossar, aceitar cambiais, notas promissórias, duplicatas, cheques e demais títulos de crédito,

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra nº 814 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 25139

Rafael A. Chaib Lotierzo
OAB/SP Nº 92.255

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 28/41
Mogi Mirim SP

renunciar a direitos e transigir, dar cauções, avais e fianças em operações de interesse do Consórcio, observadas as disposições estatutárias aplicáveis.

d) Prestar a seus associados serviços de qualquer natureza, fornecendo inclusive recursos humanos e materiais, para execução de ações e serviços objeto do presente contrato de consórcio, que lhes correspondam, nos termos do art. 241 da Constituição Federal, e do Contrato de Consórcio/Estatuto Social.

e) Atuar como gestor dos contratos firmados para prestação dos serviços aos Municípios, podendo inclusive referida gestão ser remunerada.

TÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

CAPÍTULO I - DOS ÓRGÃOS

CLÁUSULA OITAVA - O Consórcio se estruturará em órgãos hierarquicamente estabelecidos e com autonomia dentro de suas competências, especialmente quanto ao poder de fiscalização apresentando a seguinte estrutura básica:

a) Assembleia Geral ou Conselho de Prefeitos.
b) Superintendência.
c) Secretaria Executiva.
d) Conselho Técnico.
e) Conselho Fiscal.

CAPÍTULO II – Da assembleia geral ou conselho de prefeitos

CLÁUSULA NONA – A ASSEMBLEIA GERAL OU CONSELHO DE PREFEITOS é o órgão de deliberação máxima do CONSÓRCIO integrado pelos prefeitos municipais dos municípios consorciados, sendo composto por um PRESIDENTE, um VICE PRESIDENTE, VICE PRESIDENTES REGIONAIS e MEMBROS REPRESENTANTES dos municípios.

CLÁUSULA DÉCIMA – Os componentes do CONSELHO DE PREFEITOS deverão, no prazo de 15 (quinze) dias de sua posse designar representante a ser cadastrado junto ao CONSÓRCIO, para substituí-los, em suas ausências ou impedimentos na representação de seus municípios junto ao CONSÓRCIO.

Parágrafo Primeiro – Os representantes nomeados somente poderão ser substituídos mediante novo cadastro junto ao CONSÓRCIO que não poderá ser procedido em prazo inferior a 48 (quarenta e oito) horas das assembleias gerais.

Parágrafo Segundo - Nenhum servidor do Consórcio poderá representar qualquer ente consorciado na Assembleias Geral, e nenhum servidor ou membro de um ente consorciado poderá representar outro ente consorciado.

Parágrafo Terceiro - Ninguém poderá representar dois ou mais consorciados na mesma Assembleias Geral.

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra nº 814 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 75139

Rafael A. Chaib Lotierzo
OAB/SP Nº 92.255

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 29/41
Mogi Mirim SP

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - A Assembleias Geral será presidida pelo Prefeito de um dos Municípios consorciados, eleito por aclamação ou voto, por maioria absoluta, para mandato de 02 (dois) anos.

Parágrafo primeiro – Se nenhum candidato obtiver maioria absoluta de votos, proceder-se-á ao segundo escrutínio, onde concorrerão os dois candidatos mais votados na primeira votação.

Parágrafo segundo – Em caso de renúncia do Presidente, haverá imediata eleição para suprir a vacância, assumindo a Presidência o Vice Presidente que convocará assembleia geral ordinária para, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, proceder a eleição de novo Presidente.

Parágrafo terceiro – Os Prefeitos Municipais poderão realizar reuniões em seus núcleos regionais convocadas pelo Presidente, Vice-Presidente ou pelo Vice-Presidente Regional.
I - As deliberações das reuniões regionais somente terão validade com a prévia ciência do Presidente do Consórcio da data de sua realização e pauta e, pela ratificação da Assembleia Geral que decidirá o alcance de sua aplicação.

Seção I - Do funcionamento

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- A Assembleias Geral será dirigida pelo Presidente que indicará um Secretário para auxiliá-lo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - A Assembleias Geral reunir-se-á por convocação de seu Presidente, sempre que houver pauta para deliberação e, extraordinariamente, quando convocada por, ao menos, 1/5 (um quinto) de seus membros.

Parágrafo primeiro – As convocações deverão se dar através de edital de convocação com ciência inequívoca a todos os membros consorciados, o que poderá ser promovido pela ciência no próprio ato de convocação ou através de correspondência com aviso de recebimento (A.R.), ou por meio eletrônico previamente cadastrado junto ao Consórcio.

Parágrafo segundo – O prazo entre a convocação e a realização da assembleia geral não poderá ser inferior a quarenta e oito horas.

Parágrafo terceiro – A Assembleia Geral, somente se instalará e deliberará com a presença de mais da metade dos entes consorciados, exceto sobre as matérias que exijam quórum superior nos termos deste contrato de consórcio / Estatuto Social.

Parágrafo quarto – A Assembleia Geral Ordinária poderá ser realizada de forma presencial ou virtual de acordo com a necessidade de agenda e pauta do Presidente e de seus membros.

Parágrafo quinto – A Assembleia Geral Extraordinária, será necessariamente realizada na forma presencial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - As deliberações da Assembleias Geral serão por consenso ou por voto, que será público, nominal e aberto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Cada membro do Consórcio terá um voto, independente dos bens e recursos que repassar ao Consórcio.

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra nº 814 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 2513-9

Rafael A Chaib Lotierzo
OAB/SP Nº 92.255

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls 30/41
Mogi Mirim SP

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - As decisões serão sempre por maioria absoluta, com voto de qualidade do Presidente em caso de empate, ressalvadas as alterações contratuais e/ou estatutárias que obedecerão ao quórum qualificado de 2/3 (dois terços).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - A Assembleias Geral somente deliberará sobre os assuntos da pauta, que devem ser específicos, sendo vedada a inclusão em pauta de tema sob o título de "assuntos gerais" ou "assuntos de interesse geral" ou expressão equivalente.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Os assuntos que vierem à discussão, sem constar previamente da pauta, somente poderão ser objeto de discussão, se encaminhados para deliberação na próxima sessão da Assembleia Geral, convocada nos termos do Estatuto Social.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - Os assuntos levados à pauta deverão ser necessariamente objeto de discussão pela Assembleias Geral, em busca de decisão de consenso, sendo levados à deliberação por voto somente depois de esgotadas todas as possibilidades de aprovação consensual.

Seção II - Das competências

CLÁUSULA VIGÉSIMA - Compete à Assembleia Geral:

a) Deliberar, em última instância, sobre os assuntos gerais do CONSÓRCIO.
b) Aprovar:
b1) o PLANO DE TRABALHO ANUAL, elaborado pelo CONSELHO TÉCNICO e apresentado pela SUPERINTENDÊNCIA;
b2) a PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA ANUAL elaborada pela SECRETARIA EXECUTIVA e apresentada pela SUPERINTENDÊNCIA.
c) Definir as políticas patrimoniais e financeiras e aprovar os programas e investimentos do Consórcio elaborados pela SECRETARIA EXECUTIVA e apresentados pela SUPERINTENDÊNCIA.
d) Eleger em assembleia geral o SUPERINTENDENTE como representante legal e administrador do CONSÓCIO, para um mandato de quatro anos, com possibilidade de recondução, bem como determinar a perda do mandato, nos casos previstos estatutariamente.
e) Aprovar o relatório anual das atividades do CONSÓRCIO, elaborado pelos CONSELHO TÉCNICO e SECRETARIA EXECUTIVA e apresentados pela SUPERINTENDÊNCIA.
f) Apreciar, até março de cada ano, as contas do exercício anterior, prestadas pelo SUPERINTENDENTE acompanhado do parecer conclusivo do CONSELHO FISCAL.
g) Deliberar sobre as quotas de contribuições dos municípios consorciados, especialmente aquelas estabelecidas nos contratos de rateio.
h) Autorizar a alienação dos bens do Consórcio, bem como seu oferecimento como garantia de operação de crédito.
i) Aprovar a solicitação dos servidores municipais para a prestação de serviços junto ao Consórcio, nos termos das respectivas leis municipais de origem.
j) Deliberar sobre a suspensão, exclusão e penalização de consorciados.
k) Propor, apreciar e deliberar sobre propostas de alterações do presente Estatuto.
l) Autorizar a entrada de novos consorciados.
m) Deliberar sobre a mudança de sede.
n) Supervisionar os trabalhos e as atividades desenvolvidas pelo SUPERINTENDENTE.
o) Aprovar o quadro de pessoal, suas alterações, e remuneração dos empregados do Consórcio, inclusive a do Coordenador Geral e dos demais integrantes da Secretaria Executiva, mediante proposta do SUPERINTENDENTE.

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra nº 814 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 5139

Rafael A. Chaib Lorenzo
OAB/SP Nº 92.255

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 31/41
Mogi Mirim SP

Parágrafo único. Para as deliberações a que se referem as alíneas "d" e "k" deste artigo é exigida deliberação por assembleias especialmente convocada para esse fim.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – Compete ao Presidente do Conselho de Prefeitos:

a) Presidir as Assembleias Gerais e dar voto de qualidade.
b) Dar posse ao SUPERINTENDENTE.
c) Representar os entes da Federação consorciados perante outras esferas de governo em assuntos de interesse comum, dentro dos limites fixados para a representação autorizada pela Assembleias Geral.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente nas ausências e impedimentos.

Seção III – Das Atas

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - Nas atas da Assembleias Geral serão registradas, de forma resumida, cada uma das propostas votadas na Assembleias Geral e a indicação dos resultados da votação.

Parágrafo Primeiro - Somente se reconhecerá sigilo de documentos e declarações efetuadas na Assembleias Geral mediante decisão na qual se indiquem expressamente os motivos do sigilo.

Parágrafo segundo - A ata será rubricada em todas as suas folhas, por aquele que a lavrou e por quem presidiu os trabalhos da Assembleias Geral.

Parágrafo terceiro – As atas serão registradas em livro próprio ou em meio eletrônico válido, devendo ser dadas às mesmas ampla publicidades com sua publicação no sítio da internet do CONSÓRCIO.

Parágrafo quarto – Às convocações das assembleias e reuniões deverá ser dada ampla publicidade com divulgação no sítio da internet do CONSÓRCIO, podendo ser realizadas por meio eletrônico válido.

Parágrafo quinto – Todas os atos administrativos, contratos e atos análogos, poderão ser assinados na forma digital pelos representantes do CONSÓRCIO ou dos municípios consorciados.

CAPÍTULO III – Da Superintendência

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – A SUPERINTENDÊNCIA é o órgão de representação responsável pela gestão, administração, movimentação financeira e de pessoal e prestação de contas do CONSÓRCIO.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – A SUPERINTENDÊNCIA tem como titular um SUPERINTENDENTE, com poderes de administração do CONSÓRCIO, que será assessorado e auxiliado pelo CONSELHO TÉCNICO, SECRETARIA EXECUTIVA e seus NÚCLEOS REGIONAIS, podendo delegar competências.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – O SUPERINTENDENTE ocupará emprego em confiança, por eleição da Assembleias, com mandato de quatro anos, somente podendo ser demitido por decisão justificada do CONSELHO DE PREFEITOS em Assembleias Geral, especificamente convocada para esse fim, com quórum mínimo de 2/3 (dois terços) para deliberação e aprovação, na qual será lhe

Avenida das Tulipas, nº 638 - Jardim Holanda – Holambra-SP – CEP: 13827-042 Telefones: (19) 3802-2300 3802-2221 3802-5102
www.cismetro.com.br

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra nº 814 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 75139

Rafael A. Chaib Loureiro
OAB/SP Nº 92.255

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 32/41
Mogi Mirim SP

proporcionada a oportunidade para se manifestar em ampla defesa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – Compete ao SUPERINTENDENTE:

a) Representar o Consórcio, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, podendo firmar contratados ou convênios e atos análogos, inclusive convenções coletivas de trabalho, bem como constituir procuradores: "ad negocia" e "ad judicia", podendo esta competência ser delegada parcial ou totalmente ao Coordenador Geral da Secretaria Executiva.
b) Movimentar, em conjunto com o Coordenador Geral da Secretaria Executiva ou com o Diretor de Administrativo e Financeiro, as contas bancárias do Consórcio, podendo esta competência ser delegada total ou parcialmente.
c) Acompanhar e supervisionar os trabalhos desenvolvidos pela SECRETARIA EXECUTIVA, NÚCLEOS REGIONAIS e pelo CONSELHO TÉCNICO.
d) Aprovar, a proposta de Regimento Interno do Consórcio a ser elaborada pela SECRETARIA EXECUTIVA e suas alterações, bem como, resolver e dispor sobre casos omissos.
e) Aprovar as contratações de serviços de terceiros e convênios com órgãos públicos e privados, conforme definidos nos planos e programas de trabalho aprovados pela Assembleia Geral.
f) Apresentar proposta do quadro de pessoal, suas alterações, e remuneração dos empregados do Consórcio, inclusive a do Coordenador Geral, dos Coordenadores Regionais e dos demais integrantes da Secretaria Executiva, para aprovação da Assembleia Geral.
g) Prestar contas aos órgãos públicos ou privados que tenham concedido auxílios e subvenções ao Consórcio e ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO.

CAPÍTULO IV – Do Conselho Técnico

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – É o órgão formado por pelo menos (2) dois técnicos indicados por cada um dos Municípios consorciados sendo sempre a composição paritária entre titulares e suplentes, escolhidos em assembleia geral e nomeados pela SUPERINTENDÊNCIA, responsável pelo planejamento das ações e serviços a serem executados no CONSÓRCIO, e seu PLANO DE TRABALHO ANUAL.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – Compete ao CONSELHO TÉCNICO:

a) Incentivar e convidar técnicos e assessores municipais, de empresas e da sociedade civil, para debater propostas, prioridades e os planos e programas de trabalho do Consórcio podendo, para isso, constituir Grupos de Trabalho, definindo objetivos, metas e sua composição.
b) Planejar as ações e serviços de saúde a serem executados pelo CONSÓRCIO.
c) Elaborar o PLANO ANUAL de trabalho.
d) Apresentar o Relatório Anual de Atividades.
e) Deliberar quanto às questões técnicas que envolvam as ações e serviços de saúde executados pelo CONSÓRCIO.
f) Escolher e aprovar o DIRETOR TÉCNICO do CONSÓRCIO, a ser nomeado pelo SUPERINTENDENTE.
g) Assessorar o SUPERINTENDENTE quanto às questões de ordem técnica dos serviços e ações de saúde.
h) Elaborar e aprovar seu Regimento Interno, para publicação pela SUPERINTENDÊNCIA.

Parágrafo Primeiro - As deliberações do CONSELHO TÉCNICO serão por consenso ou por voto, um para cada membro, respeitado a maioria absoluta.

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra nº 814 – Mogi Mirim SP
Microfilmado sob o nº 75139

Rafael A Chaib Lotierzo
OAB/SP Nº 92.255

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 33/41
Mogi Mirim SP

Parágrafo Segundo - O CONSELHO TÉCNICO elegerá um Presidente, com mandato de dois anos e possibilidade de recondução, que exercerá as funções de responsável por suas reuniões e atividades, com voto de qualidade.

CAPÍTULO V – Da Secretaria Executiva

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - É o órgão gerencial do CONSÓRCIO, subordinado à SUPERINTENDENCIA, responsável pela execução dos trabalhos administrativos, técnicos, financeiros e de movimentação dos recursos humanos, do CONSÓRCIO, composto pela COORDENAÇÃO GERAL e NÚCLEOS REGIONAIS.

Parágrafo Primeiro - A Secretaria Executiva é chefiada por um COORDENADOR GERAL, emprego em confiança, escolhido pela ASSEMBLEIA GERAL e nomeado pela SUPERINTENDÊNCIA e, composta pelos coordenadores regionais, coordenadores, supervisores e técnicos nomeados pela SUPERINTENDÊNCIA, conforme estabelecido no quadro de pessoal e no regulamento de contratações do CONSÓRCIO.

Parágrafo Segundo - A Secretaria Executiva executará os planos e programas estabelecidos pelas instâncias de deliberação do CONSÓRCIO, e será constituída além de um Coordenador Geral, gestores técnicos e administrativos, integrados por quadro de pessoal próprio, cedido pelos membros do Consórcio ou contratado.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - Compete ao Coordenador Geral:

a) Reportar-se ao SUPERINTENDENTE para atendimento das tarefas e trabalho da assembleia Geral, assim como responder pela execução das atividades do CONSÓRCIO.
b) Propor a estruturação ou reestruturação administrativa de seus serviços o quadro de pessoal e a respectiva remuneração, a serem submetidos à apreciação do SUPERINTENDENTE e aprovação do CONSELHO DE PREFEITOS.
c) Contratar, enquadrar, promover, demitir e punir empregados, bem como praticar todos os demais atos relativos à organização do pessoal, em comum acordo com o SUPERINTENDENTE.
d) Propor ao SUPERINTENDENTE a solicitação de servidores municipais para prestarem serviços ao Consórcio.
e) Fornecer ao CONSELHO DE PREFEITOS, ao SUPERINTENDENTE e ao CONSELHO FISCAL todas as informações que lhe sejam solicitadas.
f) Elaborar a proposta orçamentária anual, a ser submetida ao SUPERINTENDENTE e ao CONSELHO DE PREFEITOS;
g) Elaborar o balanço e o relatório de atividades anuais, a serem submetidos ao Conselho Fiscal e Assembleia Geral;
h) Elaborar os balancetes mensais para ciência do SUPERINTENDENTE e CONSELHO DE PREFEITOS e CONSELHO FISCAL.
i) Elaborar a prestação de contas dos contratos de rateio, auxílios e subvenções concedidas ao CONSÓRCIO, para ser apresentado pelo SUPERINTENDENTE aos Municípios ou ao órgão concedente;
j) Publicar, anualmente, no jornal de maior circulação dos municípios consorciados, ou jornal de maior circulação da região, o balanço anual do Consórcio;
k) Autorizar compras, serviços e outras despesas dentro dos limites do orçamento aprovado pela Assembleia Geral e definido pelo SUPERINTENDENTE, desde que estejam de acordo com o plano de atividades e programas aprovados pelos mesmos;
l) Autenticar, junto com o SUPERINTENDENTE os livros de atas e registros próprios do Consórcio;

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra n.º 814 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 75139

Rafael A. Chaio Lotierzo
OAB/SP Nº 92.255

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 34/41
Mogi Mirim SP

m) Movimentar, em conjunto com o SUPERINTENDENTE ou com o Diretor de Administrativo e Financeiro, as contas bancárias do Consórcio.

CAPÍTULO VI - Da eleição e da destituição do Presidente e dos Administradores

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - O Presidente do CONSELHO DE PREFEITOS será eleito em Assembleia especialmente convocada, podendo ser apresentadas candidaturas nos primeiros 30 (trinta) minutos.

Parágrafo Primeiro – Exclusivamente para o cargo de Presidente do CONSELHO DE PREFEITOS somente serão aceitos como candidatos Chefes do Poder Executivo de ente consorciado.

Parágrafo segundo - O Presidente do CONSELHO DE PREFEITOS será eleito por aclamação ou voto, por maioria absoluta, para mandato de 02 (dois) anos.

Parágrafo terceiro – Se nenhum candidato obtiver maioria absoluta de votos, proceder-se-á ao segundo escrutínio, onde concorrerão os dois candidatos mais votados na primeira votação.

Parágrafo quarto – Não poderão se candidatar os Chefes de Executivo de ente consorciado que estiver em débito com o CONSÓRCIO na data da eleição.

Parágrafo quinto – A eleição do VICE-PRESIDENTE e dos VICE-PRESIDENTES REGIONAIS se dará concomitantemente com a eleição para PRESIDENTE, independentemente de formação de chapa, através de candidaturas individuais.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA – Proclamado o resultado e eleito o Presidente e Vice-Presidente e Vice-Presidentes Regionais, passará a Assembleia Geral à eleição do SUPERINTENDENTE e do COORDENADOR GERAL, utilizando o mesmo procedimento adotado para a eleição do Presidente do CONSELHO DE PREFEITOS.

Parágrafo primeiro – Escolhido o SUPERINTENDENTE será designada ao mesmo a administração do consórcio sendo lhe dada a posse, pelo Presidente do CONSELHO DE PREFEITOS na própria assembleia.

Parágrafo segundo – Escolhido o COORDENADOR GERAL ao mesmo será dada posse em ato próprio e em separado pelo SUPERINTENDENTE.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA – A destituição do Presidente do CONSELHO DE PREFEITOS e do SUPERINTENDENTE se dará em Assembleia Geral, especialmente convocada para esse fim, que se instalará e deliberará com o quórum mínimo de 2/3 (dois terços).

Parágrafo único – No Procedimento de destituição será garantida a ampla defesa.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA – O Coordenador Geral poderá ser destituído pelo SUPERINTENDENTE *ad referendum* do CONSELHO DE PREFEITOS.

CAPÍTULO VII – Do Conselho Fiscal

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA – É o órgão de controle interno do CONSÓRCIO constituído por representantes das Secretarias ou Diretorias Financeiras dos Municípios consorciados, com

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra nº 814 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 75139

Rafael A Chaib Lotierzo
OAB/SP Nº 92.255

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 33/41
Mogi Mirim SP

competência para fiscalizar as contas a serem prestadas pela SUPERINTENDÊNCIA do CONSÓRCIO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - É o órgão formado por (2) dois representantes (um titular e um suplente) indicados através de portaria por cada um dos Municípios consorciados sendo sempre a composição paritária entre titulares e suplentes, empossados pela Assembleia Geral.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - O Conselho Fiscal será dirigido por uma Diretoria constituída por um Presidente, um Vice - Presidente, um Secretário e suplentes, eleitos em escrutínio aberto para o mandato de 02 (dois) anos.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - O Conselho Fiscal, através de seu Presidente, e por decisão da maioria de seus integrantes, poderá convocar o SUPERINTENDENTE ou o COORDENADOR GERAL, para esclarecimentos ou providências quando forem verificadas irregularidades na escrituração contábil, nos atos de gestão financeira ou patrimonial, ou ainda quando ocorrer inobservância de normas legais, estatutárias ou regimentais.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - Compete ao Conselho Fiscal:

a) Fiscalizar a contabilidade do CONSÓRCIO.
b) Acompanhar e fiscalizar as operações econômicas ou financeiras da entidade.
c) Exercer o controle de gestão e de finalidade do CONSÓRCIO.
d) Exercer o controle sobre o plano de trabalho, proposta orçamentária, balanços e relatórios e prestações de contas, a serem submetidos à Assembleia Geral.
e) Elaborar e aprovar o seu Regimento Interno para publicação pelo SUPERINTENDENTE.
f) Eleger seu Presidente, Vice – Presidente e Secretário e respectivos suplentes.
g) Indicar representante para participar de reuniões do Conselho Técnico e da Assembleia Geral, quando convidado.
h) Emitir pareceres quando da prestação de contas anuais do consórcio antes de sua apreciação pela Assembleia Geral.
i) Exercer o Controle Interno do CONSÓRCIO.

TITULO III – Dos Recursos Humanos

CAPÍTULO I - DAS ADMISSÕES DE PESSOAL

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - O Consórcio terá empregados a serem contratados nos termos previstos pelo §2º, do art. 6º, da Lei Ordinária, 11.107, de 06 de abril de 2005, e cujo número será fixado em relação aos serviços, por proposta elaborada pela SUPERINTENDÊNCIA e decisão da Assembleia Geral.

Parágrafo único - O número de empregados poderá ser alterado em razão de aumento ou redução na demanda dos serviços, por decisão da Assembleia Geral.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - O provimento dos empregos se dará por processo seletivo, e em comissão para os cargos de direção, chefia e assessoramento, respeitadas as regras de nomeação de empregos em confiança estabelecidas para os casos específicos previstos no Estatuto.

Avenida das Tulipas, nº 638 - Jardim Holanda – Holambra-SP – CEP: 13827-042 Telefones: (19) 3802-2300/3802-2221 3802-5102
www.cismetro.com.br

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra nº 814 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 75139

Rafael A. Chaib Lotierzo
OAB/SP Nº 92.255

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 36/41
Mogi Mirim SP

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - A contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, deverá se dar nas seguintes hipóteses:

a) Nos casos de vacância ocasionados por férias, licença remunerada de qualquer natureza, afastamento do trabalho por motivo de doença, morte, pedido de demissão ou demissão de empregado, limitado ao prazo de um ano, até que seja viável a elaboração de processo seletivo para contratação;
b) Nos casos de aumento incomum de demanda dos serviços, devidamente justificado e por decisão da Assembleia Geral, pelo prazo máximo de seis meses.
c) Nos casos de calamidade pública, estado de emergência e nas ocorrências de epidemias, devidamente registrados e homologados, conforme o evento.
d) Nos casos de iminente perigo de supressão dos serviços ocasionado por paralisação ou greve de empregados, assim como, nas emergências, devidamente justificadas
e) Nos casos em que houver risco se solução de continuidade de serviço essencial.

Parágrafo único - Não se admitirá a contratação nos moldes previstos no presente inciso fora das hipóteses previstas nas alíneas anteriores, assim como, não se tolerará a perpetuação da contratação temporária.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - Os salários dos empregados seguirão quadro próprio, ficando limitado ao mínimo dos valores pagos pela respectiva categoria de classe fixado em convenção coletiva de trabalho da qual tenha participado o CONSÓRCIO e ao máximo pelo teto fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal.

TÍTULO IV – DOS CONTRATOS, CONVÊNIOS E ATOS ANÁLOGOS

CAPÍTULO I - DOS CONTRATOS DE GESTÃO E TERMOS DE PARCERIA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - O CONSÓRCIO poderá firmar contrato de gestão e termos de parceria para consecução de suas finalidades, respeitadas as disposições da Lei 9.637/98,

que instituiu as Organizações Sociais, Contratos de Gestão e o Programa Nacional de Publicação, e da Lei Federal n.º 9.790, de 23 de março de 1999, que instituiu as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP e seus respectivos decretos
regulamentadores, devendo os Municípios consorciados providenciar a Legislação municipal autorizativa.

Parágrafo único - As contratações estipuladas na presente cláusula deverão necessariamente ser previamente aprovadas pelo CONSELHO FISCAL, a quem se encaminhará o protocolo de intenções firmado com as entidades civis parceiras, detalhando toda matéria a ser deliberada.

CAPÍTULO II – DOS CONVÊNIOS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA – O CONSÓRCIO poderá firmar convênios e termos de cooperação com pessoas jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras podendo receber recursos para tanto.

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra n.º 814 – Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 25139

Rafael A Chaib Lotierzo
OAB/SP Nº 92.255

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 37/41
Mogi Mirim SP

CAPÍTULO III – DOS CONTRATOS DE RATEIO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - O CONSÓRCIO firmará com os Municípios consorciados CONTRATO DE RATEIO, por meio do qual os entes consorciados se obrigarão a fornecer recursos financeiros para a realização das despesas do consórcio público para seu custeio ou investimentos.

Parágrafo único – Os contratos de rateio serão firmados a cada exercício com base no PLANO DE TRABALHO e na PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA anuais, que vinculam os municípios consorciados ao seu cumprimento.

Parágrafo segundo – A validade e vigência do Contrato de Rateio se dará com sua aprovação pela Assembleia Geral/Conselho de Prefeitos.
Parágrafo terceiro - O Contrato de Rateio poderá ser alterado, mediante termos aditivos, cuja validade e vigência se dará com sua aprovação pela Assembleia Geral/ Conselho de Prefeitos.

Parágrafo quarto – O Contrato de Rateio poderá ser alterado no curso de sua execução por Ato da Superintendência *ad referendum* da Assembleia Geral, nos seguintes casos:

I – Alteração do PLANO DE TRABALHO solicitado por um ou mais consorciados com alteração na PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA.
II – Solicitação por um ou mais consorciados de aumento de suas dotações na PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA, com comprovado suporte em dotações do orçamento municipal.

CAPÍTULO IV – DO CREDENCIAMENTO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA – O CONSÓRCIO poderá estabelecer procedimento de credenciamento, para serviços de saúde, com fundamento no *caput* do art. 25, da Lei Geral de Licitações, devendo nestes casos estabelecer uma TABELA DE PREÇOS UNIFORMES para os serviços a serem contratados e LISTA DE CREDENCIADOS com ampla publicidade, para que os usuários possam escolher aquele que melhor lhes aprouver.

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra n° 81 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o n° 75139

TÍTULO V – DAS FINANÇAS

CAPÍTULO I - PATRIMÔNIO E RECURSOS FINANCEIROS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - O patrimônio do Consórcio será constituído:

I - Pelos bens que vier a adquirir a qualquer título.
II - Pelos bens que lhe forem doadas por entidades públicas e privadas.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - Constituem recursos financeiros do Consórcio:

I - Os repasses dos Municípios procedidos em razão dos contratos de rateio, previstos no art. 8º, da Lei Ordinária nº 11.107, de 06 de abril de 2005.

II - Dos repasses de empresas e entidades, consoante Convênios termos e cooperação.
III - A remuneração dos próprios serviços, inclusive os decorrentes da gestão de contratos firmados pelo consórcio, quando previsto em edital de convocação.

Rafael A. Chaib Lalerzo
OAB/SP Nº 92.255

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 38/41
Mogi Mirim SP

IV - Os auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou particulares.
V - As rendas de seu patrimônio.
VI - Os saldos dos exercícios.
VII - As doações e legados.
VIII - O produto da alienação de seus bens.
IX - O produto das operações de crédito, permitidas por lei.
X - As rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e da aplicação de capitais.
XI - O produto da arrecadação destinado aos Municípios por força do art. 158, I, da CONSTITUIÇÃO DEFERAL, do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelo CONSÓRCIO.
XII - O produto da arrecadação do imposto sobre serviços de qualquer natureza dos Municípios incidente sobre serviços realizados ou tomados pelo CONSÓRCIO.

TÍTULO VI – DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

CAPÍTULO I – DEMISSÃO ou RETIRADA, EXCLUSÃO, DISSOLUÇÃO, DIREITOS E DEVERES
Seção I – Da Demissão ou Retirada

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - Cada consorciado poderá se retirar a qualquer momento da sociedade, desde que denuncie sua participação com prazo nunca inferior a 180 (cento e oitenta) dias, cuidando os demais consorciados de acertar os termos da redistribuição de custos dos planos, programas e projetos de que participe o retirante.

Parágrafo Primeiro – São condições imprescindíveis para a validade do ato de retirada:

a) estar o ente consorciado quites com o CONSÓRCIO, sem qualquer débito vencido pendente de liquidação;
b) ser autorizado por lei específica aprovada pela respectiva Câmara Municipal do ente retirante.

Parágrafo Segundo – Manifestando o ente sua vontade de retirar-se e existindo débitos vencidos pendentes, deverá o mesmo providenciar o seu pagamento ou Termo de Confissão e Parcelamento de

Dívida, a ser proposto pelo SUPERINTENDENTE e aprovado pela Assembleia Geral.

Parágrafo Terceiro – Aprovado o parcelamento da dívida o ente consorciado ficará suspenso, não recebendo qualquer prestação dos serviços, ficando obrigado, todavia, a pagar as despesas operacionais do CONSÓRCIO relativas à cota fixa, até a liquidação total de seu débito.

Parágrafo quarto – A retirada promovida sem o cumprimento das formalidades previstas nos dispositivos anteriores, sendo considerada irregular por decisão da Assembleia Geral, implicará em multa civil ao Município no percentual de 100% (cem por cento) do débito existente e representação ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo a ser formalizada pela SUPERINTENDÊNCIA.

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra n.º 814 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 75139

Seção II – Da Exclusão

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - Serão excluídos do quadro social, ouvido o CONSELHO DE PREFEITOS em Assembleia Geral, os consorciados que tenham deixado de incluir,

Rafael A. Chaib Lotierzo
OAB/SP Nº 92.255

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 39/41
Mogi Mirim SP

no orçamento da despesa, a dotação devida aos Consórcios em prejuízo da responsabilidade por perdas e danos e representação aos órgãos de fiscalização (MP e TCESP) a ser promovida pelo SUPERINTENDENTE.

Parágrafo único – O consorciado que deixar de repassar as cotas do contrato de rateio, e não apresentar proposta de pagamento no prazo de 15 (quinze) dias contados do vencimento, ou que apresentando proposta para pagamento a deixe de cumprir, será suspenso *ad referendum* do CONSELHO DE PREFEITOS, pelo SUPERINTENDENTE, aplicando-se-lhe, no que couber, o previsto nos parágrafos da cláusula anterior, até a quitação de seu débito, após o que será excluído do CONSÓRCIO.

Seção III – Da Extinção

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - O Consórcio somente será extinto por decisão do CONSELHO DE PREFEITOS em Assembleia Geral, especialmente convocada para esse fim e pelo voto de, no mínimo 2/3 (dois terços) de seus membros.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - Em caso de extinção, os bens e recursos do Consórcio reverterão ao patrimônio dos consorciados, proporcionalmente às inversões feitas, ou a entidade com as mesmas finalidades e natureza jurídica, indicada pela Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro - Os consorciados que participam de um investimento, que o entendam indiviso, poderão optar pela reversão a apenas um deles, escolhido mediante sorteio ou conforme for acordado pelos partícipes, na Liquidação do CONSÓRCIO, mediante homologação da Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – Os consorciados deverão providenciar a liquidação do CONSÓRCIO com a devida quitação de todas as obrigações existentes e as reversões pertinentes sob pena de responsabilidade pessoal de seus representantes.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - Aplicam-se às hipóteses do artigo anterior ao caso de encerramento de determinada atividade do Consórcio, cujos investimentos se tornem ociosos.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - Os consorciados que se demitirem (retirarem espontaneamente) e os excluídos do quadro social somente participarão da reversão dos bens e recursos da sociedade, quando de sua extinção ou encerramento, da atividade de que participem.

Parágrafo Único - Qualquer consorciado pode assumir os direitos daquele que saiu, mediante ressarcimento dos investimentos que este fez na sociedade.

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra n.º 814 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 75139

SEÇÃO IV – DIREITOS E DEVERES

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - São direitos dos consorciados, a utilização dos serviços objeto do consórcio nos termos do presente Estatuto, e dos contratos de rateio, desde que em dia com suas contribuições ao CONSÓRCIO.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - São deveres dos consorciados, cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto e os termos dos contratos de rateio.

CAPÍTULO II - DISPOSIÇÕES FINAIS

Rafael A. Chaib Lotierzo
OAB/SP Nº 92.255

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 40/41
Mogi Mirim SP

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - O consórcio ora intencionado fica autorizado à gestão associada dos serviços objeto do presente termo, dentro de suas finalidades precípuas já elencadas e na sua área de atuação, respondendo pelos Municípios consorciados dentro dos limites da prestação de serviços contratada.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - O consórcio também fica autorizado a licitar ou outorgar concessão, permissão ou autorização da prestação dos serviços, nos limites de suas competências, mediante decisão, por unanimidade, da Assembleia Geral.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - Os contratos de programa firmados com órgão ou entidade de um dos entes da Federação consorciados, para prestação de serviços, dependerão de protocolo prévio de intenções, aprovado pela Assembleia Geral.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - Os serviços prestados pelo Consórcio deverão obedecer aos critérios estabelecidos pelo SUS, dando-se o mesmo para os contratos de programa.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - Os Municípios consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações assumidas pela entidade.

Parágrafo Único – O SUPERINTENDENTE, administrador do CONSÓRCIO, e os representantes legais dos consorciados não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas com a ciência e em nome do CONSÓRCIO, mas assumirão as responsabilidades por atos praticados de forma contrária à lei ou às disposições contidas neste Estatuto.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - O primeiro exercício social do Consórcio encerrar-se-á em 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA - Os consorciados se obrigam a incluir nos respectivos orçamentos os recursos necessários para satisfazer as obrigações estabelecidas pela Assembleia Geral, nos moldes dos contratos de rateio firmados.

Parágrafo Único - Para o exercício de 2014, os consorciados comprometem-se a providenciar a abertura de crédito adicional especial, se necessário, para os efeitos previstos no "caput" deste artigo.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA - A SUPERINTENDÊNCIA promoverá o registro do presente instrumento no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, na cidade de sua sede, para que o Consórcio adquira personalidade jurídica.

CAPÍTULO III – DO FORO

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SÉTIMA - Para dirimir eventuais controvérsias deste Protocolo de Intenções e do Contrato de Consórcio Público que ele originar, fica eleito o foro de sua sede.

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra nº 814 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 75139

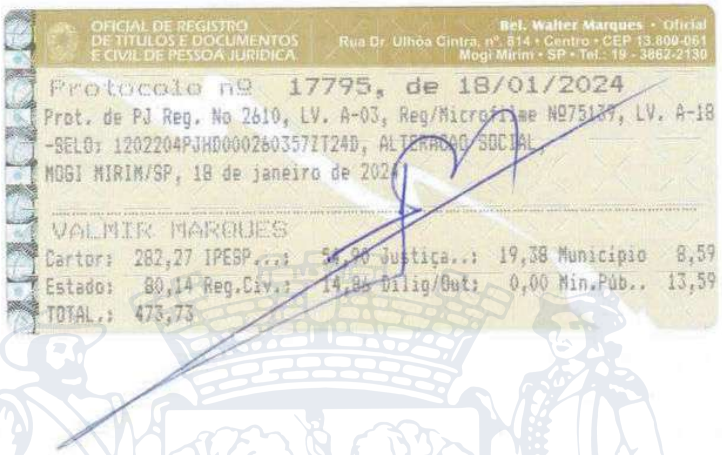
Holambra, 14 de dezembro de 2023.

HOLAMBRA
Reconhecimento no verso

Prof. Marco Antônio de Oliveira
Presidente do CISMETRO HOLAMBRA

Avenida das Tulipas, nº 638 - Jardim Holanda – Holambra-SP – CEP: 13827-042 Telefones: (19) 3802-2300 3802-2221 3802-5102
www.cismetro.com.br

Rafael A. Chaib Lotierzo
OAB/SP Nº 92.255


OFICIAL DE REGISTRO DE TITULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURIDICA
Bel. Walter Marques • Oficial
Rua Dr. Ulhoa Cintra, nº. 814 • Centro • CEP 13.800-061
Mogi Mirim • SP • Tel.: 19 - 3862-2130
Protocolo nº 17795, de 18/01/2024
Prot. de PJ Reg. No 2610, LV. A-03, Reg/Microfilme Nº75137, LV. A-18
-SELO: 1202204PJHD000260357IT24D, ALTERACAO SOCIAL
MOGI MIRIM/SP, 18 de janeiro de 2024
VALMIR MARQUES
Cartor: 282,27 IPESP...: 58,90 Justiça..: 19,38 Municipio 8,59
Estado: 80,14 Reg.Civ.: 14,86 Dilig/Out: 0,00 Min.Pub.. 13,59
TOTAL.: 473,73


Cartório de Holambra
Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas do Município de Holambra da Comarca de Artur Nogueira/SP
Daniel de Araújo Corrêa - Oficial/Tabelião
Rua Iris, nº 286 - Centro - Holambra-SP - CEP: 13823-037
Fone: (19) 3802-4322 - cartorioderholambra@hotmail.com
Reconheço, por semelhança, a firma de: (1) MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA, em documento com valor econômico, dou fé.
Holambra, 12 de janeiro de 2024.
Em Testº _____ da verdade. Cód. [illegible]
LIVIA MIKAELA VIEIRA DOS SANTOS - ESCREVENTE AUTORIZADA(Qtd:1)
Total R$ 12,81
Lívia Mikaela Vieira dos Santos
Escrevente Autorizada
Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas
126003
FIRMA
VALOR ECONÔMICO 1
C11269AA0100405
Holambra - SP

OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA - COMARCA DE MOGI MIRIM - SÃO PAULO

Rua Dr. Ulhoa Cintra, nº 814 - Centro - Mogi Mirim-SP - CEP 13.800-061 - Fone (19) 3862-2130
E-mail: registroimoveis@rimogimirim.com.br
Walter Marques - Oficial

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 40 | 41
Mogi Mirim SP

RECIBO OFICIAL

PROTOCOLO DE PESSOA JURÍDICA Nº:017795

Apresentante: NEUSA SANTOS FERREIRA SILVA, CPF: 264.615.128-45
Partes.....: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE NA REGIAO METROPOLITANA DE CAMPINAS - NORTE -

Título.....: ALTERAÇÃO SOCIAL -

CERTIFICA que o presente título foi protocolado sob o número acima, em 18/01/2024, tendo sido praticado os seguintes atos:

DESCRIÇÃO	DATA	COMENTÁRIO	BASE CÁLC.	COBRANCA	EMOL.	CUSTAS	TOTAL	SELO DIGITAL
Reg. No 2810, LV. A-03, Rec/Microfilme Nº75139. LV. A-18.	18/01/2024	ALTERACAO SOCIAL		CUSTAS INTEGRAIS	R$ 282,27	R$ 191,46	R$ 473,73	1202204PJHD000260357ZT24D

CUSTAS E EMOLUMENTOS

Emolumentos	R$	282,27
Ao Estado	R$	80,14
Ao SEFAZ	R$	54,90
Ao Registro Civil	R$	14,86
Ao Tribunal de Justica	R$	19.38
Ao Município	R$	8.59
Ao Ministério Público	R$	13.59
TOTAL	R$	473,73
Valor Depositado.....	R$	473,73

ORIGEM DOS DEPÓSITOS
-Depósito prévio em DINHEIRO

RECEBI A IMPORTÂNCIA TOTAL ACIMA ESPECIFICADA, DEVENDO ESTE DOCUMENTO FAZER PARTE INTEGRANTE DO TÍTULO.

MOGI MIRIM-SP, 18 de janeiro de 2024

VALMIR MARQUES - SUBSTITUTO DO OFICIAL

Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QRCode impresso ou acesse o endereço eletrônico:
https://selodigital.tjsp.jus.br
1202204PJHD000260357ZT24D

PELO INTERESSADO
Recebi uma via da presente com o título devidamente formalizado.

Data: 29 / 01 / 24
Ass.:
Nome: Neusa Santos Ferreira Silva
End.: (3802-2300)

Impresso em 19/01/2024 às 15:28:46 hrs — SiplanControl-M - www.spcm.com.br — 1 / 1

PORTARIAS

PORTARIA Nº 190, DE 1º DE JULHO DE 2025

GUSTAVO MARTINELLI, Prefeito do Município de Jundiaí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e face ao que consta do Processo Eletrônico SEI nº PMJ.0021087/2025, ----------

R E S O L V E autorizar à IDEAL 5K PRODUÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA, a título precário e gratuito, em conformidade com o Decreto Municipal nº 26.437, de 16 de maio de 2016, o uso da área do estacionamento do Paço Municipal (Bolsão), e as dependências do Jardim Botânico "Valmor de Souza", para a realização do evento corrida de rua denominada "JULINA RUN", no dia 6 de julho de 2025, das 5h00 às 12h00.

Além do período de realização do evento, fica autorizado, ainda, o uso desses próprios públicos no dia 5 de julho, das 08h00 às 17h00, para os serviços de montagem das instalações.

A utilização dos próprios públicos de que tratam este ato dar-se-á de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Autorização de Uso, que fica fazendo parte integrante desta Portaria.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MARTINELLI
Prefeito Municipal

LUCAS MARQUES LUSVARGHI
Gestor da Unidade de Administração
e Gestão de Pessoas

MARCOS GALDINO
Gestor da Unidade de Infraestrutura
e Serviços Públicos

Registrada na Unidade de Gestão da Casa Civil do Município de Jundiaí, ao primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, e publicada na Imprensa Oficial do Município.

FABIO NADAL PEDRO
Gestor da Unidade da Casa Civil

PORTARIA Nº 188, DE 1º DE JULHO DE 2025

GUSTAVO MARTINELLI, Prefeito do Município de Jundiaí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e face ao que consta do Processo Eletrônico SEI nº PMJ.0043694/2024, ----------

R E S O L V E autorizar a ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE MOTOCICLISMO, a título precário e gratuito, em conformidade com o Decreto Municipal nº 26.437, de 16 de maio de 2016, o uso das dependências do Parque da Uva Comendador Antônio Carbonari, para a realização do evento BONDE PELA VIDA JUNDIAÍ 2025, no período de 04 a 06 de julho de 2025, das 08h00 às 22h00.

Além do período de realização do evento, fica autorizado, ainda, o uso desse próprio público no período de 01 a 03 de julho de 2025, das 08h00 às 18h00, para os serviços de montagem das instalações, e no dia 07 de julho de 2025, das 08h00 às 18h00, para os serviços de desmontagem.

R E S O L V E, por fim, nos dias do evento, autorizar o uso dos arredores do Parque da Uva, sendo na Rua Amadeu Ribeiro e ao lado do CECE Dr. Nicolino de Luca "Bolão" em frente ao Complexo Esportivo e a parte lateral e superior; bem como o estacionamento em frente ao Parque da Uva na confluência da Avenida Jundiaí, Av. Dona Manoela L. Vergueiro, Rua Barão de Teffé e Rua Eng. José Maria Silva Velho, que serão utilizados para o acolhimento dos visitantes durante o evento, com cobrança pelo uso das vagas.

A utilização dos próprios públicos de que trata este ato dar-se-á de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Autorização de Uso, que fica fazendo parte integrante desta Portaria.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MARTINELLI
Prefeito Municipal

MARCELA ROBERTA MORO
Gestora da Unidade de Agronegócio,
Abastecimento e Turismo

Registrada na Unidade de Gestão da Casa Civil do Município de Jundiaí, ao primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, e publicada na Imprensa Oficial do Município.

FABIO NADAL PEDRO
Gestor da Unidade da Casa Civil

GESTÃO DE PESSOAS

DDS/DIVISÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO
EDITAL N. º 251 DE 02 DE JULHO DE 2025.

CARLOS UMBERTO ROSSI, Gestor Adjunto de Gestão de Pessoas, da Unidade de Gestão de Administração e Gestão de Pessoas, do Município de Jundiaí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Lei Municipal nº 5.641, de 06 de julho de 2001, Lei Municipal nº 8.763, de 03 de março de 2017, alterada pela Lei nº 8.948, de 27 de abril de 2018 e face ao que consta do Processo **PMJ.0010403/2025.**

Tendo em vista a desistência das candidatas MICHELLE VILELA DE PAULO CRUZ, classificada em 01º Lugar Classificação Final – Deficiente, VANESSA DE OLIVEIRA MEIRA, classificada em 01º Lugar Classificação Final – Negro e o não comparecimento da candidata MARIA DE LOURDES TELES DE SOUZA SANTOS, classificada em 06º Lugar Classificação Final - Geral.

FAZ SABER que, ficam as candidatas, abaixo relacionadas, convocadas a comparecer na Unidade de Gestão de Administração e Gestão de Pessoas, na Seção de Atendimento, situada na Avenida da Liberdade, s/nº, 3º andar, ala Norte, do Paço Municipal, das **09h às 17h, no prazo de 05 (cinco) dias, munidas (original e cópia) do CPF, RG, Certidão de Casamento, Diploma e Histórico do Ensino Superior Completo em Enfermagem e Registro no Conselho de Classe (COREN)**, ou encaminha-los através do e-mail recrutamento@jundiai.sp.gov.br a fim de tratar da documentação visando **contratação temporária regida pela Lei Municipal nº 9.580 de 05 de maio de 2021, através de termo de contrato de prestação de serviço**, pelo período de 06 (seis) meses, na classe de:

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

CLASS. DEF	NOME
02º Lugar	CRISTIANE SOUZA FORNAZARIO
CLASS. NEGRO	**NOME**
03º Lugar	NATALIA DA SILVA PRAXEDES
CLASS. GERAL	**NOME**
11º Lugar	CRISTIANE ANDRADE DOS SANTOS

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital que será publicado na Imprensa Oficial online no site do Município de Jundiaí.

CARLOS UMBERTO ROSSI
Gestor Adjunto de Gestão de Pessoas

Registrado na Unidade Gestão de Administração e Gestão de Pessoas, aos dois dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco.

DDS/DIVISÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO
EDITAL N. º 252, DE 02 DE JULHO DE 2025.

CARLOS UMBERTO ROSSI, Gestor Adjunto de Gestão de Pessoas, da Unidade de Gestão de Administração e Gestão de Pessoas, do Município de Jundiaí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Lei Municipal nº 5.641, de 06 de julho de 2001, Lei Municipal nº 8.763, de 03 de março de 2017, alterada pela Lei nº 8.948, de 27 de abril de 2018 e face ao que consta do Processo **PMJ.0004513/2025.**

Tendo em vista o não comparecimento da candidata NATALIA HOFFMANN classificada em 10º Lugar, Classificação Final – Geral e a desistência da candidata LUISA GODOI LOPES, classificada em 07º Lugar, Classificação Final – Geral.

FAZ SABER que, ficam as candidatas, abaixo relacionadas, convocadas a comparecer na Unidade de Gestão de Administração e Gestão de Pessoas, na Seção de Atendimento, situada na Avenida da Liberdade, s/nº, 3º andar, ala Norte, do Paço Municipal, das **09h às 17h, no prazo de 05 (cinco) dias, munidas (original e cópia) do CPF, RG, Certidão de Casamento, Diploma e Histórico do Ensino Superior Completo em Medicina, Residência ou Especialização Médica na área do cargo e Registro no órgão de classe, ou encaminha-los através do e-mail recrutamento@jundiai.sp.gov.br** a fim de tratar da documentação visando **contratação temporária regida pela Lei Municipal nº 9.580 de 05 de maio de 2021, através de termo de contrato de prestação de serviço**, pelo período de 06 (seis) meses, na classe de:

GINECOLOGISTA E OBSTETRA – 12 HORAS

CLASS. GERAL	NOME
12º Lugar	LUANA MUNHOZ MIRANDA
13º Lugar	BHARBARA BERTO MASCARENHAS

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital que será publicado na Imprensa Oficial online no site do Município de Jundiaí.

CARLOS UMBERTO ROSSI

Gestor Adjunto de Gestão de Pessoas

Registrado na Unidade Gestão de Administração e Gestão de Pessoas, aos dois dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco.

DDS/DIVISÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO
EDITAL N. º 253, DE 02 DE JULHO DE 2025.

CARLOS UMBERTO ROSSI, Gestor Adjunto de Gestão de Pessoas, da Unidade de Gestão de Administração e Gestão de Pessoas, do Município de Jundiaí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Lei Municipal nº 5.641 de 06 de julho de 2001, Lei Municipal nº 8.763 de 03 de março de 2017, alterada pela Lei nº 8.948 de 27 de abril de 2018, e face ao que consta no Processo **PMJ.009886/2025.**

Tendo em vista o não comparecimento da candidata LETICIA COSSI SALVADOR VERONESE classificada em 11º Lugar Classificação Final – Geral e a desistência da candidata PRISCILA BUFOLIN classificada em 14º Lugar Classificação Final – Geral.

FAZ SABER que, ficam as candidatas, abaixo relacionadas, convocadas a comparecer na Unidade de Gestão de Administração e Gestão de Pessoas, na Seção de Atendimento, sita na Avenida da Liberdade, s/nº, 3º andar, ala Norte, do Paço Municipal, das **09h às 17h, no prazo de 05 (cinco) dias, munidas (original e cópia) do CPF, RG, Certidão de Casamento, Diploma e Histórico do Ensino Superior Completo em Medicina, Residência ou Especialização Médica na área do cargo e Registro em órgão de classe**, ou encaminha-los através do e-mail recrutamento@jundiai.sp.gov.br a fim de tratar da documentação visando **contratação temporária regida pela Lei Municipal nº 9.580 de 05 de maio de 2021, através de termo de contrato de prestação de serviço**, pelo período de 06 (seis) meses, na classe de:

PEDIATRA – 12 HORAS

CLASS. GERAL	NOME
15º Lugar	RENATA VIRGA BERNARDES
16º Lugar	PAULA FERNANDA SOARES

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital que será publicado na Imprensa Oficial online no site do Município de Jundiaí.

DDS/DIVISÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO
EDITAL N. º 254, DE 02 DE JULHO DE 2025.

CARLOS UMBERTO ROSSI, Gestor Adjunto de Gestão de Pessoas da Unidade de Gestão de Administração e Gestão de Pessoas, do Município de Jundiaí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Lei Municipal nº 5.641, de 06 de julho de 2001, Lei Municipal nº 8.763, de 03 de março de 2017, alterada pela Lei nº 8.948, de 27 de abril de 2018 e face ao que consta do Processo **PMJ.0007787/2023**

FAZ SABER que, fica a candidata, abaixo relacionada, convocada a comparecer na Unidade de Gestão de Administração e Gestão de Pessoas, na Seção de Atendimento, sita na Avenida da Liberdade, s/nº, 3º andar, ala Norte, do Paço Municipal, das **09h às 17h, no prazo de 05 (cinco) dias, munida (original e cópia) do CPF, RG, Certidão de Casamento, Diploma e Histórico do Ensino Médio com Técnico Profissionalizante e Registro em órgão de classe**, ou encaminha-los através do e-mail recrutamento@jundiai.sp.gov.br a fim de tratar do ingresso no Serviço Público Municipal, na classe de **TÉCNICO DE ENFERMAGEM.**

CLASS. GERAL	NOME
51º Lugar	ELAINE CRISTINA MAION CANSIAN

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital que será publicado na Imprensa Oficial online no site do Município de Jundiaí.

CARLOS UMBERTO ROSSI
Gestor Adjunto de Gestão de Pessoas

Registrado na Unidade Gestão de Administração e Gestão de Pessoas, aos dois dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco.

DDS/DIVISÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO
EDITAL Nº 255, DE 02 DE JULHO DE 2025.

CARLOS UMBERTO ROSSI, Gestor Adjunto de Gestão de Pessoas, da Unidade de Gestão de Administração e Gestão de Pessoas, do Município de Jundiaí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Lei Municipal nº 5.641, de 06 de julho de 2001, Lei Municipal nº 8.763, de 03 de março de 2017, alterada pela Lei nº 8.948, de 27 de abril de 2018 e face ao que consta do Processo **nº 12.549-6/2021**.....

FAZ SABER que, ficam os candidatos, abaixo relacionados, convocados a comparecer na Unidade de Gestão de Administração e Gestão de Pessoas, Seção de Atendimento, sita à Avenida da Liberdade, s/nº, 3º andar, Ala Norte, do Paço Municipal, das **09h às 17h, no prazo de 05 (cinco) dias, munidos (original e cópia) do CPF, RG, Certidão de Casamento, Diploma e Histórico do Ensino Médio Completo, Currículo e 06 (seis) meses de experiência profissional ou encaminha-los através do e-mail recrutamento@jundiai.sp.gov.br** a fim de tratar da documentação necessária ao ingresso no Serviço Público Municipal, na classe de **ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO.**

CLASS. GERAL	NOME
203º Lugar	GABRIEL SILVA GONCALVES
204º Lugar	LUCAS SILVA MEIRA

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital que será publicado na Imprensa Oficial online no site do Município de Jundiaí.

CARLOS UMBERTO ROSSI
Gestor Adjunto de Gestão de Pessoas

Registrado na Unidade Gestão de Administração e Gestão de Pessoas, aos dois dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco.

DDS/DIVISÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO
EDITAL N.º 256 DE 02 DE JULHO DE 2025.

CARLOS UMBERTO ROSSI, Gestor Adjunto de Gestão de Pessoas, da Unidade de Gestão de Administração e Gestão de Pessoas, do Município de Jundiaí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Lei Municipal nº 5.641, de 06 de julho de 2001, Lei Municipal nº 8.763, de 03 de março de 2017, alterada pela Lei nº 8.948, de 27 de abril de 2018 e face ao que consta do Processo **nº SEI PMJ. 00 07480/2024**.....

Tendo em vista o deferimento do reposicionamento das candidatas GIOVANA REIA BIANCO, BRENDA FRANCO e ALINE SANT ANNA MARQUES VIEIRA, classificadas em 76º, 86º e 88º Lugar da Classificação Final – Geral, respectivamente.

FAZ SABER que ficam os candidatos, abaixo relacionados, convocados a comparecerem na **Unidade de Gestão de Educação, no Centro Municipal de Formação e Capacitação – Prof. Paulo Freire, no 2ª andar, sita a Avenida Dr. Cavalcanti, nº 396, Vila Arens no dia 11 de julho de 2025 (sexta-feira) às 9h00, munidos (original e duas cópias) do RG, CPF, Certidão de Casamento, Diploma e Histórico do Superior Completo**, a fim de tratar do ingresso no Serviço Público Municipal, na classe de **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA I**

FAZ SABER AINDA, que a documentação comprobatória para preenchimento dos requisitos exigidos pelo Edital do Concurso é:

Professor de Educação Básica I	Licenciatura plena em Pedagogia ou Normal Superior, conforme Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

FAZ SABER ENTÃO, que a documentação comprobatória deverá ser entregue no ato da sessão de escolha de classe, em envelope pardo, mediante apresentação dos originais para posterior análise, **e que o não comparecimento na data estipulada implica na desistência da vaga.**

CLASS. NEGRO	NOME
24º Lugar	SIDNEIA ROCHA DE SOUSA
CLASS. GERAL	**NOME**
90º Lugar	PAMELA APARECIDA LEME
91º Lugar	FERNANDA ROMANO RODRIGUES
92º Lugar	DOUGLAS DIEGO DA SILVA
93º Lugar	KAREN CRISTINA DE MELO FERREIRA
94º Lugar	JAQUELINE DE FATIMA DOMINGOS

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital que será publicado na Imprensa Oficial online no site do Município de Jundiaí.

CARLOS UMBERTO ROSSI
Gestor Adjunto de Gestão de Pessoas

Publicado na Imprensa Oficial do Município e registrado na Unidade Gestão de Administração e Gestão de Pessoas, aos dois dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco.

DDS/DIVISÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO
EDITAL N. º 257, DE 02 DE JULHO DE 2025.

CARLOS UMBERTO ROSSI, Gestor Adjunto de Gestão de Pessoas, da Unidade de Gestão de Administração e Gestão de Pessoas, do Município de Jundiaí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Lei Municipal nº 5.641, de 06 de julho de 2001, Lei

Municipal nº 8.763, de 03 de março de 2017, alterada pela Lei nº 8.948, de 27 de abril de 2018, e face ao que consta do Processo **nº 12.918-3/2021.....**

Tendo em vista o indeferimento do processo SEI PMJ.0012508/2025 da candidata DANIELA DE CARVALHO MORAIS, classificada em 21º na Classificação Final – Negros.

FAZ SABER que, ficam as candidatas, abaixo relacionadas, convocadas a comparecer na Unidade de Gestão de Administração e Gestão de Pessoas, Seção de Atendimento, sita à Avenida da Liberdade, s/nº, 3º andar, Ala Norte, do Paço Municipal, das **09h às 17h, no prazo de 05 (cinco) dias, munidas (original e cópia) do CPF, RG, Certidão de Casamento, Diploma e Histórico do Ensino Fundamental completo e 06 (seis) meses de experiência profissional ou encaminha-los através do e-mail recrutamento@jundiai.sp.gov.br,** a fim de tratar da documentação necessária ao ingresso no Serviço Público Municipal, na classe de **COZINHEIRO.**

CLASS. NEGROS	NOME
23º Lugar	VERA LUCIA CASTARDI DE ALMEIDA
24º Lugar	MICHELE BARBOSA DE SOUZA VILALBA
CLASS. GERAL	**NOME**
105º Lugar	ROSANGELA CAMPOS DOS SANTOS
106º Lugar	GISLENE ALVES OLIVEIRA SANTOS

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital que será publicado na Imprensa Oficial online no site do Município de Jundiaí.

CARLOS UMBERTO ROSSI
Gestor Adjunto de Gestão de Pessoas

Registrado na Unidade Gestão de Administração e Gestão de Pessoas, aos dois dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco.

DDS/DIVISÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO
EDITAL Nº 258 DE 23 DE JULHO DE 2025.

CARLOS UMBERTO ROSSI, Gestor Adjunto de Gestão de Pessoas, da Unidade de Gestão de Administração e Gestão de Pessoas, Prefeitura do Município de Jundiaí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Lei Municipal nº 5.641 de 06 de julho de 2001, Lei Municipal nº 8.763 de 03 de março de 2017, alterada pela Lei nº 8.948 de 27 de abril de 2018, e face ao que consta no Processo **PMJ .0015033/2022.....**

FAZ SABER que, ficam os candidatos abaixo relacionados, convocados a comparecer na Unidade de Gestão de Administração e Gestão de Pessoas, Seção de Atendimento, situada na Avenida da Liberdade, s/ nº, 3º andar, Ala Norte, do Paço Municipal, das **09h às 17h, no prazo de 05 (cinco) dias, munidos (original e cópia) do CPF, RG, Certidão de Casamento, Diploma ou Certificado de Conclusão do Ensino Médio completo ou encaminha-los através do e-mail recrutamento@jundiai.sp.gov.br** a fim de tratar da documentação necessária ao ingresso no Serviço Público Municipal, na classe de **EDUCADOR INFANTIL.**

CLASS. GERAL	NOME
201º Lugar	SABRINA DE PAIVA OLIVEIRA
202º Lugar	CLEUDES CARDOSO DE OLIVEIRA
203º Lugar	TATIANE APARECIDA DA SILVA FERNANDES
204º Lugar	HELOISA VERISSIMO GUSMAO
205º Lugar	TATIANA DOS SANTOS

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital que será publicado na Imprensa Oficial online no site do Município de Jundiaí.

CARLOS UMBERTO ROSSI
Gestor Adjunto de Gestão de Pessoas

Registrado na Unidade Gestão de Administração e Gestão de Pessoas, aos dois do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco.

DDS/DIVISÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO
EDITAL Nº 259, DE 02 DE JULHO DE 2025.

CARLOS UMBERTO ROSSI, Gestor Adjunto de Gestão de Pessoas, da Unidade de Gestão de Administração e Gestão de Pessoas, do Município de Jundiaí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Lei Municipal nº 5.641, de 06 de julho de 2001, Lei Municipal nº 8.763, de 03 de março de 2017, alterada pela Lei nº 8.948, de 27 de abril de 2018, e face ao que consta do Processo nº **12.544-7/2021**

FAZ SABER que fica a candidata, abaixo relacionada, convocada a comparecer na Unidade de Gestão de Administração e Gestão de Pessoas, na Seção de Atendimento, sita na Avenida da Liberdade, s/nº, 3º andar, ala Norte, do Paço Municipal, das **09h às 17h, no prazo de 05 (cinco) dias, munida (original e cópia) do CPF, RG, Certidão de Casamento, Diploma e Histórico do Superior Completo em Assistente Social, Registro no Conselho de Classe (CRESS) e experiência de 06 (seis) meses na área**, ou encaminhá-los através do e-mail recrutamento@jundiai.sp.gov.br a fim de tratar do ingresso no Serviço Público Municipal, na classe de **ASSISTENTE SOCIAL.**

CLASS. NEGROS	NOME
11º Lugar	VIVIANE DA SILVA SALVADOR

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital que será publicado na Imprensa Oficial online no site do Município de Jundiaí.

CARLOS UMBERTO ROSSI
Gestor Adjunto de Gestão de Pessoas

Registrado na Unidade Gestão de Administração e Gestão de Pessoas, aos dois dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco.

DDS/DIVISÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

PORTARIA N.º 1083, DE 02 DE JULHO DE 2025.
Resolve revogar a designação da servidora FERNANDA GESQUI GARCIA, ocupante do cargo de Assistente de Administração, na função de Chefe de Seção, símbolo FC-2, junto à Unidade de Gestão de Administração e Gestão de Pessoas, Seção de Avaliação de Desempenho, Mobilidade Funcional e Estágio Probatório, publicada pela Portaria n° 164/2025, retroagindo seus efeitos a 26 de junho de 2025, conforme consta no Processo PMJ.0023011/2025.

PORTARIA N° 1084, DE 02 DE JULHO DE 2025.
Resolve designar a servidora JESSICA DURIGON GALLI, ocupante do cargo de Assistente de Administração, pertencente ao quadro de pessoal estatutário, para exercer a função de Chefe de Seção, símbolo FC-2, junto à Unidade de Gestão de Administração e Gestão de Pessoas - Seção de Avaliação de Desempenho, Mobilidade Funcional e Estágio Probatório, atribuindo-lhe a gratificação correspondente, conforme consta no Processo PMJ.0023011/2025.

PORTARIA N.º 1085, DE 02 DE JULHO DE 2025.
Resolve revogar a designação do servidor RODINEI ALVES DA SILVA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Operacionais, na função de Coordenador de Operações, símbolo FC-3, junto à Unidade de Gestão de Esporte e Lazer, publicada pela Portaria n° 397/2025, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2025, conforme consta no Processo PMJ.0023170/2025.

PORTARIA N° 1086, DE 02 DE JULHO DE 2025.
Resolve designar o servidor FELIPE ROBERTO VITA DE ARRUDA PEDROSA, ocupante do cargo de Médico Veterinário, pertencente ao quadro de pessoal estatutário, para exercer a função de Gerente de Equipamento, símbolo GGE, junto à Unidade de Gestão de Promoção da Saúde, atribuindo-lhe a gratificação correspondente, conforme consta no Processo PMJ.0007343/2025.

PORTARIA N° 1087, DE 03 DE JULHO DE 2025.
Resolve autorizar o retorno da servidora GREICE FERREIRA DOS SANTOS, ocupante do cargo de Assistente de Administração, pertencente ao quadro de pessoal estatutário, cedida ao Tribunal Regional Eleitoral - 281ª Zona Eleitoral de Jundiaí, junto à Prefeitura do Município de Jundiaí – Unidade de Gestão de Segurança Municipal, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2025, conforme consta no Processo PMJ.0014869/2025.

PORTARIA N° 1088, DE 03 DE JULHO DE 2025.
Resolve autorizar o retorno da servidora MIRIAM FERREIRA DOS SANTOS, ocupante do cargo de Assistente de Administração, pertencente ao quadro de pessoal estatutário, cedida ao Tribunal Regional Eleitoral - 281ª Zona Eleitoral de Jundiaí, junto à Prefeitura do Município de Jundiaí – Unidade de Gestão de Segurança Municipal, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2025, conforme consta no Processo PMJ.0014869/2025.

PORTARIA N° 1089, DE 03 DE JULHO DE 2025.
Resolve conceder à servidora CAMILA RIBEIRO BRAZ SANTOS, ocupante do cargo de Professora de Educação Básica I, pertencente ao quadro de pessoal estatutário, licença para trato de interesse particular, sem vencimentos, pelo período de 01 (um) ano, a partir de 12 de julho de 2025, com fundamento no art. 86, da Lei Complementar nº 499/2010 e conforme consta no Processo PMJ.0020610/2025.

PORTARIA N° 1090, DE 03 DE JULHO DE 2025.
Exonera, a pedido, a servidora MONIELY FERNANDES DA SILVA, do cargo de Educador Infantil, pertencente ao quadro de pessoal estatutário, a partir de 07 de julho de 2025.

PORTARIA N.º 1091, DE 03 DE JULHO DE 2025.

GESTÃO DE PESSOAS

CARLOS UMBERTO ROSSI, Gestor Adjunto de Gestão de Pessoas, da Unidade de Gestão de Administração e Gestão de Pessoas, Prefeitura do Município de Jundiaí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Lei Municipal n° 5.641, de 06 de julho de 2001, Lei Municipal n° 8.763, de 03 de março de 2017, alterada pela Lei Municipal n° 8.948, de 27 de abril de 2018.
R E S O L V E reconhecer as licenças para tratamento de saúde de pessoa da família, concedida aos servidores abaixo relacionados, pertencentes ao quadro de pessoal estatutário, nos termos do art. 79, da Lei Complementar nº 499/2010.

PROCESSO	NOME	CARGO	PERÍODO (dias)	DATA INÍCIO
PMJ.0022928/2025	FATIMA APARECIDA BARADEL	Assistente de Administração	11 (onze)	17/06/2025
PMJ.0022097/2025	GABRIELA CRISTINA FERREIRA SARTORI	Professor Educação Básica I	07 (sete)	12/06/2025
PMJ.0022937/2025	JULIA FLORES COSTA DOS SANTOS	Técnico de Enfermagem	09 (nove)	11/06/2025
PMJ.0022883/2025	MARIA EDVANIA DE OLIVEIRA SILVA	Professor Educação Básica I	08 (oito)	18/06/2025
PMJ.0018819/2025	MARIANA CRISTINA DE LIMA COELHO GONÇALVES	Professor Educação Básica I	07 (sete)	15/05/2025
PMJ.0020407/2025	TAMIRES SANTOS DA SILVA	Professor Educação Básica I	08 (oito)	30/05/2025

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS UMBERTO ROSSI
Gestor Adjunto de Gestão de Pessoas

Registrada na Unidade de Gestão de Administração e Gestão de Pessoas, aos três dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco.

DDS/DIVISÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO
EDITAL N° 260, DE 03 DE JULHO DE 2025

CARLOS UMBERTO ROSSI, Gestor Adjunto de Gestão de Pessoas, da Unidade de Gestão deAdministração e Gestão de Pessoas por meio da Unidade de Gestão de Administração e Gestão de Pessoas, do Município de Jundiaí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Lei Municipal nº 5.641 de 06 de julho de 2001, Lei Municipal nº 8.763 de 03 de março de 2017, alterada pela Lei nº 8.948 de 27 de abril de 2018 e face ao que consta no Processo nº PMJ.0018738/2028, referente ao Processo Seletivo para os cargos de **Farmacêutico, Médico Psiquiatra e Médico Neurologista.**

FAZ SABER a Classificação Previa dos aprovados no Processo Seletivo Simplificado, conforme estabelecido no item 7.11, já atribuídos os critérios de desempate, conforme Capítulo 10 do Edital de Abertura, conforme segue:

LISTAGEM DEFICIENTES
FARMACÊUTICO

CLASS PREVIA	INSC.	NASC.	CANDIDATO	MÉDIA FINAL	RESULTADO
1º	20382	20/12/1981	LUCRECIA GONCALVES ALVES	8,00	APROVADO
2º	20364	09/12/1985	LILIAN SILVA WILLISH MARTOS	6,00	APROVADO

LISTAGEM NEGROS
FARMACÊUTICO

CLASS PREVIA	INSC.	NASC.	CANDIDATO	MÉDIA FINAL	RESULTADO
1º	20267	19/12/1988	BRUNA CRISTINA DE ARAUJO COSTA	8,00	APROVADO
2º	20027	13/08/1990	ESTEFANE CRISTINA RODRIGUES	8,00	APROVADO
3º	20400	14/05/1980	SELMA APARECIDA DOS SANTOS	6,00	APROVADO
4º	20015	09/08/1982	ADRIANA SANTOS DE OLIVEIRA	6,00	APROVADO
5º	20124	18/01/1993	BEATRIZ EMANUELE DA SILVA	6,00	APROVADO
6º	20016	25/08/1999	VITÓRIA CHRISTINE DE SOUZA SILVA	6,00	APROVADO
7º	20192	14/11/2001	LUIZA BARBOSA	6,00	APROVADO
8º	20127	29/12/2000	FERNANDA GOMES OLIVEIRA	5,00	APROVADO
9º	20274	01/02/1981	LUCIANA SANTOS MESQUITA	4,00	APROVADO
10º	20156	19/09/1989	LAURINETE SANTOS DA SILVA	3,00	APROVADO

MÉDICO PSIQUIATRA

CLASS PREVIA	INSC.	NASC.	CANDIDATO	MÉDIA FINAL	RESULTADO
1º	20188	20/02/1993	BRUNA CAMILA RUFINO GUALBERTO DE BRITO	3,00	APROVADO

LISTAGEM GERAL
FARMACÊUTICO

CLASS PREVIA	INSC.	NASC.	CANDIDATO	MÉDIA FINAL	RESULTADO
1º	20067	08/10/1980	JOÃO KLEBER NOVAIS PEREIRA	14,00	APROVADO
2º	20366	10/02/1990	DINIZ SOARES CANTUARIA	14,00	APROVADO
3º	20043	18/11/1975	LUCIANE RECHE DE MORAES GERASSI	12,00	APROVADO
4º	20181	08/04/1978	BIBIANA PAULA DAMBRÓS	11,00	APROVADO
5º	20038	23/06/1986	BRUNNA RAPHAELLY AMARAL DA SILVA	11,00	APROVADO
6º	20056	24/04/1988	BRUNA SILVA DAMASCENO DE OLIVEIRA	11,00	APROVADO
7º	20409	22/05/1992	THAÍS DOLZANY DE OLIVEIRA	11,00	APROVADO
8º	20097	07/12/1968	ISABEL CRISTINA SILVEIRA	10,00	APROVADO
9º	20212	20/04/1975	OMAR CABEZAS GÓMEZ	10,00	APROVADO
10º	20039	23/03/1978	TATIANA CRISTINA RIGONE GUIMARAES	10,00	APROVADO
11º	20367	27/09/1984	VALDINEI DE OLIVEIRA ARAÚJO	10,00	APROVADO
12º	20104	29/08/1990	CAROLINA ADELAIDE RAMOS	10,00	APROVADO
13º	20281	12/05/1966	ELY EDUARDO SARANZ CAMARGO	9,00	APROVADO
14º	20062	12/10/1968	VALTER LUIZ DA COSTA JUNIOR	9,00	APROVADO
15º	20323	18/02/1969	RONALD COSTA MELO	9,00	APROVADO
16º	20246	26/10/1973	NUBIA MOURA MARQUES REIS	9,00	APROVADO
17º	20006	14/06/1980	ANDRE AUGUSTO ALVES	9,00	APROVADO
18º	20339	07/08/1986	PRISCILA FONTOLAN DA SILVA	9,00	APROVADO
19º	20248	06/03/1987	GILBERTO ALVES BARBOSA JUNIOR	9,00	APROVADO
20º	20269	25/04/1988	ANA LUIZA BARBOSA RODRIGUES	9,00	APROVADO
21º	20396	30/05/1989	CIBELLE DOS SANTOS OLIVEIRA GAMA	9,00	APROVADO
22º	20386	24/06/1990	EMANOELLA FLÁVIA DE OLIVEIRA MARTINS	9,00	APROVADO
23º	20286	09/08/1990	JOSIANE PRATIS MUNIZ	9,00	APROVADO
24º	20230	06/11/1991	FERNANDA CAMILA GUTIERRES	9,00	APROVADO
25º	20249	14/06/1993	JOÃO VITOR FELTRIN SIGNORI	9,00	APROVADO
26º	20319	04/09/1995	LUANA CRISTINA MAIA DE OLIVEIRA	9,00	APROVADO
27º	20002	29/10/1998	KELLY CRISTINA DA ROSA GANEO	9,00	APROVADO
28º	20225	15/09/1977	GISELLE BELO MAZALOTTI	8,00	APROVADO
29º	20294	10/10/1977	VERONICA CRISTINA GOMES SOARES	8,00	APROVADO
30º	20404	27/04/1978	LUCIANA BULGARELLI	8,00	APROVADO
31º	20287	19/05/1978	ALEX SANDRO FREIRE DE OLIVEIRA	8,00	APROVADO
32º	20343	16/06/1978	RODRIGO NOGUEIRA FERRARI	8,00	APROVADO
33º	20344	27/07/1979	ANA KARINA JUSTO	8,00	APROVADO
34º	20220	31/07/1980	ANNY ALINE MAFRA DE LIMA DA SILVA	8,00	APROVADO
35º	20014	24/09/1980	VANUSA DE JESUS	8,00	APROVADO
36º	20275	16/10/1980	EVANDRO AUGUSTO LIMA	8,00	APROVADO
37º	20283	03/12/1981	KARINA NAMURA PIRES	8,00	APROVADO
38º	20190	18/12/1981	PRISCILLA MARÇAL OLIVEIRA RODRIGUES DA SILVA	8,00	APROVADO
39º	20382	20/12/1981	LUCRECIA GONCALVES ALVES	8,00	APROVADO
40º	20299	12/01/1982	FERNANDA CUNHA VIANA	8,00	APROVADO
41º	20178	12/01/1984	MARIANA PIUNTI TELES	8,00	APROVADO
42º	20143	01/02/1984	CÁSSIA HELENA PAGINI STUART	8,00	APROVADO
43º	20119	12/05/1984	LAURA TIEMI KAWAMINAMI MAEDA	8,00	APROVADO
44º	20361	17/09/1986	SUELLEN DA SILVA FERREIRA	8,00	APROVADO
45º	20072	24/03/1987	GRACY MARIA DE OLIVEIRA	8,00	APROVADO
46º	20267	19/12/1988	BRUNA CRISTINA DE ARAUJO COSTA	8,00	APROVADO
47º	20215	13/07/1989	FABIANA DUTRA ESQUIVEL	8,00	APROVADO
48º	20028	22/03/1990	MAYARA DA SILVA	8,00	APROVADO
49º	20027	13/08/1990	ESTEFANE CRISTINA RODRIGUES	8,00	APROVADO
50º	20303	31/08/1991	ROSILDA PEREIRA REIS	8,00	APROVADO
51º	20348	05/03/1992	BEATRIZ COREY MORINI CASTELLASSI	8,00	APROVADO
52º	20167	14/04/1993	LUCIANA DE PÁDUA PARO	8,00	APROVADO
53º	20004	24/02/1994	RENATA MOREIRA DA SILVA FERREIRA	8,00	APROVADO
54º	20400	14/05/1980	SELMA APARECIDA DOS SANTOS	6,00	APROVADO
55º	20015	09/08/1982	ADRIANA SANTOS DE OLIVEIRA	6,00	APROVADO
56º	20364	09/12/1985	LILIAN SILVA WILLISH MARTOS	6,00	APROVADO
57º	20124	18/01/1993	BEATRIZ EMANUELE DA SILVA	6,00	APROVADO
58º	20016	25/08/1999	VITÓRIA CHRISTINE DE SOUZA SILVA	6,00	APROVADO
59º	20192	14/11/2001	LUIZA BARBOSA	6,00	APROVADO
60º	20127	29/12/2000	FERNANDA GOMES OLIVEIRA	5,00	APROVADO
61º	20274	01/02/1981	LUCIANA SANTOS MESQUITA	4,00	APROVADO
62º	20156	19/09/1989	LAURINETE SANTOS DA SILVA	3,00	APROVADO

MÉDICO NEUROLOGISTA

CLASS PREVIA	INSC.	NASC.	CANDIDATO	MÉDIA FINAL	RESULTADO
1º	20160	15/08/1984	YURANDY DOMINGUEZ ZAMORA	4,00	APROVADO
2º	20140	29/01/1992	MATHEUS LIMA NUNES SANTOS	2,00	APROVADO

MÉDICO PSIQUIATRA

CLASS PREVIA	INSC.	NASC.	CANDIDATO	MÉDIA FINAL	RESULTADO
1º	20103	16/11/1983	JOÃO RICARDO GARCIA DE CARVALHO	9,00	APROVADO
2º	20023	01/04/1990	MARCO AURÉLIO MUNIZ MOREIRA	9,00	APROVADO
3º	20308	13/05/1969	MARCELO SALOMÃO AROS	6,00	APROVADO
4º	20271	25/10/1982	GEORGIA SANTOS DE PAIVA NEVES	5,00	APROVADO
5º	20280	21/12/1991	JAIRO PAULA DE MELO JUNIOR	4,00	APROVADO
6º	20369	16/01/1986	LUCAS ANTONIO FAVERI	3,00	APROVADO
7º	20134	19/04/1991	JONAS DUQUE ALVIM	3,00	APROVADO
8º	20188	20/02/1993	BRUNA CAMILA RUFINO GUALBERTO DE BRITO	3,00	APROVADO
9º	20373	14/02/1994	RODRIGO CARNEIRO ARANTES NEVES	3,00	APROVADO
10º	20338	21/06/1970	EURYDES ASSUNÇÃO AMOEDO S DO NASCIMENTO	2,00	APROVADO
11º	20162	21/08/1990	CATARINA ELITA FREITAS VIANNA	2,00	APROVADO
12º	20261	29/03/1996	BRUNA MARQUEZ RODRIGUES DE PAULA	2,00	APROVADO

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital que será publicado na Imprensa Oficialonline no site do Município de Jundiaí.

CARLOS UMBERTO ROSSI
Gestor Adjunto de Gestão de Pessoas

Registrado na Unidade de Gestão de Administração e Gestão de Pessoas, aos três dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco.

CASA CIVIL

EXTRATO

CONVÊNIO n° 17/2025, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ e o INSTITUTO JUNDIAIENSE LUIZ BRAILLE
Processo SEI 17146/2025
PREFEITO: Gustavo Martinelli
PRESIDENTE: José Carlos de Lima
OBJETO: Gerencia, operacionaliza e executa de serviços de saúde para o atendimento à pessoa com deficiência visual total ou baixa visão e crianças com risco no desenvolvimento visual, visando desenvolver ações de reabilitação/habilitação de pessoas por ciclo de vida, através de ações de prevenção, diagnóstico, orientações aos familiares e responsáveis e acompanhamento da saúde visual, com um padrão de excelência em conformidade com os princípios, objetivos e diretrizes do Ministério da Saúde e da Unidade de Gestão de Promoção da Saúde (UGPS).
VALOR DO AJUSTE/VALOR REPASSADO: valor global do convênio em R$ 845.983,26 (oitocentos e quarenta e cinco mil, novecentos e oitenta e três reais e vinte e seis centavos), o valor a ser pago ao CONVENIADO em parcelas mensais de R$ 70.000,00 (setenta mil reais) e acrescido o valor de R$ 5.983,26 (cinco mil, novecentos e oitenta e três reais e vinte e seis centavos) a serem repassados em parcela única.
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:
14.01.10.302.0191.2186.33.50.39.00.5001
14.01.10.302.0191.2186.33.50.39.00.0000
14.01.10.302.0191.2186.33.50.39.00.5001
VIGÊNCIA:O presente Convênio terá a duração de 12 (doze) meses, contado a partir de 01 de julho de 2025, podendo ser prorrogado até o limite legalmente permitido.
ASSINATURA: 01 de julho de 2025.

EXTRATO

TERMO ADITIVO V ao CONVÊNIO nº 10/2022, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ e o HOSPITAL DE CARIDADE SÃO VICENTE DE PAULO
PROCESSO SEI 5350/2022
OBJETO:O presente Termo, prorroga por 12 (doze) meses o Convênio nº 10/2022; substitui o Plano de Trabalho, a partir de 01 de julho de 2025.
VALOR: Global de R$ 24.789.439,92 (vinte e quatro milhões, setecentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e trinta e nove reais e noventa e dois centavos).
ASSINATURA: 01 de julho de 2025.

EXTRATO

TERMO ADITIVO IV ao CONVÊNIO nº 10/2023, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ e o HOSPITAL DE CARIDADE SÃO VICENTE DE PAULO.
PROCESSO SEI 7705/2022
OBJETO: Prorroga o prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, a partir de 1º de julho de 2025; substitui o plano de trabalho e adita o valor global.
VALOR DO AJUSTE/VALOR REPASSADO: o valor global de R$ 315.093.728,16 (trezentos e quinze milhões, noventa e três mil, setecentos e vinte e oito reais e dezesseis centavos), a partir de 01 de julho de 2025 até 30 de junho de 2026, o valor a ser pago ao CONVENIADO em parcelas mensais de R$ 26.257.810,68 (vinte e seis milhões, duzentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e dez reais e sessenta e oito centavos).
ASSINATURA: 01 de julho de 2025.

EXTRATO

TERMO ADITIVO II ao CONVÊNIO nº 14/2023, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ e o GRUPO EM DEFESA DA CRIANÇA COM CÂNCER – GRENDACC.
PROCESSO SEI 19343/2023
OBJETO: Prorroga por mais 12 (doze) meses, a partir de 1º de julho de 2025, substitui o plano de trabalho e adita o valor total.
VALOR DO AJUSTE/VALOR REPASSADO: valor global de R$ 757.906,07 (setecentos e cinquenta e sete mil, novecentos e seis reais e sete centavos).
ASSINATURA: 01 de julho de 2025.

EXTRATO

CONVÊNIO Nº 16/2025, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ e a ASSOCIAÇÃO FUNDO DE INCENTIVO À PESQUISA - AFIP.
PROCESSO SEI 18296/2025
PREFEITO: Gustavo Martinelli
PRESIDENTE: Sérgio Tufik
OBJETO:O presente Convênio tem por objeto a realização de procedimentos de apoio diagnósticos relacionados no Plano de Trabalho, a fim de qualificar o cuidado de pacientes portadores ou potenciais portadores de doença crônicas não transmissíveis, com um padrão de excelência em conformidade com os princípios, objetivos e diretrizes do Ministério da Saúde e da Unidade de Gestão de Promoção da Saúde (UGPS).
VALOR DO AJUSTE/VALOR REPASSADO: valor global do convênio de R$ 5.759.078,24 (cinco milhões, setecentos e cinquenta e nove mil, e setenta e oito reais e vinte e quatro centavos).
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:
14.01.10.302.0191.2186.33.50.39.00.5001
14.01.10.302.0191.2186.33.50.39.00.5823
14.01.10.302.0191.2186.33.50.39.00.5811
14.01.10.302.0191.2186.33.50.39.00.5001
VIGÊNCIA:O presente Convênio terá a duração de 12 (doze) meses, contado a partir de 01 de julho de 2025, podendo ser prorrogado até o limite legalmente permitido.
ASSINATURA: 01 de julho de 2025.

EXTRATO

TERMO ADITIVO V ao CONVÊNIO nº 23/2022, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ e o CENTRO ESPECIALIZADO NO TRATAMENTO DE DEPENDÊNCIAS EM ÁLCOOL E DROGAS - CEAD.
PROCESSO SEI 10957/2022
OBJETO: Prorroga por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 01 de julho de 2025, o prazo de vigência disposto na Cláusula Nona do Termo de Convênio nº 23/2022, repactua o Convênio a partir de 01 de julho de 2025, substitui do plano de trabalho
VALOR:O valor global anual de R$ 6.502.015,56 (seis milhões, quinhentos e dois mil, quinze reais e cinquenta e seis centavos), a partir de 01 de julho de 2025 até 30 de junho de 2026, sendo o valor a ser pago ao CONVENIADO em parcelas mensais de R$ 541.834,63 (quinhentos e quarenta e um mil, oitocentos e trinta e quatro reais e sessenta e três centavos).
ASSINATURA: 01 de julho de 2025.

EXTRATO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO nº 0624.148-88, QUE ENTRE SI FAZEM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ/SP.
Processo SEI 36632/2023
OBJETO: – O presente instrumento tem por objetivo alterar o ANEXO I – Detalhamento PROJETOS/AÇÕES, discriminado a partir da CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA – DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO, disposto na página 33, do Contrato de Financiamento nº 0624.148-88, de 15/04/2024, que passa a vigorar com acréscimo de rubricas orçamentárias.
ASSINATURA: 25 de junho de 2025.

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA

Processo Eletrônico SEI nº PMJ.0022832/2025
Dispensa de Convocação Pública UGCC nº 01/2025
I - Objeto: Doação de frutas.
II - Doador: PILON & PILON LTDA
III - Fundamento Legal: §1º e §7º do art. 2º da Lei n.º 8.901, de 08 de fevereiro de 2018, alterada pela Lei n.º 9.866, de 30 de novembro de 2022.
IV - Valor da doação: R$ 925,00 (novecentos e vinte e cinco reais).
V - Justificativa: A formalização do Termo de Doação com a empresa PILON & PILON LTDA se justifica em razão da realização do evento 3º Encontro do Clube de Mães Atípicas, que será realizado pelo Fundo Social de Solidariedade, em 05 de julho de 2025, no Parque da Cidade, visando promover inclusão, lazer e acolhimento a um público que enfrenta grandes desafios cotidianos.
Importa destacar que a presente parceria não implicará ônus aos cofres públicos, uma vez que os bens serão fornecidos a título de doação, nos termos do §§ 1º e 7º, do art. 2º, da Lei Municipal n.º 8.901, de 08 de fevereiro de 2018, com redação dada pela Lei n.º 9.866, de 30 de novembro de 2022, que dispensa a obrigatoriedade de chamamento público para parcerias cujo valor estimado da doação não ultrapasse R$ 30.000,00 (trinta mil reais).
A escolha da empresa PILON & PILON LTDA para a formalização da doação justifica-se pela reconhecida atuação da empresa no segmento de hortifrutigranjeiros, pela qualidade dos produtos fornecidos e pelo histórico de responsabilidade social junto à comunidade local.
A doação contribui para o fortalecimento das políticas públicas de assistência social e promoção da cidadania, por meio de ações que visam o acolhimento e a valorização de grupos em situação de vulnerabilidade.
VI - Impugnação: qualquer interessado poderá impugnar a presente justificativa no prazo de 3 (três) dias úteis, a partir da data de publicação na Imprensa Oficial do Município, mediante protocolo na Unidade de Gestão da Casa Civil, no seguinte endereço: Avenida da Liberdade, s/n.º, Jardim Botânico, 7º andar, ala Sul.
A impugnação aqui tratada terá efeito suspensivo desde a data de sua interposição até a publicação de seu julgamento.

CASA CIVIL

FABIO NADAL PEDRO
Gestor da Unidade da Casa Civil

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA

Processo Eletrônico SEI nº PMJ.0023443/2025
Dispensa de Convocação Pública UGCC nº 02/2025
I - Objeto: Doação de frutas.
II - Doador: COMÉRCIODE FRUTAS OTHIL LTDA
III - Fundamento Legal: §1º e §7º do art. 2º da Lei n.º 8.901, de 08 de fevereiro de 2018, alterada pela Lei n.º 9.866, de 30 de novembro de 2022.
IV - Valor da doação: R$ 440,00 (quatrocentos e quarenta reais).
V - Justificativa: A formalização do Termo de Doação com a empresa COMÉRCIO DE FRUTAS OTHIL LTDAse justifica em razão da realização do evento 3º Encontro do Clube de Mães Atípicas, que será realizado pelo Fundo Social de Solidariedade, em 05 de julho de 2025, no Parque da Cidade, visando promover inclusão, lazer e acolhimento a um público que enfrenta grandes desafios cotidianos.
Importa destacar que a presente parceria não implicará ônus aos cofres públicos, uma vez que os bens serão fornecidos a título de doação, nos termos do §§ 1º e 7º, do art. 2º, da Lei Municipal n.º 8.901, de 08 de fevereiro de 2018, com redação dada pela Lei n.º 9.866, de 30 de novembro de 2022, que dispensa a obrigatoriedade de chamamento público para parcerias cujo valor estimado da doação não ultrapasse R$ 30.000,00 (trinta mil reais).
A seleção da empresa COMÉRCIO DE FRUTAS OTHIL LTDA para a formalização da doação fundamenta-se em sua presença no setor de comercialização de frutas e hortaliças, na comprovada excelência dos produtos ofertados e em seu comprometimento com ações de responsabilidade social desenvolvidas em prol da comunidade local.

A doação contribui para o fortalecimento das políticas públicas de assistência social e promoção da cidadania, por meio de ações que visam o acolhimento e a valorização de grupos em situação de vulnerabilidade.

VI - Impugnação: qualquer interessado poderá impugnar a presente justificativa no prazo de 3 (três) dias úteis, a partir da data de publicação na Imprensa Oficial do Município, mediante protocolo na Unidade de Gestão da Casa Civil, no seguinte endereço: Avenida da Liberdade, s/n.º, Jardim Botânico, 7º andar, ala sul.
A impugnação aqui tratada terá efeito suspensivo desde a data de sua interposição até a publicação de seu julgamento.

FABIO NADAL PEDRO
Gestor da Unidade da Casa Civil

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA

Processo Eletrônico SEI nº PMJ.0023507/2025
Dispensa de Convocação Pública UGCC nº 03/2025
I - Objeto: Doação de alimentos.
II - Doador: LG COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA
III - Fundamento Legal: §1º e §7º do art. 2º da Lei n.º 8.901, de 08 de fevereiro de 2018, alterada pela Lei n.º 9.866, de 30 de novembro de 2022.
IV - Valor da doação: R$ 332,06 (trezentos e vinte e dois reais e seis centavos).
V - Justificativa: A formalização do Termo de Doação com a empresa LG COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA se justifica em razão da realização do evento 3º Encontro do Clube de Mães Atípicas, que será realizado pelo Fundo Social de Solidariedade, em 05 de julho de 2025, no Parque da Cidade, visando promover inclusão, lazer e acolhimento a um público que enfrenta grandes desafios cotidianos.
Importa destacar que a presente parceria não implicará ônus aos cofres públicos, uma vez que os bens serão fornecidos a título de doação, nos termos do §§ 1º e 7º, do art. 2º, da Lei Municipal n.º 8.901, de 08 de fevereiro de 2018, com redação dada pela Lei n.º 9.866, de 30 de novembro de 2022, que dispensa a obrigatoriedade de chamamento público para parcerias cujo valor estimado da doação não ultrapasse R$ 30.000,00 (trinta mil reais).
A escolha da empresa LG COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA para a formalização da doação fundamenta-se em sua reconhecida atuação no setor alimentício, na qualidade dos produtos fornecidos e em seu histórico de engajamento em ações de responsabilidade social voltadas ao benefício da comunidade local.
A doação fortalece as políticas públicas de assistência social e de promoção da cidadania, ao apoiar iniciativas voltadas ao acolhimento e à valorização das pessoas.
VI - Impugnação: qualquer interessado poderá impugnar a presente justificativa no prazo de 3 (três) dias úteis, a partir da data de publicação na Imprensa Oficial do Município, mediante protocolo na Unidade de Gestão da Casa Civil, no seguinte endereço: Avenida da Liberdade, s/n.º, Jardim Botânico, 7º andar, ala sul.
A impugnação aqui tratada terá efeito suspensivo desde a data de sua interposição até a publicação de seu julgamento.

FABIO NADAL PEDRO
Gestor da Unidade da Casa Civil

Republicado por conter incorreções

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA

Processo Eletrônico SEI nº PMJ.0023369/2025
Dispensa de Convocação Pública UGCC nº 04/2025
I - Objeto: Doação de doces, livros e material escolar.
II - Doador: SANCHEZ CANO LTDA
III - Fundamento Legal: §1º e §7º do art. 2º da Lei n.º 8.901, de 08 de fevereiro de 2018, alterada pela Lei n.º 9.866, de 30 de novembro de 2022.
IV - Valor da doação:R$ 816,12 (oitocentos e dezesseis reais e sessenta e dois centavos).
V - Justificativa: A formalização do Termo de Doação com a empresa SANCHEZ CANO LTDA se justifica em razão da realização do evento 3º Encontro do Clube de Mães Atípicas, que será realizado pelo Fundo Social de Solidariedade, em 05 de julho de 2025, no Parque da Cidade, visando promover inclusão, lazer e acolhimento a um público que enfrenta grandes desafios cotidianos.
Importa destacar que a presente parceria não implicará ônus aos cofres públicos, uma vez que os bens serão fornecidos a título de doação, nos termos do §§ 1º e 7º, do art. 2º, da Lei Municipal n.º 8.901, de 08 de fevereiro de 2018, com redação dada pela Lei n.º 9.866, de 30 de novembro de 2022, que dispensa a obrigatoriedade de chamamento público para parcerias cujo valor estimado da doação não ultrapasse R$ 30.000,00 (trinta mil reais).
A escolha da empresa SANCHEZ CANO LTDA para a formalização da doação fundamenta-se em sua reconhecida atuação no setor de produção e comercialização de doces, na qualidade dos produtos fornecidos e em seu histórico de engajamento em ações de responsabilidade social voltadas ao benefício da comunidade local.
A doação fortalece as políticas públicas de assistência social e de promoção da cidadania, ao apoiar iniciativas voltadas ao acolhimento e à valorização das pessoas.
VI - Impugnação: qualquer interessado poderá impugnar a presente justificativa no prazo de 3 (três) dias úteis, a partir da data de publicação na Imprensa Oficial do Município, mediante protocolo na Unidade de Gestão da Casa Civil, no seguinte endereço: Avenida da Liberdade, s/n.º, Jardim Botânico, 7º andar, ala sul.
A impugnação aqui tratada terá efeito suspensivo desde a data de sua interposição até a publicação de seu julgamento.

FABIO NADAL PEDRO
Gestor da Unidade da Casa Civil

GOVERNO E FINANÇAS

EDITAL 10/2025

Fica o Sr. NEWTON LUIZ TUMOLO SOBRINHO notificado(a) por meio deste edital, expedido na forma da Lei, a entrar em contato com a Divisão de Cadastro Imobiliário (DCI) por meio do e-mail iptu@jundiai.sp.gov.br, no prazo de 10 (dez) dias a contar da presente publicação, referente ao Processo 12.963-7/2022.
Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente edital, que será fixado no local de costume e publicado na Imprensa Oficial do Município.

DRT, 26 de maio de 2025
ELZA MARIA ROCHA CAETANO
Diretora do Departamento de Receita Tributária

EDITAL 16/2025

Fica o(a) Sr(a). PEDRO DE SOUZA CARVALHO notificado(a) por meio deste edital, expedido na forma da Lei, a entrar em contato com a Divisão de Cadastro Imobiliário (DCI) por meio do e-mail iptu@jundiai.sp.gov.br, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da presente publicação, referente à revisão de IPTU em decorrência do Processo SAEPRO 2022/2063
Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente edital, que será fixado no local de costume e publicado na Imprensa Oficial do Município.

DRT, 02 de julho de 2025
ELZA MARIA DA ROCHA CAETANO
Diretora do Departamento de Receita Tributária

IPREJUN

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ
EDITAL Nº 15, DE 04 DE JULHO DE 2025

CLAUDIA GEORGE MUSSELI CEZAR, Diretora-Presidente do Instituto de Previdência do Município de Jundiaí, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 5.894, de 12 de setembro de 2002 e suas alterações, e face ao que consta no Decreto Municipal nº 34.688 de 13 de dezembro de 2024, e no Processo SEI PMJ.0003766/2024,

FAZ SABER que ficam os segurados abaixo notificados da não realização do censo previdenciário no prazo previsto (31/05/2025).

SERVIDORES ATIVOS

MATRÍCULA/NOME
2345201 ADRIANA CAMILA RODRIGUES DE SOUZA
1858801 AILTON SEVERO DA SILVA
2931301 ALDO LEAO DO NASCIMENTO JUNIOR
3234601 ALDO LEAO DO NASCIMENTO JUNIOR
1999101 ALEXANDRE CARNEIRO DE CAMPOS
1022801 ALEXANDRE DA SILVA SOARES
1456501 ALINE PEDROSO NEVES
3509602 AMANDA DE FARIAS
2090301 ANA NAZETH PINHEIRO DOS SANTOS
2703201 ANAKELIN PAULEK TANAKA
1369401 ANDRE CAMARGO MOURA
932101 ANDREA DENISE DO PRADO
2278101 ANDREIA DA SILVA UBALDO
2063001 ANGELA APARECIDA BRITES
2802401 ANTONIO MALHEIRO DE OLIVEIRA
2690901 BIANCA MILCA PIMENTEL
2793501 BRUNA REGINA BIAZIOLLI
2641301 CAMILA AGUIAR PEREIRA
2861001 CAMILA ELIZA DAS NEVES FERREIRA
2874401 CLELIA MARIA SANDEI PAES DUARTE
3510402 CRISLAINE SILVA DE ALMEIDA DOS SANTOS
224901 DANIEL BUENO DA SILVEIRA
3423202 DANIEL LEMES DA SILVA
3000601 DANIELA TIEMI OLIVEIRA TAKETA
3381502 DANILO DE OLIVEIRA RITA
2032401 DENISE VIEIRA DE FREITAS
2171001 EDUARDO JORGE CARVALHO DE VILHENA
1862801 ELIS REGINA MARTINS
425201 ELZA MARIA ROCHA CAETANO
1767801 EMILIA APARECIDA DA SILVA DOS ANJOS
3097101 ERNANDES FORTUNATO DE LIMA
2761901 EULALIA FERRAZ FRANCA
2426101 EVANDRO FELIPE MADUREIRA
2568901 FABIANA DE MOLA SPONCHIADO MOREIRA
3314701 FABIANE CRISTINE TESTA VIEIRA
473401 FABIO ALEXANDRE PEREIRA
3392902 FELIPE ROBERTO VITA DE ARRUDA PEDROSA
1778701 FERNANDA LARANJEIRA PIOLI
2154401 FERNANDA RODRIGUES DE CAMARGO
2540101 FILIPE ANDRE RISSO FIRMINO
50692 GABRIEL MILESI
1871001 GERMANO HELIO SGARIONI
2882201 GISELE DE CASSIA GOUVEIA CARLOS
2579001 GRAZIELA DE JESUS GOMES
2623801 GUILHERME BALBINO RIGO
2530301 HENRIQUE FREIRES PEREIRA
2929301 ISABELLE CRISTINE MARQUES DE LIMA GOULAR
2520601 JESSICA FERNANDES LEME
3359601 JESSICA GONCALVES BARBOSA
410501 JOSE DANIEL DALLA TORRE
2214501 JULIANA ALVES DA SILVA
71432 JULIANA AREAS DE SOUZA LIMA BELTRAME FERREIRA
3088901 JULIANA ORMENESE
1292201 KATIA ROSSETO DE MATTOS
2869901 LAIS ELAINE PUGA
2169301 LEANDRO AMARAL
2355901 LEANDRO ANTONIO SQUAIELLA
2278501 LEDIR CODIGNOLLE DOS SANTOS
2561701 LENIR APARECIDA DE OLIVEIRA NUNES
2352701 LIDIA MARIA SOBRAL
2516801 LIGIA FERNANDA DA SILVA BATISTA
3478602 LIVIA MACHADO DE ARAUJO SANTANA
2256301 LOANI CRISTINA BUZO PONTES
2541201 LUCIANA JANUARIA BARBOSA
1061901 LUCILENE ALVES FERREIRA ORMOND
2637301 LUIS TEIXEIRA DA SILVA FILHO
870601 LUIZ CARLOS PINTO
2809401 LUZIA DE FATIMA FERREIRA FERNANDES
692727 MARCELINO DONIZETI QUEIROZ
3485302 MARCIO DA CRUZ
425601 MARCO AURELIO DE OLIVEIRA
2790401 MARIA CLARA MIRRA MEIRELLES
1103801 MARIA DA GRACA PICCOLO
2520201 MARIA DE MORAES
1101401 MARIA HELENA VANINI POLLI
1017801 MARIA INES DE SOUZA
2216401 MARIA SOELI NAGLIATI MENDES GONCALVES
3013101 MARINA LUCCHINI PONTES NOGUEIRA
2173101 MARLI SANTOS SANTANA DA SILVA
3550002 MICHELLE VIANA CARVALHO CARVEJANI
1984501 MILENA DA SILVA ADELAIDE
2990101 MIRIAM ADELINA MASSUCATO
2405501 NANCI ROSANGELA CALTRAN FLAUZINO
2404001 NATALIA DE OLIVEIRA PEREIRA
2201001 ODAIR ALVES PEREIRA
2134401 PATRICIA APARECIDA DE CAMPOS SANTOS
3262401 PATRICIA MODESTO CAVALIERI
2406601 PAULO HENRIQUE DE LIMA
353701 PAULO HENRIQUE MUNHOZ
1640201 PAULO SERGIO PRADO
2142501 PRISCILA BATISTA DE ALMEIDA SILVA
2623501 RAFAEL EDMAR FONSECA GOMES
2610001 RAIMUNDO NELSO FERNANDES TELES
1841701 RAQUEL ANTUNES DA SILVA
3329701 RENATA PATRICIA BIANCHIM
2016201 RENATO CARBOL COVESI
2913101 RENATO DE OLIVEIRA PEREIRA
2032901 ROBERTA SILVA CARVALHO
2883601 ROBERTO PEREIRA DOS SANTOS
2623701 ROBINSON AUGUSTO ALVES DE SOUZA
2148201 ROGERIO GOMES
2624601 SAMUEL DA SILVA SANSON
1878801 SANDRA REGINA RUFATO
3263701 SIBELLI DE ALMEIDA SOUZA
1908301 SIMONE REGINA CARBOL
3437802 SONIA AP RODRIGUES MAGALHAES DURAES
2578201 SULENE APARECIDA DUARTE FERRAZ GRANJA
2914601 TALES VICTOR CALEGARI DA SILVA
2283201 TATIANA REGINA PEREIRA
3106301 THAYANA APARECIDA DE OLIVEIRA RIBEIRO
2073401 THAYS BEZERRA TAMBERLINI
2761501 TIAGO BARBOSA DE MATOS
2625001 TIAGO JULIANO ARCIFA SAMPAIO
2286101 UELMA DE FATIMA DOURADO SOUZA
2786001 VITOR LEGNAIOLI VASSAO
379001 WALDEMAR DE ALMEIDA JUNIOR

BENEFICIÁRIOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS

MATRÍCULA/NOME
2410764 ADENILSON CASAGRANDE
2251188 CAMILLA LAMAS LEANDRO
2232728 CELSO ROBERTO DENTE
2232165 ISIDORO AGOSTINHO SILVA
2232485 JOAO MATEUS DA SILVA
2231264 LENIR APARECIDA LOPES
2231992 MARIA APARECIDA DA SILVA
2232590 MARIA LUCI DE FREITAS MARCOS PANTOJA
2233016 MARIA LUCIA CUMIN DE OLIVEIRA
2232012 MARISENE DE SOUZA SANTOS
2230988 MARISTELA CAMBRAIA MAZZETTE
2251321 MERCIA CRISTINA MUNHOZ SILVA
2231441 TANIA GUSSON MURARI

FAZ SABER que ficam os segurados abaixo notificados da não conclusão do censo previdenciário no prazo previsto (31/05/2025).

SERVIDORES ATIVOS

MATRÍCULA/NOME
2778201 ADRIANA CASTRO DE BRITTO SILVA
2298401 ADRIANA DE OLIVEIRA SANTOS
2129301 ADRIANA MARTINS BUFAINO
2356801 ADRIANA RODRIGUES BRITO OLIVEIRA
1870601 ALEXANDRE CHARLES DA COSTA
506959 ALEXANDRE VALENTIM JOB DE OLIVEIRA
2809801 ALINE SOUZA SANTOS
3101901 ALINNE FERNANDA PATRICIA L DOS SANTOS
2493101 AMALIA FONTE BASSO
1921101 ANA CAROLINA DE CAMPOS GAVOGLIO
2062401 ANA KLEPSON PEREIRA DA SILVA CHAPAR
2688801 ANA OLIVEIRA GOMES
1662001 ANA PAULA FERCONDINI

IPREJUN

2251101 ANA PAULA SOUSA DA SILVA
2257901 ANDDREIA FELICIO FIORIN
3406302 ANDRE LUIZ ESTEVES MENDONCA
1306701 ANDREA FERNANDES GIMENES FERREIRA
2276401 ANDRESSA MARIA GOMES DE TOLEDO
2306101 ANGELA MARIA RIBEIRO FERREIRA
2862701 APARECIDA DO CARMO FERNANDES CHEROTI
2426201 BRUNO APARECIDO DE PIZA
2278201 CAMILA FILIPPINI ABREU
2616801 CAMILA RAMOS SENA
1361701 CARLA EDUARDA TURQUETTO CASTRO
2925901 CAROLINE CRISTINA FAVARIN BAUSELLS CALDERERO
1772601 CASSIA ALESSANDRA PEREIRA SANTOS
1225201 CESAR AUGUSTO SASS
2052001 DANIELA ALVES FERREIRA DE LIMA
1766901 DEBORA APARECIDA DE OLIVEIRA SILVA
1944301 DIEGO VINTEM
2327601 DOUGLAS ALEXANDRE BARBAN DE CARVALHO
162 EDUARDO DE ALMEIDA VOLANTI
2620801 EDUARDO FELIPE GUILHEN BARBOSA
2895401 ELIANA DE ALMEIDA FRANCA FIGUEIREDO
2216001 ELIANA DE OLIVEIRA BARROS
3458202 ELISA CREPALDI ALMEIDA ROSA
2182701 ERIK LUIS MACHADO
2230401 FABIA LUCIENE CARDOSO
2503801 FELIPE AUGUSTO DE ALMEIDA SOUZA
2227401 FLAVIA MARIA RODRIGUES OLIVEIRA
3188301 FRANCIANE AUGUSTA MONTEIRO
1444001 FRANCINALDA TENORIO DA SILVA DA FONSECA
1146601 FRANCINE CRISTINA GALEOTI OLIVEIRA
1369301 GILBERTO RUSSO JENUINO
2388201 GILDA PEREIRA DOS SANTOS
1859901 GISLAINE MICHELETTI
2233601 GLAUCYA TAKETA SPADA BUCZMIEJUK
2798301 GRAZIELA PAIVA ZEQUIN
2405301 IVANIA NAITZKE DE OLIVEIRA TELES
1795801 JANE RODRIGUES DE CAMPOS TONETTI
2984801 JESSICA RODRIGUES DE CASTRO SANTOS
3490702 JOEI VICENTE SIQUEIRA ESCOURA LORENTI
1813701 JUCINEIDE DO NASCIMENTO ARAUJO
2066601 JULIANA RODRIGUES DOS SANTOS
2321101 KELLY APARECIDA SOUZA DUARTE
2784701 LAIS MORAES FROES
2358801 LUCIA CAVALHEIRO
2262301 LUCIA GALVAO KLEMM DONA
2552201 LUCIEIDE ANITA FREZZA
1821601 MARA CRISTIANE ZANON CARNEIRO
71395 MARCELO DOS SANTOS SAMPAIO
2992901 MARCIO SPRENGER
2213401 MARIA DO ROSARIO SILVA PINTO
2022001 MARIA LUCIA MAIER
237 MARIETTE BERTASSO MAZARO
2156301 MARILENE DOS SANTOS
3461502 MARILIA SILVA FILIPE
1363801 MAURICIO CARDOSO PEIXOTO
1351601 MEIRELLY CECIL FAGOTTI
2267501 MICHELE MAZZOLA COSTA IMPERATO
2139901 MONISE TODE APRILLANTI MACEDO
2978001 NAYARA DE FREITAS FARIA
2272901 NUBIA MARES MARTINS GRECO
1765001 PATRICIA MIGUEL JUNQUEIRA DE CAMARGO
2913001 PAULO CESAR DA SILVA
1770601 PAULO JORGE SOUZA CARVALHO
2328801 PAULO ROBERTO RIBEIRO DE LIMA
2604901 PRISCILA ALVES DA COSTA SILVA
2981701 RAFAEL SANTANA SOUZA
3106001 RAPHAEL GUILHERME MACHADO
2493801 RAQUEL BELLODI CREPALDI
3494202 RENATO AUGUSTO LUPIANHI
2221401 RODRIGO BERNARDO JAIME
1061201 ROSANA ANDREA VERONES DE MORAIS
289 ROSANA CASTRO FERNANDES
1764801 SAMANTA ARIELE DO NASCIMENTO BRUNELLI
1322801 SANDRA APARECIDA MARTINS SPINA DOS SANTOS
3499102 SANDRA REGINA LAZARINI CARUSO
45611 SERGIO FERREIRA MODENA
2502501 SERGIO FERREIRA MODENA
2310101 SIMONE SOUZA VENINI
2326101 SONIA APARECIDA DOS SANTOS CARDOSO
1660401 SONIA DE JESUS CUNHA
71296 TAIZE MACHADO AUGUSTO
13411 TARSILA SAVIETTO CASOTI
327 VAGNER SOUSA DANTAS
380301 VERA LUCIA BELARMINO
2804701 VILMA MOTA RODRIGUES
1896501 VIRGINIA APARECIDA RIBEIRO CORREA
3554202 YARA VIANA DOS SANTOS
457201 ZILDA MANOEL DOS SANTOS

BENEFICIÁRIOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS
MATRÍCULA/NOME
2231736 ELIANE APARECIDA DEZIDERIO ROQUE
2231030 EVA DA CONCEICAO SOUZA
2232204 FLAVIA DA SILVA
2232991 ISMAEL ALVES DO NASCIMENTO
2410752 JOSE CARLOS DOMINICALI
2232425 JOSE FERREIRA DA COSTA
2230891 JOSE RENATO SILVA
2232774 JURANDIR CAETANO DA SILVA
2230956 LUCIANA MARETTI
2231724 MARCIA REGINA FERREIRA ESCROVI
2231052 MARGARIDA MARIA FERRAZ DE CAMPOS
2232323 MARIA AUXILIADORA RESENDE LARA
2232250 MARIA CONCEICAO CAYRES SILVA GIGLIO
2233021 MARIA CREUZA BARBOSA DA SILVA
2231572 MARIA DA CONCEICAO CUNHA FRANCO
2230992 MARIA DE LOURDES PAGANATTO MARTINS
2232414 MARIA DO CARMO MIGUEL
2231059 MARIA MARGARIDA DE CARVALHO
2231341 MARILSA APARECIDA GUTIERRES MARQUES BRUNO
2232227 MIGUEL SANCHEZ
2230515 ODAIR BELAI
2232754 OLIVAL ANGELO
2232403 ROMANA MARX PESSOA
2230405 SANDRA APARECIDA DE OLIVEIRA
2231775 SANDRA DE CASSIA CODARIN NASCIMENTO
2230978 SOLANGE MARIA FOLGOSI
2231326 VALDIR APARECIDO DE OLIVEIRA

FAZ SABER da necessidade da regularização através do site: https://jundiai.censomunicipal.com.br/ ou presencialmente na sede do Instituto de Previdência Social do Município de Jundiaí – IPREJUN, no prazo de 30 dias a contar desta publicação, para regularizar a sua situação cadastral:
Ressaltamos que o não atendimento no prazo estabelecido poderá acarretar sanções previstas pela legislação.
Os dados divulgados estão atualizados até 01/07/2025, estando sujeitos à nova validação em caso de acesso do servidor / beneficiário.
Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital que será publicado na Imprensa Oficial do Município e afixado no local de costume.

CLAUDIA GEORGE MUSSELI CEZAR
Diretora Presidente do IPREJUN

Publicado na Imprensa Oficial do Município e registrada no Instituto de Previdência do Município de Jundiaí, aos 04 dias de julho de 2025

ELIZABETH AKIKO ARAKI OLIVEIRA
Departamento de Planejamento, Gestão e Finanças

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ
EDITAL Nº 16, DE 04 DE JULHO DE 2025

CLAUDIA GEORGE MUSSELI CEZAR, Diretora-Presidente do Instituto de Previdência do Município de Jundiaí, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 5.894, de 12 de setembro de 2002 e suas alterações, e face ao que consta no Decreto Municipal nº 34.688 de 13 de dezembro de 2024, e no Processo SEI PMJ.0003766/2024,
FAZ SABER que ficam os segurados abaixo notificados da não realização do censo previdenciário no prazo previsto (30/06/2025).
FAZ SABER da necessidade da regularização através do site: https://jundiai.censomunicipal.com.br/ ou presencialmente na sede do Instituto de Previdência Social do Município de Jundiaí – IPREJUN, no prazo de 30 dias a contar desta publicação, para regularizar a sua situação cadastral:

Servidores ativos:
MATRÍCULA/ NOME
2115401 ADERVAL BELO DOS SANTOS DE OLIVEIRA
2423001 ADRIANA DOS SANTOS OLIVEIRA
2869001 ALESSANDRA APARECIDA DE OLIVEIRA
1498901 ALESSANDRA HATSUKO MAEBARA DE OLIVEIRA
1233301 ALESSANDRA NILDA DE ALMEIDA SILVA

IPREJUN

447301 ALESSANDRA TONINI
3572102 ALEX SANDRO EVANGELISTA
2707301 ALEXSANDRA QUEIROZ FERNANDES
2235701 ALINE SILVA DE ARAUJO
3499402 AMANDA CRISTINA DE OLIVEIRA
1897701 AMARILDO SILVA MARTOS
2266201 ANA CLAUDIA MARQUES BARBOSA DIAZ
489201 ANA DONIZETI DA SILVA
1770301 ANA LUCIA FERREIRA DE AZEVEDO
2334001 ANA PAULA DOS SANTOS
1632501 ANABEL ERCOLIN CARVALHO OLIVATO
2013301 ANDERSON DE OLIVEIRA
712827 ANDRE LUIS FRANCISCO DE MORAES
2415601 ANDRESA MARINHO SANTANA
1648501 ANSELMO PEDRO BRAVI
2619801 ANTONIO CARLOS CONCEICAO FILHO
580901 ATAIDE RAIMUNDO SERAFIM
2339101 BARBARA REGINA DE OLIVEIRA FUMACHI
2063401 BENEDITO AFONSO DOS SANTOS
3392402 BRUNO AMELIO TAVARES
3362201 CAMILA CHIARELO DE OLIVEIRA SOUSA
2380501 CARLOS EDUARDO DE SOUZA TEIXEIRA
156701 CARLOS EDUARDO HENRIQUE RIBEIRO
3510102 CAROLINA FERCUNDINI DE OLIVEIRA
2976401 CAROLINE MANOEL GONCALVES
71559 CAROLINE VON ABEL DE SOUSA
1087201 CATIA CECILIA BRAGANCA OLIVEIRA
1023301 CESAR JUAREZ KARLING
400101 CLAUDEMAR BARBOSA DOS SANTOS
2075101 CRISTIANE APARECIDA NUNES DE SOUZA
3024901 CYNTHIA COSTA FERRAREZ MAILA
2360701 DAIANE SILVERIO DOS REIS MATTOS
2009201 DANIEL JUNIOR DE OLIVEIRA
2369501 DOUGLAS RODRIGO DE OLIVEIRA
2064301 EDINA APARECIDA ESPERANDIO
2018201 EDLADY TOMAZ DE OLIVEIRA
2286501 EDNA PEDROSO DE MORAES SOUSA
2106501 ELAINE CRISTINA TORREZIM CAMPOS
2087301 ELAINE DOS SANTOS
2563001 ELIANA JULIANI GONCALVES
3252601 ELIANE DE SOUSA MEDRADO CORREIA
2863201 ELIANE OLIVEIRA DE DEUS
3560702 ELIZA PIAZZETTA CARNIATO
2929701 ELVIS ADRIANO DEDES
589201 EMERSON ROBERTO CAUS
2488901 EMILY SCAPINELLI VAZ
1945001 ENILDA MARIA DA SILVA
3322101 ERIKA DA SILVA NUNES
2179501 ESTELY DA COSTA CAROTTA
2276801 EURYDES A. AMOEDO SARMENTO DO NASCIMENTO
2007601 EVANDRO SOARES CUSTODIO
234 FABIO RUIVO BROLO
2567201 FATIMA APARECIDA BITTENCOURT
3518602 FERNANDA BORGES
3022301 FERNANDA DE CASSIA SOARES CARVALHO OLIVEIRA
1836401 FERNANDA REGINA NOGUEIRA
1956701 FLAVIA CIARROCCHI PINTO
1417401 FLAVIA GONZALEZ DA COSTA SOUTO
2552601 FLAVIA SIMOES DE MOURA
2568201 FRANCISCA EMANUELLY LEITE SILVA BUENO
59241 FRANCISCO PEDRO FILHO
1854401 GEORGIA VIEIRA MELO DISTADIO
3106601 GILDERLAN MATOS DE SOUSA
380701 GILMAR ELIAS DA SILVA
2585701 GISELE DONIZETE MARANI LEON
3436002 GIULIA BALAN GARCIA PATEZ
884601 GLAUCIA MESALIRA PEDROSO
3472802 GRAZIELE DE CASTRO LEITE
2157301 HELIO CALIXTO FERREIRA
2243901 ILDA GONCALVES
3278301 IRENE DA CONCEICAO MENDES CAOVILA
1771701 ISABELA GARCIA POLLI
3563902 ISADORA OLIVA PEREIRA
699327 ITAMAR ALVES DE MENEZES
2416501 JADER FRANK BRITTO DA SILVA
3465402 JAIRO DIAS HOLANDA
813027 JAIRO LUCAS RIBEIRO
2030701 JEFFERSON TAVARES
3229001 JENIFER DE CASSIA LOURENCO
2353801 JESSICA DURIGON GALLI
2802801 JOAO CARLOS RANDA
2624101 JOHN APARECIDO PEREIRA DE OLIVEIRA
2491401 JOSE ANTONIO CARTURAN
484901 JOSE ANTONIO DA SILVA GOMES
1300101 JOSE AUGUSTO DE OLIVEIRA
860501 JOSE ROBERTO PIPOLI
1828901 JOSE WILLIANS FIGUEIRA GOMES
2316901 JULIANA BARBOZA CAZADIO ZAGO
2527301 JULIANA CREMASCHI
2300101 JULIANA PEREIRA
1903801 JULIANA PIMENTEL AJALA
1356701 JULIO CESAR FORNAZARI RIBEIRO
2858401 KAREN ELAINE DA SILVA MERLIM
2795101 KAREN ELOISE DE ANDRADE FORNER
3309901 KAREN REGINA FANCHINI SOUZA
2142901 KARINA BIZZARRO NEVES
2332701 KELLY MARIA VIEIRA
2129701 KELLY PAES MUNHOZ VIZIGNANI
3253601 KEVIN RAFAEL DA SILVA
2101701 KITTY TATIANE FRANCISCATTO TOMAZI
3511701 LARISSA BAPTISTA DA SILVA IZIDORO
3579002 LAURA RUTIGLIANI DA MOTTA
2324001 LEANDRO BOERIZ
2622101 LEANDRO DIONISIO
3249501 LETICIA GUIMARAES RIBEIRO
2043201 LILIAN RASTELLI MODA
732427 LILIAN RONCOLATO DE ALCANTARA
2339801 LILIANE MARA NAVARRO BALCAO
3328801 LISANDRA DE MORAES DA SILVA
2942701 LUCELIA CASSALHO RODRIGUES
1522901 LUCIANA PEREIRA
3105301 LUCIANA REDUA CODARIM
2708601 LUCIANA VITORINO DOS SANTOS
2138801 LUCIENE ANTUNES DOS SANTOS
2603001 LUCIENE DE OLIVEIRA SILVEIRA
1829501 LUCINEIA LOPES
1368101 LUIS ANTONIO DE PAULA
1789201 LUIS ANTONIO DE TOLEDO
2022601 LUIS IGNACIO PETTORUTI
2107901 MANUEL FRANCISCO TOLENTINO RODRIGUES
2361901 MARCELLA PICHINI PACINI
2626901 MARCELO DA SILVA
2129801 MARCIA RODRIGUES DE OLIVEIRA BARROS
855101 MARCIA ROSANA ZANELATO DORA DE SOUZA
1068801 MARCIA SILVEIRA LIMA FELTRIM
2196101 MARCOS ANTONIO SOARES DE SOUZA
3503502 MARIA APARECIDA FERREIRA DE LIMA
2017301 MARIA APARECIDA ROCHA
3407002 MARIA CLARA CHAVES MENDES
1320601 MARIA CONCEICAO ALBINO
1822501 MARIA DE FATIMA SOARES
1354701 MARIA EUNICE SEVERIANO SOARES
1430801 MARIA MARGARIDA DE ASSIS
3478902 MARIA NILDE DA SILVA DE ANCHIETA
2683001 MARIA SEBASTIANA DE SOUZA SILVA
2443701 MARIA ZELIA DOMINGOS DA SILVA
2712901 MARIANA ANTONELLI DEFALCO
2226601 MARILU ALVES DE SOUZA
3360301 MARINA BARCELOS HERRERA
2304701 MARINETE CARDOSO DE CARVALHO
3076701 MARIO MOREIRA ALVES
2069601 MARLENE GONCALVES MONTEIRO
3587502 MATHEUS VINICIUS CASSALHO O JERONIMO
1458301 MAYCE MORINI GRAGNANI
2628601 MERCIA MONTOVANI ALVES
3310201 MICHAEL DOUGLAS FIGUEREDO C SOUSA
2499701 MICHELE SUITER CENINI
3023501 MONIQUE MENDES DE MOURA
2282001 NATASHA PALUDO PADOVAM OLIVEIRA
2369401 NILTON APARECIDO VASQUES
1431601 NOELI APARECIDA BERNABE COUTINHO
523627 NORIVAL CIOCA
2415201 NORMA MARIA ROCHA CASTRO
3229901 PAULA GOMES LIMA DE LACERDA
2307201 PAULA VANESSA ABREU PEREIRA
3485802 PAULLA DALA ROSA
2799601 PEDRO LOPES DE PAULA
3383202 RAFAEL ARRUDA LOPES
3263201 RAQUEL HESS DE MENEZES
1512401 REINALDO BATISTA DA SILVA
401201 ROBERTO MARCELINO
1351701 ROGERIO DA SILVA JORGE
2709501 ROSA MARIA DE ALMEIDA
2071101 ROSA MARIA SILVA CARVALHO

IPREJUN

2311001 ROSANA ALVES LOURENCO LIBA
1638101 ROSANA DI FIORE
2210101 ROSELAINE BARBOSA
2121301 ROSELAINE FERREIRA SOARES
3595302 SABRINA LUCAS DA SILVA
2919101 SAMANTA GIORDANA TOMAZ DA SILVA
1854101 SHEILA KLEINSINGER
3106101 SILVANIA APARECIDA DE FREITAS
2517901 SILVIA ROSINHA PUCHALSKI
1911001 SIMONE MARCELO FORNAZZA
1850301 SOFIA BIASI TREVISAN BERTANI
2249101 SONIA APARECIDA VETTORI
71343 STEFAN CUNHA UJVARI
2866301 STEPHANIE ADRIANE LEITE MINA
2600601 TACIANE GEIELI DE BARROS PIRES
3254701 TAMIRIS FREITAS DOS SANTOS ANIBAL
1664901 TATILA DE LIMA COSTA STORANI
2548601 TELMA TERESA DE OLIVEIRA LEITE LIMA
2474701 TERESA GOBBI SOARES
2015901 TERESINHA APARECIDA DE ANDRADE DOS SANTOS
2745701 THAISE CITINO CECEL RAMIREZ
2708201 THIAGO VINICIUS DA SILVA
2551801 VALDICE DE JESUS SANTOS RAMOS
2339001 VALERIA APARECIDA GARBELINI OTA
2265901 VALERIA APARECIDA ROSA
2073901 VALERIA CRISTINA DOS SANTOS ROQUE
3178201 VANESSA CRISTINA RIBEIRO GONCALVES
2376901 VANESSA PAULA FURLAN LINS DA SILVA
2335601 VANILDA GARBO FLORINDO
1104201 VANIR CHAMBA
1741801 VERA LUCIA JOSE DE SELES
1768301 VERENA APARECIDA SCHIAVI PICCHI ROGGEIRO
1089401 VERONICA DE OLIVEIRA PINTO
2914301 VINICIUS CAMPOS BRANDAO
1927301 VIVIANE APARECIDA DA CUNHA SANTIAGO
3372802 WELISSON WESLLEY REIS PEIXOTO
2625701 WELLINGTON COELHO ALAMO
3452902 WELLINGTON PHILLIP DA SILVA BARRETO
2553401 WILLIAM RAMOS
2289501 WILSON FELIPE SOUZA PAULETO
3189301 YURI JOSE ALMEIDA
3122001 ZENOBIA SILVA DOS SANTOS

Beneficiários aposentados e pensionistas:
MATRÍCULA/NOME
2230896 ADEMAR GENTIL DA SILVA
2230792 ALVAIR SEBASTIAO DE SOUZA
2231696 ANTONIO ALVES DE ALMEIDA
2232939 ANTONIO GALVAO DA COSTA
2232460 APARECIDO BENEDITO NUNES
2231633 CARMEN SILVIA DE OLIVEIRA
2231786 DEJANIRA HELENA DA SILVA BARROSO
2233009 EDUARDO PALANDRI
2231937 ELIANA CAREGATTI FRANCO PEREIRA
2251307 ELISABETE FERRAREZI SANNOMIYA
2232443 ELIZABETE SILVA SCARPARO
2232694 FATIMA LUNARDI
2231000 FLORIZA CANDIDA DAMAZIO
2230683 HAROLDO PENA
2231202 ILDA RODRIGUES DE OLIVEIRA
2232712 ISABEL CRISTINA PIRATELLI BARROS
2251201 ISABELA DESTRO DE CARVALHO MARIA
2233006 JOAO CARLOS DE OLIVEIRA
2231190 JOAO VICENTE RODRIGUES
2410750 JOSE RODRIGUES DE ALMEIDA
2232743 LUIZ FIRMINO BATISTA
2410758 MANOEL DOS SANTOS NETO
2232854 MARIA APARECIDA BROLLI LOURENCON
2232640 MARIA APARECIDA ROSA PRETO
2250969 MARIA ELENA DE SOUZA CARVALHO
2230884 MARIA EULALIA DE ALMEIDA SCHLEICH
2232441 MARIA HELENA DE PAULA MARTINS DIAS
2232795 MARIA HELENA OLIVEIRA DE MATTOS
2232516 MARIA JOSE DE OLIVEIRA
2251288 MARIA JOSEFA DA SILVA SANTOS
2231951 MARILENE ROCHA BRAGA
2232789 MARLI DA SILVA FARCIC
2232775 MAURICIO DA SILVA
2251226 NAIR RODRIGUES FERREIRA
2250961 NEIDE DA SILVA PENTEADO
2251197 ODAIR FERREIRA LEITE
2251018 PASCOALINA POLLI BASILIO
2251173 PAULA LETICIA PIMENTA
2230970 ROSA ESTELA GAZETA
2231477 ROSANA BERNARDO
2231064 ROSANA MARIA VENDITTI PRATES
2230745 SHIRLEY KOHLER DA SILVA
2231783 TANIA CRISTINA PIMENTA
2231186 TERESINHA TRINDADE VAZ
2231632 VALDIR ANTONIO
2410769 VALDOMIRO ALEXANDRE DA SILVA
2232840 VILMA TERESA GOBBI
2232755 WAGNER APARECIDO TRIVELATO

Ressaltamos que o não atendimento no prazo estabelecido poderá acarretar sanções previstas pela legislação.
Os dados divulgados estão atualizados até 01/07/2025, estando sujeitos à nova validação em caso de acesso do servidor / beneficiário.
Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital que será publicado na Imprensa Oficial do Município e afixado no local de costume.

CLAUDIA GEORGE MUSSELI CEZAR
Diretora-Presidente do IPREJUN

Publicado na Imprensa Oficial do Município e registrada no Instituto de Previdência do Município de Jundiaí, aos 04 de julho de 2025

ELIZABETH AKIKO ARAKI OLIVEIRA
Departamento de Planejamento, Gestão e Finanças

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

EDITAL Nº 17, DE 04 DE JULHO DE 2025

CLAUDIA GEORGE MUSSELI CEZAR, Diretora-Presidente do Instituto de Previdência do Município de Jundiaí, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 5.894, de 12 de setembro de 2002 e suas alterações, e face ao que consta no Decreto Municipal nº 34.688 de 13 de dezembro de 2024, e no Processo SEI PMJ.0003766/2024,

FAZ SABER que ficam os segurados abaixo notificados da não realização do censo previdenciário no prazo previsto:

Segurados aniversariantes de janeiro - Prazo 31/01/2025

BARBARA CHRISTIANNE GOES LACERDA
MARCIO NICOLIN MACHADO
RODRIGO MATHIAS DA SILVA

Ressaltamos que o não atendimento no prazo estabelecido poderá acarretar sanções previstas pela legislação.

Os dados divulgados estão atualizados até 01/07/2025, estando sujeitos à nova validação em caso de acesso do servidor / beneficiário.

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital que será publicado na Imprensa Oficial do Município e afixado no local de costume.

CLAUDIA GEORGE MUSSELI CEZAR
Diretora-Presidente do IPREJUN

Publicado na Imprensa Oficial do Município e registrada no Instituto de Previdência do Município de Jundiaí, aos 04 de julho de 2025

ELIZABETH AKIKO ARAKI OLIVEIRA
Departamento de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº 159 DE 01 DE JULHO DE 2025
Resolve aposentar voluntariamente por tempo de contribuição, com proventos calculados pela média, o servidor **MARCO ANTONIO DIAS** ocupante do cargo de Professor Assistente, classe DOC2 nível H do quadro de pessoal estatutário da Faculdade de Medicina de Jundiaí, de acordo com o Art. 2º c/c art. 13, § 1º da LC 611/2021,esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA Nº 162 de 03 DE JULHO DE 2025
Resolve conceder Pensão por Morte, em razão do falecimento do ex-servidor ativo ADELSON NEVES DE ANDRADE ocorrido em 19/05/2025 ao filho menor, a partir de 20/05/2025, revogadas as disposições em contrário.

IPREJUN

PORTARIA Nº 163 de 03 DE JULHO DE 2025
Resolve conceder Pensão por Morte, em razão do falecimento do ex-servidor aposentado FRANCISCO CLEMENTE ZAGO ocorrido em 25/05/2025 à viúva NEUSA DE MORAES ZAGO, a partir de 26/05/2025, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA Nº 164 de 03 DE JULHO DE 2025
Resolve conceder Pensão por Morte, em razão do falecimento do ex-servidor aposentado JOÃO PIRES DE MORAES ocorrido em 19/05/2025 à viúva APARECIDA GRELLA DE MORAES, a partir de 20/05/2025, revogadas as disposições em contrário.

CLAUDIA GEORGE MUSSELI CEZAR
Diretora Presidente do IPREJUN

RETIFICAÇÃO

NA EDIÇÃO Nº 5654, DE 02 DE JULHO DE 2025
NA PORTARIA Nº 156, DE 01 DE JULHO DE 2025

Onde se lê: esta portaria entra em vigor, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2025, revogadas as disposições em contrário.
Leia-se: esta portaria entra em vigor, revogadas as disposições em contrário.

NA EDIÇÃO Nº 5654, DE 02 DE JULHO DE 2025
NA PORTARIA Nº 158, DE 01 DE JULHO DE 2025

Onde se lê: esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Leia-se: esta portaria entra em vigor, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2025, revogadas as disposições em contrário.

NA EDIÇÃO Nº 5654, DE 02 DE JULHO DE 2025
NA PORTARIA Nº 147, DE 01 DE JULHO DE 2025

Onde se lê: esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2025, revogadas as disposições em contrário.
Leia-se: esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CLAUDIA GEORGE MUSSELI CEZAR
Diretora Presidente

DAE

PORTARIA N.º 122, DE 01 DE JULHO DE 2025

LUIZ ROBERTO DEL GELMO, DIRETOR PRESIDENTE da DAE S.A. – ÁGUA E ESGOTO, no uso de suas atribuições legais e face ao que consta no processo administrativo DAE.0000037/2025,

RESOLVE:

Artigo 1º - PRORROGAR o prazo para conclusão da sindicância administrativa instaurada para apuração dos fatos narrados no processo DAE.0000037/2025 por mais 180 dias, com efeitos a partir de 07 de julho de 2025.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
.

LUIZ ROBERTO DEL GELMO
Diretor Presidente

PORTARIA N.º 123, DE 01 DE JULHO DE 2025

LUIZ ROBERTO DEL GELMO, DIRETOR PRESIDENTE da DAE S.A. – ÁGUA E ESGOTO, no uso de suas atribuições legais e face ao que consta no processo administrativo DAE.0000037/2025,

RESOLVE:

Artigo 1º - PRORROGAR o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância 2, designada através da Portaria DAE N.º 002 de 13/01/2025 por mais 90 dias, a partir de 12 de julho de 2025.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DAE

LUIZ ROBERTO DEL GELMO
Diretor Presidente

Pregão Eletrônico nº 029/2025
Homologação

A Diretora Administrativa da DAE S/A faz saber que no Pregão Eletrônico nº 029/2025, referente a aquisição de Bombas Helicoidais 50CV – 220V Trifásicas, foi proferida a seguinte decisão pelo Diretor Superintendente de Engenharia, em 27/06/2025: "Homologo a adjudicação da presente licitação para a empresa NETZSCH DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, no valor total de R$ 134.324,00, segundo o critério de Menor Preço por Item.

01/07/2025
DARLENE SANTIAGO POLETTO
Diretora Administrativa

Licitação Fracassada
Pregão Eletrônico nº 027/2025

A Diretora Administrativa da DAE S/A faz saber que restou fracassado o Pregão Eletrônico nº 027/2025 para o serviço de locação, por um período de 12 (doze) meses, de 02 (duas) máquinas automáticas de café expresso e bebidas quentes com aquisição de insumos solúveis.

01/07/2025
DARLENE SANTIAGO POLETTO
Diretora Administrativa

Extrato de Aditamento
Pregão Eletrônico nº 033/2023

Contratante: DAE S/A – ÁGUA E ESGOTO
Contratada: LIMP ACQUA – LIMPEZA E MANUTENÇÃO DE CAIXAS DE ÁGUA LTDA.
Termo de Aditamento nº 039/2025 assinado em 13/06/2025, Processo DAE nº 2143/2023.
Objeto: Empresa especializada no fornecimento de serviço de mão de obra, materiais e insumos para limpeza e desinfecção de reservatórios de água tratada, caixa de água, caminhões pipa, canaletas de chafariz do Mundo das Crianças e demais instalações em atendimento aos parâmetros e condições previstos na Portaria do Ministério da Saúde 888 e ABNT NBR 5626
3º aditamento que se faz ao contrato nº 087/2023 para prorrogação contratual por mais 12 (doze) meses presumindo-se o valor total de R$ 447.652,00.

01/07/2025
DARLENE SANTIAGO POLETTO
Diretora Administrativa

PORTARIA N.º 124, DE 03 DE JULHO DE 2025

LUIZ ROBERTO DEL GELMO, DIRETOR PRESIDENTE da DAE S.A. – ÁGUA E ESGOTO, no uso de suas atribuições legais e face ao que consta no Processo Administrativo DAE.0001365/2024,

Considerando a necessidade de proceder a alteração na composição da Comissão de Assédio Moral e/ou Sexual, constituída pela Portaria DAE N.º 038 de 13 de março de 2025;

RESOLVE:

Artigo 1º - DESIGNAR o servidor Renato Luis Ferreira para compor como membro suplente na Comissão Permanente de Assédio Moral e/ou Sexual, em substituição a servidora Daniele Moro Malherbi dos Santos;

Artigo 2º - Fica constituída a Comissão Permanente de Assédio Moral e/ou Sexual, composta pelos seguintes servidores:

Titulares:
Gisela Vicenzi Fernandes ..... Presidente
Adriana Roncoletta Fontebasso ..... Membro
Ivani Segati ..... Membro
Luciane Pagotto ..... Membro
Gerson Pereira Duarte ..... Membro Representante do Sindicato

Suplentes:
Alex Fabiano Bergamasco ..... Membro
Renato Luis Ferreira ..... Membro

DAE

Evandro Topi Sanches .....Membro Representante do Sindicato

Artigo 3º - Fica mantida a servidora Ivani Segati para secretariar a referida comissão.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LUIZ ROBERTO DEL GELMO
Diretor Presidente

PORTARIA N.º 125, DE 03 DE JULHO DE 2025.

LUIZ ROBERTO DEL GELMO, DIRETOR PRESIDENTE da DAE S.A. – ÁGUA E ESGOTO, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a necessidade de apuração dos fatos narrados no processo DAE.000073/2025;

Considerando a necessidade de proceder a alteração na ordem dos membros da Comissão Permanente de Assédio Moral e/ou Sexual, constituída pela Portaria DAE N.º 124 de 03 de julho de 2025, para atuação neste processo;

RESOLVE:

Artigo 1º - DESIGNAR os membros suplentes Alex Fabiano Bergamasco e Renato Luís Ferreira para substituir os membros titulares Adriana Roncoletta Fontebasso e Luciane Pagotto para atuação no caso específico, objeto do Processo DAE.000073/2025.

Artigo 2º - A Comissão Permanente de Assédio Moral e/ou Sexual para atuação neste processo, passa a ser composta pelos seguintes servidores:

Gisela Vicenzi Fernandes	Presidente
Alex Fabiano Bergamasco	Membro
Ivani Segati	Membro
Renato Luis Ferreira	Membro
Gerson Pereira Duarte	Membro Representante do Sindicato

Artigo 3º - Fica mantida a servidora Ivani Segati para secretariar a referida comissão;

Artigo 4º - Deverá ser apurada de acordo com os prazos conforme preconiza o §3º, do artigo 31 do Regulamento de Sindicância Administrativa, Disciplinar e de Assédio.

Artigo 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LUIZ ROBERTO DEL GELMO
Diretor Presidente

PROMOÇÃO DA SAÚDE

EDITAL VISA Nº 204, DE 03 DE JULHO DE 2025.

A Coordenadora da Vigilância Sanitária da Unidade de Gestão de Promoção da Saúde do Município de Jundiaí – Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais:

Faz saber que, de acordo com o estabelecido nos artigos 110, 112, inciso III e artigo 122 inciso XI e XIX da Lei Estadual n°10.083 de 23/09/1998 – Código Sanitário do Estado de São Paulo – lavrou-se em 09 de maio de 2025, para o estabelecimento abaixo identificado, o Auto de Imposição de Penalidade de Multa n° 056/2025, pelo motivo a saber:

Por manter medicamentos sob controle da Portaria SCS/MS nº 344/98 – Aprova o Regulamento Técnico sobre Substâncias e Medicamentos Sujeitos a Controle Especial, em caixas abertas e em área desprovida de chave ou outro dispositivo que ofereça segurança, em local não específico para esta finalidade., conforme o Auto de Infração nº 055/2025, lavrado em 15/04/2025.

FARMAVIDA ELOY CHAVES LTDA.
CNPJ: 14.708.268/0001-97.
Endereço: Avenida Benedito Castilho de Andrade nº 708 – Parque Eloy Chaves – Jundiaí/SP.
CEP: 13.212-070.
Processo SEI: PMJ.0014563/2025.

Jundiai, 03 de julho de 2025.
ALINNE FERNANDA P. LOPES DOS SANTOS
Coordenadora – Vigilância Sanitária
UGPS/PMJ

PROMOÇÃO DA SAÚDE

EDITAL VISA Nº 205, DE 03 DE JULHO DE 2025.

A Coordenadora da Vigilância Sanitária da Unidade de Gestão de Promoção da Saúde do Município de Jundiaí – Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais:

Faz saber que, de acordo com o estabelecido nos artigos 110, 112, inciso III e artigo 122 incisos XIX e XIX da Lei Estadual n°10.083 de 23/09/1998 – Código Sanitário do Estado de São Paulo – lavrou-se em 09 de maio de 2025, para o estabelecimento abaixo identificado, o Auto de Imposição de Penalidade de Multa n° 055/2025, pelo motivo, a saber:

Por armazenar medicamentos e outros produtos de atenção à saúde, sem a garantia dos padrões de qualidade, segurança, higiene, organização, caracterizado pela disposição de produtos diretamente sobre o chão e no mesmo ambiente em que são mantidos medicamentos impróprios para uso incluindo objetos inservíveis, mantidos objetos inservíveis, conforme o Auto de Infração nº 054/2025 lavrado em 15/04/2025.

FARMAVIDA ELOY CHAVES LTDA.
CNPJ: 14.708.268/0001-97.
Endereço: Avenida Benedito Castilho de Andrade nº 708 – Parque Eloy Chaves – Jundiaí/SP.
CEP: 13.212-070.
Processo SEI: PMJ.0014547/2025.

Jundiaí, 03 de julho de 2025.
ALINNE FERNANDA P. LOPES DOS SANTOS
Coordenadora – Vigilância Sanitária
UGPS/PMJ

EDITAL VISA Nº 206, DE 03 DE JULHO DE 2025.

A Coordenadora da Vigilância Sanitária da Unidade de Gestão de Promoção da Saúde do Município de Jundiaí – Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais:

Faz saber que, de acordo com o estabelecido no artigo 88, 112, inciso IX e artigo 122, incisos I e XIX da Lei Estadual nº 10.083 de 23/09/1998 – Código Sanitário do Estado de São Paulo – lavrou-se em 07 de maio de 2025, para o estabelecimento abaixo identificado, o Auto de Imposição de Penalidade nº 049/2025 de e Interdição da Atividade de Estética e Outros Serviços de Cuidados com a Beleza, CNAE fiscal: 9602-5/02, pelo motivo, a saber:

Fazer funcionar estabelecimento com Atividade de Estética e Outros Serviços de Cuidados com a Beleza, CNAE fiscal 9602-5/02, de alto risco sanitário, sem licença sanitária; sem apresentar responsável técnico legalmente habilitado, documentos de habilitação profissional, comprovante de limpeza de caixa d'água, controle de pragas urbanas, cadastro de empresa coletora de resíduos de saúde, manutenção dos equipamentos de uso em procedimentos estéticos, Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), Manual de normas e rotinas e Procedimento Operacional Padrão; ausência de boas práticas no manejo de resíduos, evidenciado por lixeiras para descarte de resíduos sem acionamento por pedal e sem identificação do resíduo gerado e ausência de abrigo de resíduos; balcão da pia da sala mandala sem condições de conservação e limpeza evidenciado por presença de oxidação e sujidade e presença de materiais alheios a atividade nas salas Boas Energias e Mandalas, conforme o Auto de Infração nº 044/2025, lavrado em 02 de abril de 2025.

STG FISIO - SERVICOS DE FISIOTERAPIA LTDA.
CNPJ: 23.821.710/0001-88
Endereço: Rua Anchieta, nº 599, Vila Baventura, Jundiaí/SP.
CEP: 13.201-804
PROCESSO SEI nº PMJ.0012861/2025

Jundiaí, 03 de julho de 2025.
ALINNE FERNANDA P. LOPES DOS SANTOS
Coordenadora – Vigilância Sanitária
UGPS/PMJ

FACULDADE DE MEDICINA DE JUNDIAÍ

PORTARIA FMJ-123/2025, de 01/07/2025

O Prof. Dr. EVALDO MARCHI, Diretor de Escola Superior da Faculdade de Medicina de Jundiaí, autarquia municipal de Jundiaí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Considerando: 1) o que consta do Processo FMJ- 125/2024;
2) as normas do concurso público constantes do Edital FMJ- 026/2024, de 17/05/2024;
3) o resultado do concurso público constante do Edital FMJ- 026/2024, de 19/02/2025, cuja homologação foi publicada na I.O.M.J., edição nº 5597, 26/02/2025;
4) considerando as disposições previstas no Estatuto do Servidor Público de Jundiaí - LEI COMPLEMENTAR N.º 499, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010, em especial sobre a nomeação e posse.

R E S O L V E:

Artigo 1º - NOMEAR **GREGORY BOZELLI MORÁBITO,** classificado em 8º lugar no concurso público, portador do R.G. nº 60.***.***-0-SSP/SP, C.P.F. 424.***.***-63, PIS/PASEP nº 145.*****.**-5, para exercer o cargo de ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO, GRUPO/GRAU AAD I/G, da Faculdade de Medicina de Jundiaí, a partir de 01 de julho de 2025 conforme disposto na Lei Complementar nº 499, de 22/12/2010 e suas alterações, que instituiu o novo Estatuto dos Funcionários Públicos, e na Lei Municipal nº 10.080, de 07/12/2023, que altera a estrutura dos cargos e empregos da Faculdade de Medicina de Jundiaí.
Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor nesta data.
Diretoria da Faculdade de Medicina de Jundiaí, ao primeiro dia do mês de julho de dois mil e vinte cinco (01/07/2025).-

Prof. Dr. Evaldo Marchi
Diretor

Registrada e publicada na Secretaria Executiva da Faculdade de Medicina de Jundiaí, ao primeiro dia do mês de julho de dois mil e vinte cinco (01/07/2025).-

Carlos de Oliveira Cesar
Secretário Executivo

PORTARIA FMJ- 124/2025, de 01/07/2025

O Prof. Dr. EVALDO MARCHI, Diretor de Escola Superior da Faculdade de Medicina de Jundiaí, autarquia municipal de Jundiaí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 10.080, de 07/12/2023, e o que consta do processo FMJ-029/2024;

R E S O L V E:

Artigo 1º - NOMEAR o Sr. **JOSÉ CARLOS TRESMONDI,** R.G. nº 5.***.***-7–SSP/SP, para exercer o cargo de DIRETOR DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS da Faculdade de Medicina de Jundiaí, símbolo DAC-03, a partir de 02 de julho de 2025.
Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrário.
Diretoria da Faculdade de Medicina de Jundiaí, ao primeiro dia do mês de julho de dois mil e vinte e cinco (01/07/2025).-

Prof. Dr. Evaldo Marchi
Diretor

Registrada e publicada na Secretaria Executiva da Faculdade de Medicina de Jundiaí, ao primeiro dia do mês de julho de dois mil e vinte e cinco (01/07/2025).-

Carlos de Oliveira Cesar
Secretário Executivo

PORTARIA FMJ - 125/2025, de 02/07/2025

O Prof. Dr. EVALDO MARCHI, Diretor de Escola Superior da Faculdade de Medicina de Jundiaí, autarquia municipal de Jundiaí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Considerando: a) O disposto no Artigo 41, § 4º da Constituição Federal vigente c/c os Artigos 24 e 25 da Lei Complementar nº 499, de 22/12/2010 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Jundiaí) e suas alterações e o Regulamento de Avaliação do Estágio Probatório desta Faculdade;
b) A avaliação de Desempenho de Estágio Probatório satisfatória comunicada pela Divisão de Recursos Humanos desta Faculdade;

R E S O L V E

Artigo 1º - Tornar público que adquiriu estabilidade no quadro de pessoal desta Autarquia Municipal a professora abaixo nominada, a partir da data indicada:

Processo	Nome	Data
136/2023	Livia Cristina Oliveira E Silva	02 de julho de 2025

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor nesta data.
Diretoria da Faculdade de Medicina de Jundiaí, aos dois dias do mês de julho de dois mil e vinte e cinco (02/07/2025).-

Prof. Dr. Evaldo Marchi
Diretor

Registrada e publicada na Secretaria Executiva da Faculdade de Medicina de Jundiaí, aos dois dias do mês de julho de dois mil e vinte e cinco (02/07/2025).-

Carlos de Oliveira Cesar
Secretário Executivo

PORTARIA FMJ – 126/2025, de 03/07/2025

O Prof. Dr. EVALDO MARCHI, Diretor de Escola Superior da Faculdade de Medicina de Jundiaí, autarquia municipal de Jundiaí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Considerando: 1) o que consta do Processo FMJ – 053/2025;
2) as normas do concurso público constantes do Edital FMJ- 014/2025, de 25/02/2025;
3) o resultado do concurso público constante do Edital FMJ- 014/2025, de 09/06/2025, cuja homologação foi publicada na I.O.M.J., edição nº 5649, 18/06/2025;
4) considerando as disposições previstas no Estatuto do Servidor Público de Jundiaí - LEI COMPLEMENTAR N.º 499, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010, em especial sobre a nomeação e posse.

R E S O L V E:

Artigo 1º - NOMEAR o Dr. **DEMÉTRIUS PAIVA ARÇARI**, aprovado e classificado em 1º lugar no concurso público para PROFESSOR AUXILIAR da Disciplina de MEDICINA DO TRABALHO do Departamento de SAÚDE COLETIVA, portador do R.G. nº 24.***.****-2-SSP/SP, CPF nº 277.***.***-51, PIS/PASEP nº 130.*****.**-6 para exercer o cargo de PROFESSOR ADJUNTO, GRUPO/GRAU DOC III/A, na Faculdade de Medicina de Jundiaí, a partir de 03 de julho de 2025, conforme disposto na Lei Complementar nº 499, de 22/12/2010 e suas alterações, que instituiu o Estatuto dos Funcionários Públicos de Jundiaí, e na Lei nº 10.080, de 07/12/2023, que altera a estrutura dos cargos e empregos da Faculdade de Medicina de Jundiaí.
Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor nesta data.
Diretoria da Faculdade de Medicina de Jundiaí, aos três dia do mês de julho de dois mil e vinte cinco (03/07/2025).-

Prof. Dr. Evaldo Marchi
Diretor

Registrada e publicada na Secretaria Executiva da Faculdade de Medicina de Jundiaí, aos três dia do mês de julho de dois mil e vinte cinco (03/07/2025).-

Carlos de Oliveira Cesar
Secretário Executivo

PORTARIA FMJ – 127/2025, de 03/07/2025

O Prof. Dr. EVALDO MARCHI, Diretor de Escola Superior da Faculdade de Medicina de Jundiaí, autarquia municipal de Jundiaí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o que consta do processo FMJ- 116/2023;

R E S O L V E

Artigo 1º - CONCEDER ao servidor **LUCAS CHEQUI,** Professor Assistente, pertencente ao quadro de pessoal estatutário desta Faculdade, licença para tratamento de saúde no período de 01/07/2025

FACULDADE DE MEDICINA DE JUNDIAÍ

a 28/09/2025.
Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Diretoria da Faculdade de Medicina de Jundiaí, aos três dias do mês de julho de dois mil e vinte e cinco (03/07/2025).-

Prof. Dr. Evaldo Marchi
Diretor

Registrada e publicada na Secretaria Executiva da Faculdade de Medicina de Jundiaí, aos três dias do mês de julho de dois mil e vinte e cinco (03/07/2025).-

Carlos de Oliveira Cesar
Secretário Executivo

PORTARIA FMJ - 128/2025, de 03/07/2025

O Prof. Dr. EVALDO MARCHI, Diretor de Escola Superior da Faculdade de Medicina de Jundiaí, autarquia municipal de Jundiaí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o que consta do Processo FMJ- 262/2023;

R E S O L V E

Artigo 1º - CONCEDER à Professora ADJUNTA do Departamento de Saúde Coletiva **MARIA JOSÉ MARTINS DUARTE OSIS**, pertencente ao quadro de pessoal estatutário, 01 (um) mês de FÉRIAS-PRÊMIO, a partir de 14/07/2025.
Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor nesta data.
Diretoria da Faculdade de Medicina de Jundiaí, aos três dias do mês de julho de dois mil e vinte e cinco (03/07/2025).-

Prof. Dr. Evaldo Marchi
Diretor

Registrada e publicada na Secretaria Executiva da Faculdade de Medicina de Jundiaí, aos três dias do mês de julho de dois mil e vinte e cinco (03/07/2025).-

Carlos de Oliveira Cesar
Secretário Executivo

FACULDADE DE MEDICINA DE JUNDIAÍ

EDITAL Nº 32/2025, de 03 de julho de 2025. **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2025** ÓRGÃO: Faculdade de Medicina de Jundiaí. **OBJETO:** Aquisição de softwares e equipamentos de informática visando atender as demandas das unidades da Faculdade de Medicina de Jundiaí, conforme Termo de Referência. **DISPONIBILIDADE DO EDITAL NA ÍNTEGRA**: o edital na íntegra, com todos os seus anexos, encontra-se disponível no Portal do Compra Aberta da Prefeitura Municipal de Jundiaí – www. https://compraaberta.jundiai.sp.gov.br. **ABERTURA DA SESSÃO**: **8:30 horas do dia 17 de julho de 2025.**

Prof. Dr. Evaldo Marchi
Diretor

FACULDADE DE MEDICINA DE JUNDIAÍ

EDITAL Nº 33/2025, de 03 de julho de 2025. **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2025** ÓRGÃO: Faculdade de Medicina de Jundiaí. **OBJETO:** Aquisição de equipamentos médico-hospitalares destinados ao setor estratégicos do Hospital Universitário da Faculdade de Medicina de Jundiaí, conforme Termo de Referência. **DISPONIBILIDADE DO EDITAL NA ÍNTEGRA**: o edital na íntegra, com todos os seus anexos, encontra-se disponível no Portal do Compra Aberta da Prefeitura Municipal de Jundiaí – www. https://compraaberta.jundiai.sp.gov.br. **ABERTURA DA SESSÃO**: **8:30 horas do dia 17 de julho de 2025.**

Prof. Dr. Evaldo Marchi
Diretor

FACULDADE DE MEDICINA DE JUNDIAÍ

EDITAL Nº 34/2025, de 03 de julho de 2025. **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2025** ÓRGÃO: Faculdade de Medicina de Jundiaí. **OBJETO:** Aquisição de serviços de videoconferência e webinar para atender as necessidades de comunicação e eventos on-line da Faculdade de Medicina de Jundiaí, conforme Termo de Referência. **DISPONIBILIDADE DO EDITAL NA ÍNTEGRA**: o edital na íntegra, com todos os seus anexos, encontra-se disponível no Portal do Compra Aberta da Prefeitura Municipal de Jundiaí – www. https://compraaberta.jundiai.sp.gov.br. **ABERTURA DA SESSÃO**: **8:30 horas do dia 18 de julho de 2025.**

Prof. Dr. Evaldo Marchi
Diretor

INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

EDITAL DE SUPRESSÃO DE ÁRVORE – 122/2025

Marcos Galdino, Gestor da Unidade de Infraestrutura e Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais:
FAZ SABER que, de acordo com a lei 8.392, de 27 de março de 2015, e após avaliação e justificativas técnicas, o processo SEI 0023870/2025 para supressão de uma árvore na Rua Coriolano de Marins e Dias Filho, 129, foi deferido.
FAZ SABER que nova árvore será plantada no local, e que plantio, corte ou eliminação, por qualquer meio ou forma, de árvore ou qualquer vegetação pública por particulares constitui infração à lei 10.104/24 e é passível de multa".
Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital, que será afixado no local de costume e publicado na Imprensa Oficial do Município.

Marcos Galdino
Gestor da Unidade de Infraestrutura e Serviços Públicos

EDITAL DE SUPRESSÃO DE ÁRVORE – 123/2025

Marcos Galdino, Gestor da Unidade de Infraestrutura e Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais:
FAZ SABER que, de acordo com a lei 8.392, de 27 de março de 2015, e após avaliação e justificativas técnicas, o processo SEI 0023871/2025 para supressão de uma árvore na Rua Ernesto Pincinato, defronte ao 1101, foi deferido.
FAZ SABER que nova árvore será plantada no local, e que plantio, corte ou eliminação, por qualquer meio ou forma, de árvore ou qualquer vegetação pública por particulares constitui infração à lei 10.104/24 e é passível de multa".
Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital, que será afixado no local de costume e publicado na Imprensa Oficial do Município.

Marcos Galdino
Gestor da Unidade de Infraestrutura e Serviços Públicos

CULTURA

EXTRATO DE JULGAMENTO - ETAPA DE SELEÇÃO

EDITAL Nº 03/2025 DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2025
5º FESTIVAL DE CURTAS - SELEÇÃO DE CURTAS-METRAGENS PARA PREMIAÇÃO CULTURAL

Processo Administrativo SEI Nº 21448/2025

A Unidade de Gestão de Cultura, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a análise de mérito cultural realizada pela Comissão de de Avaliação Técnica (CAT), seguindo os critérios descritos no Anexo III do edital;

RESOLVE:

1) Dar conhecimento aos 24 curtas-metragens selecionados para compor a Mostra Competitiva do 5º Festival de Curtas, em ordem alfabética, a seguir:

SELECIONADOS - MOSTRA COMPETITIVA	
PROPONENTE	CURTA-METRAGEM
Alessandro Pereira de Jesus	Faustina - Música Para Viver
Arthur Henrique Marques	Bon Vivant
Beatriz Pastorini Nogueira	Terra Cega
BRACO PRODUCOES - CINEMA E MUSICA LTDA - ME	Tarde da Noite Longe de Casa
Bruno Fernandes Pimentel da Silva	Câmera obscura
Carlos Alberto de Oliveira	O Pacto da Perfeição
Caroline Adrielli de Almeida Santos	A Causa Secreta
Daniel Furlan Peixoto	Atum Mortal 3000
Danilo Matsumoto	Insonia
Eliasaf Rodrigues de Assis Filho	Turno da Madrugada
Gabriel Nunes Martins	Algo alem do silêncio

GLOMC filmes ltda.	Solidão Coletiva
Guilherme Augusto Gonçalves Sai	Cogito Ergo Sum
Gustavo Campos	Dona Irene
Hernan Gabriel Gonzalez	Vênus em Aquário
Julia Coimbra Martin	O Demônio Quando Quer Fica Bonito
Júlia Mendes Pereira Checchinato	Pingo de Floresta
Laís Bengtson Cabral	DOC? Drag Ocupam O Cinema
Luiz Claudio Rodrigues Oliveira	INVERSÕES
Marcelo da Silva	O Convite
Pietra Lopes de Souza	O Monstrinho das Cores
Renato Reis Trippe	Evoluções Perecíveis
Tiago Yukio Nakayama	Agridoce
ZS FILMES PRODUCAO CINEMATOGRAFICA LTDA	Vermelho urucum, preto jenipapo

2) Dar conhecimento aos curtas-metragens selecionados para compor a Mostra Paralela do 5º Festival de Curtas, em ordem alfabética, a seguir:

SELECIONADOS - MOSTRA PARALELA	
PROPONENTE	CURTA-METRAGEM
35.732.264 MATHEUS FERREIRA DE LIMA	Guinchar dos Porcos
Carlos Miguel Costa Gonçalves	Não Deixe a Fantasia Morrer
Eduardo Barbieri Carvalho de Almeida	Limbo
João Pedro Tonet Mazzeto	O Ateneu
Lucas Henrique De Franchi Cunha	SOFIA
Persília Aparecida Mattenhauer Pancotto	A Senhora
Ricardo Ceolin Pereira	Antonico e sua mãe
Roberto Felipozzi	Homines
SANDER ANTONELLI JUNIOR 26082085841	25 Anos de JundComics

3) Desclassificar os seguintes curtas-metragens de acordo com os motivos justificados, a seguir:

DESCLASSIFICADOS		
PROPONENTE	CURTA-METRAGEM	MOTIVO
Alessandro Pereira de Jesus	Além das Pipas	Proponente inscreveu 2 curtas-metragens e apenas um poderia ser selecionado - item 4.8.1.
Alex Del Duque	Do Outro Lado	Proponente não reside em Jundiaí - item 2.7.1.
Anderson Antonio Pugliero	É sobre um pouco de nós	Não atinge o tempo mínimo definido pelo Anexo I, item 2.
André Guiachetto Carneiro Leão	Nesta Data Querida	Ultrapassa o tempo limite definido pelo Anexo I, item 2.
Arthur Henrique Marques	Além do Tempo	Proponente inscreveu 2 curtas-metragens e apenas um poderia ser selecionado - item 4.8.1.
Cristiano Euclides Requião	Quem Cuida de Mim?	Proponente não reside em Jundiaí - item 2.7.1.
Danilo Matsumoto Da Silva Oliveira	Conexão	Proponente inscreveu 2 curtas-metragens e apenas um poderia ser selecionado - item 4.8.1.
Diego Alves Francisco	Raízes da Capoeira Jundiaiense	Ultrapassa o tempo limite definido pelo Anexo I, item 2.
Eliasaf Rodrigues de Assis Filho	No Meio da Luz	Proponente inscreveu 2 curtas-metragens e apenas um poderia ser selecionado - item 4.8.1.
Eunice de Cassia Fonseca de Almeida	Comida de Terreiro - Culinária Tradicional com Monadewá	Inapto por não atingir a nota mínima - Anexo III, Item 6.
FERNANDO MAGALHÃES RANGEL	Amanhã será o dia mais importante de sua vida	Proponente não reside em Jundiaí - item 2.7.1.
Nathália Mística dos Santos	Porque não esperamos mais.	Proponente não exerce as funções de diretor, produtor ou diretor de fotografia - item 2.7.2.
Raphael Ferreira de Souza	Trancas	Inapto por não atingir a nota mínima - Anexo III, Item 6.
Sofia Savietto Ferreira	O Motorista	Ultrapassa o tempo limite definido pelo Anexo I, item 2.
SUELEN APARECIDA MARTINS 22371331821	Zabumbando	Obra já foi selecionada na edição de 2023 deste Festival - item 2.8.1. IV
Taisi Datovo	Mulher moderna do mundo invertido	Não atinge o tempo mínimo definido pelo Anexo I, item 2.
Waldir Rodrigues Filho	Brumas do Passado	Proponente não reside em Jundiaí - item 2.7.1.

4) Informar que, por força do item 5.4 do aludido Edital, fica aberto o prazo para interposição de recurso a partir do dia 07/07/2025 até as 23h59min do dia 09/07/2025. Os pedidos de recurso deverão ser apresentados através do e-mail curtasjundiai@jundiai.sp.gov.br.

BRUNO IENNE DE OLIVEIRA
Diretor do Departamento de Cultura

EDITAL UGC nº 06, CONVOCAÇÃO DE ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL NO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL – CMPC

CLARINA ANA FASANARO, Gestora da Unidade de Cultura, no uso de suas atribuições legais, torna público o presente Edital para preenchimento das vagas remanescentes da sociedade civil para o biênio 2024/2026, em face do que consta do processo administrativo SEI nº PMJ.0016373/2024.
O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC e a Prefeitura do Município de Jundiaí, pela Unidade de Gestão de Cultura, em atendimento à Lei nº 9633, de 14 de setembro de 2021 e do Regimento Interno do Conselho Municipal de Política Cultural, aprovado pelo Decreto Municipal nº 31.159, de 7 de abril de 2022, comunica que estão abertas as inscrições para eleição das vagas remanescentes dos conselheiros para o biênio 2024/2026, que visa institucionalizar a relação entre a sociedade civil e a Administração Pública na elaboração, execução e fiscalização das políticas culturais do Município de Jundiaí.

1. DAS COMPETÊNCIAS E COMPOSIÇÃO
1.1. Compete ao CONSELHO:
I - representar a sociedade civil jundiaiense junto ao Poder Público Municipal nos assuntos culturais;
II - representar a sociedade civil junto às entidades públicas e privadas da área cultural quando solicitado pela Unidade de Gestão de Cultura (UGC), sendo que mediante deliberação, seus membros também poderão representar o Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC) em reuniões, conferências, congressos e afins, levando os anseios da sociedade civil jundiaiense no âmbito cultural;
III - acompanhar a elaboração e aprovação anual dos editais que regulamentarão a forma de financiamento dos projetos culturais a serem apresentados pela sociedade;
IV - elaborar, em conjunto com a Unidade de Gestão de Cultura, as diretrizes da política cultural do Município;
V - contribuir na formulação de estratégias e na fiscalização da execução da política cultural do Município;
VI - apresentar, discutir e emitir parecer sobre os projetos e programas que tratam do desenvolvimento da cultura, do fomento, da produção, do acesso, da difusão e da descentralização cultural do Município;
VII - sugerir ações e instrumentos de democratização da cultura, visando garantir a cidadania cultural;
VIII - propor e deliberar sobre a continuidade ou não de projetos e programas de acordo com a política cultural do Município;
IX - colaborar, através da emissão de parecer sobre prioridades programáticas e orçamentárias, sobre propostas de obtenção de recursos extraordinários e sobre celebração de parcerias com instituições e entidades culturais;
X - contribuir na criação e implementação, por meio de legislação, do Plano Municipal de Cultura;
XI - contribuir na criação e implementação, por meio de legislação, do Sistema Municipal de Cultura;
XII - propor e contribuir na elaboração, implementação e fiscalização de leis de incentivo à cultura no âmbito municipal;
XIII - colaborar com análise e estudo para o aperfeiçoamento da legislação vigente que abordar aspectos culturais no âmbito municipal;
XIV - colaborar com propostas para a elaboração da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), PPA (Plano Plurianual) e LOA (Lei Orçamentária Anual) relativas à Unidade de Gestão de Cultura;
XV - sugerir e incentivar medidas de formação, aperfeiçoamento e valorização dos profissionais da cultura, bem como servidores lotados na Unidade de Gestão de Cultura e demais sujeitos ligados ao processo do fazer e do viver culturais;
XVI - participar da realização da Conferência Municipal de Cultura, juntamente com a Unidade de Gestão de Cultura, bem como de outros eventos que tenham por objetivo ouvir a sociedade para fins de revisão da política cultural do Município e seus instrumentos, além da criação e o fortalecimento dos setores das artes e da cultura;
XVII - promover e incentivar estudos, eventos, campanhas, atividades permanentes e pesquisas na área da cultura;
XVIII - propor políticas de geração, captação e alocação de recursos

para o setor cultural;
XIX - acompanhar e fiscalizar a aplicação de recursos de Fundos Municipal, Estadual e Nacional de Cultura repassados à Administração Pública Municipal e entidades parceiras, bem como integrar os seus respectivos Comitês Deliberativos;
XX - acompanhar e fiscalizar a política cultural desenvolvida pela Fundação Casa da Cultura e Esportes ou órgão que a venha substituir;
XXI - auxiliar no acompanhamento e fiscalização de contratos e parcerias com entidades, empresas e profissionais autônomos que possam obter e administrar recursos, auxílios, contribuições, doações e patrocínios financeiros para o desenvolvimento de projetos e programas de interesse público na área da cultura;
XXII - convidar representantes dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal e demais conselhos a participar de seus Grupos de Trabalho e reuniões quando se tratar de pauta nas esferas de suas respectivas competências, a fim de subsidiar a discussão e emissão de expedientes;
XXIII - convidar técnicos, especialistas e detentores de notório conhecimento a participar de seus Grupos de Trabalho e reuniões quando se tratar de pauta nas esferas de suas respectivas competências, a fim de subsidiar a discussão e emissão de expedientes;
XXIV - exercer demais atividades de interesse das artes e da cultura, bem como executar outras atribuições que lhe forem formalmente conferidas; e
XXV - elaborar e aprovar o seu Regimento Interno e alterações.
1.2. O CMPC possuí 10 (dez) conselheiros e seus respectivos suplentes pertencendo à sociedade civil, dos quais serão eleitos por meio do processo regulamentado por este edital 02 (dois) titulares e 05 (cinco) suplentes.
1.3. O processo eleitoral seguirá o cronograma constante do Anexo I.

2. DAS INSCRIÇÕES DOS VOTANTES E DOS CANDIDATOS
2.1. Para participar do processo de eleição dos conselheiros do CMPC há necessidade de prévio cadastramento e envio de documentos, tanto para os votantes quanto para os candidatos, por meio do link que consta do Anexo II deste edital e que estará disponível, durante o período de inscrição, no site www.cultura.jundiai.sp.gov.br/editaiseregulamentos.
2.2. As inscrições para votantes e para candidatos, que ocorrem de forma eletrônica, estarão abertas no período de 07/07/2025 à 20/07/2025.
2.3. São causas de impedimento ao pretendente a participar do processo de eleição como votante ou como candidato:
I - ter sido afastado após decisão em processo administrativo com base nos incisos III e IV do art. 17 do Regimento Interno do CMPC; e II - ter participado do processo de organização das eleições, nos termos do §1º e 3º do art. 6º, do mesmo Regimento Interno.
2.4. Não poderão se candidatar diretores e produtores dos Corpos Artísticos de Jundiaí, tais como Cia. de Teatro, Cia. Jovem de Dança, Coral Municipal, Coral infanto-juvenil Cidade das Crianças, Orquestra Municipal, bem como outros que sejam criados ou que os venham substituir, conforme art. 8, § 2º, do Regimento Interno, podendo apenas se inscrever como votantes.
2.5. Poderão candidatar-se a representantes da sociedade civil no CMPC, para o biênio remanescente de 2024-2026, segundo as respectivas vagas por segmento:
a) teatro e circo, 01(um) suplente podendo ser: ator, atriz, diretor(a), dramaturgo(a), artistas circenses, artistas de rua, palhaços, pesquisador/a ou acadêmico da área, ou outro igualmente representativo;
b) artes visuais e design, 01(um) representante titular e 01(um) suplente podendo ser: artista plástico, desenhista, escultor(a), cartunista, grafiteiro(a), chargista, fotógrafo(a), pesquisador(a) ou acadêmico da área, ou outro igualmente representativo;
c) cultura popular, tradicional e urbana, 01(um) suplente podendo ser: artistas e promotores(as) de atividades culturais de rua, culinaristas, dançarinos(as), cantores, griôs, mestres(as), folcloristas, carnavalescos(as), produtores de saraus, pesquisador(a) ou acadêmico da área, ou outro igualmente representativo;
d) cultura étnico racial, 01(um) representante titular e 01(um) suplente podendo ser: representante de entidades culturais, produtor(a) e/ou resguardador(a) da cultura afro-brasileira ou indígena, pesquisador(a) ou acadêmicos da área, ou outro igualmente representativo; e
e) cultura LGBTQIA+, 01(um) suplente podendo ser: dirigente de entidades culturais, representantes de grupos e promotores de atividades culturais com ênfase nos direitos da diversidade de orientações sexuais.
2.5.1. Os candidatos a membros do CMPC de Jundiaí preencherão formulário de inscrição (Anexo II) com a indicação de até 2 (duas) opções de áreas que pretendem representar, sendo a 1ª opção a de maior interesse.
2.6. Os votantes e os candidatos devem cumprir os seguintes requisitos:
I - ter pelo menos 18 (dezoito) anos de idade, enviando cópia do RG, CNH ou outro documento oficial de identificação com foto;
II - ser residente e domiciliado em Jundiaí há no mínimo 02 (dois) anos, fornecendo cópia de dois comprovantes de endereço, um atualizado (abril, maio ou junho de 2025) e outro de data até julho de 2023; e
III - comprovar sua atuação e/ou representatividade na área cultural há no mínimo 02 (dois) anos, mediante documentação pertinente (ex.: certificados de cursos livres ou acadêmicos, currículo, etc.) ou portfólio, dentre outros, das atividades realizadas nessa área.
2.6.1. Se o comprovante de endereço não estiver em nome do votante/candidato, deverá ser enviada uma declaração ou documento comprobatório de vínculo.

3. DA COMISSÃO ELEITORAL
3.1. À Comissão Eleitoral compete a organização e acompanhamento do processo eleitoral de eleição dos conselheiros que representarão a sociedade civil no CMPC, como descrito no Regimento Interno do CMPC, art. 6, § 1º.
3.2. Inclui-se entre as atribuições da Comissão Eleitoral zelar pela lisura das eleições, em especial:
I - decidir sobre a habilitação/inabilitação das inscrições dos votantes e dos candidatos;
II - organizar os segmentos para que os candidatos ou procuradores possam se apresentar na Plenária; III - conferir se aqueles que irão votar encontram-se devidamente habilitados e credenciados;
IV - durante a Plenária e publicamente, apurar os votos, por segmento, obtidos em cada escrutínio; e
V - encaminhar, de imediato, ao Presidente do CMPC, os candidatos eleitos nos 10 (dez) segmentos.
3.3. A Comissão Eleitoral é composta pelos seguintes membros:
I - Lucas Moreira da Silva (sociedade civil);
II - Ana Isabel Ferreira Rebello (sociedade civil);
III - Fernanda Sifuentes Pinheiro Leitão (poder público);
IV - William Ramos (poder público); e
V - Everton Fernando de Souza (poder público).

4. DAS ELEIÇÕES
4.1. A eleição dos novos conselheiros do CMPC ocorrerá em Plenária presencial no dia 30 de julho de 2025, com início às 19:30 no Espaço Expressa - Av. União dos Ferroviários, 1760 - Pte. de Campinas, Jundiaí - SP nesta data.
4.1.1. Poderão votar e ser votados, em seus devidos segmentos, os inscritos por meio do Anexo II que forem habilitados pela Comissão Eleitoral.
4.1.2. Os candidatos poderão ser representados por seus procuradores na Plenária, mediante entrega de procuração (Anexo III).
4.2. A Plenária para eleição dos conselheiros será instalada pelo Presidente do CMPC, observando-se o seguinte rito:
I - abertura da Plenária às 19:30, com a presença da Comissão Eleitoral;
II – leitura deste Edital e instruções gerais sobre os trabalhos;
III - credenciamento dos votantes e dos candidatos, ou seus procuradores;
IV - início do processo eleitoral com a separação dos participantes por segmento;
V - apresentação dos candidatos ou de seus procuradores em até 2 (dois) minutos;
VI - escrutínio com a colheita e apuração dos votos, observadas as condições deste edital; e
VII - reunião no auditório para anúncio dos eleitos, pelo Presidente, para os 5 (cinco) segmentos.
4.3. O processo de eleição poderá ter 2 (duas) etapas:
I - Etapa 1 – Eleição, por meio de voto secreto, dos pretendentes a membros do Conselho, de acordo com a 1ª opção indicada pelo proponente, desde que nela tenha sido habilitado; e
II - Etapa 2 – Caso haja cadeiras não preenchidas, será procedida Eleição complementar, por meio de voto secreto, entre os candidatos não eleitos na etapa 1 que estejam inscritos e habilitados a concorrerem em 2ª opção para as vagas disponíveis.
4.4. Os votantes e candidatos terão direito a votar em 02 (dois) candidatos, podendo um dos votos ser para o próprio candidato e o segundo para outro candidato, não sendo permitido 2 votos para o mesmo candidato. (neste caso, somente 1(um) voto será considerado).
4.5. A classificação dos candidatos entre titulares e suplentes, em cada segmento, dar-se-á pelo maior número de votos.
4.5.1. Em caso de empate, o candidato com maior idade ficará com a vaga de titular ou suplente, conforme o caso.
4.5.2. Os votos em branco e nulos não serão considerados válidos.
4.5.3. A UGC divulgará, oportunamente, pela Imprensa Oficial do Município, a lista dos candidatos eleitos.

5. DOS RECURSOS
5.1. De todos os atos decisórios proferidos, os candidatos poderão apresentar recurso, através do email conselhodecultura@jundiai.sp.gov.br no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da ciência da decisão, a exceção do previsto no item 4.2 deste Edital.
5.2. Os candidatos terão, ainda, o prazo de 01 (um) dia útil para interposição de recurso, a partir da data de publicação da lista dos candidatos eleitos, o que deverá ser efetuado através do email conselhodecultura@jundiai.sp.gov.br/.
5.3. O julgamento dos recursos ocorrerá no prazo de 1 (um) dia útil, pelos membros da Comissão Eleitoral e será encaminhado para ciência do candidato por e-mail.

6. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
6.1. Os representantes eleitos dos 5 (cinco) segmentos serão nomeados conselheiros do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC por ato de Chefe do Executivo.
6.2. Os casos omissos a este Edital serão decididos, de ofício ou por provocação, pela Comissão Eleitoral e pela Unidade de Gestão de Cultura.

CULTURA

Jundiaí, 04 de julho de 2025.

CLARINA ANA FASANARO
Gestora de Cultura

LUCAS MOREIRA DA SILVA
Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural

Anexo I
CRONOGRAMA
Publicação do Edital na IOM: 04 de julho de 2025.
Inscrições: 07 à 20 de julho de 2025.
Publicação na IOM dos Candidatos Aptos e Não Aptos: 23 de julho de 2025.
Eleições: 30 de julho de 2025.
Publicação da lista de conselheiros eleitos na IOM: 06 de agosto de 2025.
Local das Eleições: Espaço Expressa - Av. União dos Ferroviários, 1760 - Pte. de Campinas, Jundiaí - SP
Horário: 19:30.

Anexo II
Inscrição através de formulário Google Disponível em: https://cultura.jundiai.sp.gov.br/editais-eregulamentos/
Esta inscrição é para quem pretende votar e para quem também pretende se candidatar às cadeiras remanescentes de representação da sociedade civil no Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC para o biênio remanescente 2024-2026.
Há necessidade de preenchimento dos dados e envio do formulário abaixo, bem como envio de comprovação (currículo, portfólio ou outro documento) da atuação na(s) área(s) cultural(is) para a(s) qual(is) vão votar e/ou pretendem ser votados.

Nome:_____
_____CPF:_____
Endereço:_____
Tel.:( )_____Cel.:( )_____ Email:_____
Assinalar ( ) CANDIDATO ( ) VOTANTE

CANDIDATOS E VOTANTES - DOCUMENTOS PARA ANEXAR
Os que pretendem apenas votar e os que são candidatos devem enviar:
I - RG, CNH ou documento de identificação com foto
II - 2 Comprovantes de residência ou domicílio em Jundiaí, sendo:
a) 1 Comprovante atualizado (abril, maio ou junho de 2025); e
b) 1 Comprovante até julho de 2023.
Obs.: Se o comprovante não estiver em nome do candidato/votante, este deverá ser acompanhado por uma declaração ou documento que comprove o vínculo.
III - Currículo, portfólio ou outra documentação que comprove atuação na respectiva área cultural.

SOMENTE VOTANTES
Artistas, escritores e trabalhadores da área da Cultura.
Você só poderá votar em 1 área escolhida, desde que comprove atuação de no mínimo 2 (dois) anos nesta área:
( ) teatro e circo
( ) artes visuais e design
( ) cultura popular, tradicional e urbana
( ) cultura étnico racial
( ) cultura LGBTQIA+

SOMENTE CANDIDATOS
Você pode optar por 2 áreas, desde que comprove atuação de no mínimo 2 (dois) anos, através de currículo ou portfólio. A opção 1 deve ser a prioritária. Caso você não seja eleito na opção 1, automaticamente concorrerá pela opção 2.

CANDIDATO - OPÇÃO 1
( ) teatro e circo
( ) artes visuais e design
( ) cultura popular, tradicional e urbana
( ) cultura étnico racial
( ) cultura LGBTQIA+

CANDIDATO - OPÇÃO 2
( ) teatro e circo
( ) artes visuais e design
( ) cultura popular, tradicional e urbana
( ) cultura étnico racial
( ) cultura LGBTQIA+

Anexo III
Procuração Por este instrumento de procuração, eu, _____(nome completo), (nacionalidade), (estado civil), portador(a) do RG_____, CPF_____, residente (endereço/bairro), votante ou candidato, do segmento (__) nomeio e constituo como procurador(a) do(a) sr(a)_____ __ (nome completo), (nacionalidade), (estado civil), portador(a) do RG_____, CPF_____, residente _____ (endereço/bairro), para representar-me na eleição do Conselho Municipal de Política Cultural de Jundiaí (SP).

Jundiaí, (dia/mês/ano)

_____
assinatura

FUMAS

EDITAL nº 28, de 30 de maio de 2025

JEFERSON APARECIDO COIMBRA, Superintendente da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - FUMAS, Jundiaí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e face ao que consta no processo SEI nº FMS.0000198/2024
FAZ SABER que, conforme relatório elaborado pelo Departamento de Planejamento, Gestão e Finanças/Divisão de Gestão de Pessoas, a servidora abaixo relacionada foi considerada apta à Progressão Salarial, referente ao mês de abril/2025, conforme dispõe o Decreto nº 24.344, de 12 de abril de 2013:

Progressão Salarial: Abril/2025	
Andrea Regina Ferri	**APTA**

Para que não se alegue ignorância faz baixar o presente Edital, que será publicado pela Imprensa Oficial do Município.

Fundação Municipal de Ação Social – FUMAS
JEFERSON APARECIDO COIMBRA
Superintendente

EDITAL nº 30, de 26 de junho de 2025

JEFERSON APARECIDO COIMBRA, Superintendente da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - FUMAS, Jundiaí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e face ao que consta no processo SEI nº FMS.0000198/2024
FAZ SABER que, conforme relatório elaborado pelo Departamento de Planejamento, Gestão e Finanças/Divisão de Gestão de Pessoas, os servidores abaixo relacionados foram considerados **aptos à Progressão Salarial, referente ao mês de junho/2025**, conforme dispõe o Decreto nº 24.344, de 12 de abril de 2013:

Progressão Salarial: Junho/2025	
Adriana Sato	APTA
Ali Mamed Muniz Qbar	APTO
Daniela Bernardi	APTA
Edson Antonio Ribeiro	APTO
Henrique Bertonha	APTO
Iraci Ouvido Cunha	APTA
Jean Michael Araujo Leinthier	APTO
Marcia Regina de Mello Cardoso	APTA
Marcos Valentim Reynaldo	APTO
Maria Aparecida Alves	APTA
Maria Teresa Rodrigues	APTA
Ricardo Jose Alves	APTO
Rubens Mussatto Junior	APTO

Para que não se alegue ignorância faz baixar o presente Edital, que será publicado pela Imprensa Oficial do Município.

Fundação Municipal de Ação Social – FUMAS
JEFERSON APARECIDO COIMBRA
Superintendente

ATO NORMATIVO Nº 30, de 26 de junho de 2025

JEFERSON APARECIDO COIMBRA, Superintendente da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - FUMAS, Jundiaí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e face ao que consta dos autos do Processo n.º 1.703-0/2017-1;
Art. 1º - RESOLVE conceder a servidora ANA MARIA RAIMUNDO, Cozinheiro Industrial, pertencente ao quadro de pessoal estatutário da Fundação, com fundamento na Lei Complementar nº 499, de 22 de dezembro de 2010 e suas alterações, que instituiu o novo Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais, **01 (um) mês de férias–prêmio em gozo, no período correspondente de 14/07/2025 a 13/08/2025.**

Art. 2º - Este Ato Normativo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 14/07/2025.

Fundação Municipal de Ação Social - FUMAS
JEFERSON APARECIDO COIMBRA
Superintendente

FUMAS

Extrato de Contratos e Aditivos

CONTRATO N° 07/25 - CONTRATANTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - FUMAS - CONTRATADA: COMPANHIA DE INFORMÁTICA DE JUNDIAÍ - CIJUN OBJETO: Prestação de Serviços em Tecnologia da Informação e Comunicação para a FUMAS e o DSFM - VALOR TOTAL: R$ 693.780,00 - ASSINATURA: 09 de junho de 2025 PROCESSO SEI FMS n° 0000445/2025 - MODALIDADE: Dispensa de Licitação n.º 02/2025 - PRAZO DE VIGENCIA: 12 (doze) meses.

Departamento de Planejamento,
Gestão e Finanças

INEDITORIAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA

Sr. Thiago Gyenge Doria Grunthal, atual presidente da diretoria e os membros associados convocam a todos membros da AJA Associação Jundiaiense de Aeromodelismo, para assembleia geral ordinária no dia **18 de julho de 2025**, a Av. Augusto Mazzi, 315 - Jundiaí Mirim, Jundiaí – SP, para:
- Eleger nova Diretoria, conselho fiscal e diretor técnico, para o período de junho/2025 a junho/2027;
- Assuntos gerais e atualidade.

LIGA JUNDIAIENSE DE FUTEBOL
CNPJ 44.658.060/0001-71 – FUNDADA EM 01/05/1927
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL – ELEIÇÕES

JOACI FERREIRA DA SILVA, Presidente da LIGA JUNDIAIENSE DE FUTEBOL, no uso de suas atribuições e nos termos do item 2 do artigo 12 do Estatuto Social, **CONVOCA TODOS OS ASSOCIADOS** para participarem da Assembleia Geral a ser realizada conforme os termos do presente:

EDITAL

Artigo 1º. As eleições para o mandato de 31 de julho de 2025 a 30 de julho de 2029 serão realizadas no dia 22 de julho de 2025, às 19h em primeira convocação e às 19h30m em segunda convocação, na sede da Liga, situada à Avenida Amadeu Ribeiro, nº 440, bairro Anhangabaú, Jundiaí/SP.
Serão eleitos os candidatos aos seguintes cargos da Diretoria Executiva: Presidente, Vice-presidente, Tesoureiro, Secretário Geral e Diretor de Esportes, bem como 03 (três) membros efetivos e 01 (um) membro suplente do Conselho Fiscal, todos indicados por associações, clubes ou times regularmente filiados.
A composição do Conselho Fiscal deverá obedecer ao critério de paridade entre as divisões, sendo obrigatória a indicação de 50% dos representantes oriundos de clubes da 1ª Divisão e 50% de clubes da 2ª Divisão.
Artigo 2º. Não havendo o comparecimento de 2/3 (dois terços) dos associados na Assembleia Geral, na primeira convocação, as eleições ocorrerão com qualquer número de presentes, conforme artigo 14º do Estatuto.
Artigo 3º. A Comissão Eleitoral será composta por dois membros da atual Diretoria Executiva, excetuando-se o presidente.
Artigo 4º. A retirada das Fichas de Inscrição deverá ser feita na sede da Liga, no horário das **12h às 14h**, após a publicação do Edital e deverá ser devolvida preenchida e com os documentos em anexo, até dia 09 de julho de 2025.
Artigo 5º. A chapa aprovada deverá ser divulgada no mural da sede da Liga após dois dias do término das inscrições.
Artigo 6º. As Fichas de Inscrição deverão estar acompanhadas de cópias dos documentos exigidos para o registro da chapa, com reconhecimento de firma.
Artigo 7º. As chapas inabilitadas serão informadas no mural da sede da Liga dois dias após o termino das inscrições.
Artigo 8º. O prazo para recurso contra a declaração de inabilitação da chapa será de um dia **após a publicação no Mural da Liga**, sendo analisado pela Comissão Eleitoral, que poderá publicar nova deliberação até um **dia antes da eleição**.
Artigo 9º. Além da Ficha de Inscrição devidamente preenchida, os membros deverão apresentar, no ato da inscrição:
a) Cópias do RG, CPF, comprovante de endereço (conta de luz, água ou telefone), com firma reconhecida;
b) Carta de renúncia do cargo atual de diretor ou presidente de clube, com firma reconhecida.
c) Todos os documentos exigidos devem estar devidamente assinados e organizados conforme artigo 59 do Estatuto, sendo entregues em envelope lacrado.
Artigo 10º. Conforme Artigo 59 -
Somente poderão se candidatar aos cargos da Diretoria Executiva os associados que preencham, cumulativamente, os requisitos constantes das alíneas "a" e "c"; ou que se enquadrem na condição prevista na alínea "b":
a) Sejam presidentes de clubes ou membros da diretoria dos clubes filiados, desde que tenham renunciado formalmente aos seus cargos.;
b) Os membros que tenham sido eleitos a partir do ano de 2021;
c) Tenham participado ativamente da Liga Jundiaiense de Futebol de forma voluntária nos últimos três anos anteriores à eleição.
Artigo 11º. Não poderão se candidatar aos cargos da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal:
a) Os membros que não residam em Jundiaí/SP;
c) Os membros que não atenderem às exigências deste edital.
Artigo 12º. As inscrições serão feitas por meio de chapas, contendo discriminadamente os candidatos aos **cinco cargos da Diretoria Executiva** e os **três membros efetivos e um suplente do Conselho Fiscal**.

Jundiaí, 04 de julho de 2025.
Joaci Ferreira da Silva
Presidente da Liga Jundiaiense de Futebol.

PODER LEGISLATIVO

Autógrafo
PROJETO DE LEI Nº 14.667
Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2026 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, faz saber que em 1.º de julho de 2025 o Plenário aprovou:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta lei estabelece as Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2026, nos termos do art. 165, § 2º da Constituição Federal, art. 174, § 2º da Constituição do Estado de São Paulo, art. 128, § 2º da Lei Orgânica do Município, que dispõe sobre as diretrizes e orientações para elaboração e execução da lei orçamentária anual e sobre as alterações na legislação tributária.
Parágrafo único. Além das normas a que se refere o caput, esta Lei dispõe sobre a autorização para aumento das despesas com pessoal de que trata o art. 169, § 1º, da Constituição Federal, e sobre as exigências contidas na Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 2º Integram a presente Lei os seguintes anexos, em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000, com alterações posteriores:

I – demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;
II – demonstrativo das Metas Anuais;
III – demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
IV – demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
V – demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido;
VI – demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a alienação de ativos
VII – demonstrativo da Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS – Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – Plano Previdenciário;
VIII – demonstrativo da Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS – Projeção Atuarial do RPPS;
IX – demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
X – demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
XI – demonstrativo da Evolução do Total da Dívida Consolidada – Realizada e Prevista;
XII – demonstrativo de Compatibilidade da Programação de Orçamentos com os objetivos e metas constantes da LDO;
XIII – demonstrativo da Metodologia e Memória de Cálculo para estabelecimento do Resultado Primário – Valores Correntes (Inflacionados);
XIV – demonstrativo da Metodologia e Memória de Cálculo para estabelecimento do Resultado Primário – Valores Constantes (não inflacionados);
XV – relatório de Obras em Andamento;

CAPÍTULO II
DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO

Art. 3º As metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2026 serão distribuídas nos orçamentos, detalhadas em programas, projetos e atividades, observadas as seguintes destinações:

I – manutenção: recursos orçamentários destinados ao custeio das atividades em andamento;
II – expansão da manutenção: recursos orçamentários destinados ao acréscimo das despesas de custeio, decorrentes de aumento natural no atendimento aos programas de duração continuada;
III – investimentos: recursos orçamentários destinados à realização de novos projetos e investimentos;
IV – custeio decorrente: recursos orçamentários destinados ao custeio de atividades derivadas de novos investimentos.
Parágrafo único. Nos orçamentos será prioritária e obrigatória a alocação de recursos suficientes para a manutenção das atividades de caráter continuado, em conformidade com a definição dada às prioridades citadas nos incisos I e II do "caput" deste artigo.

CAPÍTULO III
DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º Os orçamentos, fiscal e da seguridade social, compreenderão a programação dos poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades de que, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
Parágrafo único. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos e operações especiais.

Art. 5º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – programa: o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores a serem estabelecidos no plano plurianual;
II – atividade: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
III – projeto: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo.
IV – operações especiais: as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens e serviços.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis.
§ 2º As atividades, projetos e operações especiais serão desdobrados em categorias econômicas, grupos de natureza da despesa, modalidades de aplicação e elementos econômicos, não podendo haver alteração das respectivas finalidades e da denominação das metas estabelecidas.

Art. 6º A proposta orçamentária do Município para 2026 será encaminhada ao Poder Legislativo, contendo:

I – mensagem;
II - projeto de lei orçamentária.
Parágrafo único. Excepcionalmente, por razões extraordinárias derivadas de medidas de caráter emergencial em combate a surto epidêmico, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública, poderá ser contemplado na proposta orçamentária, a revisão das metas e demonstrativos referidos nos incisos I, II, IV, VI, X, XI, XII, XIII e XIV do art. 2º desta Lei.

Art. 7º A mensagem que encaminhar o projeto de lei referido no art. 6º desta Lei deverá explicitar:

I - as eventuais alterações, de qualquer natureza, e as respectivas justificativas, em relação às determinações contidas nesta Lei;
II - os critérios adotados para estimativa das fontes de recursos para o exercício;
III - os recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, na forma do disposto no artigo 212 da Constituição Federal;
IV - demonstrativo da alocação de recursos para o financiamento das ações e dos serviços públicos de saúde de que trata a Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000;
V – recursos aplicados na área de assistência social, na forma do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e,
VI – os motivos determinantes para a revisão das metas fiscais, se o caso, na forma prevista no parágrafo único do art. 6º desta Lei.

Art. 8º Integrarão o projeto de lei relativo à lei orçamentária anual:

I - quadros orçamentários consolidados dos orçamentos fiscal e da seguridade social, compreendendo:
a) receita por fonte, despesa por categoria econômica e grupos, segundo os orçamentos e despesa por programas;
b) despesa por função, subfunção e programa, conforme os vínculos de recursos;
c) receitas previstas para as fundações, autarquias e empresas dependentes.
II - anexo da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminados por unidade orçamentária, compreendendo autarquia, fundação e unidades da administração direta, detalhada até o nível de atividade, projeto e operações especiais, segundo os grupos de despesa, elementos econômicos e as fontes de recursos;
III - anexo do orçamento de investimentos compreendendo:
a) demonstrativo dos investimentos por sociedade em que o Município detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, contendo os valores por projeto e as respectivas fontes de recursos;
b) demonstrativo geral dos valores dos investimentos por função e as respectivas fontes de recursos;
c) descrição específica da sociedade em que o Município detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, com a respectiva base legal de constituição e sua composição acionária.
Parágrafo único. O Poder Executivo poderá, se necessário, adicionar outros demonstrativos, visando a melhor explicitação da programação prevista.

Art. 9º Para efeito do disposto no art. 8º desta Lei, o Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo, até 10 de setembro de 2025 sua proposta orçamentária, para os fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

Parágrafo único. A proposta orçamentária de que trata o “caput” deste artigo deverá ser compatibilizada com eventuais revisões das metas fiscais implementadas em conformidade com o disposto no art. 6º desta Lei.

CAPÍTULO IV
DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES E DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

SEÇÃO I
Das Diretrizes Gerais

Art. 10. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária para 2026 deverão evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações.
Parágrafo único. Serão disponibilizadas pelo Poder Executivo no sítio eletrônico https://transparencia.jundiai.sp.gov.br/, da Prefeitura do Município de Jundiaí:
I – as informações relativas à elaboração do projeto de lei orçamentária:
a) as estimativas das receitas de que trata o art. 12, § 3º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, com alterações posteriores; e
b) a proposta de lei orçamentária, inclusive em versão simplificada, seus anexos, a programação constante do detalhamento das ações e as informações complementares.
II – a lei orçamentária anual.

Art. 11. Para assegurar a participação popular durante o processo de elaboração da proposta orçamentária, o Poder Executivo promoverá consulta pública, nos termos do artigo 48, § 1º, inciso I da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, com alterações posteriores.

§ 1º Em complemento à iniciativa mencionada no “caput” deste artigo, o Poder Executivo deverá ainda realizar uma audiência pública com a utilização dos meios de comunicação disponíveis.
§ 2º São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público:
I – os Planos, Orçamentos e Leis de Diretrizes orçamentárias;
II – as prestações de contas e respectivos pareceres prévios;
III – o Relatório Resumido da Execução Orçamentária;
IV – o Relatório de Gestão Fiscal;
V – outros relatórios que evidenciem a prestação de contas setorial.

Art. 12. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e o monitoramento da execução das ações prioritárias, que possibilitará ajustes e replanejamento derivados da avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 13. Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras.

Art. 14. Na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, com alterações posteriores, somente serão recepcionados projetos novos se tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento.
§ 1º O disposto no "caput" deste artigo aplica-se no âmbito de cada fonte de recursos, conforme vinculações legalmente estabelecidas.
§ 2º Entendem-se por adequadamente atendidos os projetos cuja alocação de recursos orçamentários esteja compatível com os cronogramas físico-financeiros vigentes no momento da confecção da proposta orçamentária.

Art. 15. Os recursos para compor a contrapartida de empréstimos internos e externos e para o pagamento de amortizações, juros e outros encargos, observados os cronogramas financeiros das respectivas operações, não poderão ter destinação diversa das referidas finalidades.

Art. 16. Poderão ser incluídas no projeto de lei orçamentária dotações relativas às operações de crédito:
I - contratadas até 31 de julho de 2025;
II – aprovadas em lei, e com previsão de contratação até o término do exercício de 2026.

Art. 17. A destinação de recursos orçamentários às entidades privadas sem fins lucrativos deverá observar o disposto no artigo 16 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, com alterações posteriores, além das exigências instituídas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Art. 18. As fontes de recursos aprovadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais só poderão ser modificadas, se justificadas, por ato da Unidade de Gestão de Governo e Finanças.

Art. 19. Os projetos de lei relativos aos créditos adicionais serão apresentados ao Poder Legislativo na forma e com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária anual acompanhados de exposição de motivos que os justifiquem e indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e as respectivas metas.

Art. 20. Com fundamento no § 8º do art. 165 da Constituição Federal e nos artigos 7º e 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, a Lei Orçamentária de 2026 conterá autorização para o Poder Executivo proceder à abertura de créditos suplementares e estabelecerá as condições e os limites percentuais a serem observados para tanto.

Art. 21. Fica o Poder Executivo, observadas as normas de controle e acompanhamento da execução orçamentária, autorizado a transpor recursos entre atividades e projetos de um mesmo programa, no âmbito de cada órgão, até o limite de 10% (dez por cento) da despesa fixada para o exercício.

Art. 22. O Poder Executivo, poderá, mediante decreto, transferir ou remanejar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2026, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática.
Parágrafo único. A transferência ou o remanejamento de dotações orçamentárias, previstos no "caput" não poderão resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2026.

SEÇÃO II
Das Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social

Art. 23. O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações da previdência social, saúde e assistência social e contará, dentre outros, com recursos provenientes:
I – do orçamento fiscal, e
II – das demais receitas diretamente arrecadadas pelos órgãos, fundos e entidades que integram, exclusivamente, este orçamento.

SEÇÃO III
Das Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimento

Art. 24. O orçamento de investimento será apresentado para cada empresa de que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, na forma definida no art. 8º, inciso III, desta Lei.

§ 1º O detalhamento das fontes de financiamento do investimento de cada entidade referida neste artigo será feito de forma a evidenciar os recursos:
I – gerados pela empresa;
II – decorrentes de participação acionária do Município;
III – oriundos de transferências, sob outras formas que não as compreendidas no inciso II;
IV – oriundos de operações de crédito externas;
V – oriundos de operações de crédito internas;
VI – outras origens.

§ 2º A programação dos investimentos à conta de recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, inclusive mediante participação acionária, observará o valor e a destinação constantes do orçamento original.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 25. Os Poderes Executivo e Legislativo terão como limites na elaboração de suas propostas orçamentárias, para pessoal e encargos sociais, a despesa projetada para o exercício com base na proporcionalidade da Receita Corrente Líquida apurada no 3o bimestre de 2025, acrescida de margem que considere os eventuais acréscimos legais, alterações de planos de carreira, admissões para preenchimento de cargos e revisão geral sem distinção de índices a serem concedidos aos servidores públicos municipais, sem prejuízo do disposto no artigo 28 desta Lei.

Art. 26. No exercício de 2026, observados o disposto no art. 169 da Constituição Federal e o limite fixado na Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, com alterações posteriores, somente poderão ser admitidos servidores na Administração Direta e Indireta, se:

I – existirem cargos vagos a preencher;
II – houver vacância dos cargos ocupados;
III – houver dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa.

Art. 27. Os projetos de lei sobre transformação de cargos, bem como os relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, no âmbito do Poder Executivo, deverão ser acompanhados de manifestações da Unidade de Gestão de Administração e Gestão de Pessoas e da Unidade de Gestão de Governo e Finanças, em suas respectivas áreas de competência.

Parágrafo único. Os órgãos próprios da Administração Indireta e do Poder Legislativo assumirão em seus âmbitos as medidas necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 28. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, ficam condicionadas aos limites estabelecidos nos Anexos de Metas Fiscais, constantes da presente Lei e exigidos pela Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, com alterações posteriores.

Art. 29. A realização de serviço extraordinário poderá ocorrer desde que aferida previamente a viabilidade orçamentária-financeira pelos órgãos técnicos competentes, observados os limites estabelecidos pelo art. 28 desta Lei.
Parágrafo único. Fica vedada a realização de horas extraordinárias por servidor cedido a outras esferas de governo ou aos órgãos da Administração Indireta, salvo por motivo de força maior devidamente justificado, desde que atendidos os pressupostos do "caput" deste artigo.

Art. 30. No cálculo da despesa total com pessoal, serão computados os valores de contratos de que trata o § 1º do art. 18 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, com alterações posteriores.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 31. O Poder Executivo poderá encaminhar ao Poder Legislativo projetos de lei propondo alterações na legislação no que dispõe sobre tributos municipais, se necessárias à preservação do equilíbrio das contas públicas, à consecução da justiça fiscal, à eficiência e modernização dos sistemas de arrecadação, bem como ao cancelamento de débitos cujo montante seja inferior aos respectivos custos de cobranças.

Art. 32. A lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovada ou editada se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, com alterações posteriores.

Art. 33. Na estimativa das receitas do projeto de lei do orçamento poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária que sejam objeto de projeto de lei em tramitação no Poder Legislativo.

§ 1º Na estimativa da receita, na forma deste artigo, no projeto de lei do orçamento:

I – serão identificadas as proposições de alterações na legislação e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos;
II – será apresentada programação de despesas condicionada à aprovação das respectivas alterações na legislação.

§ 2º As diferenças positivas apuradas nas projeções das receitas entre os prazos de entrega estabelecidos no § 3º do art. 12 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, com alterações posteriores, desde que não tenham sido alocadas nos programas e ações existentes no proposta orçamentária terão como contrapartida igual valor na rubrica orçamentária de “reserva de contingência”, que será liberado na medida de sua efetiva apuração por meio de decretos do Poder Executivo para os fins especificados.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 34. Na realização das ações de sua competência, o Município poderá transferir recursos a instituições privadas sem fins lucrativos, desde que compatíveis com os programas constantes da lei orçamentária anual, mediante convênio, parcerias, ajuste ou congênere, pelo qual fiquem claramente definidos os deveres e obrigações de cada parte, a forma e os prazos para prestação de contas, observado o que prescreve o art. 17 da presente Lei.

§ 1º Toda e qualquer celebração de convênio, parcerias e ajustes similares deverá ser precedida da inclusão do Plano de Trabalho no Sistema Integrado de Informações Municipais – SIIM ou outro Sistema que venha a ser adotado pelo Município, bem como das reservas orçamentárias necessárias às contrapartidas, se o caso.
§ 2º As entidades deverão divulgar na internet, em seus respectivos sítios eletrônicos, as prestações de contas anuais e o acompanhamento das metas pactuadas nas avenças celebradas com o Município, sem o que os repasses não serão efetuados.

Art. 35. Fica o Poder Executivo autorizado a contribuir para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação, inclusive instituições públicas vinculadas à União, ao Estado ou a outro Município, desde que compatíveis com os programas constantes da lei orçamentária anual, mediante convênio, parcerias, ajuste ou congênere.

Art. 36. Se a variação bimestral do resultado primário demonstrar tendência negativa, comprometendo o pagamento do serviço da dívida, nos termos do art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, com alterações posteriores, será realizada limitação de empenho, fixando-se separadamente percentuais para o conjunto de "projetos" e "atividades", excluídas as despesas que constituam obrigação constitucional ou legal de execução.

Parágrafo único. Serão consideradas prioritárias, para efeito de fixação das reduções tratadas neste artigo:

I – as despesas de manutenção já assumidas, inclusive as vinculadas constitucionalmente; e
II – as despesas com o serviço da dívida e pagamento de requisitórios;

Art. 37. Todas as receitas realizadas pelos órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, serão devidamente classificadas e contabilizadas no mês de ocorrência do respectivo ingresso.

Art. 38. As especificações contidas no art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, com alterações posteriores, integrarão o processo administrativo que trate de despesa por inexigibilidade de licitação e das demais modalidades de licitação da Lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, ou norma que vier a sucedê-la, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Entendem-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º do art. 16 da Lei Complementar Federal nº. 101, de 2000, com alterações posteriores, aquelas cujo valor não ultrapasse a R$ 15.000,00.

Art. 39. O Poder Executivo, as Autarquias e Fundações do Município deverão elaborar e publicar, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária, cronograma anual de desembolso mensal, nos termos do art. 8º da Lei Complementar Federal nº. 101, de 2000, com alterações posteriores, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

Art. 40. À exceção do pagamento de eventuais reajustes gerais concedidos aos servidores públicos municipais, despesas não previstas com pessoal, nos limites estabelecidos na forma do art. 26 desta Lei, somente poderão ocorrer após a reserva orçamentária prévia regular do montante respectivo.

Art. 41. É de responsabilidade do Ordenador da Despesa o cumprimento das disposições contidas nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, com alterações posteriores.

Art. 42. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único. A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária-financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do “caput” deste artigo.

Art. 43. Nos orçamentos fiscal e da seguridade social serão alocados recursos na codificação “Reserva de Contingência” em montante não inferior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Art. 44. As metas e prioridades da administração municipal para o exercício de 2026 serão estabelecidas, excepcionalmente em relação a esse exercício, na lei que instituirá o Plano Plurianual 2026/2029, cujo projeto será encaminhado pelo Executivo no prazo previsto na legislação competente.

Parágrafo único. As metas e prioridades de que trata este artigo considerar-se-ão modificadas por leis posteriores, inclusive pela lei orçamentária, e pelos créditos adicionais abertos pelo Poder Executivo.

Art. 45. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, em primeiro de julho de dois mil e vinte e cinco (1.º/07/2025).

EDICARLOS VIEIRA
Presidente
.

PODER LEGISLATIVO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2026

ARF (LRF art. 4º, § 3º) — R$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	**Valor**	**Descrição**	**Valor**
Demandas Judiciais	R$ 4.000.000,00	Suplementação, por remanejamento, de dotações de investimentos para dotações orçamentárias específicas. Contingenciamento de despesas orçamentárias.	R$ 4.000.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	R$ 60.000.000,00		R$ 60.000.000,00
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes			
SUBTOTAL	**R$ 64.000.000,00**	**SUBTOTAL**	**R$ 64.000.000,00**

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	**Valor**	**Descrição**	**Valor**
Frustração de Arrecadação	R$ -	Contingenciamento de despesas orçamentárias.	R$ -
Restituição de Tributos a Maior	R$ -		R$ -
Discrepância de Projeções	R$ -		R$ -
Outros Riscos Fiscais	R$ -		R$ -
SUBTOTAL	**R$ -**	**SUBTOTAL**	**R$ -**

TOTAL	**R$ 64.000.000,00**	**TOTAL**	**R$ 64.000.000,00**

Fonte: Prefeitura do Município de Jundiaí - Unidade de Gestão de Negócios Jurídicos e Cidadania - UGNJC

Notas Explicativas

Em **Demandas Judiciais** foram estimadas as ações judiciais de até 40 UFMs em andamento contra o Município nas quais há probabilidade de que o ganho de causa venha a ser da outra parte.

Em **Dívidas em Processo de Reconhecimento** foram estimadas as ações judiciais acima de 40 UFMs contra o Município nas quais há probabilidade de que o ganho de causa venha a ser da outra parte. Em caso de perda esses valores serão apropriados em precatórios, que irão constar provisionados na Peça Orçamentária 2026 nas respectivas dotações, garantido segurança ao pagamento dos passivos judiciais.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS ANUAIS
2026

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º) — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2026			2027			2028		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	%RCL (a / RCL)	Valor Corrente (b)	Valor Constante	%RCL (b / RCL)	Valor Corrente (c)	Valor Constante	%RCL (c / RCL)
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	3.877.033.000	3.715.412.554	104,335%	3.956.196.086	3.645.457.305	102,028%	4.082.380.645	3.624.716.437	100,893%
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	3.665.583.000	3.512.777.192	98,645%	3.827.073.011	3.526.476.181	98,698%	3.995.468.216	3.547.547.517	98,745%
Receitas Primárias Correntes	*3.654.483.000*	3.502.139.914	98,346%	*3.813.453.011*	3.513.925.962	98,346%	*3.979.338.216*	3.533.225.805	98,346%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	*1.574.590.000*	*1.508.950.647*	*42,374%*	*1.643.084.665*	*1.514.028.846*	*42,374%*	*1.714.558.848*	*1.522.344.480*	*42,374%*
Transferências Correntes	*1.878.663.000*	*1.800.347.868*	*50,557%*	*1.960.384.841*	*1.806.406.731*	*50,557%*	*2.045.661.581*	*1.816.328.217*	*50,557%*
Demais Receitas Primárias Correntes	*153.450.000*	*147.053.186*	*4,130%*	*160.125.075*	*147.548.077*	*4,130%*	*167.090.516*	*148.358.468*	*4,130%*
Receitas Primárias de Capital	*11.100.000*	*10.637.278*	*0,299%*	*13.620.000*	*12.550.219*	*0,351%*	*16.130.000*	*14.321.711*	*0,399%*
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	3.713.157.000	3.558.367.992	99,925%	3.731.400.830	3.438.318.556	96,230%	3.898.375.282	3.461.339.397	96,345%
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	3.706.033.000	3.551.540.968	99,734%	3.777.303.086	3.480.615.427	97,414%	3.897.697.050	3.460.737.200	96,329%
Despesas Primárias Correntes	*3.304.157.000*	*3.166.417.825*	*88,919%*	*3.447.887.830*	*3.177.074.038*	*88,919%*	*3.597.870.950*	*3.194.523.761*	*88,919%*
Pessoal e Encargos Sociais	*1.628.000.000*	*1.560.134.164*	*43,811%*	*1.698.818.000*	*1.565.384.615*	*43,811%*	*1.772.716.583*	*1.573.982.315*	*43,811%*
Outras Despesas Correntes	*1.676.157.000*	*1.606.283.661*	*45,107%*	*1.749.069.830*	*1.611.689.423*	*45,107%*	*1.825.154.367*	*1.620.541.446*	*45,107%*
Despesas Primárias de Capital	*210.000.000*	*201.245.807*	*5,651%*	*75.500.000*	*69.569.865*	*1,947%*	*85.600.000*	*76.003.625*	*2,116%*
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	*163.876.000*	*157.044.562*	*4,410%*	*224.795.256*	*207.138.749*	*5,797%*	*184.005.364*	*163.377.040*	*4,548%*
Receita Total (COM FONTES RPPS)	*4.689.063.000*	*4.493.591.759*	*126,188%*	*4.800.707.286*	*4.423.636.509*	*123,807%*	*4.958.814.369*	*4.402.895.642*	*122,553%*
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	*4.237.413.000*	*4.060.769.526*	*114,034%*	*4.421.776.211*	*4.074.468.514*	*114,035%*	*4.612.651.197*	*4.095.539.850*	*113,998%*
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	*4.525.187.000*	*4.336.547.197*	*121,778%*	*4.575.912.030*	*4.216.497.760*	*118,010%*	*4.774.809.005*	*4.239.518.602*	*118,006%*
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (V)	*4.243.624.791*	*4.066.722.368*	*114,201%*	*4.336.398.548*	*3.995.796.826*	*111,833%*	*4.477.926.320*	*3.975.918.600*	*110,669%*
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I – II)	(40.450.000)	(38.763.776)	-1,089%	49.769.925	45.860.754	1,284%	97.771.167	86.810.316	2,416%
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (IV – V)	(6.211.791)	(5.952.842)	-0,167%	85.377.663	78.671.688	2,202%	134.724.877	119.621.250	3,330%
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS)	61.450.000	58.888.356	1,654%	64.123.075	59.086.538	1,654%	66.912.429	59.411.065	1,654%
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS)	93.000.000	89.123.143	2,503%	97.500.000	89.841.878	2,514%	99.750.000	88.567.308	2,465%
Dívida Pública Consolidada (DC)	768.371.554	736.340.732	20,678%	782.713.416	721.235.317	20,186%	747.366.387	663.581.244	18,471%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	319.642.319	306.317.508	8,602%	366.050.575	337.299.192	9,440%	331.549.682	294.380.580	8,194%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	100.498.576	96.309.128	2,705%	46.408.256	42.763.127	1,197%	(34.500.893)	(30.633.095)	-0,853%

PARÂMETROS	2026	2027	2028
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	3.715.933.000	3.877.576.086	4.046.250.645

FONTE: Prefeitura do Município de Jundiaí - Unidade de Gestão de Governo e Finanças

PODER LEGISLATIVO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2026

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	I - Metas previstas em 2024 (a)*	%RCL	II - Metas realizadas em 2024 (b)	%RCL	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (b/a-1) x 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	3.467.746.953	102,592%	3.526.948.505	109,158%	59.201.552	1,71%
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	3.337.096.953	98,726%	3.250.042.035	100,588%	(87.054.918)	-2,61%
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	3.467.746.953	102,592%	3.415.203.385	105,700%	(52.543.568)	-1,52%
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	3.323.202.953	98,315%	3.499.777.026	108,317%	176.574.073	5,31%
Receita Total (COM FONTES RPPS)	-	0,000%	4.223.820.278	130,727%	4.223.820.278	-
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	-	0,000%	3.761.355.400	116,413%	3.761.355.400	-
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	-	0,000%	3.833.349.386	118,641%	3.833.349.386	-
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (V)	-	0,000%	3.918.729.726	121,284%	3.918.729.726	-
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I – II)	13.894.000	0,411%	(249.734.991)	-7,729%	(263.628.991)	-1897,43%
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (IV – V)	-	0,000%	(157.374.326)	-4,871%	(157.374.326)	-
Dívida Pública Consolidada (DC)	616.914.406	18,251%	528.724.370	16,364%	(88.190.036)	-14,30%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	18.680.345	0,553%	76.012.503	2,353%	57.332.158	306,91%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	117.050.760	3,463%	218.088.475	6,750%	101.037.715	86,32%

Parâmetros	Previsto 2024	Realizado 2024
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**3.380.146.953**	**3.231.035.845**

FONTE: Prefeitura do Município de Jundiaí - Unidade de Gestão de Governo e Finanças

Notas Explicativas

*No modelo utilizado para confecção dos Demonstrativos da LDO 2024 (Manual da STN), só eram disponibilizadas as informações sem os recursos do RPPS, assim preenchemos o Quadro com a informações publicadas em 2024.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2026

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Valores a preços correntes de 2025										
	2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	2.962.896.821	3.526.948.505	19,04%	3.590.433.400	1,80%	3.877.033.000	7,98%	3.956.196.086	2,04%	4.082.380.645	3,19%
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	2.860.232.175	3.250.042.035	13,63%	3.361.167.400	3,42%	3.665.583.000	9,06%	3.827.073.011	4,41%	3.995.468.216	4,40%
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	2.873.274.974	3.415.203.385	18,86%	3.590.433.400	5,13%	3.713.157.000	3,42%	3.731.400.830	0,49%	3.898.375.282	4,47%
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	2.994.940.803	3.499.777.026	16,86%	3.434.448.400	-1,87%	3.706.033.000	7,91%	3.777.303.086	1,92%	3.897.697.050	3,19%
Receita Total (COM FONTES RPPS)	3.513.188.446	4.223.820.278	20,23%	4.285.826.500	1,47%	4.689.063.000	9,41%	4.800.707.286	2,38%	4.958.814.369	3,29%
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	3.290.057.649	3.761.355.400	14,32%	3.907.260.500	3,88%	4.237.413.000	8,45%	4.421.776.211	4,35%	4.612.651.197	4,32%
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	3.248.061.088	3.833.349.386	18,02%	4.285.826.500	11,80%	4.525.187.000	5,58%	4.575.912.030	1,12%	4.774.809.005	4,35%
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (V)	3.369.784.974	3.918.729.726	16,29%	3.882.591.400	-0,92%	4.243.624.791	9,30%	4.336.398.548	2,19%	4.477.926.320	3,26%
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I – II)	(134.708.628)	(249.734.991)	85,39%	(73.281.000)	-70,66%	(40.450.000)	-44,80%	49.769.925	-223,04%	97.771.167	96,45%
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (IV-V)	(79.727.326)	(157.374.326)	97,39%	24.669.100	-115,68%	(6.211.791)	-125,18%	85.377.663	-1474,45%	134.724.877	57,80%
Dívida Pública Consolidada (DC)	368.959.864	528.724.370	43,30%	667.342.169	26,22%	768.371.554	15,14%	782.713.416	1,87%	747.366.387	-4,52%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	(142.075.972)	76.012.503	-153,50%	219.143.744	188,30%	319.642.319	45,86%	366.050.575	14,52%	331.549.682	-9,43%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	45.023.343	218.088.475	384,39%	143.131.241	-34,37%	100.498.576	-29,79%	46.408.256	-53,82%	(34.500.893)	-174,34%

ESPECIFICAÇÃO	Valores a preços constantes de 2025										
	2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	3.281.845.304	3.726.573.791	13,55%	3.590.433.400	-3,65%	3.715.412.554	3,48%	3.645.457.305	-1,88%	3.624.716.437	-0,57%
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	3.168.129.063	3.433.994.415	8,39%	3.361.167.400	-2,12%	3.512.777.192	4,51%	3.526.476.181	0,39%	3.547.547.517	0,60%
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	3.182.575.887	3.608.503.897	13,38%	3.590.433.400	-0,50%	3.558.367.992	-0,89%	3.438.318.556	-3,37%	3.461.339.397	0,67%
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	3.317.338.740	3.697.864.406	11,47%	3.434.448.400	-7,12%	3.551.540.968	3,41%	3.480.615.427	-2,00%	3.460.737.200	-0,57%
Receita Total (COM FONTES RPPS)	3.891.374.455	4.462.888.506	14,69%	4.285.826.500	-3,97%	4.493.591.759	4,85%	4.423.636.509	-1,56%	4.402.895.642	-0,47%
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	3.644.224.181	3.974.248.116	9,06%	3.907.260.500	-1,69%	4.060.769.526	3,93%	4.074.468.514	0,34%	4.095.539.850	0,52%
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	3.597.706.796	4.050.316.962	12,58%	4.285.826.500	5,81%	4.336.547.197	1,18%	4.216.497.760	-2,77%	4.239.518.602	0,55%
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (V)	3.732.533.955	4.140.529.829	10,93%	3.882.591.400	-6,23%	4.066.722.368	4,74%	3.995.796.826	-1,74%	3.975.918.600	-0,50%
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I – II)	(149.209.677)	(263.869.991)	76,85%	(73.281.000)	-72,23%	(38.763.776)	-47,10%	45.860.754	-218,31%	86.810.316	89,29%
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (IV-V)	(88.309.774)	(166.281.713)	88,29%	24.669.100	-114,84%	(5.952.842)	-124,13%	78.671.688	-1421,58%	119.621.250	52,05%
Dívida Pública Consolidada (DC)	408.677.476	558.650.169	36,70%	667.342.169	19,46%	736.340.732	10,34%	721.235.317	-2,05%	663.581.244	-7,99%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	(157.370.098)	80.314.810	-151,04%	219.143.744	172,86%	306.317.508	39,78%	337.299.192	10,11%	294.380.580	-12,72%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	49.869.994	230.432.282	362,07%	143.131.241	-37,89%	96.309.128	-32,71%	42.763.127	-55,60%	(30.633.095)	-171,63%

FONTE: Prefeitura do Município de Jundiaí - Unidade de Gestão de Governo e Finanças

Notas Explicativas

Para manutenção da base de comparação alteramos os valores de 2023 utilizando o novo padrão da STN do Manual da 14ª Edição, utilizamos para formulação do Resultado Primário as despesas pagas, adicionando-se os Restos à Pagar pagos no período.

PODER LEGISLATIVO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - ANEXO DE METAS FISCAIS

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2026

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III) — R$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	%	2023	%	2022	%
Patrimônio/Capital	193.775.669	16,71%	193.775.669	13,98%	233.123.039	19,35%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	965.987.838	83,29%	1.192.272.316	86,02%	971.396.257	80,65%
TOTAL	1.159.763.508	100,00%	1.386.047.985	100,00%	1.204.519.296	100,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	%	2023	%	2022	%
Patrimônio	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Lucros ou Prejuízos Acumulados	(191.297.796)	100%	33.641.423	100%	153.519.554	100,00%
TOTAL	(191.297.796)	100,00%	33.641.423	100,00%	153.519.554	100,00%

FONTE: Prefeitura do Município de Jundiaí - Unidade de Gestão de Governo e Finanças (Balanço Patrimonial) e IPREJUN (Balanço Patrimonial).

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2026

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III) — R$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2024 (a)	2023 (b)	2022 (c)
RECEITAS DE CAPITAL – ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	24.429.589	2.977.138	734.590
Alienação de Bens Móveis	24.429.589	2.977.138	734.590
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Rendimentos de Aplicações Financeiras	-	-	-

DESPESAS EXECUTADAS	2024 (d)	2023 (e)	2022 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	24.429.589	2.977.138	734.590
DESPESAS DE CAPITAL	24.429.589	2.977.138	734.590
Investimentos	24.429.589	2.977.138	734.590
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-
SALDO FINANCEIRO	-	-	-

FONTE: Prefeitura do Município de Jundiaí - Unidade de Gestão de Governo e Finanças

PODER LEGISLATIVO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2026

AMF – Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a") — R$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2022	2023	2024
RECEITAS CORRENTES (I)	533.823.526	537.439.865	680.392.826
Receita de Contribuições dos Segurados	113.764.663	129.309.088	150.423.615
Ativo	85.637.209	95.506.405	112.108.342
Inativo	26.382.911	31.733.643	36.149.284
Pensionista	1.744.543	2.069.041	2.165.988
Receita de Contribuições Patronais	131.722.178	141.583.936	162.846.094
Ativo	131.134.832	141.117.441	162.325.081
Inativo	587.346	466.495	521.013
Pensionista	-	-	-
Receitas Patrimonial	161.728.043	107.849.080	170.148.898
Receitas Imobiliárias	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	152.879.549	107.849.080	170.148.898
Outras Receitas Patrimoniais	8.848.495	-	-
Receita de Serviços	-	-	
Outras Receitas Correntes	126.608.642	158.697.760	196.974.220
Compensação Financeira entre os Regimes	8.459.081	23.616.069	39.706.016
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)1	112.071.320	129.620.506	152.005.059
Demais Receitas Correntes	6.078.241	5.461.186	5.263.144
RECEITAS DE CAPITAL (III)	7.354.599	8.132.705	8.954.241
Alienação de Bens	-	-	
Amortização de Empréstimos	7.354.599	8.132.705	8.954.241
Outras Receitas de Capital	-		
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	**429.106.806**	**415.952.064**	**537.342.009**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2022	2023	2024
Benefícios	329.403.560	364.359.763	410.486.583
Aposentadorias	298.372.824	330.944.074	374.597.627
Pensões por Morte	31.030.736	33.415.689	35.888.956
Outras Despesas Previdenciárias	4.149.218	295.387	687.670
Compensação Financeira entre os Regimes	106.627	295.387	685.205
Demais Despesas Previdenciárias	4.042.591	-	2.465
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	**333.552.778**	**364.655.150**	**411.174.253**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)	**95.554.028**	**51.296.914**	**126.167.756**

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2022	2023	2024
VALOR	-	-	-

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2022	2023	2024
VALOR	157.774.900	206.171.600	188.764.600

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	2022	2023	2024
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	-	-	-
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	-	-	-
Outros Aportes para o RPPS	-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	-	-	-

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2022	2023	2024
Caixa e Equivalentes de Caixa	151.229	7.903	1.392.566
Investimentos e Aplicações	2.198.604.534	2.607.126.227	2.705.585.036
Outro Bens e Direitos	264.574.129	2.734.371.804	3.100.685.673

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2022	2023	2024
Receitas Correntes	5.996	4.719.055	7.524.705
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (VII)	**5.996**	**4.719.055**	**7.524.705**

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2022	2023	2024
Despesas Correntes (VIII)	4.594.099	10.291.692	6.851.674
Pessoal e Encargos Sociais	3.126.764	4.988.603	4.723.499
Demais Despesas Correntes	1.467.335	5.303.088	2.128.176
Despesas de Capital (IX)	96.491	9.044	5.619
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (X) = (VIII + IX)	**4.690.590**	**10.300.736**	**6.857.293**
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XI) = (VII – X)	**- 4.684.594**	**- 5.581.680**	**667.412**

BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	2022	2023	2024
Caixa e Equivalentes de Caixa	-10.420.182	1	0
Investimentos e Aplicações	27.758.807	34.282.458	8.557.206
Outro Bens e Direitos	0	0	0

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	2022	2023	2024
Contribuições dos Servidores	-	-	-
Demais Receitas Previdenciárias	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XII)	**-**	**-**	**-**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)			
Aposentadorias	-	-	-
Pensões	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XIII)	**-**	**-**	**-**
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIV) = (XII - XIII)	**-**	**-**	**-**

FONTE: Instituto de Previdência de Jundiaí - IPREJUN

PODER LEGISLATIVO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
2026

AMF – Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea a) — R$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVID. (a)	DESPESAS PREVID. (b)	RESULTADO PREVID. (c) = (a-b)	Saldo financeiro do exercício (d) = (saldo do exercício anterior) + (c)
2025	493.435.703,82	411.390.170,87	82.045.532,96	3.072.489.540,01
2026	456.762.076,40	409.486.644,32	47.275.432,08	3.119.764.972,08
2027	447.269.154,38	395.031.219,32	52.237.935,06	3.172.002.907,14
2028	442.177.589,94	392.438.290,93	49.739.299,01	3.221.742.206,15
2029	419.795.085,36	395.403.473,13	24.391.612,23	3.246.133.818,38
2030	398.850.139,18	394.875.269,65	3.974.869,52	3.250.108.687,91
2031	362.791.737,16	389.575.992,44	(26.784.255,28)	3.223.324.432,63
2032	343.631.061,87	382.997.749,27	(39.366.687,40)	3.183.957.745,22
2033	324.971.833,73	377.064.607,60	(52.092.773,87)	3.131.864.971,35
2034	304.170.251,99	370.897.378,32	(66.727.126,33)	3.065.137.845,02
2035	278.702.662,77	364.037.412,10	(85.334.749,33)	2.979.803.095,69
2036	262.452.788,82	354.305.245,21	(91.852.456,40)	2.887.950.639,29
2037	248.348.766,51	342.493.534,83	(94.144.768,31)	2.793.805.870,98
2038	235.879.595,50	333.011.171,84	(97.131.576,34)	2.696.674.294,64
2039	223.752.930,41	323.070.526,35	(99.317.595,93)	2.597.356.698,71
2040	211.806.320,80	313.705.546,02	(101.899.225,22)	2.495.457.473,49
2041	200.463.571,20	303.961.501,38	(103.497.930,18)	2.391.959.543,31
2042	189.997.875,52	291.973.495,09	(101.975.619,56)	2.289.983.923,75
2043	179.876.675,23	280.454.003,01	(100.577.327,79)	2.189.406.595,96
2044	169.534.162,09	271.085.236,76	(101.551.074,67)	2.087.855.521,28
2045	159.987.926,62	260.496.003,03	(100.508.076,41)	1.987.347.444,87
2046	150.850.176,72	249.793.100,88	(98.942.924,16)	1.888.404.520,71
2047	142.179.381,63	239.181.261,58	(97.001.879,96)	1.791.402.640,75
2048	134.363.234,90	227.532.207,52	(93.168.972,62)	1.698.233.668,13
2049	126.817.149,67	216.313.871,24	(89.496.721,57)	1.608.736.946,56
2050	120.081.216,81	203.884.636,56	(83.803.419,75)	1.524.933.526,81
2051	113.775.042,25	191.694.442,45	(77.919.400,20)	1.447.014.126,62
2052	108.036.657,29	179.079.041,95	(71.042.384,66)	1.375.971.741,96
2053	102.576.312,10	167.231.214,01	(64.654.901,91)	1.311.316.840,04
2054	97.552.939,73	155.479.764,22	(57.926.824,49)	1.253.390.015,55
2055	93.015.134,91	143.795.882,47	(50.780.747,56)	1.202.609.267,99
2056	88.752.135,06	132.684.498,10	(43.932.363,03)	1.158.676.904,95
2057	84.901.178,73	121.700.403,61	(36.799.224,88)	1.121.877.680,08
2058	81.396.295,84	111.037.943,99	(29.641.648,16)	1.092.236.031,92
2059	78.148.016,04	100.998.526,59	(22.850.510,55)	1.069.385.521,37
2060	75.045.694,55	91.773.842,05	(16.728.147,51)	1.052.657.373,86
2061	72.185.482,47	83.072.218,63	(10.886.736,16)	1.041.770.637,70
2062	69.561.195,95	74.827.103,46	(5.265.907,51)	1.036.504.730,19
2063	67.076.363,47	67.231.944,90	(155.581,43)	1.036.349.148,76
2064	64.769.762,86	60.138.367,05	4.631.395,81	1.040.980.544,57
2065	62.580.165,50	53.677.492,86	8.902.672,63	1.049.883.217,20
2066	4.411.120,70	47.666.779,96	(43.255.659,26)	1.006.627.557,94
2067	3.806.549,88	42.161.556,26	(38.355.006,38)	968.272.551,57
2068	3.274.539,56	37.152.330,34	(33.877.790,78)	934.394.760,78
2069	2.795.039,35	32.632.826,45	(29.837.787,10)	904.556.973,68
2070	2.383.964,87	28.515.547,81	(26.131.582,94)	878.425.390,74
2071	2.026.742,79	24.797.740,96	(22.770.998,17)	855.654.392,58
2072	1.717.360,02	21.454.986,12	(19.737.626,10)	835.916.766,48
2073	1.446.668,12	18.472.320,96	(17.025.652,84)	818.891.113,64
2074	1.211.115,89	15.822.566,10	(14.611.450,21)	804.279.663,42
2075	1.007.372,80	13.479.918,61	(12.472.545,81)	791.807.117,61
2076	832.285,58	11.419.550,11	(10.587.264,52)	781.219.853,08
2077	682.867,93	9.617.703,39	(8.934.835,46)	772.285.017,62
2078	556.282,08	8.051.247,90	(7.494.965,82)	764.790.051,80
2079	449.869,93	6.698.176,15	(6.248.306,22)	758.541.745,58
2080	361.118,34	5.537.097,76	(5.175.979,42)	753.365.766,17
2081	287.700,90	4.547.597,75	(4.259.896,85)	749.105.869,32
2082	227.464,18	3.710.250,99	(3.482.786,81)	745.623.082,50
2083	178.445,51	3.006.603,34	(2.828.157,82)	742.794.924,68
2084	138.888,65	2.419.579,51	(2.280.690,86)	740.514.233,82
2085	107.234,27	1.933.450,78	(1.826.216,51)	738.688.017,31
2086	82.118,86	1.533.810,86	(1.451.692,00)	737.236.325,31
2087	62.364,13	1.207.748,59	(1.145.384,46)	736.090.940,85
2088	46.958,60	943.734,09	(896.775,49)	735.194.165,36
2089	35.050,11	731.643,58	(696.593,47)	734.497.571,89
2090	25.926,92	562.643,55	(536.716,63)	733.960.855,25
2091	19.001,78	429.065,76	(410.063,97)	733.550.791,28
2092	13.797,53	324.440,21	(310.642,68)	733.240.148,60
2093	9.922,81	243.180,22	(233.257,40)	733.006.891,19
2094	7.068,27	180.639,51	(173.571,25)	732.833.319,94
2095	4.985,78	132.957,37	(127.971,59)	732.705.348,36
2096	3.482,02	96.961,59	(93.479,57)	732.611.868,79
2097	2.408,03	70.045,68	(67.637,64)	732.544.231,14
2098	1.649,54	50.134,96	(48.485,42)	732.495.745,72
2099	1.119,21	35.538,29	(34.419,08)	732.461.326,64

FONTE: Instituto de Previdência do Município de Jundiaí - IPREJUN

Notas Explicativas:
Atuário Responsável: LUMENS ATUARIAL

PODER LEGISLATIVO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA 2026

AMF – Demonstrativo 7 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V) — R$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2026	2027	2028	
IPTU	Isenção	Aposentados/pensionistas	748.453	785.876	825.169	Valores deduzidos da projeção bruta da receita orçamentária
IPTU	Isenção	Associação Cultural, Cívica, Recreativa, Desp	1.020.003	1.071.003	1.124.553	
IPTU	Isenção	Associações beneficentes (sem fins lucrativos)	609.932	640.429	672.450	
IPTU	Isenção	CDHU -Lei 6374/2004	268	281	295	
IPTU	Isenção	Ex-combatentes (1932 e II Guerra)	1.250	1.312	1.378	
IPTU	Isenção	Feiras-livres	23.966	25.165	26.423	
IPTU	Isenção	Imóveis DAE LC 281/1999	595.409	625.180	656.438	
IPTU	Isenção	Imóvel Declarado de Utilidade Pública	768.722	807.159	847.516	
IPTU	Isenção	Isento CF 8026/13 -FAR	642	674	707	
IPTU	Isenção	Isento CF Lei 2912/85	15.053	15.805	16.596	
IPTU	Isenção	Isento CF Lei 3580/90	375.638	394.420	414.141	
IPTU	Isenção	Para imóveis locados/cedidos à PMJ	38.438	40.360	42.378	
IPTU	Isenção	Sociedade Amigos de Bairros	28.734	30.170	31.679	
TX COLETA DE LIXO	Isenção	Templos e Assistência Social	1.152.184	1.209.793	1.270.283	
TX COLETA DE LIXO	Isenção	Imóveis DAE LC 281/1999	27.148	28.506	29.931	
TX COLETA DE LIXO	Isenção	Imóvel Declarado de Utilidade Pública	49.264	51.727	54.313	
TX COLETA DE LIXO	Isenção	Templos Locados/Cedidos	44.866	47.109	49.464	
TX COLETA DE LIXO	Isenção	Isento CF Lei 2912/85	16.443	17.265	18.128	
TX COLETA DE LIXO	Isenção	Isento CF Lei 3580/90	165.989	174.288	183.003	
TX COLETA DE LIXO	Isenção	Para imóveis locados/cedidos à PMJ	10.709	11.244	11.807	
TX COLETA DE LIXO	Isenção	Grandes Geradores -Lei 8570/15	4.257.499	4.470.374	4.693.893	
IPTU	Remissão	Situação sócio-econômica	300.000	315.000	330.750	
TX COLETA DE LIXO	Remissão	Situação sócio-econômica	150.000	157.500	165.375	
Taxa de Ambulante	Isenção	Ambulantes Deficientes e Sexagenários	294.799	294.799	309.539	
Taxa de Ambulante	Isenção	Ambulantes MEI	318.245	318.245	334.157	
Inscrição Provisória Fins Tributários	Isenção	Associações	6.024	6.325	6.642	
Inscrição Provisória Fins Tributários	Isenção	Autarquias	266	280	294	
Inscrição Provisória Fins Tributários	Isenção	Cooperativas	3.051	3.203	3.364	
Inscrição Provisória Fins Tributários	Isenção	Empresas Optantes Simples Nacional - 1º ano	8.079	8.483	8.907	
Inscrição Provisória Fins Tributários	Isenção	Empresas Optantes Simples Nacional - 2º ano	68.964	72.413	76.033	
Inscrição Provisória Fins Tributários	Isenção	MEI	124.666	124.666	130.900	
Inscrição Provisória Fins Tributários	Isenção	Organização Religiosa	266	280	294	
Inscrição Provisória Fins Tributários	Isenção	Órgão Público	23.349	24.516	25.742	
Inscrição Provisória Fins Tributários	Isenção	Profissional Liberal Formado há menos de 5 anos 1º ex	266	280	294	
Taxa de Fiscalização e Licença	Isenção	Associações	5.309	5.574	5.853	
Taxa de Fiscalização e Licença	Isenção	Autarquias	23.071	24.224	25.436	
Taxa de Fiscalização e Licença	Isenção	Cooperativas	22.757	23.895	25.090	
Taxa de Fiscalização e Licença	Isenção	Empresas Optantes Simples Nacional - 1º ano	160.456	168.479	176.903	
Taxa de Fiscalização e Licença	Isenção	Empresas Optantes Simples Nacional - 2º ano	653.236	685.898	720.193	
Taxa de Fiscalização e Licença	Isenção	MEI	6.160.496	6.468.521	6.160.496	
Taxa de Fiscalização e Licença	Isenção	Órgão Público	20.071	21.075	22.128	
Taxa de Fiscalização e Licença	Isenção	Profissional Liberal Formado há menos de 5 anos 1º ex	18.183	19.092	20.047	
ITBI	Isenção	Unidades Habitacionais	604.402,75	627.974,46	651.711,89	
ITBI	Isenção	Unidades Habitacionais	821.362,50	818.212,50	849.140,93	
ITBI	Isenção	Unidades Habitacionais	1.460.200,00	1.517.147,80	1.574.495,99	
ITBI	Isenção	Unidades Habitacionais	776.681,77	806.972,36	837.475,92	
ITBI	Isenção	Unidades Habitacionais	1.690.341,08	1.756.264,38	1.822.651,17	
		TOTAL	**23.665.155**	**24.717.461**	**25.254.459**	

FONTE: Prefeitura do Município de Jundiaí - Unidade de Gestão de Governo e Finanças

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - ANEXO DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO 2026

AMF – Demonstrativo 8 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V) — R$ 1,00

EVENTO	Valor previsto para 2026
Aumento Permanente da Receita	304.415.600
(-) Transferências constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	28.900.000
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	275.515.600
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I+II)	275.515.600
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	271.584.600
Novas DOCC	271.584.600
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	3.931.000

FONTE: Prefeitura do Município de Jundiaí - Unidade de Gestão de Governo e Finanças

PODER LEGISLATIVO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - ANEXO DE METAS FISCAIS

EVOLUÇÃO DO TOTAL DA DÍVIDA CONSOLIDADA - REALIZADA E PREVISTA
2026

LRF art. 4º, § 2º, inc. I — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2023	2024	2025	2026	2027	2028
	Realizado	Realizado	Previsto	Previsto	Previsto	Previsto
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	**368.959.864**	**528.724.370**	**667.342.169**	**768.371.554**	**782.713.416**	**747.366.387**
Dívida Contratual	368.959.864	528.724.370	667.342.169	768.371.554	782.713.416	747.366.387
Dívidas Confessadas, parceladas e não parceladas	181.116.454	152.140.965	129.303.894	99.828.614	67.194.908	31.514.758
De Contribuições Sociais	181.116.454	152.140.965	129.303.894	99.828.614	67.194.908	31.514.758
Previdenciárias - RPPS	181.116.454	152.140.965	129.303.894	99.828.614	67.194.908	31.514.758
Demais Dívidas Contratuais (a)	187.843.410	376.583.404	538.038.275	668.542.940	715.518.508	715.851.630
Precatórios	-	-	-	-	-	-
DEDUÇÕES (II)	**511.035.836**	**452.711.867**	**448.198.426**	**448.729.234**	**416.662.841**	**415.816.705**
Ativo Disponível	552.255.527	492.039.410	493.015.782	494.034.626	465.097.790	466.207.202
Haveres Financeiros	2.032.575	8.823.097	5.427.836	7.125.467	6.276.652	6.701.059
(-) Restos a Pagar Processados	32.766.755	22.445.335	23.421.707	24.440.551	25.503.715	26.613.127
(-) Depósitos Restituíves e Valores Vinculados	10.485.511	25.705.305	26.823.486	27.990.308	29.207.886	30.478.429
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	**(142.075.972)**	**76.012.503**	**219.143.744**	**319.642.319**	**366.050.575**	**331.549.682**
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	-	-	-	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	-	-	-	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	**(142.075.972)**	**76.012.503**	**219.143.744**	**319.642.319**	**366.050.575**	**331.549.682**
RESULTADO NOMINAL	**45.023.343**	**218.088.475**	**143.131.241**	**100.498.576**	**46.408.256**	**(34.500.893)**

FONTE: Prefeitura do Município de Jundiaí - Unidade de Gestão de Governo e Finanças (RREO 6º Bimestre de 2024, RGF 3º Quadrimestre de 2024 e do Balanço Consolidado 2024.

Notas Explicativas

Fórmula para calcular os valores: Saldo da Dívida Consolidada do ano anterior corrigida pela inflação, somada com as operações de créditos, deduzidas as armotização do quadro Resultado Primário com inflação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DA COMPATIBILIDADE DA PROGRAMAÇÃO DOS ORÇAMENTOS COM OS OBJETIVOS E METAS CONSTANTES DA LDO
2026

PODER EXECUTIVO

LRF art. 5º, inc. I — R$ 1,00

Receita Corrente Líquida - RCL	2023	2024	2025	2026	2027	2028
	Realizado	Realizado	Orçado	Projetado	Projetado	Projetado
	2.907.158.436	3.231.035.845	3.411.295.800	3.715.933.000	3.877.576.086	4.046.250.645

Pessoal	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%
Despesas Totais com Pessoal	**1.137.918.150**	**39,14**	**1.340.849.046**	**41,50**	**1.455.283.000**	**42,66**	**1.587.300.000**	**42,72**	**1.630.865.280**	**42,06**	**1.684.080.754**	**41,62**
Limite Prudencial 95% (par.ún.art.22 LRF)	1.491.372.278	51,30	1.657.521.388	51,30	1.749.994.745	51,30	1.906.273.629	51,30	1.989.196.532	51,30	2.075.726.581	51,30
Limite Legal (art. 20 LRF)	1.569.865.555	54,00	1.744.759.356	54,00	1.842.099.732	54,00	2.006.603.820	54,00	2.093.891.086	54,00	2.184.975.348	54,00
Excesso a Regularizar	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-

Dívida Consolidada	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%
Saldo devedor	**368.959.864**	**12,69**	**528.724.370**	**16,36**	**667.342.169**	**19,56**	**768.371.554**	**20,68**	**782.713.416**	**20,19**	**747.366.387**	**18,47**
Limite Legal (arts.3º e 4º Res.nº 40 Senado)	3.488.590.123	120,00	3.877.243.014	120,00	4.093.554.960	120,00	4.459.119.600	120,00	4.653.091.303	120,00	4.855.500.774	120,00

Dívida Consolidada Líquida	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%
Saldo devedor	**(142.075.972)**	**-4,89**	**76.012.503**	**2,35**	**219.143.744**	**6,42**	**319.642.319**	**8,60**	**366.050.575**	**9,44**	**331.549.682**	**8,19**
Limite Legal (arts.3º e 4º Res.nº 40 Senado)	3.488.590.123	120,00	3.877.243.014	120,00	4.093.554.960	120,00	4.459.119.600	120,00	4.653.091.303	120,00	4.855.500.774	120,00

Concessões de Garantias	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%
Montante	**0,00**	-	**0,00**	-	**0,00**	-	**0,00**	-	**0,00**	-	**0,00**	-
Limite Legal (art. 9º Res.nº 43 Senado)	639.574.856	22,00	710.827.886	22,00	750.485.076	22,00	817.505.260	22,00	853.066.739	22,00	890.175.142	22,00

Operações de Crédito (exceto ARO)	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%
Realizadas no período	**18.553.522**	**0,64**	**233.883.716**	**7,24**	**178.577.000**	**5,23**	**150.000.000**	**4,04**	**65.000.000**	**1,68**	**20.000.000**	**0,49**
Limite legal (inc. I, art. 7º Res.nº 43 Senado)	465.145.350	16,00	516.965.735	16,00	545.807.328	16,00	594.549.280	16,00	620.412.174	16,00	647.400.103	16,00

Antecipação de Receitas Orçamentárias	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%
Saldo devedor	**0,00**	-	**0,00**	-	**0,00**	-	**0,00**	-	**0,00**	-	**0,00**	-
Limite legal (art. 10 Res.nº 43 Senado)	203.501.091	7,00	226.172.509	7,00	238.790.706	7,00	260.115.310	7,00	271.430.326	7,00	283.237.545	7,00

FONTE: Prefeitura do Município de Jundiaí - Unidade de Gestão de Governo e Finanças

PODER LEGISLATIVO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - ANEXO DE METAS FISCAIS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO PARA ESTABELECIMENTO DO RESULTADO PRIMÁRIO - VALORES CORRENTES
2026

LRF art. 4º, § 2º, inc. I — R$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	2023 (Realizado)	2024 (Realizado)	2025 (Orçado)	2026 (Previsto)	2027 (Previsto)	2028 (Previsto)
RECEITAS CORRENTES (I)	**2.908.838.707**	**3.229.635.280**	**3.411.331.400**	**3.715.933.000**	**3.877.576.086**	**4.046.250.645**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.153.449.517	1.346.315.393	1.449.462.500	1.574.590.000	1.643.084.665	1.714.558.848
Contribuições	38.387.695	40.259.386	40.273.000	45.630.000	47.614.905	49.686.153
Receita Previdenciária	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Contribuições	38.387.695	40.259.386	40.273.000	45.630.000	47.614.905	49.686.153
Receita Patrimonial	83.708.505	54.562.314	52.987.000	63.600.000	66.366.600	69.253.547
Aplicações Financeiras (II)	80.921.699	53.194.890	50.689.000	61.450.000	64.123.075	66.912.429
Outras Receitas Patrimoniais	2.786.807	1.367.424	2.298.000	2.150.000	2.243.525	2.341.118
Transferências Correntes	1.485.986.326	1.648.129.466	1.716.636.200	1.878.663.000	1.960.384.841	2.045.661.581
Demais Receitas Correntes	147.306.665	140.368.721	151.972.700	153.450.000	160.125.075	167.090.516
Outras Receitas Financeiras (III)	4.992.563	2.356.558	-	-	-	-
Receitas Correntes Restantes	142.314.101	138.012.163	151.972.700	153.450.000	160.125.075	167.090.516
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	**2.822.924.445**	**3.174.083.832**	**3.360.642.400**	**3.654.483.000**	**3.813.453.011**	**3.979.338.216**
RECEITAS DE CAPITAL (V)	**54.058.114**	**297.313.225**	**179.102.000**	**161.100.000**	**78.620.000**	**36.130.000**
Operações de Crédito (VI)	16.750.384	221.355.022	178.577.000	150.000.000	65.000.000	20.000.000
Amortização de Empréstimos (VII)	-	-	-	-	-	-
Alienação de Bens	842.732	24.429.589	185.000	100.000	120.000	130.000
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	-	-	-	-	-	-
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	-	-	-	-	-	-
Outras Alienações de Bens	842.732	24.429.589	185.000	100.000	120.000	130.000
Transferências de Capital	32.824.415	50.631.151	315.000	10.000.000	12.500.000	15.000.000
Convênios	32.824.415	50.546.386	315.000	10.000.000	12.500.000	15.000.000
Outras Transferências de Capital	-	84.765	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	3.640.582	897.464	25.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital Primárias	3.640.582	897.464	25.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	**37.307.730**	**75.958.204**	**525.000**	**11.100.000**	**13.620.000**	**16.130.000**
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	**288.683.174**	**353.665.294**	**380.287.800**	**423.922.000**	**455.716.150**	**489.894.861**
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	**2.860.232.175**	**3.250.042.035**	**3.361.167.400**	**3.665.583.000**	**3.827.073.011**	**3.995.468.216**

DESPESAS FISCAIS	2023 (Realizado)	2024 (Realizado)	2025 (Orçado)	2026 (Previsto)	2027 (Previsto)	2028 (Previsto)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	**2.674.970.605**	**3.096.343.092**	**3.204.532.400**	**3.397.157.000**	**3.545.387.830**	**3.697.620.950**
Pessoal e Encargos Sociais	1.185.724.620	1.412.748.138	1.566.435.200	1.628.000.000	1.698.818.000	1.772.716.583
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	44.051.326	55.743.350	86.100.000	93.000.000	97.500.000	99.750.000
Outras Despesas Correntes	1.445.194.659	1.627.851.605	1.551.997.200	1.676.157.000	1.749.069.830	1.825.154.367
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	**2.630.919.278**	**3.040.599.742**	**3.118.432.400**	**3.304.157.000**	**3.447.887.830**	**3.597.870.950**
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	**198.304.370**	**318.860.293**	**359.889.000**	**288.000.000**	**156.893.000**	**170.533.596**
Investimentos	150.371.391	246.764.835	290.004.000	210.000.000	75.500.000	85.600.000
Inversões Financeiras	-	23.290.701	-	-	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	-	-	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida (XX)	47.932.979	48.804.758	69.885.000	78.000.000	81.393.000	84.933.596
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	**150.371.391**	**270.055.535**	**290.004.000**	**210.000.000**	**75.500.000**	**85.600.000**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	**-**	**-**	**26.012.000**	**28.000.000**	**29.120.000**	**30.220.736**
Projeção de Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias (XXIII)	**213.650.134**	**189.121.748**	**-**	163.876.000	224.795.256	184.005.364
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	**276.293.883**	**340.231.986**	**380.287.800**	**423.922.000**	**455.716.150**	**489.894.861**
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIV) = (XV + XXI + XXII+XXIII)	**2.994.940.803**	**3.499.777.026**	**3.434.448.400**	**3.706.033.000**	**3.777.303.086**	**3.897.697.050**

RESULTADO PRIMÁRIO (XII - XXIV)	**(134.708.628)**	**(249.734.991)**	**(73.281.000)**	**(40.450.000)**	**49.769.925**	**97.771.167**

VALOR DA INFLAÇÃO (FATOR)	**0,90281**	**0,94643**	**1,00000**	**1,04350**	**1,08524**	**1,12626**

RECEITA TOTAL	**2.962.896.821**	**3.526.948.505**	**3.590.433.400**	**3.877.033.000**	**3.956.196.086**	**4.082.380.645**
RECEITA TOTAL (INCLUINDO AS FONTES DE PREVIDÊNCIA)	**3.513.188.446**	**4.223.820.278**	**4.285.826.500**	**4.689.063.000**	**4.800.707.286**	**4.958.814.369**
RECEITA PRIMÁRIA (INCLUINDO AS FONTES DE PREVIDÊNCIA)	**3.290.057.649**	**3.761.355.400**	**3.907.260.500**	**4.237.413.000**	**4.421.776.211**	**4.612.651.197**
DESPESA TOTAL	**2.873.274.974**	**3.415.203.385**	**3.590.433.400**	**3.713.157.000**	**3.731.400.830**	**3.898.375.282**
DESPESA TOTAL (INCLUINDO AS FONTES DO ÓRGÃO DE PREVIDÊNCIA)	**3.248.061.088**	**3.833.349.386**	**4.285.826.500**	**4.525.187.000**	**4.575.912.030**	**4.774.809.005**
DESPESA PRIMÁRIA (INCLUINDO AS FONTES DO ÓRGÃO DE PREVIDÊNCIA)	**3.369.784.974**	**3.918.729.726**	**3.882.591.400**	**4.243.624.791**	**4.336.398.548**	**4.477.926.320**
RESULTADO PRIMÁRIO ((INCLUINDO AS FONTES DO ÓRGÃO DE PREVIDÊNCIA)	**(79.727.326)**	**(157.374.326)**	**24.669.100**	**(6.211.791)**	**85.377.663**	**134.724.877**

Fonte: Prefeitura do Município de Jundiaí - Unidade de Gestão de Governo e Finanças

Notas Explicativas:

Metodologia do Resultado Primário atualizada conforme a 14ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF).

PODER LEGISLATIVO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - ANEXO DE METAS FISCAIS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO PARA ESTABELECIMENTO DO RESULTADO PRIMÁRIO - VALORES CONSTANTES
2026

LRF art. 4º, § 2º, inc. I — R$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	2023 (Realizado)	2024 (Realizado)	2025 (Orçado)	2026 (Previsto)	2027 (Previsto)	2028 (Previsto)
RECEITAS CORRENTES (I)	**3.221.967.968**	**3.412.432.637**	**3.411.331.400**	**3.561.028.270**	**3.573.012.500**	**3.592.636.870**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.277.615.492	1.422.516.845	1.449.462.500	1.508.950.647	1.514.028.846	1.522.344.480
Contribuições	42.520.035	42.538.067	40.273.000	43.727.839	43.875.000	44.115.979
Receita Previdenciária	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Contribuições	42.520.035	42.538.067	40.273.000	43.727.839	43.875.000	44.115.979
Receita Patrimonial	92.719.518	57.650.541	52.987.000	60.948.730	61.153.846	61.489.727
Aplicações Financeiras (II)	89.632.719	56.205.721	50.689.000	58.888.356	59.086.538	59.411.065
Outras Receitas Patrimoniais	3.086.799	1.444.820	2.298.000	2.060.374	2.067.308	2.078.662
Transferências Correntes	1.645.949.062	1.741.413.594	1.716.636.200	1.800.347.868	1.806.406.731	1.816.328.217
Demais Receitas Correntes	163.163.861	148.313.591	151.972.700	147.053.186	147.548.077	148.358.468
Outras Receitas Financeiras (III)	5.530.000	2.489.939	-	-	-	-
Receitas Correntes Restantes	157.633.861	145.823.652	151.972.700	147.053.186	147.548.077	148.358.468
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	**3.126.805.249**	**3.353.736.977**	**3.360.642.400**	**3.502.139.914**	**3.513.925.962**	**3.533.225.805**
RECEITAS DE CAPITAL (V)	**59.877.336**	**314.141.154**	**179.102.000**	**154.384.284**	**72.444.805**	**32.079.567**
Operações de Crédito (VI)	18.553.522	233.883.716	178.577.000	143.747.005	59.894.586	17.757.856
Amortização de Empréstimos (VII)	-	-	-	-	-	-
Alienação de Bens	933.450	25.812.304	185.000	95.831	110.575	115.426
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	-	-	-	-	-	-
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	-	-	-	-	-	-
Outras Alienações de Bens	933.450	25.812.304	185.000	95.831	110.575	115.426
Transferências de Capital	36.357.882	53.496.874	315.000	9.583.134	11.518.190	13.318.392
Convênios	36.357.882	53.407.311	315.000	9.583.134	11.518.190	13.318.392
Outras Transferências de Capital	-	89.563	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	4.032.482	948.260	25.000	958.313	921.455	887.893
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital Primárias	4.032.482	948.260	25.000	958.313	921.455	887.893
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	**41.323.814**	**80.257.438**	**525.000**	**10.637.278**	**12.550.219**	**14.321.711**
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	**319.759.200**	**373.682.750**	**380.287.800**	**406.250.120**	**419.921.999**	**434.974.127**
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	**3.168.129.063**	**3.433.994.415**	**3.361.167.400**	**3.512.777.192**	**3.526.476.181**	**3.547.547.517**

DESPESAS FISCAIS	2023 (Realizado)	2024 (Realizado)	2025 (Orçado)	2026 (Previsto)	2027 (Previsto)	2028 (Previsto)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	**2.962.924.545**	**3.271.596.111**	**3.204.532.400**	**3.255.540.968**	**3.266.915.917**	**3.283.091.069**
Pessoal e Encargos Sociais	1.313.364.929	1.492.709.682	1.566.435.200	1.560.134.164	1.565.384.615	1.573.982.315
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	48.793.342	58.898.423	86.100.000	89.123.143	89.841.878	88.567.308
Outras Despesas Correntes	1.600.766.273	1.719.988.006	1.551.997.200	1.606.283.661	1.611.689.423	1.620.541.446
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	**2.914.131.203**	**3.212.697.688**	**3.118.432.400**	**3.166.417.825**	**3.177.074.038**	**3.194.523.761**
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	**219.651.342**	**336.907.786**	**359.889.000**	**275.994.250**	**144.569.865**	**151.415.554**
Investimentos	166.558.497	260.731.724	290.004.000	201.245.807	69.569.865	76.003.625
Inversões Financeiras	-	24.608.954	-	-	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	-	-	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida (XX)	53.092.845	51.567.107	69.885.000	74.748.443	75.000.000	75.411.929
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	**166.558.497**	**285.340.679**	**290.004.000**	**201.245.807**	**69.569.865**	**76.003.625**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	-	-	26.012.000	26.832.774	26.832.774	26.832.774
Projeção de Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias (XXIII)	236.649.040	199.826.039	-	157.044.562	207.138.749	163.377.040
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	**306.036.234**	**359.489.116**	**380.287.800**	**406.250.120**	**419.921.999**	**434.974.127**
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIV) = (XV + XXI + XXII+XXIII)	**3.317.338.740**	**3.697.864.406**	**3.434.448.400**	**3.551.540.968**	**3.480.615.427**	**3.460.737.200**

RESULTADO PRIMÁRIO (XII - XXIV)	**(149.209.677)**	**(263.869.991)**	**(73.281.000)**	**(38.763.776)**	**45.860.754**	**86.810.316**

VALOR DA INFLAÇÃO (FATOR)	**0,90281**	**0,94643**	**1,00000**	**1,04350**	**1,08524**	**1,12626**

Fonte: Prefeitura do Município de Jundiaí - Unidade de Gestão de Governo e Finanças

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - ANEXO DE METAS FISCAIS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS PRÍNCIPAIS FONTES DE RECEITA
2026

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2023	1.153.449.517	-
2024	1.346.315.393	16,72%
2025	1.449.462.500	7,66%
2026	1.574.590.000	8,63%
2027	1.643.084.665	4,35%
2028	1.714.558.848	4,35%

Contribuições

Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2023	38.387.695	-
2024	40.259.386	4,88%
2025	40.273.000	0,03%
2026	45.630.000	13,30%
2027	47.614.905	4,35%
2028	49.686.153	4,35%

Receita Patrimonial

Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2023	83.708.505	-
2024	54.562.314	-34,82%
2025	52.987.000	-2,89%
2026	63.600.000	20,03%
2027	66.366.600	4,35%
2028	69.253.547	4,35%

Transferências Correntes

Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2023	1.485.986.326	-
2024	1.648.129.466	10,91%
2025	1.716.636.200	4,16%
2026	1.878.663.000	9,44%
2027	1.960.384.841	4,35%
2028	2.045.661.581	4,35%

Demais Receitas Correntes

Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2023	147.306.665	-
2024	138.012.163	-6,31%
2025	151.972.700	10,12%
2026	153.450.000	0,97%
2027	160.125.075	4,35%
2028	167.090.516	4,35%

FONTE: Prefeitura do Município de Jundiaí - Unidade de Gestão de Governo e Finanças

PODER LEGISLATIVO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - ANEXO DE METAS FISCAIS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS PRÍNCIPAIS FONTES DE DESPESAS
2026

Pessoal e Encargos Sociais

Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2023	1.185.724.620	-
2024	1.412.748.138	19,15%
2025	1.566.435.200	10,88%
2026	1.628.000.000	3,93%
2027	1.698.818.000	4,35%
2028	1.772.716.583	4,35%

Juros e Encargos da Dívida

Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2023	44.051.326	-
2024	55.743.350	26,54%
2025	86.100.000	54,46%
2026	93.000.000	8,01%
2027	97.500.000	4,84%
2028	99.750.000	2,31%

Outras Despesas Correntes

Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2023	1.445.194.659	-
2024	1.627.851.605	12,64%
2025	1.551.997.200	-4,66%
2026	1.676.157.000	8,00%
2027	1.749.069.830	4,35%
2028	1.825.154.367	4,35%

Despesas de Capital

Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2023	198.304.370	-
2024	318.860.293	60,79%
2025	359.889.000	12,87%
2026	288.000.000	-19,98%
2027	156.893.000	-45,52%
2028	170.533.596	8,69%

Reserva de Contingência

Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2023	0,00	-
2024	0,00	-
2025	26.012.000	-
2026	28.000.000	7,64%
2027	29.120.000	4,00%
2028	30.220.736	3,78%

FONTE: Prefeitura do Município de Jundiaí - Unidade de Gestão de Governo e Finanças

PODER LEGISLATIVO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - ANEXO DE METAS FISCAIS
RELAÇÃO DE OBRAS EM ANDAMENTO - LDO 2026

STATUS	OBRA	UNIDADE	CONTRATO	PROCESSO	DATA DE INICIO (O.S)	PRAZO	DATA DE TÉRMINO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	DATA DE REFERÊNCIA	DIAS FALTANTES	VALOR CONTRATUAL	ADITAMENTO / REAJUSTE DE VALOR
ATIVA	Execução de obra de prolongamento da Avenida Antônio Frederico Ozanan, construção de passagem viária sob a Rodovia João Cereser, pontes sobre o Rio Jundiaí e canalização de trecho do canal do Rio Jundiaí, região da Vila Hortolândia, nesta cidade.	UGISP	031/2023	14.609-4/2022	25/04/2023	540	30/05/2025	227	27/01/2025	123	R$ 143.334.780,82	R$ 27.112.847,14
ATIVA	Execução de Obras de Requalificação viária no entorno das marginais da rodovia João Cereser, na região dos bairros Torres de São José, Vila Hortolândia e Jardim Shangai, nesta cidade.	UGISP	25/2023	13.896-8/2022	25/04/2023	240	14/03/2025	450	28/01/2025	45	R$ 30.468.465,13	-
ATIVA	Construção de Passagem Superior de Veículos, pelo método não destrutivo	UGISP / UGPUMA	TERMO DE COMPROMISSO	8.286/2021	16/11/2023	270	11/08/2024	-	29/01/2025	-171	-	-
ATIVA	Execução de obra de drenagem em diversas vias, nesta cidade.	UGISP	020/2024	PMJ.0015676/2023	25/04/2023	1800	30/05/2025	180	30/01/2025	120	R$ 6.212.466,82	-
ATIVA	Execução de obras de pavimentação e/ou recapeamento asfáltico de ruas e/ou avenidas no município de Jundiaí.	UGISP	89/2023	PMJ.0039214/2023	05/07/2024	240	01/03/2025	-	31/01/2025	29	R$ 20.846.219,19	-
ATIVA	Execução de Obra de canalização em gabiões de trecho do córrego da verdura, trecho a jusante da travessia na rua Alfredo Rodrigues de Paula, bairro Cidade Nova.	UGISP	152/2024	PMJ.0021279/2024	16/12/2024	150	14/05/2025	-	01/02/2025	102	R$ 1.119.193,26	-
ATIVA	Construção do Centro de Excelência do Basquete no complexo educacional, cultura e esportivo CECE Antônio Ovídeo Bueno, situado na Rua Silvio Romero, nº 20, esquina com a Avenida Antônio Frederico Ozanan e Avenida Alvares de Azevedo.	UGEL	239/2020	10.926-0/2020	31/05/2021	240	10/12/2024	1050	02/02/2025	-54	R$ 3.460.815,66	R$ 1.559.499,93
ATIVA	Execução de obra de reforma e construção de arquibancada no CECE Francisco Gastaldo, situado na rua Uva Niágara, 1250, Morada das Vinhas, nesta cidade.	UGEL	082/2024	PMJ.0002427/2022	05/08/2024	120	02/12/2024	-	03/02/2025	-63	R$ 405.334,77	-
ATIVA	Obra de Recuperação e Adaptação de edificação para instalação de Pronto Atendimento e Clínica da Família Ponte São João, situada na Av. Dr. Antenor Soares Gandra e Av. Luiz Zorzetti.	UGPS	166/2022	5.384-5/2022	26/09/2022	420	27/01/2025	429	04/02/2025	-8	R$ 13.098.933,81	R$ 2.299.401,50
ATIVA	Execução de obra de recuperação e adequação de construção do Centro de Especialidades e Pronto Atendimento.	UGPS	001/2023	7.743-0/2022 PMJ.0000787/2023	25/01/2023	373	31/01/2025	363	05/02/2025	-5	R$ 14.036.726,06	R$ 3.745.397,66
ATIVA	Prestação de serviços de assessoria técnica em engenharia com fornecimento de mão de obra para apoio, suporte técnico e acompanhamento na fiscalização da obra de implementação das instalações de climatização e ar condicionado, ventilação e exaustão mecânica, com a finalidade de garantir a implantação da obra no Município de Jundiaí (UPA Vila Progresso).	UGPS	129/2024	PMJ.0033340/2023	04/11/2024	80	22/01/2025	-	06/02/2025	-15	R$ 23.638,40	-
ATIVA	Execução de obra para construção da nova UBS Vila Rio Branco (3ª fase) situado na Rua Hélio A. Lucena, 100, Vila Rio Branco, nesta cidade.	UGPS	127/2024	PMJ.0009702/2024	07/10/2024	240	03/06/2025	-	07/02/2025	116	R$ 2.157.299,00	-
ATIVA	Prestação de serviço de engenharia para execução das adequações de AVCB nas Unidades de Saúde do Município.	UGPS	154/2024	PMJ.0002994/2023	07/01/2025	180	05/07/2025	-	08/02/2025	147	R$ 499.998,03	-
ATIVA	Revitalização, modernização e adequação da sala Glória Rocha, situada na Av. Barão de Jundiaí, nº1093.	UGC	084/2021	1.500-2/2021	09/08/2021	300	26/11/2023	540	09/02/2025	-441	R$ 5.696.933,95	R$ 2.937.781,19
ATIVA	Execução de obra de construção de nova sede da Guarda Municipal, base do SAMU/SAEC e Defesa Civil, situado na Avenida Quatorze de Dezembro x Rua Cica.	UGSM	052/2022	13.151-0/2021	02/05/2022	540	15/01/2025	450	10/02/2025	-26	R$ 32.800.000,00	R$ 9.693.809,23
ATIVA	Obra de Construção do Centro POP, situada na Avenida Aristeu Dagnoni, nesta cidade.	UGADS	069/2023	15.693-7/2022	19/07/2023	180	26/11/2024	317	11/02/2025	-77	R$ 3.756.940,12	-
ATIVA	Execução de obra de adequação das calçadas e acessibilidade no Instituto Braille até o CECE Dr. Nicolino de Lucca, situado na Avenida Dr. Sebastião Mendes da Silva, 539, Anhangabaú.	UGPUMA	016/2024	PMJ.0017591/2022	12/09/2024	360	06/09/2025	-	12/02/2025	206	R$ 1.857.647,33	-
ATIVA	Execução de obra remanescente de Implantação do Espaço Jundiaí Feito à Mão, situado à Rua Eng. José Maria da Silva Velho, bairro Anhangabaú, nesta cidade.	UGAAT	143/2024	PMJ.0039431/2024	04/11/2024	80	22/01/2025	-	13/02/2025	-22	R$ 624.971,78	-
ATIVA	Execução de implantação de projeto urbano e paisagístico de qualificação da Praça dos 3 Poderes, localizada na Av. Osmundo dos Santos Pellegrini, com Rua Lupércio da Silveira Pupo, Rua Vitório Rossi e Av. Roberto Simonsen.	UGPUMA	EIV	14.688-0/2021 654-4/2023	03/02/2025	120	02/06/2025	-	14/02/2025	108	-	-

FONTE: Prefeitura do Município de Jundiaí - Unidade de Gestão de Infraestrutura e Serviços Públicos - UGISP
***N/I - Item não informado pela UGISP**

Autógrafo

PROJETO DE LEI Nº 14.794

Autoriza o Município de Jundiaí a adesão ao Consórcio Intermunicipal de Saúde na Região Metropolitana de Campinas – Norte (Cismetro), para realização de ações conjuntas e serviços em saúde pública, na forma prevista no art. 122 da Lei Orgânica de Jundiaí.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, faz saber que em 1.º de julho de 2025 o Plenário aprovou:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, da sua respectiva regulamentação pelo Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, e do art. 122 da Lei Orgânica, a praticar os atos necessários à adesão do Município de Jundiaí ao Consórcio Intermunicipal de Saúde na Região Metropolitana de Campinas – Norte (Cismetro), pessoa jurídica de direito privado com natureza de associação sem fins lucrativos e de caráter assistencial, originalmente instituído pelos Municípios de Artur Nogueira, Cosmópolis, e Holambra.

Parágrafo único. A adesão ao Cismetro tem por finalidade o planejamento, a adoção e a execução de projetos e ações conjuntas para assegurar à população assistência universal, integral e equitativa em serviços públicos de saúde nos níveis de atenção básica média e alta complexidade.

Art. 2º O Estatuto Social consolidado do Cismetro, constante do Anexo, passa a fazer parte integrante desta Lei e regerá a vinculação do Município de Jundiaí ao consórcio público.
Parágrafo único. A ratificação da adesão do Município de Jundiaí ao Cismetro observará o disposto no parágrafo primeiro da cláusula primeira do Estatuto Social a que se refere o caput deste artigo.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar, na forma do inciso I do art. 41 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, destinado ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei Federal nº 11.107, de 2005, ficando a política pública adotada inserida no PPA – Plano Plurianual do Município e na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2025.

Art. 4º A presente autorização de adesão somente poderá ser revogada por lei específica.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, em primeiro de julho de dois mil e vinte e cinco (1.º/07/2025).

EDICARLOS VIEIRA
Presidente

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 01 | 41
Mogi Mirim SP

Ao Oficial de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Mogi Mirim-SP.

Venho através deste, requerer o registro da Ata de Assembleia Geral Ordinária do dia **14/12/2023** do Consórcio Intermunicipal de Saúde na Região Metropolitana de Campinas – Norte – CISMETRO, Ata folhas 1,2 e 3, Edital folha 1, Lista de Presença folhas 1 e 2,Contrato de Rateio 11 e Estatuto com 22 páginas no total de 39 páginas/folhas.

Desde já, desejando votos de estima e consideração.

Agradeço.

Holambra, 12 de janeiro de 2024.

HOLAMBRA
Reconhecimento no verso

Prof. Marco Antônio de Oliveira
Representante Legal do CISMETRO
CNPJ: 19.947.645/0001-64

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra n.º 814 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 75139

Avenida das Tulipas, nº 638 - Jardim Holanda – Holambra-SP – CEP: 13827-042 Telefones: (19) 3802-2300 3802-2221 3802-5102
www.cismetro.com.br


Cartório de Holambra
Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas
do Município de Holambra da Comarca de Artur Nogueira/SP
Daniel de Araújo Correa - Oficial/Tabelião
Reconheço, por semelhança, a firma de: (1) MARCO ANTONIO DE
OLIVEIRA, em documento sem valor econômico, dou fé.
Holambra, 12 de janeiro de 2024.
Em Testº da verdade. Cód. [20229758163250000195357]
LIVIA MIKAELA VIEIRA DOS SANTOS - ESCREVENTE AUTORIZADA(Qtd:1)
Total R$ 8,37
Colégio Notarial do Brasil
126003
FIRMA 1
S11269AA0077343
Livia Mikaela Vieira dos Santos
Escrevente Autorizada

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 02/41
Mogi Mirim SP

Edital de Convocação de Conselho de Prefeitos

O Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS – NORTE – CISMETRO, Prof. Marco Antônio de Oliveira, Prefeito do Município de Morungaba, no uso de suas regulares atribuições previstas no *caput* da Cláusula Décima Terceira, do Estatuto do CISMETRO, convoca publicamente, os Prefeitos Municipais que compõem o **CONSELHO DE PREFEITOS DO CISMETRO**, para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia **14 de dezembro de 2023** (Quinta - Feira) **por VIDEO CONFERÊNCIA,** como segue:

1) ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA a realizar-se às 10h00min.

com acesso através do link:
https://meet.google.com/xqh-vhhe-wur

Pautas:

a) Apresentação e Deliberação do Plano de Trabalho e Previsão Orçamentária 2024 e Contrato de Rateio para o exercício de 2024;

b) Alteração Estatutária com a inclusão dos municípios, Itu e Pedreira e ratificação do Regulamento de R.H./2023.

Holambra, 11 de dezembro de 2023.

HOLAMBRA

Prof. Marco Antônio de Oliveira

Prefeito de Morungaba e Presidente do CISMETRO

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra nº 814 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 25139

Cartório de Holambra
Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas do Município de Holambra da Comarca de Artur Nogueira/SP
Daniel de Araújo Correa - Oficial/Tabelião
Rua Irís, nº 288 - Centro - Holambra-SP - CEP: 13825-000
Fone: (19) 3902-4322 - cartorioholambra@hotmail.com

Reconheço, por semelhança, a firma de: (1) MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA, em documento sem valor econômico. dou fé.
Holambra, 12 de janeiro de 2024.
Em Testº _____ da verdade. Cód. [20240073163306000019535]
LIVIA MIKAELA VIEIRA DOS SANTOS - ESCREVENTE AUTORIZADA(Utd:1)
Total R$ 8,37

Colégio Notarial do Brasil - Seção São Paulo
126003
FIRMA 1
S11269AA0077344

Lívia Mikaela Vieira dos Santos
Escrevente Autorizada

Avenida das Tulipas nº 638 Jardim Holanda – Holambra-SP – CEP: 13825.000 Telefones: (19) 3802-2300 3802-2221 3802-5102
www.cismetro.com.br

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 03/41
Mogi Mirim SP

LISTA DE PRESENÇA

O Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS – NORTE – CISMETRO, Prof. Marco Antônio de Oliveira, Prefeito do Município de Morungaba, no uso de suas regulares atribuições previstas no *caput* da Cláusula Décima Terceira, do Estatuto do CISMETRO, convoca publicamente, os Prefeitos Municipais que compõem o Conselho de Prefeitos do CISMETRO, para a Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada, **por VIDEO CONFERÊNCIA**, no dia 14 de dezembro de 2023 às 10h00min com a seguinte ordem do dia:

Pauta:

a) Apresentação e Deliberação do Plano de Trabalho e Previsão Orçamentária 2024 e Contrato de Rateio para o exercício de 2024;
b) Alteração Estatutária com a inclusão dos municípios: **Itu, Atibaia e Pedreira.**

Link da Reunião:

https://meet.google.com./xgh-vhhe-wur

Holambra, 14 de dezembro de 2023.

HOLAMBRA

Prof. Marco Antônio de Oliveira
Prefeito de Morungaba e Presidente do CISMETRO

HOLAMBRA

Élcio Ferreira Trentin
Superintendente

Neusa Santos Ferreira Silva
Coordenadora Geral

Cartório de Holambra
Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas do Município de Holambra da Comarca de Artur Nogueira/SP
Lívia Mikaela Vieira dos Santos
Escrevente Autorizada
Daniel de Araújo Corrêa - Oficial/Tabelião
Rua Iris, nº 265 - Centro - Holambra-SP - CEP: 13823-037
Fone: (19) 3802-4322 - cartorioholambra@hotmail.com
Reconheço, por semelhança, as firmas de (1) MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA e (1) ELCIO FERREIRA TRENTIN, em documento sem valor econômico, dou fé.
Holambra, 12 de janeiro de 2024.
Em Testº _____ da verdade. Cód. 120349078143342000195351
LIVIA MIKAELA VIEIRA DOS SANTOS - ESCREVENTE AUTORIZADA(Qtd:2)
Total R$ 14,74
Colégio Notarial do Brasil
126003
FIRMA 2
S21269AA0022106
Holambra - SP

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Cintra nº 814 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 25139

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 04/41
Mogi Mirim SP

Participantes da Assembleia dia 14/12/2023 as 10 horas

Fernando Henrique Capato - Prefeito de Holambra

Representante – Valmir Marcelo Iglecias - Diretor de Saúde

Lucas Sia – Prefeito de Artur Nogueira

Representante – Amarildo Boer – Secretário de Saúde

Antônio Claudio Felisbino Jr.- Prefeito de Cosmópolis

Representante – Marco Roberto Ferreira – Secretário de Saúde

Ednilson Cazellato - Prefeito de Paulínia

Representante – Alexandre Camargo Brandt – Secretário de Saúde

João Leandro Lolli – Prefeito de Santo A. de Posse

Representante – Jonas Marcelo Rosa – Secretário de Saúde

Edivaldo Antônio Brischi - Prefeito de Monte Mor - (Em processo de exclusão)

Márcio Gustavo Bernardo Reis - Prefeito de Jaguariúna

Representante - Maria Do Carmo de Oliveira Pelisão – Secretária de Saúde

Francisco Antônio Sardelli - Prefeito de Americana

Representante – Fábio Beretta Rossi – Secretário de Saúde

Rodolfo Wilson Rodrigues Braga - Prefeito de Várzea Paulista

Luiz Antônio Braz - Prefeito de Campo Limpo Paulista

Representante – Hannah Hebling

Estanislau Steck - Prefeito de Louveira

Thomás Antônio Capeletto de Oliveira - Prefeito de Itatiba

Representante – Renan Dias Irabi – Secretário de Saúde

Nilson Alcides Gaspar - Prefeito de Indaiatuba

Representante – Graziela Garcia

José Nazareno Zezé Gomes - Prefeito de Hortolândia

Denis Crupe – Secretário de Saúde

Matheus Marum de Campos - Prefeito de Salto de Pirapora

Representante – Sabrina V. Fogaça

Debora Prado - Prefeita de Jarinu

Fábio Vinicius Polidoro – Prefeito de Pedreira e

Representante – João Felipe da Silva Santos

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra n.º 814 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 25139

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 03/41
Mogi Mirim SP

ATA DE REUNIÃO DA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO CONSELHO DE PREFEITOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS - NORTE – CISMETRO

CNPJ Nº19.947.645/0001-64

Aos **quatorze dias do mês de dezembro de 2024,** às 10:00 horas, nas dependências da Sede Social do CISMETRO, situada a **Avenida das Tulipas, nº 638 - Jardim Holanda – Holambra - SP – CEP: 13827-042**, reuniu-se o Conselho de Prefeitos, por convocação ordinária, promovida por seu PRESIDENTE – Prof. Marco Antônio de Oliveira – Prefeito de Morungaba; que passou a presidir os trabalhos convidando para secretariá-lo a Sra. Neusa Santos Ferreira Silva, Coordenadora Geral do CISMETRO. Esta reunião, foi realizada através de vídeo conferência em virtude das definições solicitadas pelo Ministério da Saúde, no que tange aos cuidados para o enfrentamento à disseminação da Pandemia – CORONA VÍRUS – COVID 19. Dando início aos trabalhos o Sr. Superintendente, saudou à todos os presentes e solicitou à Secretária, que fizesse a leitura da pauta, o que foi feito, sendo tratados os seguinte assunto- **1) Apreciação e deliberação do Plano de Trabalho/Previsão Orçamentária de 2024 e o Contrato de Rateio exercício 2024. 2) Alteração estatutária para a inclusão dos Municípios de Itu, Atibaia e Pedreira e Ratificação das deliberações de RH 2023. 3) Apresentação da Proposta de Adesão ao Projeto de Criação da Federação dos Consórcios do Estado de São Paulo – FECAASP - FECAASP. – Federação dos Consórcios Administrativos e Autárquicos do Estado Paulo.** O Sr. Presidente Marco Antônio de Oliveira, cumprimentou à todos e agradeceu a participação, deu as boas-vindas ao Vice Presidente do Cismetro – Sr. Estanislau – Prefeito de Louveira, Prefeito Rodolfo de Várzea Paulista e ao Prefeito de Pedreira – Sr. Fábio Polidoro presentes nesta assembleia e aos demais representantes. Em seguida, passou a palavra ao Vice Presidente – Prefeito Estanislau e Prefeito Rodolfo, que fizeram as suas saudações. Concluindo a acolhida de todos, passou a palavra ao Superintendente, Dr. Élcio Ferreira Trentin, para condução das apresentações da pauta e este apresentou inicialmente os valores referente a previsão de custo das ações trabalhistas em andamento referente à cada município e que já constará de cada município no que foi orçado para o exercício de 2024. Em seguida foi esclarecido pela Contadora - Noêmia, a importância de atualizar as previsões e suplementações com eficiência. A Srta. Noemia - Contadora, esclarece que na necessidade de apresentar os valores referente ao Passivo Trabalhista, se faz necessário para atendimento às orientações do Tribunal de Contas. Este aporte será aplicado aos municípios que tiverem questões trabalhistas em andamento. Dr. Élcio esclareceu o item componente da **Cota Variável**, que trata sobre as

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra nº 814 - Mogi Mirim - SP

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 06/41
Mogi Mirim SP

despesas com encargos decorrentes de ações judiciais, **denominadas PASSIVO TRABALHISTA**, que deverão ser suportadas pelos consorciados tomadores dos serviços quando prestados diretamente nos municípios; e rateado entre todos os consorciados, quando decorrente dos serviços administrativos. Ficou estabelecido que para o exercício de 2024, **corresponderá a 3,0% (três por cento)** sobre o valor mensal da cota variável - colaboradores - CLT a ser provisionado em conta específica. Dando continuidade, foram apresentadas as propostas de trabalho e ações que serão executados em 2024 e que nos possibilitou a execução do Plano de Trabalho de 2024 e em seguida os valores orçados pelos municípios consorciados, somando o total de **R$ 293.021.335,96 (duzentos e noventa e três milhões, vinte e um mil, trezentos e trinta e cinco reais e noventa e seis centavos**). Em seguida, foi apresentado o valor previsto para **Cota Fixa** no valor mensal de **R$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos de reais)** para cada município; sendo que o **custo total mensal será de R$ 481.000,00 (quatrocentos e oitenta e um mil reais).** Após a explanação, foi proposto pela Secretária de Saúde de Jaguariúna, a apresentação da evolução histórica do CISMETRO para conhecimento de todos e os avanços, que justificam os custos de estrutura e suporte das ações do CISMETRO. **2) Alteração Estatutária com a inclusão dos Municípios de Itu, Atibaia e Pedreira e Ratificação das deliberações de RH/2023**. Apresentado nesta assembleia a conclusão do processo de adesão dos municípios de Atibaia, Pedreira e Itu, que iniciarão as atividades em janeiro de 2024. **3) Apresentação da Proposta de adesão ao projeto de criação da Federação dos Consórcios do Estado de São Paulo - FECAASP. – Federação dos Consórcios Administrativos e Autárquicos do Estado Paulo.** Em seguida o Sr. Presidente, solicitou ao Dr. Rafael Chaib, Assessor Jurídico a explanação referente à proposta de criação de uma federação dos consórcios administrativos e autárquicos do Estado de São Paulo e este esclareceu que o propósito deste projeto é atender às demandas decorrentes de AUDITORIAS do Tribunal de Contas, que são comuns aos consórcios, sejam estes de natureza pública ou privada. Será um instrumento para discussão global junto aos órgãos fiscalizadores e já apresentados aos consórcios de nosso estado. Para o desenvolvimento do projeto, faz-se necessário a aprovação de adesão do CISMETRO e assim dar continuidade à elaboração da proposta, tendo em vista que já houve adesão de vários consórcios do estado de São Paulo. Após os esclarecimentos dos questionamentos a todos os presentes, restou aprovada esta adesão à proposta de criação de **Federação dos Consórcios do Estado de São Paulo – FECAASP - FECAASP. – Federação dos Consórcios Administrativos e Autárquicos do Estado Paulo.** Para todas as informações prestadas, seguiram as demonstrações em relatórios anexos. O Sr. Superintendente deixou a palavra em aberto aos Prefeitos e representantes para

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra nº 814 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 51.396

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 07/91
Mogi Mirim SP

as considerações, momento em que vários se manifestaram em agradecimento aos serviços prestados pelo CISMETRO. O Secretário de Artur Nogueira - Amarildo Boer, expõe que o serviço de Internação Psiquiátrica, atendeu prontamente a grande demanda do município. Também se manifestou a Secretária de Indaiatuba – Sra. Graziela, agradecendo a coparticipação do CISMETRO no desenvolvimento dos trabalhos e após o Sr. Dênis Crupe – Secretário de Saúde de Hortolândia, que enfatiza a importante redução da demanda reprimida de exames e cirurgias no município. Concluindo, foi dada a palavra ao Secretário de Saúde de Valinhos – Sr. João Gabriel, que apresenta a importância da parceria com o CISMETRO, que possibilitou a inauguração da Farmácia 24 horas no município, bem como a viabilização e realização das ações de Urgência e Emergência. Em seguida, foi solicitada a manifestação e votação dos assuntos desta pauta, sendo quem houve a aprovação por unanimidade. **Diante desta votação e aprovação do 1) Apresentação e Deliberação do Plano de Trabalho/Previsão Orçamentária para 2024 e do Contrato de Rateio – exercício 2024. 2) Alteração Estatutária com inclusão dos Municípios de Itu, Atibaia e Pedreira e ratificação das deliberações de RH/2023. 3) Apresentação da proposta de adesão ao projeto de criação da Federação dos Consórcios do Estado de São Paulo – FECAASP – Federação dos Consórcios Administrativos e Autárquicos do Estado Paulo.** Em seguida o Sr. Presidente – Prof. Marco Antônio de Oliveira, o Superintendente - Dr. Élcio Ferreira Trentin, Sra. Coordenadora Geral Neusa Santos Ferreira Silva, agradeceram a confiança e felicitaram à todos em nome de toda equipe. Nada mais havendo para ser tratado o Sr. Superintendente – Élcio Ferreira Trentin, deu por encerrada a reunião, e eu, Neusa Santos Ferreira Silva, lavrei e assinei a presente ata. Assinaram a lista de presença os presentes e participantes dos trabalhos desta reunião.

Reconhecimento no verso HOLAMBRA

Prof. Marco Antônio de Oliveira
Presidente do CISMETRO

HOLAMBRA Reconhecimento no verso

Dr. Élcio Ferreira Trentin
Superintendente do CISMETRO

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra nº 814 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 75139

Avenida das Tulipas, nº 638 - Jardim Holanda – Holambra - SP – CEP: 13827-042 - Telefones: (19) 3802-2300 3802-2221 3802-5102
www.cismetro.com.br


Cartório de Holambra
Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas
do Município de Holambra da Comarca de Artur Nogueira/SP
Daniel de Araújo Corrêa - Oficial/Tabelião
Reconheço, por semelhança, as firmas de: (1) MARCO ANTONIO DE
OLIVEIRA e (1) ELCIO FERREIRA TRENTIN, em documento sem valor
econômico, dou fé.
Holambra, 12 de janeiro de 2024.
Em Testº da verdade.
LÍVIA MIKAELA VIEIRA DOS SANTOS - ESCREVENTE AUTORIZADA(Qtd:2)
Lívia Mikaela Vieira dos Santos
Escrevente Autorizada
126003
FIRMA 2
S21269AA0022107
Holambra - SP

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 08/41
Mogi Mirim SP

CONTRATO DE RATEIO QUE ESTABELECEM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS – CISMETRO HOLAMBRA E OS MUNICIPIOS CONSORCIADOS PARA O CUSTEIO DAS AÇÕES ESTABELECIDAS NO PRESENTE TERMO PARA O EXERCÍCIO DE 2024.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS – CISMETRO HOLAMBRA, com sede administrativa no município de Holambra, estado de São Paulo, estabelecendo-se na Avenida das Tulipas, nº 638 Jardim Holanda - CEP 13.827-042, inscrito no CNPJ 19.947.645/0001-64, neste ato representado por seu **Superintendente** - Dr. Élcio Ferreira Trentin, brasileiro, casado, cirurgião dentista, especialista em Gestão de Serviços e Sistemas, Mestre em Saúde Coletiva, portador do RG 6.949.740 e do CPF 090.730.688-86, domiciliado no Condomínio Chácaras São Mateus, Caixa Postal 40 – Cosmópolis, CEP:13.150-970, doravante denominado simplesmente **CISMETRO HOLAMBRA** e; **Município de Artur Nogueira,** com sede na Rua Dez de Abril, 629, Centro com CNPJ 45.735.552/0001-86, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Lucas Sia Rissato, brasileiro, Advogado, solteiro, portador do RG 28.061.062-2 e do CPF 395.283.878-02, residente na Avenida Professora Magdalena Sanseverino Grosso, nº 1007, Jardim Resek – Artur Nogueira – CEP: 13.160-27, **Município da Estância Turística de Holambra**, com sede na Alameda Mauricio de Nassau, nº 444, Centro – Holambra com CNPJ nº 67.172.437/0001-83, representado pelo Sr. Prefeito Municipal, Fernando Henrique Capato, brasileiro, casado, Farmacêutico com RG 33.437.171-5 e CPF: 331.620.438-59, Residente a Rua Middelburg, nº 140 – Parque Residencial Nova Holanda – Holambra-SP CEP: 13825-000; **Município de Cosmópolis**, com sede na Rua Dr. Campos Sales, 398, Centro neste ato representado com CNPJ 44.730.331/001-52 por seu Prefeito Municipal Antônio Cláudio Felisbino Junior, brasileiro, casado, Advogado, portador do RG 28.757.849-5 e do CPF: 278.942.848-40 Residente na Rua 7 de setembro, nº 347 – Apto 44 - Centro – Cosmópolis-SP. – CEP: 13.150-013; **Município de Paulínia,** com sede na Avenida José Lozano Araújo, nº 1551, Parque Brasil 500, CEP: 13141-901 neste município, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 45.751.435/0001-06, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Ednilson Cazellato, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 20.449.360-2 e do CPF 149.876.688-90, Residente a Rua Angelo Varandas, 590 – Bairro Santa Terezinha - Paulínia – SP – CEP: 13140-802; **Município de Santo Antônio de Posse,** com sede na Praça Chafia Chaib Baracat, nº 361 Centro – Santo Antônio de Posse – CEP: 13830-000 neste município, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 52.770.039/0001-91, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. João Leandro Lolli, brasileiro, Amasiado, Empresário, portador do RG: 13.588.412-3 e CPF: 024.477.618-05, Residente na Rua Lúcia Aparecida Gardinalli Lalla, nº 130 – Jardim Luciana -Santo Antônio de Posse - SP – CEP: 13830-015; **Município de Morungaba,** com sede na Avenida José Frare, nº 40 Centro – Morungaba – SP, com CNPJ nº 45.755.238/0001-65, neste ato representado por seu Prefeito Marco Antônio de Oliveira, casado,

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra nº 514 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 5139

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 09/41
Mogi Mirim SP

professor, portador do RG nº 17.993.473-9 e CPF nº104.416.748-36, Residente na Rua Fioravante Bom Joani, nº 132 , Lagos de São Pedro , Morungaba-SP CEP: 13260-00; **Município de Amparo** com sede na Avenida Bernardino de Campos, nº 705 -, Centro – Amparo – SP - com CNPJ 43.465.459.0001-73, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Carlos Alberto Martins, brasileiro, Bacharel em Direito, Casado, portador do RG:34.613.581-3 e do CPF 217.166.038-46, residente a Rua Daniel Fachardo Junqueira, n° 231 – Parque do Sol – CEP 13901-663, Amparo/SP; **Município de Monte Mor**, com sede na Rua Francisco Glicério, 399 – Centro – Monte Mor - SP CEP: 13190-000 com CNPJ 45.787.652/0001-56, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Edivaldo Antônio Brischi, brasileiro, Empresário casado, portador do RG: 16.342.765-3 e do CPF 105.071.048-70, residente a Rua Francisco Glicério, nº 399 – Centro – Monte Mor – SP CEP 13190-079; **Município de Jaguariúna**, Rua Alfredo Bueno, 1235 – Centro – Jaguariúna – SP. CEP: 13820-000 com CNPJ 46.410.866/0001-71, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Márcio Gustavo Bernardo dos Reis, brasileiro, Empresário, solteiro, portador do RG: 24.604.086-5 SSP/SP e do CPF: 165.052.578-88, residente na Alameda da Magnolias, 2 Qd. X – CDO Duas Marias, Jaguariúna-SP – CEP: 13916-416; **Município de Valinhos**, com sede na Rua Antônio Carlos , nº 301 – Centro - Valinhos - SP. – CEP: 13270-000 com CNPJ 45.787.678/0001-02, neste ato representada pela Prefeita Sra Lucimara Godoy Vilas Boas, brasileiro, casada, Capitã, portadora do RG: 26.245.600-X SSP/SP e do CPF: 292.817.058-85, residente na Rua Francisco Juliato s/nº - Morro das Pedras - Valinhos – SP - CEP: 13279-90; **Município de Americana**, com sede na Avenida Brasil, nº 85 – Centro – Americana - SP. – CEP: 13465-901 com CNPJ 13.868.995/0001-59 neste ato representado por seu Prefeito Sr. Francisco Antônio Sardelli, brasileiro, casado, Empresário, portador do RG: 8082267 -SSP/SP e do CPF: 871.309.208-15, residente na Rua Santino Faraone, nº 1200 – Rua E – Casa 87 – Iate Clube Campinas – Americana -SP - CEP: 13475-600; **Município de Várzea Paulista**, com sede na Av. Fernão Dias Paes Leme, nº 284 – Centro – Várzea Paulista – SP. - CEP: 13220-005 com CNPJ 45.780.087/0001-03, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Rodolfo Wilson Rodrigues Braga, brasileiro, divorciado, Engenheiro Químico, portador do RG: 17.264.117-2-SSP/SP e do CPF: 081.006.708-03, residente na Rua José Rabelo Portela, nº 900 – Apto 76 – Bloco 1 – Condomínio Morada dos Pinheiros – Jd. Maria de Fátima – Várzea Paulista – SP - CEP: 13220-540; **Município de Nova Odessa**, com sede na Avenida João Pessoa, nº 777 – Centro – Nova Odessa - SP. – CEP: 13480-617 com CNPJ 45.781.184/0001-02, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Cláudio José Schooder, brasileiro, divorciado, Médico Veterinário, portador do RG: 20585581-SSP/SP e do CPF: 126.628.358-77 residente na Rua Sebastião da C. Prata, nº 13 – Parque Residencial Triunfo Nova Odessa -SP - CEP: 13387-654; **Município de Campo Limpo Paulista**, com sede na Avenida Adherbal da Costa Moreira, nº 255 – Centro – Campo Limpo Paulista-SP – CEP: 13.231-901 com CNPJ 45.780.095/0001-41, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Luiz Antônio Braz, brasileiro, casado, Médico, portador do RG: 7.526.523 - SSP/SP e do CPF:042.727.278-50, residente na Rua Felicio Consentino, nº 30 – Jardim Paulista - SP - CEP: 13211-122; **Município de Louveira**, com sede na Rua Catharina Calssavara

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra n 814 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 75120

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 10 41
Mogi Mirim SP

Caldana, nº 451 – Leitão – Louveira – SP. - CEP: 13293-272 com CNPJ 13.878.813/0001-20, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Estanislau Steck, brasileiro, casado, Médico Veterinário, portador do RG: 12.546.046 -SSP/SP e do CPF: 052.632.518-66, residente na Rua Recanto dos Ipês, nº 261 – Bairro Leitão – Louveira – SP. CEP: 13.290-000; **Município de Itatiba, com** sede na Avenida Luciano Consoline nº 600, Jardim de Lucca – Itatiba-SP. CEP 13.253-205 com CNPJ nº 50.122.571/0001-77, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Dr. Thomas Antônio Capeletto de Oliveira, brasileiro, divorciado, advogado, com RG nº 024.966.880-4 SSP/SP e CPF nº 271.404.148-58, residente e domiciliado na Rua Prudente de Moraes, nº 900 – Alto da Santa Cruz – Itatiba – SP. – CEP: 13251-500; **Município de Indaiatuba,** com sede na Av. Engenheiro Fábio Roberto Barnabé nº 2.800, Jardim Esplanada II, CEP 13.331-900 com CNPJ sob o nº 44.733.608/0001-09 neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Eng. Nilson Alcides Gaspar, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, com RG nº 18.079.272 e CPF nº 102.119.548-02, residente e domiciliado na Rua Uirapurus, nº 259 – Vila Havaí – Indaiatuba – SP. – CEP: 13341-210; **Município de Hortolândia**, com sede na Rua José Claudio Alves dos Santos n.º 585– Remanso Campineiro – Hortolândia – SP. CEP: 13184-472 – CNPJ: nº 67.995.027/0001-32, neste ato representado por seu Prefeito - Sr. José Nazareno Zezé Gomes, brasileiro, união estável, metalúrgico, portador do RG: 12.555.345-6, CPF n°. 985.560.888-72 - Residente na Chácara Caminho Ambrosina Dias de Campos, nº 448 – Chácaras Acarai – Hortolândia - SP. CEP: 13187-002; **Município de Boituva**, com sede na Avenida Trancredo de Almeida Neves, n° 01 - Centro – Boituva-SP. CEP: 18.550-023, CNPJ 46.634.499/0001-90, representando pelo seu Prefeito Edson José Marcusso, brasileiro, casado, portador do RG. 9.142.057-X e do CPF: 984.361.558-15, residente a Rua Luiz Fioravante Macruz, nº 71 – Flora Ville – Boituva – SP. – CEP: 18.550-810;**Município de Cabreúva**, com CNPJ sob o nº 46.634.432/0001-55 e sede na Rua Floriano Peixoto, nº 158 – Centro – Cabreúva – SP. - CEP 13.315-027, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Antônio Carlos Mangini, Brasileiro, casado, Policial Militar Inativo, com RG nº 18.444.742-2 e CPF nº 086.257.178-29, residente e domiciliado à Alameda dos Eucaliptos, nº 595, Bairro do Jacaré, Cabreúva -SP, CEP: 13.318-308;**Município de Salto de Pirapora**, com CNPJ sob o nº 46.634.093/0001-07 e sede na Avenida Lydia David Haddad, nº 150 – Campo Largo – Salto de Pirapora – SP. - CEP 18.160-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Matheus Marum de Campos, Brasileiro, casado, advogado, com RG nº 48.679.012-5 e CPF nº 404.351.228-78, residente e domiciliado à Rua Emilio Duarte Leite, nº 449 – Terras de São Francisco - Salto de Pirapora – SP: - CEP: 18160-000;**Município de Vinhedo**, com sede na Rua Humberto Pescarini, nº 330 – Centro - Vinhedo – SP - 13280-000, com CNPJ 46.634.432/0001-55, representado pelo seu Prefeito Dario Pacheco de Morais, brasileiro, casado, Médico, portador do RG 3.743.006 SSP/SP e CPF: 600.060.568-49, residente na Rua pompeia, nº 670 – Marambaia – Vinhedo-SP. - CEP: 13.280-272; **Município de Itupeva** com sede na Avenida Eduardo Anibal Lourencon, nº 15 – Parque das Vinhas – Itupeva-SP. CEP: 13.295-522, com CNPJ 34.489.895/0001-91, representado pelo seu Prefeito Marco Antonio Marchi, brasileiro, solteiro, contador, com RG 21.460.545-0 e CPF: 256.747.278-99 residente a

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS Rua Dr. Vinho Ciampolini, 55 Mogi Mirim SP
Microfilmado sob o nº

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
Fls 11/41
Mogi Mirim SP

Rua Emancipadores do Município, nº 499 – Centro – Itupeva-SP. – CEP; 13.295-000;**Município de Jarinu,** com sede Praça Francisco Alves de Siqueira Junior, nº 111 - Jardim da Saúde, Jarinu – SP – 13.240-000, com CNPJ 13.941.978/0001-0, representando pela Prefeita Debora Cristina do Prado Belinello, brasileira, casada, portadora do RG 28.593.916-6 e CPF: 290.214.158-01 residente na Rua João Pessoa, nº 435 - Centro – Jarinu – SP. CEP: 13.240-000;**Município de Itu**, com sede na Avenida Itu, nº 400 – Itu – Novo Centro – Itu-SP: CEP: 13303-500 com CNPJ 46.634.440/0001-00, representado pelo seu Prefeito Guilherme dos Reis Gazzola, brasileiro, divorciado, Cirurgião Dentista, portador do RG 13.433.174-6 e CPF: 123.005.308-56, residente na Alameda Outro, nº 839 – Quadra 06 – Lote 03 – Chácaras Florida – Itu-SP. CEP: 13.312-280;**Município de Atibaia,** com sede na Avenida Nove de Julho, nº 185 – Fórum da Cidadania – Centro – Itatiba – SP. – CEP: 12.940-910, com CNPJ 45.279.635/0001-08; representando pelo seu Prefeito Emil Ono, brasileiro casado, Administrador, portador do RG 12.388.965-0 e CPF: 085.001.648-75, residente na Rua João Pires, nº 237 – Centro – Atibaia – SP. CEP: 12.940-500 e **Município de Pedreira,** com sede na Praça Epitácio Pessoa, n° 3 – Centro – Pedreira-SP. CEP: 13.920-000, com CNPJ 46.410.775/0001-36, representado pelo seu Prefeito Fabio Vinicius Polidoro, brasileiro, casado, Advogado, portador do RG 26.395.491-2 e CPF: 259.553.938-89, residente na Rua Pedro Alvarenga, nº 130 – Centro – Pedreira-SP. CEP: 13.920-031,doravante denominados simplesmente **CONSORCIADO(S),** têm entre si justo e certo o presente CONTRATO DE RATEIO ANUAL, que se regerá pela Lei nº. 11.107 de 06 de abril de 2005; Estatuto Social do CISMETRO HOLAMBRA e demais legislação pertinente e também pelo seguinte:

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra n.º 814 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 75139

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente CONTRATO DE RATEIO ANUAL tem por objeto, o custeio das despesas do CISMETRO HOLAMBRA, pela prestação das ações e serviços de saúde indicados na Cláusula Terceira, do presente Contrato de Rateio, decorrentes do Plano de Trabalho e Programação Orçamentária anuais aprovados para o exercício de 2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

A aplicação dos recursos previstos no presente contrato será realizada pelo CISMETRO HOLAMBRA, dentro das normas previstas pela L. 11.107/05, pelo Estatuto Social do CISMETRO HOLAMBRA de acordo com a legislação aplicável aos entes privados da Administração Pública.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS CUSTOS E RATEIO

Os custos dos serviços e sua forma de rateio ficam assim estabelecidos de acordo com os **ANEXOS I e II, respectivamente para a Cota Fixa e Cota variável**, da seguinte forma:

I – Cota Fixa

Para fazer frente às despesas fixas, fica estipulado que a Cota Fixa, para custeio das despesas administrativas do CISMETRO HOLAMBRA, **rateada *pro rata personae*** será liquidada da seguinte forma:

jundiai.sp.gov.br
Assinado Digitalmente

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 12/41
Mogi Mirim SP

a) Despesas Administrativas: O custo anual total da cota fixa-administrativa será de **R$ 5.771.999,96 (cinco milhões, setecentos e setenta e um mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos),** a ser rateada mensalmente no importe de **R$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais)** para cada consorciado.

§1º. As despesas administrativas abrangem essencialmente, mas, não exclusivamente, todas as despesas de custeio, manutenção e investimentos relacionados com a sede do CISMETRO HOLAMBRA, como mão de obra (direta e indireta), equipamentos, materiais, máquinas, sistemas de TI e EPI's, necessários ao seu perfeito funcionamento.

§2º. O repasse da Cota Fixa deve ser realizado impreterivelmente até o 1º dia útil do mês seguinte, sob pena de ficar caracterizada a inadimplência do CONSORCIADO para todos os efeitos estatutários.

§3º. Comporá a conta dos recursos da Cota Fixa, os valores cobrados do Município de Monte Mor que se encontra em processo de exclusão do CISMETRO HOLAMBRA, nos termos do parágrafo terceiro, da Cláusula Quinquagésima Primeira do Estatuto Social.

II - Cota Variável

Os serviços da cota variável compreendem essencialmente, **mas não exclusivamente:**

a) ações e serviços de saúde realizados através da rede de pessoas jurídicas credenciadas junto ao CISMETRO HOLAMBRA – Credenciamento;

b) os serviços de assessorias especializadas na área da saúde;

c) mão de obra disponibilizada para as ações e serviços de saúde específicos em cada CONSORCIADO, incluindo todos os encargos sociais, trabalhistas e obrigações acessórias previstos pelo regime da CLT;

d) ações e serviços disponibilizados pelo CISMETRO HOLAMBRA através de contratações específicas para atendimento de um ou mais consorciados;

e) outras despesas relacionadas com as atividades mencionadas nas alíneas anteriores e atividades necessárias à sua execução tais como, publicações de editais de convocações e de processos seletivos, vale alimentação, vale transporte, uniformes, EPIs, seguro de vida, gestões, assessorias, consultorias e serviços necessários à seleção de pessoal e ao Serviço de Medicina e Segurança do Trabalho com relação aos exames complementares para atendimento ao PCMSO e E-Social e assessoria jurídica trabalhista, software para a gestão dos procedimentos credenciados.

§1º. Fica estipulado que a Cota Variável será cobrada preferencialmente consoante a utilização, pelo número de ações ou serviços efetivados pelos CONSORCIADOS, isoladamente ou em grupo, de acordo com os serviços efetivamente disponibilizados e executados mediante cobrança individualizada a cada tomador, conforme relatórios emitidos pelo CISMETRO HOLAMBRA.

§2º. Os custos dos serviços poderão ser revistos sempre que existirem alterações de preços que determinem sua majoração.

§3º. Quaisquer serviços prestados pelo CISMETRO HOLAMBRA que não estejam previstos como Cota Fixa no presente termo, ou forem objeto de Contrato de Rateio específico, serão inseridos na Cota Variável e realizados a conta exclusiva do CONSORCIADO solicitante, faturado conjuntamente com a Cota Variável a seu cargo.

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra nº 814 - Mogi Mirim SP
Microfilmado sob o nº 17.513

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 13 | 41
Mogi Mirim SP

§4º. O repasse das despesas relativas ao CREDENCIAMENTO, se dará até o dia 15 dia do mês subsequente a data da prestação de serviços.

§5º O repasse para pagamento dos empregados do CISMETRO HOLAMBRA, que prestem serviços nas unidades municipais deverá ser impreterivelmente até o 5º dia útil do mês seguinte.

§6º O descumprimento do estabelecido no parágrafo anterior autoriza o CISMETRO HOLAMBRA a suspender os serviços a serem prestados, independentemente de qualquer prévio aviso ou notificação ao inadimplente.

§7º. Faz parte da Cota Variável as despesas com encargos trabalhistas decorrentes de ações judiciais denominadas Passivo Trabalhista, que deverão ser suportadas pelos consorciados tomadores dos serviços quando prestados diretamente nos municípios e rateados entre todos consorciados, quando decorrentes dos serviços administrativos. Ficando estabelecido que para o exercício de 2023, corresponderá a três por cento sobre o valor mensal da cota variável – colaboradores – CLT, a ser provisionado em conta específica.

§8º. Faz parte da Cota Variável a provisão de despesas judiciais decorrentes de ações cíveis movidas em relação ao CISMETRO HOLAMBRA, decorrentes de responsabilização pela execução de ações e serviços de saúde promovidos em favor de município consorciado.

§9º O descumprimento do estabelecido nos parágrafos anteriores autoriza o CISMETRO HOLAMBRA a suspender os serviços a serem prestados, independentemente de qualquer prévio aviso ou notificação ao inadimplente e/ou utilizar quaisquer verbas disponibilizadas pelos consorciado para o pagamento.

CLÁUSULA QUARTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Os CONSORCIADOS têm o direito à utilização dos serviços objeto do presente ajuste, cumprindo ao CISMETRO HOLAMBRA, prestar os serviços de forma adequada, segura, eficiente, com universalidade e gratuidade aos usuários.

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra nº 814 - Mogi Mirim -
Microfilmado sob o nº 75139

§1°. Os CONSORCIADOS ficam obrigados a:

I – Consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contratos de rateio.

II – Proceder aos pagamentos conforme estipulado no presente termo e dentro dos prazos fixados.

III – Responder solidariamente pelos encargos sociais, trabalhistas e contratuais, em caso de inadimplência, eximindo o CISMETRO HOLAMBRA do recolhimento se não repassado pelos CONSORCIADOS os valores devidos, podendo inclusive recolher parcialmente de acordo com as cotas liquidadas de cada consorciado.

IV – Em caso de não pagamento pelo CONSORCIADO de serviços prestados com decorrente pendência no pagamento de tributos e ou contribuições sociais pelo CISMETRO HOLAMBRA, além de ficar solidariamente obrigado, pagará ao Consórcio uma multa correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor devido a ser cobrada juntamente com o tributo na fatura da Cota Variável do mês em que se deu o pagamento pelo Consórcio;

V – Reincidindo a inadimplência, o CISMETRO HOLAMBRA fica autorizado a compensar o valor com qualquer valor repassado pelo CONSORCIADO devedor ao Consórcio, sob qualquer título.

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 14/41
Mogi Mirim SP

§2°. O CISMETRO HOLAMBRA, fica obrigado a:

I – Aplicar os recursos entregues por meio de contrato de rateio para o exclusivo atendimento do objeto do presente contrato.

II – Fornecer as informações necessárias das despesas realizadas com os recursos entregues em virtude de contrato de rateio, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada um dos CONSORCIADOS.

III – Executar os serviços de forma adequada, segura, eficiente, com universalidade e gratuidade aos usuários.

IV – Prestar contas dos serviços prestados, inclusive com relatório das despesas realizadas dentro do Plano de Trabalho previsto.

Paragrafo único. A prestação de contas devida pelo CISMETRO HOLAMBRA se aperfeiçoa integralmente com a aprovação das contas anuais pela Assembleia Geral.

CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA

O presente Contrato tem vigência pelo prazo de 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024, coincidindo com o exercício financeiro.

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

O valor estimado para o presente Contrato de Rateio anual previsto a ser despendido será de **R$ 293.021.335,96** (duzentos e noventa e três milhões, vinte e um mil, trezentos e trinta e cinco reais e noventa e seis centavos), conforme plano orçamentário aprovado pela Assembleia do Conselho de Prefeitos e Conselho Técnico do dia **14/12/2023**.

As despesas decorrentes do presente ajuste onerarão as rubricas:

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

Os CONSORCIADOS signatários que não procederem aos pagamentos das faturas, nas datas aprazadas, poderão sofrer as seguintes penas:

a) advertência;
b) multa de 2% (dois por cento) sobre o valor devido por atraso no pagamento;
c) suspensão temporária dos serviços por parte do CISMETRO HOLAMBRA, nos moldes previstos nesse termo.

Parágrafo Primeiro. A suspensão definitiva dos serviços poderá se dar em duas oportunidades:

a) pela inadimplência reiterada e contumaz, caracterizada pelo não pagamento de duas ou mais faturas pelo CONSORCIADO signatário relativa a qualquer cota ou serviço;
b) pela não consignação, por parte do CONSORCIADO signatário, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio do presente contrato de rateio.

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra n.º 814 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 75139

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 13/41
Mogi Mirim SP

Parágrafo Segundo. As sanções previstas nessa Cláusula poderão ser aplicadas pela Superintendência, *ad referendum* da Assembleia Geral, independentemente de outras previstas no presente termo e de eventual responsabilização administrativa, cível e criminal que sejam aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

A rescisão total ou parcial do presente contrato, poderá se dar:

a) pela vontade manifesta das partes contratantes em mútuo acordo;
b) pela inadimplência total de seus signatários;
c) pela extinção do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE NA REGIÃO DE METROPOLITANIA DE CAMPINAS – CISMETRO HOLAMBRA.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Fica estabelecido o foro da Comarca de Artur Nogueira, para dirimir as questões oriundas do presente contrato, com prejuízo de quaisquer outros, por mais privilegiados que sejam.

E por estarem justos e certos, firmam contratantes, os presentes termos, em cinco vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Holambra, 14 de dezembro de 2023.

Reconhecimento no verso HOLAMBRA

Prof. Marco Antônio de Oliveira

Prefeito de Morungaba e Presidente do CISMETRO HOLAMBRA

HOLAMBRA Reconhecimento no verso

Élcio Ferreira Trentin

Superintendente – CISMETRO HOLAMBRA

TESTEMUNHAS:

Neusa Santos Ferreira Silva
Coordenadora Geral

Dener Lima Trebesqui
Coordenador Contratos e Licitações

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra nº 814 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 75139


Cartório de Holambra
Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas
do Município de Holambra da Comarca de Artur Nogueira/SP
Daniel de Araújo Corrêa - Oficial/Tabelião
Rua Iris, nº 288 - Centro - Holambra/SP - CEP: 13823-037
Fone: (19) 3802-4322 - cartorioholambra@hotmail.com
Reconheço, por semelhança, as firmas de: (1) MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA e (1) ELCIO FERREIRA TRENTIN, em documento com valor econômico. dou fé.
Holambra, 12 de janeiro de 2024.
Em Testº _____ da verdade. Cód. [2029727613134200019535]
LÍVIA MIKAELA VIEIRA DOS SANTOS - ESCREVENTE AUTORIZADA(Qtd:2)
Total R$ 25,42
Lívia Mikaela Vieira dos Santos
Escrevente Autorizada
126003
FIRMA
C21269AA0060969
Holambra - SP

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 16/41
Mogi Mirim SP

ANEXO I

RATEIO COTA FIXA EXERCÍCIO 2024
CUSTO FIXO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS
I - DESPESAS COM RECURSOS HUMANOS

QTDE	RECURSOS HUMANOS [1]	QTDE MES	VLR MENSAL	TOTAL
1	SUPERINTENDÊNCIA	12	R$ 28.130,86	R$ 337.570,32
1	COORD GERAL	12	R$ 25.793,38	R$ 309.520,60
1	COORD TEC PLANEJ E CREDENC.	12	R$ 13.283,88	R$ 159.406,51
1	COORD TEC AREA MEDICA	12	R$ 12.975,30	R$ 155.703,58
1	COORD DE CONTRATOS E LICITAÇÕES	12	R$ 11.810,42	R$ 141.725,00
1	COORD RECURSOS	12	R$ 11.810,42	R$ 141.725,00
2	SUPERV ADM III	12	R$ 33.565,90	R$ 402.790,78
4	COORD TEC PLANEJAMENTO	12	R$ 40.452,96	R$ 485.435,48
3	SUPERV SERV III	12	R$ 29.011,29	R$ 348.135,48
3	SUPERV SERV II	12	R$ 24.382,62	R$ 292.591,48
1	CHEFE DIVISAO IV	12	R$ 5.601,83	R$ 67.221,98
3	SUPERV ADM I	12	R$ 16.064,91	R$ 192.778,91
1	RECEPCIONISTA	12	R$ 3.409,39	R$ 40.912,64
1 - Os cálculos acima são compostos; (prev. patronal, FGTS, PIS, 13º, 1/3 férias e VA)			**R$ 256.293,15**	**R$ 3.075.517,76**

II - DESPESAS MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA

SERVIÇOS E INSUMOS	QTDE MES	VLR MENSAL	TOTAL
AGUA/ENERGIA/IPTU e TAXAS	12	R$ 5.000,00	R$ 60.000,00
ASSESSORIA TECNICA	12	R$ 80.000,00	R$ 960.000,00
PUBILICAÇÕES LEGAIS	12	R$ 3.000,00	R$ 36.000,00
DESPESA VEICULO/SEGURO/IPVA/GASOLINA	12	R$ 3.000,00	R$ 36.000,00
LOCAÇÃO DE VEICULOS	12	R$ 9.000,00	R$ 108.000,00
MANUTENÇÃO MAQ E EQUIPTOS	12	R$ 9.350,00	R$ 112.200,00
MANUTENÇÃO SITE	12	R$ 1.200,00	R$ 14.400,00
MAT. LIMPEZA E COZINHA	12	R$ 5.000,00	R$ 60.000,00
MEDICINA E SEGURANÇA DO TRAB	12	R$ 40.000,00	R$ 480.000,00
COMUNICAÇÃO E MARKETING	12	R$ 9.850,00	R$ 118.200,00
MATERIAL DE ESCRITÓRIO/ALUGUEL COPIAD.	12	R$ 5.000,00	R$ 60.000,00
SOFTWARES ADMINISTRATIVOS	12	R$ 3.000,00	R$ 36.000,00
AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE	12	R$ 5.000,00	R$ 60.000,00
TELEFONE / INTERNET / MANUT SITE	12	R$ 706,85	R$ 8.482,20
ASSINATURAS DE PERIDICOS	12	R$ 1.500,00	R$ 18.000,00
SERVIÇOS GRAFICOS	12	R$ 5.000,00	R$ 60.000,00
SEGURO FUNCIONÁRIOS	12	R$ 3.000,00	R$ 36.000,00
VALE TRANSPORTE	12	R$ 3.000,00	R$ 36.000,00
TARIFAS BANCARIAS	12	R$ 8.000,00	R$ 96.000,00
SERVIÇOS T.I.	12	R$ 5.000,00	R$ 60.000,00
DESPESAS CURSOS E SEMINARIOS	12	R$ 2.000,00	R$ 24.000,00
PESQUISA SATISFAÇÃO	12	R$ 8.000,00	R$ 96.000,00
ADIANTAMENTO DESP MIUDAS	12	R$ 5.000,00	R$ 60.000,00
ESTAGIÁRIOS	12	R$ 5.100,00	R$ 61.200,00
		R$ 224.706,85	**R$ 2.696.482,20**
CUSTO ANUAL			**R$ 5.771.999,96**
CUSTO MENSAL FIXO			**R$ 481.000,00**

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra nº 814 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 75139

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 17/41
Mogi Mirim SP

CUSTO FIXO MENSAL PARA CADA MUNICIPIO 2024		
1- AMERICANA	R$	18.500,00
2- AMPARO	R$	18.500,00
3- ARTUR NOGUEIRA	R$	18.500,00
4- ATIBAIA	R$	18.500,00
5- BOITUVA	R$	18.500,00
6- CABREUVA	R$	18.500,00
7- CAMPO LIMPO PAULISTA	R$	18.500,00
8- COSMOPOLIS	R$	18.500,00
9- HOLAMBRA	R$	18.500,00
10- HORTOLANDIA	R$	18.500,00
11- INDAIATUBA	R$	18.500,00
12- ITATIBA	R$	18.500,00
13- ITU	R$	18.500,00
14- ITUPEVA	R$	18.500,00
15- JAGUARIUNA	R$	18.500,00
16- JARINU	R$	18.500,00
17- LOUVEIRA	R$	18.500,00
18- MORUNGABA	R$	18.500,00
19- NOVA ODESSA	R$	18.500,00
20- PAULINIA	R$	18.500,00
21- PEDREIRA	R$	18.500,00
22- SALTO DE PIRAPORA	R$	18.500,00
23- SANTO ANTONIO DE POSSE	R$	18.500,00
24- VALINHOS	R$	18.500,00
25- VARZEA PAULISTA	R$	18.500,00
26- VINHEDO	R$	18.500,00
Total	**R$**	**481.000,00**

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra n.º 814 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 73139

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 18/41
Mogi Mirim SP

ANEXO II

	MUNICIPIO	COTA FIXA	CREDENCIADOS SERV. PJ	CELETISTAS	TOTAL
1	AMERICANA	R$ 222.000,00	R$ 17.651.000,00	R$ 6.000.000,00	R$ 23.873.000,00
2	AMPARO	R$ 222.000,00	R$ 2.824.000,00	R$ 416.000,00	R$ 3.462.000,00
3	ARTUR NOGUEIRA	R$ 222.000,00	R$ 9.778.000,00	R$ 5.250.000,00	R$ 15.250.000,00
4	ATIBAIA	R$ 222.000,00	R$ 2.014.000,00	R$ -	R$ 2.236.000,00
5	BOITUVA	R$ 222.000,00	R$ 5.810.337,00	R$ 144.000,00	R$ 6.176.337,00
6	CABREUVA	R$ 222.000,00	R$ 2.278.000,00	R$ -	R$ 2.500.000,00
7	CAMPO LIMPO PAULISTA	R$ 222.000,00	R$ 7.053.753,40	R$ 656.826,84	R$ 7.932.580,24
8	COSMOPOLIS	R$ 222.000,00	R$ 2.000.694,75	R$ 3.000.000,00	R$ 5.222.694,75
9	HOLAMBRA	R$ 222.000,00	R$ 16.138.000,00	R$ 7.800.000,00	R$ 24.160.000,00
10	HORTOLANDIA	R$ 222.000,00	R$ 1.778.000,00	R$ -	R$ 2.000.000,00
11	INDAIATUBA	R$ 222.000,00	R$ 10.038.337,00	R$ -	R$ 10.260.337,00
12	ITATIBA	R$ 222.000,00	R$ 2.478.000,00	R$ 300.000,00	R$ 3.000.000,00
13	ITU	R$ 222.000,00	R$ 14.800.092,60	R$ -	R$ 15.022.092,60
14	ITUPEVA	R$ 222.000,00	R$ 5.682.000,00	R$ -	R$ 5.904.000,00
15	JAGUARIUNA	R$ 222.000,00	R$ 8.166.000,00	R$ 1.360.000,00	R$ 9.748.000,00
16	JARINU	R$ 222.000,00	R$ 978.000,00	R$ -	R$ 1.200.000,00
17	LOUVEIRA	R$ 222.000,00	R$ 9.498.760,20	R$ 518.239,80	R$ 10.239.000,00
18	MORUNGABA	R$ 222.000,00	R$ 8.538.000,00	R$ 4.800.000,00	R$ 13.560.000,00
19	NOVA ODESSA	R$ 222.000,00	R$ 15.395.337,00	R$ 7.920.000,00	R$ 23.537.337,00
20	PAULINIA	R$ 222.000,00	R$ 35.988.059,80	R$ 19.127.100,20	R$ 55.337.160,00
21	PEDREIRA	R$ 222.000,00	R$ 3.078.000,00	R$ 300.000,00	R$ 3.600.000,00
22	SALTO DE PIRAPORA	R$ 222.000,00	R$ 819.000,00	R$ 260.000,00	R$ 1.301.000,00
23	SANTO ANTONIO DE POSSE	R$ 222.000,00	R$ 9.264.000,00	R$ 636.000,00	R$ 10.122.000,00
24	VALINHOS	R$ 222.000,00	R$ 23.654.460,37	R$ 819.000,00	R$ 24.695.460,37
25	VARZEA PAULISTA	R$ 222.000,00	R$ 4.778.000,00	R$ 210.000,00	R$ 5.210.000,00
26	VINHEDO	R$ 222.000,00	R$ 7.250.337,00	R$ -	R$ 7.472.337,00
TOTAL		**R$ 5.772.000,00**	**R$ 227.732.169,12**	**R$ 59.517.166,84**	**R$ 293.021.335,96**

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra nº 814 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 75139

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 19 | 41
Mogi Mirim SP

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA Nº 04/2023

PREÂMBULO

Proposta de alteração Estatutária nº 03/2023, apresentada nos termos da alínea "k" da Cláusula Vigésima, do Estatuto Social, c.c. art. 59, II, do Código Civil, objetiva a inclusão por adesão dos Municípios de Itu, Atibaia e Pedreira ao CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS – CISMETRO HOLAMBRA, conforme decisão da Assembleia Geral de 14 de dezembro de 2023, como segue:

Art. 1º. Fica alterado o Parágrafo Segundo da Cláusula Primeira do ESTATUTO SOCIAL/CONTRATO DE CONSÓRCIO do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS – CISMETRO HOLAMBRA com a inclusão por adesão dos seguintes incisos:

XXII - Município de Itu, com sede na Avenida Itu 400 anos, nº 111 – Centro - Itu – SP. - CEP 13.303-500, com CNPJ sob o nº **46.634.440/0001-00.**

XXIII - Município de Atibaia, com sede na Avenida Nove de Julho, nº 185 – Fórum da Cidadania - Centro – Itatiba – SP. - CEP 12.940-910, com CNPJ sob o nº **45.279.635/0001-08.**

XXIV - Município de Pedreira, com sede na Praça Epitácio Pessoa, nº 3 - Pedreira – SP. - CEP 13.920-000, com CNPJ sob o nº **46.410.775/0001-36.**

Art. 2º Fica a Superintendência do CISMETRO incumbida de promover consolidação estatutária com as alterações realizadas para efeito de seu registro.

Holambra, 14 de dezembro de 2023.

HOLAMBRA

Prof. Marco Antônio de Oliveira
Presidente do CISMETRO

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra nº 814 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 25139

Cartório de Holambra
Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas do Município de Holambra da Comarca de Artur Nogueira/SP
Daniel de Araújo Corrêa - Oficial/Tabelião
Rua Iris, s/ nº - Centro - Holambra/SP - CEP: 13825-000
Fone/Fax (19) 3802-4322 - cartorioholambra@hotmail.com

Reconheço, por semelhança, a firma de: (1) MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA, em documento sem valor econômico, dou fé.
Holambra, 12 de janeiro de 2024.
Em Testº _____ da verdade. Cód. [20232518163710000019535]
LIVIA MIKAELA VIEIRA DOS SANTOS - ESCREVENTE AUTORIZADA(Qtd=1)
Total R$ 8,37

Colégio Notarial do Brasil Seção São Paulo
126003
FIRMA 1
S11269AA0077345

Livia Mikaela Vieira dos Santos
Escrevente Autorizada

Rafael A. Chaib Lotierzo
OAB/SP Nº 92.255

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 20 | 41
Mogi Mirim SP

ESTATUTO SOCIAL – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS – CISMETRO HOLAMBRA – Consolidado pela Alteração Estatutário nº 04/2023.

Sumário

PROTOCOLO DE INTENÇÕES
PREÂMBULO
TÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS
CAPÍTULO I - DO CONSORCIAMENTO
CAPÍTULO II - DOS CONCEITOS
CAPÍTULO III - DA DENOMINAÇÃO, PRAZO E SEDE
CAPÍTULO IV - DAS FINALIDADES
TÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL
CAPÍTULO I - DOS ÓRGÃOS
CAPÍTULO II - DA ASSEMBLEIA GERAL OU CONSELHO DE PREFEITOS
Seção I - Do funcionamento
Seção II - Das competências
Seção III – Das Atas
CAPÍTULO III –DA SUPERINTÊNDENCIA
CAPÍTULO IV – DO CONSELHO TÉCNICO
CAPÍTULO V – DA SECRETARIA EXECUTIVA
CAPÍTULO VI – DA ELEIÇÃO E DA DESTITUIÇÃO DO PRESIDENTE E DOS ADMINISTRADORES
CAPÍTULO VII – DO CONSELHO FISCAL

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra nº 814 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 75139

Rafael A. Cheic Lotierzo
OAB/SP Nº 92.255

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 21 | 41
Mogi Mirim SP

TÍTULO III – DOS RECURSOS HUMANOS
CAPÍTULO I - DAS ADMISSÕES DE PESSOAL

TÍTULO IV – DOS CONTRATOS, CONVÊNIOS E ATOS ANÁLOGOS

CAPÍTULO I - DOS CONTRATOS DE GESTÃO E TERMOS DE PARCERIA

CAPÍTULO II – DOS CONVÊNIOS

CAPÍTULO III – DOS CONTRATOS DE RATEIO

CAPÍTULO IV – DO CREDENCIAMENTO

TÍTULO V – DAS FINANÇAS

CAPÍTULO I - PATRIMÔNIO E RECURSOS FINANCEIROS

TÍTULO VI – DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I - DEMISSÃO, EXCLUSÃO, DISSOLUÇÃO, DIREITOS E DEVERES

Seção I – Da Demissão ou Retirada

Seção II – Da Exclusão

Seção III – Da Extinção

CAPÍTULO II - DISPOSIÇÕES FINAIS

CAPÍTULO III – DO FORO

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra n.º 814 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 75139

Rafael A. Chaib Lotierzo
OAB/SP Nº 92.255

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 22 41
Mogi Mirim SP

ESTATUTO SOCIAL – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS – CISMETRO HOLAMBRA (CONSOLIDADO)

TÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

CAPÍTULO I - DO CONSORCIAMENTO

CLÁUSULA PRIMEIRA – São subscritores do Protocolo de Intenções que deu origem ao presente CONTRATO DE CONSÓRCIO / ESTATUTO SOCIAL, os seguintes Municípios:

I – Município de Artur Nogueira, com sede na R. 10 de abril, 629 – Centro – Artur Nogueira – SP, com CNPJ n° **45.735.552/0001-86.**

II – Município da Estância Turística de Holambra, com sede na Alameda Maurício de Nassau nº 444, Holambra/SP, com CNPJ n.º **67.172.437/0001-83**.

III – Município de Cosmópolis, com sede na R. Dr. Campos Sales, 398 – Centro – Cosmópolis – SP, com CNPJ nº **44.730.331/0001-52**.

Parágrafo Primeiro - É facultado o ingresso de novos associados ao CONSÓRCIO, a qualquer momento e a critério da Assembleia Geral, o que se fará por adesão ao ESTATUTO/CONTRATO DE CONSÓRCIO, pelos Municípios que desejarem consorciar-se, ratificada por lei municipal.

Parágrafo Segundo - Integram também o consórcio, nos termos do Parágrafo Primeiro, por adesão aos termos do Estatuto/Contrato de Consórcio, os Municípios de:

I – Município de Paulínia, na Avenida Prefeito José Lozano Araújo, nº 1551 Parque Brasil 500 – Paulínia – SP, com CNPJ nº **45.751.435/0001-06**;

II – Município de Santo Antônio de Posse, com sede na Praça Chafia Baracat, nº 351 – Santo Antônio de Posse – SP, com CNPJ nº **45.331.196/0001-35**;

III – Município de Morungaba, com sede na Avenida José Frare, nº 40 – Centro – Morungaba SP – com CNPJ: **45.755.238/001-65**;

IV – Município de Amparo, com sede na Avenida Bernardino de Campos, nº 705 – Centro – Amparo – SP – CEP: 13900-400, com CNPJ nº **43.465.459/0001-73**;

V – Município de Monte Mor, com sede na Rua Francisco Glicério, 399 – Centro – Monte Mor-SP - CEP: 13190-000 com CNPJ **45.787.652/0001-56**;

VI – Município de Jaguariúna, com sede na Rua Alfredo Bueno, 1235 – Centro - Caixa Postal 20 – Jaguariúna –SP - CEP: 13820-000 com CNPJ nº **46.410.866/0001-71**;

VII – Município de Valinhos, com sede na Rua Antônio Carlos, nº 301 – Centro – Valinhos – SP – CEP: 13270-005 com CNPJ: **45.787.678/0001-02;**

VIII – Município de Americana, com sede na Av. Brasil, 85 – Jardim Girassol - Americana - SP, CEP: 13465-901 com CNPJ: **45.781.176/0001-66**;

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra n.º 814 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 75139

Rafael A. Chaib Lotierzo
OAB/SP Nº 92.255

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 23 | 41
Mogi Mirim SP

IX – Município de Várzea Paulista, com sede na Avenida Fernão Dias Paes Leme, nº 284 - Centro – Várzea Paulista – SP. CEP: 13220-005 com CNPJ: **45.780.087/0001-03;**

X – Município de Nova Odessa, com sede na Avenida João Pessoa, nº 777 -Centro – Nova Odessa – SP. CEP: 13480-017 com CNPJ: **45.781.184/0001-02;**

XI – Município de Campo Limpo Paulista, com sede na Avenida Adherbal da Costa Moreira, nº 255 – Jardim América – Campo Limpo Paulista - SP – CEP: 13231-190 com CNPJ: **45.780.095/0001-41;**

XII – Município de Louveira, com sede na Rua Catharina Calssavara Caldana, nº 451 – Leitão – Louveira – SP. - CEP: 13293-272 com **CNPJ**: **46.363.933.0001/44;**

XIII – Município de Itatiba, com sede na Avenida Luciano Consoline nº 600, Jardim de Lucca, - Itatiba-SP - CEP 13.253-205 – com CNPJ nº **50.122.571/0001-77;**

XIV – Município de Indaiatuba, com sede na Av. Engenheiro Fábio Roberto Barnabé, nº 2.800 - Jardim Esplanada – Indaiatuba – SP. - CEP 13.331-630 – com CNPJ **44.733.608/0001-09**;

XV – Município de Hortolândia, com sede na Rua José Claudio Alves dos Santos, nº 585 –Remanso Campineiro – Hortolândia – SP.- CEP 13.184-472, com CNPJ sob o nº **67.995.027/0001-32;**

XVI – Município de Boituva, com sede na Avenida Tancredo de Almeida Neves, nº 01 – Centro – Boituva – SP. - CEP 18.550-023, com CNPJ sob o nº **46.634.499/0001-90;**

XVII – Município de Cabreúva, com sede na Rua Floriano Peixoto, nº 158 – Centro – Cabreúva – SP. - CEP 13.315-027 com CNPJ sob o nº **46.634.432/0001-55.**

XVIII – Município de Salto de Pirapora, com sede na Avenida Lydia David Haddad, nº 150 – Campo Largo – Salto de Pirapora – SP. - CEP 18.160-000, com CNPJ sob o nº **46.634.093/0001-07.**

XIX – Município de Vinhedo, com sede na Rua João Corazzari, nº 394 – Centro – Vinhedo – SP. - CEP 13.280-091 com CNPJ sob o nº **46.634.432/0001-55.**

XX - Município de Itupeva, com sede na Rua Jundiai, nº 121 – Centro – Itupeva – SP. - CEP 13.295-000, com CNPJ sob o nº **34.489.895/0001-91.**

XXI - Município de Jarinu, com sede na Praça Francisco Alves de Siqueira Jr. Nº 111 Jardim da Saúde – Jarinu – SP. - CEP 13.240-000, com CNPJ sob o nº **45.780.079/0001-59.**

XXII - Município de Itu, com sede na Avenida Itu 400 anos, nº 111 – Centro - Itu – SP. - CEP 13.303-500, com CNPJ sob o nº **46.634.440/0001-00.**

XXIII - Município de Atibaia, com sede na Avenida Nove de Julho, nº 185 – Fórum da Cidadania - Centro – Itatiba – SP. - CEP 12.940-910, com CNPJ sob o nº **45.279.635/0001-08.**

XXIV - Município de Pedreira, com sede na Praça Epitácio Pessoa, nº 3 - Pedreira – SP. - CEP 13.920-000, com CNPJ sob o nº **46.410.775/0001-36.**

Avenida das Tulipas, nº 638 - Jardim Holanda – Holambra-SP – CEP: 13827-042 Telefones: (19) 3802-2300 3802-2221 3802-5102
www.cismetro.com.br

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra nº 814 - Mogi Mirim - SP

Rafael A Chaib Lotierzo
OAB/SP Nº 92.255

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 24/41
Mogi Mirim SP

Parágrafo Terceiro - Todos os Municípios criados através de desmembramento ou de fusão de quaisquer dos Municípios signatários ou consorciados, considerar-se-ão signatários do Protocolo de Intenções ou consorciados caso o Município-mãe ou o que tenha participado da fusão ou incorporação seja respectivamente subscritor ou consorciado.

"**Parágrafo Quarto** – Os Municípios de Águas de São Pedro, Cordeirópolis, Charqueada, Engenheiro Coelho, Ipeúna, Iracemápolis, Itirapina, Limeira, Pirassununga, Rio Claro, Santa Gertrudes, Santa Maria da Serra e São Pedro se retiram do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS – CISMETRO HOLAMBRA em razão do processo de cisão patrimonial estabelecido com o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO METROPOLITANA DE PIRACICABA – CISMETRO LIMEIRA, que obedece ao estabelecido pelo ATO CONJUNTO nº 02/2023 SUPERINTENDÊNCIAS DO CISMETRO HOLAMBRA e CISMETRO LIMEIRA referendado pelas respectivas assembleias gerais."

CLÁUSULA SEGUNDA - O Protocolo de Intenções, após sua ratificação mediante lei aprovada pelas Câmaras Municipais de pelo menos dois dos subscritores deste Protocolo de Intenções converter-se-á em Contrato de Consórcio, denominado Estatuto Social, ato institucional do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS – CISMETRO HOLAMBRA, doravante denominado CONSÓRCIO.

Parágrafo Primeiro - Somente será considerado consorciado o Município subscritor do Protocolo de Intenções que o ratificar por meio de lei.

Parágrafo Segundo - A alteração do Estatuto Social dependerá de instrumento aprovado pela assembleia geral, na forma estatutariamente prevista e de acordo com as normas civis aplicáveis às associações privadas, constituídas e regidas em consonância com o art. 44, I, da Lei Ordinária nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

CAPÍTULO II - DOS CONCEITOS

CLÁUSULA TERCEIRA - Para os efeitos deste Instrumento e de todos os atos emanados ou subscritos pelo CONSÓRCIO e seus órgãos ou por entes consorciados, consideram-se:

I – ASSEMBLEIA GERAL OU CONSELHO DE PREFEITOS: órgão de deliberação máxima do CONSÓRCIO composto pelos representantes legais dos Municípios consorciados, com competência para deliberar sobre sua constituição, extinção, alteração de seu estatuto, orçamento, planos de trabalho anuais, contratos de rateio, contratos de programa, termos de parceria, fixação de seu quadro de empregados, eleição e nomeação de seu representante legal e administrador (superintendente), eleição da COORDENAÇÃO GERAL e indicação do CONSELHO TÉCNICO.

II – ATO CONJUNTO: ato normativo do CONSÓRCIO expedido conjuntamente por dois ou mais de seus órgãos dentro de suas competências ou em razão de sua delegação.

III – ATO DA SUPERINTENDÊNCIA - ato normativo de efeitos externos ao CONSÓRCIO expedido pela SUPERINTÊNCIA dentro de suas competências funcionais ou em razão de sua delegação;

IV – CONSELHO FISCAL – órgão de Controle Interno do CONSÓRCIO constituído por representantes por representantes das Secretarias ou Diretorias Financeiras dos Municípios consorciados, com competência para fiscalizar as contas a serem prestadas pela SUPERINTENDÊNCIA do CONSÓRCIO.

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra n.º 844 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob n.º 75139

Rafael A. Chaib Lotierzo
OAB/SP Nº 92.255

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 25/41
Mogi Mirim SP

V – CONSELHO TÉCNICO: órgão formado por técnicos indicados pelos Municípios consorciados, escolhidos em assembleia geral e nomeados pela SUPERINTENDÊNCIA, responsável pelo planejamento das ações e serviços a serem executados no CONSÓRCIO, e seu PLANO DE TRABALHO ANUAL.

VI – CONSÓRCIO PÚBLICO PRIVADO: pessoa jurídica composta exclusivamente por entes da Federação, na forma de pessoa jurídica de direito privado subordinada às regras do direito público quanto à realização de licitações, celebração de contratos, prestação de contas e admissão de pessoal, que será regida pela CLT, para estabelecer relações de cooperação federativa e representação com a finalidade da realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação civil sem fins lucrativos e de caráter assistencial, com personalidade jurídica de ente privado da administração pública.

VII – CONTRATO DE CONSÓRCIO OU ESTATUTO SOCIAL – ato jurídico de instituição do CONSÓRCIO decorrente do PROTOCOLO DE INTENÇÕES estabelecidos pelos Municípios consorciados e que fixa as regras das relações associativas, estabelecendo sua existência, duração, organização, funcionamento, financiamento, extinção e foro.

VIII–CONTRATO DE GESTÃO: o instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como organização social, com vistas à formação de parceria entre as partes para fomento e execução de atividades previstas no art. 1º da Lei nº. 9.637, de 15 de maio de 1998.

IX – CONTRATO DE PROGRAMA: instrumento pelo qual são constituídas e reguladas as obrigações que um ente da Federação, inclusive sua administração indireta, tenha para com outro ente da Federação, ou para com consórcio público, no âmbito da prestação de SERVICOS PÚBLICOS TARIFADOS por meio de cooperação federativa.

X – CONTRATO DE RATEIO: contrato por meio do qual os entes consorciados comprometem-se a fornecer recursos financeiros para a realização das despesas do consórcio público para seu custeio ou Investimentos, decorrentes do PLANO DE TRABALHO e PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA anuais.

XI – CREDENCIAMENTO –procedimento voltado a disponibilizar serviços de saúde aos usuários do CONSÓRCIO mediante o estabelecimento de uma Tabela de Serviços e Preços à qual poderá qualquer prestador de serviços devidamente qualificado se vincular sem exclusão para prestar serviços à escolha dos usuários.

XII – DELIBERAÇÃO: ato normativo do CONSÓRCIO expedido pelo CONSELHO DE PREFEITOS em razão de suas competências ou em razão de sua delegação.

XIII – GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS: exercício das atividades de planejamento, regulação ou fiscalização de serviços públicos por meio de consórcio público privado ou de convênio de cooperação entre entes federados, acompanhadas ou não da prestação de serviços públicos ou da transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, nos termos do art. 241 da Constituição Federal.

XIII-A – NÚCLEOS REGIONAIS: são órgãos ou subsedes do CONSÓCIO, com competência exclusivamente administrativa, fixadas pela Superintendência e administradas por um Coordenador Regional, para facilitar o atendimento das demandas dos municípios consorciados e o controle das ações e serviços de saúde executados em cada região da área de atuação do consórcio.

Avenida das Tulipas, nº 638 - Jardim Holanda – Holambra-SP – CEP: 13827-042 Telefones: (19) 3802-2300 3802-2221 3802-5102
www.cismetro.com.br

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra nº 814 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 25139

Rafael A. Chaib Lotierzo
OAB/SP Nº 92.255

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 26/41
Mogi Mirim SP

XIV – PLANO DE TRABALHO ANUAL: rol de ações e serviços a serem realizados no período anual pelo CONSÓRCIO, vinculados às suas disponibilidades orçamentárias, com elaboração sob responsabilidade do CONSELHO TÉCNICO.

XV – PORTARIA: ato normativo interno do CONSÓRCIO expedido pela SUPERINTÊNDENCIA dentro de suas competências funcionais ou em razão de sua delegação.

XVI – PRESTAÇÃO REGIONALIZADA: aquela em que um único prestador atende a dois ou mais municípios, contíguos ou não, com uniformidade de fiscalização e regulação dos serviços, inclusive de sua remuneração, e com compatibilidade de planejamento.
XVII – RESOLUÇÃO: ato normativo interno do CONSÓRCIO expedido pela COORDENAÇÃO GERAL dentro de suas competências funcionais ou em razão de sua delegação.

XVIII – SECRETARIA EXECUTIVA: órgão gerencial do CONSÓRCIO, subordinado à SUPERINTENDENCIA, responsável pela execução dos trabalhos administrativos, técnicos, financeiros e de movimentação dos recursos humanos, do CONSÓRCIO, chefiada por um COORDENADOR GERAL, eleito pela ASSEMBLEIA GERAL e nomeado pela SUPERINTENDÊNCIA, gerentes e técnicos nomeados pela SUPERINTENDÊNCIA.

XIX–SUPERINTENTÊNCIA: órgão de representação do CONSÓRCIO junto às esferas de governo, responsável pela gestão, administração, movimentação financeira e de pessoal com poderes de delegação, responsável pela supervisão dos trabalhos do CONSELHO TÉCNICO e da SECRETARIA EXECUTIVA.

XX–TERMO DE PARCERIA: o instrumento firmado entre o Poder Público e entidade qualificada como organização da sociedade civil de interesse público, destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes para o fomento e a execução de atividades de interesse público previstas no art. 3º da Lei nº. 9.790, de 23 de março de 1999.

CAPÍTULO III - DA DENOMINAÇÃO, PRAZO E SEDE

CLÁUSULA QUARTA - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS – CISMETRO HOLAMBRA, é um consórcio público privado, pessoa jurídica de direito privado com natureza jurídica de associação civil sem fins lucrativos e de caráter assistencial instituído sob a regência do art. 44, I, do Código Civil.

Parágrafo primeiro – O Consórcio adquirirá personalidade jurídica com a conversão de seu Protocolo de Intenções em Contrato de Consórcio Público (Cláusula Segunda, caput);

Parágrafo segundo – Ao CONSÓRCIO em razão se seu caráter assistencial, e prestação de serviços essenciais de saúde de forma universalizada, fica reconhecida a sua imunidade tributária, não sendo incidente aos seus serviços quaisquer tributos.

Parágrafo terceiro – Como forma de garantir simultaneidade, recomenda-se que as leis de ratificação prevejam a sua entrada em vigor a partir do dia 01 de NOVEMBRO de 2013.

CLÁUSULA QUINTA – O Consórcio vigerá por prazo indeterminado.

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra nº 814 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 75139

Rafael A. Chaib Lotierzo
OAB/SP Nº 92.255

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 27/41
Mogi Mirim SP

CLÁUSULA SEXTA – A sede do Consórcio é o Município da Estância Turística de Holambra, à Avenida das Tulipas, nº 638 – Jardim Holanda – Holambra – SP – CEP: 13825-000 e sua área de atuação corresponde à soma dos territórios dos Municípios que o integram, que poderá ser expandida em caso de adesão futura de novos municípios nos termos estabelecidos no contrato de consórcio ou estatuto.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral do Consórcio, poderá alterar sua cidade sede, com a aprovação de pelo menos 2/3 (dois terços) dos votos dos consorciados.

Parágrafo Segundo – A alteração de endereço do Consórcio na mesma cidade sede se dará pela aprovação da maioria simples dos presentes à Assembleia Geral.

CAPÍTULO IV – DAS FINALIDADES

CLÁUSULA SÉTIMA – As finalidades do Consórcio são:

I – Planejar, adotar e executar projetos e medidas conjuntas destinadas a assegurar a assistência à saúde aos cidadãos dos Municípios consorciados, garantindo de forma universalizada, integralizada e equitativa, a execução das ações e serviços de saúde, nos níveis de complexidade básica, média e alta, especialmente atuando para dar efetividade a:

a) Programas de saúde familiar.
b) Programas de triagem e encaminhamento à rede hospitalar regional.
c) Programas de atendimento regional em especialidades médicas, procedimentos de média complexidade e internações (AIH), com ênfase ao atendimento à população de baixa renda.
d) Serviços de diagnóstico laboratorial e por imagens.
e) Outros programas e ações de interesse de parte ou da totalidade dos Municípios consorciados, de acordo com aprovação da Assembleia Geral.

II – Representar o conjunto dos Municípios que o integram junto aos órgãos integrantes do SUS – SITEMA ÚNICO DE SAÚDE, em assuntos de interesse comum, perante quaisquer outras entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais, inclusive com participação nas Conferências Municipais, Regionais, Estaduais e Nacionais de Saúde.

III – Promover formas articuladas de planejamento do desenvolvimento da saúde regional, criando mecanismos conjuntos para consultas, estudos, execução, fiscalização e controle de atividades que interfiram na qualidade da saúde pública na área de atuação.

IV – Desenvolver serviços e atividades de interesse dos Municípios consorciados, na área de saúde, de acordo com os contratos de rateio e contratos de programas aprovados pela Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro - Para o cumprimento de suas finalidades, o CONSÓRCIO poderá:
a) Adquirir os bens que entender necessários, os quais integrarão o seu patrimônio.

b) Firmar convênios, contratos, contratos de gestão, termos de parceria, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções de outras entidades e órgãos do Governo ou da iniciativa privada, aplicando-se inclusive se necessário os termos do art. 112 da Lei Ordinária nº 8.666/90.

c) Contrair empréstimos, abrir, fechar e movimentar contas correntes em estabelecimentos bancários, emitir, endossar, aceitar cambiais, notas promissórias, duplicatas, cheques e demais títulos de crédito,

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra nº 814 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 25139

Rafael A Chaib Lotierzo
OAB/SP Nº 92.255

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 28/41
Mogi Mirim SP

renunciar a direitos e transigir, dar cauções, avais e fianças em operações de interesse do Consórcio, observadas as disposições estatutárias aplicáveis.

d) Prestar a seus associados serviços de qualquer natureza, fornecendo inclusive recursos humanos e materiais, para execução de ações e serviços objeto do presente contrato de consórcio, que lhes correspondam, nos termos do art. 241 da Constituição Federal, e do Contrato de Consórcio/Estatuto Social.

e) Atuar como gestor dos contratos firmados para prestação dos serviços aos Municípios, podendo inclusive referida gestão ser remunerada.

TÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

CAPÍTULO I - DOS ÓRGÃOS

CLÁUSULA OITAVA - O Consórcio se estruturará em órgãos hierarquicamente estabelecidos e com autonomia dentro de suas competências, especialmente quanto ao poder de fiscalização apresentando a seguinte estrutura básica:

a) Assembleia Geral ou Conselho de Prefeitos.
b) Superintendência.
c) Secretaria Executiva.
d) Conselho Técnico.
e) Conselho Fiscal.

CAPÍTULO II – Da assembleia geral ou conselho de prefeitos

CLÁUSULA NONA – A ASSEMBLEIA GERAL OU CONSELHO DE PREFEITOS é o órgão de deliberação máxima do CONSÓRCIO integrado pelos prefeitos municipais dos municípios consorciados, sendo composto por um PRESIDENTE, um VICE PRESIDENTE, VICE PRESIDENTES REGIONAIS e MEMBROS REPRESENTANTES dos municípios.

CLÁUSULA DÉCIMA – Os componentes do CONSELHO DE PREFEITOS deverão, no prazo de 15 (quinze) dias de sua posse designar representante a ser cadastrado junto ao CONSÓRCIO, para substituí-los, em suas ausências ou impedimentos na representação de seus municípios junto ao CONSÓRCIO.

Parágrafo Primeiro – Os representantes nomeados somente poderão ser substituídos mediante novo cadastro junto ao CONSÓRCIO que não poderá ser procedido em prazo inferior a 48 (quarenta e oito) horas das assembleias gerais.

Parágrafo Segundo - Nenhum servidor do Consórcio poderá representar qualquer ente consorciado na Assembleias Geral, e nenhum servidor ou membro de um ente consorciado poderá representar outro ente consorciado.

Parágrafo Terceiro - Ninguém poderá representar dois ou mais consorciados na mesma Assembleias Geral.

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra nº 814 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 75139

Rafael A. Chaib Lotierzo
OAB/SP Nº 92.255

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 29/41
Mogi Mirim SP

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - A Assembleias Geral será presidida pelo Prefeito de um dos Municípios consorciados, eleito por aclamação ou voto, por maioria absoluta, para mandato de 02 (dois) anos.

Parágrafo primeiro – Se nenhum candidato obtiver maioria absoluta de votos, proceder-se-á ao segundo escrutínio, onde concorrerão os dois candidatos mais votados na primeira votação.

Parágrafo segundo – Em caso de renúncia do Presidente, haverá imediata eleição para suprir a vacância, assumindo a Presidência o Vice Presidente que convocará assembleia geral ordinária para, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, proceder a eleição de novo Presidente.

Parágrafo terceiro – Os Prefeitos Municipais poderão realizar reuniões em seus núcleos regionais convocadas pelo Presidente, Vice-Presidente ou pelo Vice-Presidente Regional.
I - As deliberações das reuniões regionais somente terão validade com a prévia ciência do Presidente do Consórcio da data de sua realização e pauta e, pela ratificação da Assembleia Geral que decidirá o alcance de sua aplicação.

Seção I - Do funcionamento

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- A Assembleias Geral será dirigida pelo Presidente que indicará um Secretário para auxiliá-lo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - A Assembleias Geral reunir-se-á por convocação de seu Presidente, sempre que houver pauta para deliberação e, extraordinariamente, quando convocada por, ao menos, 1/5 (um quinto) de seus membros.

Parágrafo primeiro – As convocações deverão se dar através de edital de convocação com ciência inequívoca a todos os membros consorciados, o que poderá ser promovido pela ciência no próprio ato de convocação ou através de correspondência com aviso de recebimento (A.R.), ou por meio eletrônico previamente cadastrado junto ao Consórcio.

Parágrafo segundo – O prazo entre a convocação e a realização da assembleia geral não poderá ser inferior a quarenta e oito horas.

Parágrafo terceiro – A Assembleia Geral, somente se instalará e deliberará com a presença de mais da metade dos entes consorciados, exceto sobre as matérias que exijam quórum superior nos termos deste contrato de consórcio / Estatuto Social.

Parágrafo quarto – A Assembleia Geral Ordinária poderá ser realizada de forma presencial ou virtual de acordo com a necessidade de agenda e pauta do Presidente e de seus membros.

Parágrafo quinto – A Assembleia Geral Extraordinária, será necessariamente realizada na forma presencial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - As deliberações da Assembleias Geral serão por consenso ou por voto, que será público, nominal e aberto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Cada membro do Consórcio terá um voto, independente dos bens e recursos que repassar ao Consórcio.

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra nº 814 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 25139

Rafael A. Chaib Lotierzo
OAB/SP Nº 92.255

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 30/41
Mogi Mirim SP

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - As decisões serão sempre por maioria absoluta, com voto de qualidade do Presidente em caso de empate, ressalvadas as alterações contratuais e/ou estatutárias que obedecerão ao quórum qualificado de 2/3 (dois terços).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - A Assembleias Geral somente deliberará sobre os assuntos da pauta, que devem ser específicos, sendo vedada a inclusão em pauta de tema sob o título de "assuntos gerais" ou "assuntos de interesse geral" ou expressão equivalente.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Os assuntos que vierem à discussão, sem constar previamente da pauta, somente poderão ser objeto de discussão, se encaminhados para deliberação na próxima sessão da Assembleia Geral, convocada nos termos do Estatuto Social.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - Os assuntos levados à pauta deverão ser necessariamente objeto de discussão pela Assembleias Geral, em busca de decisão de consenso, sendo levados à deliberação por voto somente depois de esgotadas todas as possibilidades de aprovação consensual.

Seção II - Das competências

CLÁUSULA VIGÉSIMA - Compete à Assembleia Geral:

a) Deliberar, em última instância, sobre os assuntos gerais do CONSÓRCIO.
b) Aprovar:
b1) o PLANO DE TRABALHO ANUAL, elaborado pelo CONSELHO TÉCNICO e apresentado pela SUPERINTENDÊNCIA;
b2) a PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA ANUAL elaborada pela SECRETARIA EXECUTIVA e apresentada pela SUPERINTENDÊNCIA.
c) Definir as políticas patrimoniais e financeiras e aprovar os programas e investimentos do Consórcio elaborados pela SECRETARIA EXECUTIVA e apresentados pela SUPERINTENDÊNCIA.
d) Eleger em assembleia geral o SUPERINTENDENTE como representante legal e administrador do CONSÓCIO, para um mandato de quatro anos, com possibilidade de recondução, bem como determinar a perda do mandato, nos casos previstos estatutariamente.
e) Aprovar o relatório anual das atividades do CONSÓRCIO, elaborado pelos CONSELHO TÉCNICO e SECRETARIA EXECUTIVA e apresentados pela SUPERINTENDÊNCIA.
f) Apreciar, até março de cada ano, as contas do exercício anterior, prestadas pelo SUPERINTENDENTE acompanhado do parecer conclusivo do CONSELHO FISCAL.
g) Deliberar sobre as quotas de contribuições dos municípios consorciados, especialmente aquelas estabelecidas nos contratos de rateio.
h) Autorizar a alienação dos bens do Consórcio, bem como seu oferecimento como garantia de operação de crédito.
i) Aprovar a solicitação dos servidores municipais para a prestação de serviços junto ao Consórcio, nos termos das respectivas leis municipais de origem.
j) Deliberar sobre a suspensão, exclusão e penalização de consorciados.
k) Propor, apreciar e deliberar sobre propostas de alterações do presente Estatuto.
l) Autorizar a entrada de novos consorciados.
m) Deliberar sobre a mudança de sede.
n) Supervisionar os trabalhos e as atividades desenvolvidas pelo SUPERINTENDENTE.
o) Aprovar o quadro de pessoal, suas alterações, e remuneração dos empregados do Consórcio, inclusive a do Coordenador Geral e dos demais integrantes da Secretaria Executiva, mediante proposta do SUPERINTENDENTE.

Avenida das Tulipas, nº 638 - Jardim Holanda – Holambra-SP – CEP: 13827-042 Telefones: (19) 3802-2300 3802-2221 3802-5102
www.cismetro.com.br

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra nº 814 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 5139

Rafael A Chaib Lotierzo
OAB/SP Nº 92.255

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 31/41
Mogi Mirim SP

Parágrafo único. Para as deliberações a que se referem as alíneas "d" e "k" deste artigo é exigida deliberação por assembleias especialmente convocada para esse fim.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – Compete ao Presidente do Conselho de Prefeitos:

a) Presidir as Assembleias Gerais e dar voto de qualidade.
b) Dar posse ao SUPERINTENDENTE.
c) Representar os entes da Federação consorciados perante outras esferas de governo em assuntos de interesse comum, dentro dos limites fixados para a representação autorizada pela Assembleias Geral.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente nas ausências e impedimentos.

Seção III – Das Atas

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - Nas atas da Assembleias Geral serão registradas, de forma resumida, cada uma das propostas votadas na Assembleias Geral e a indicação dos resultados da votação.

Parágrafo Primeiro - Somente se reconhecerá sigilo de documentos e declarações efetuadas na Assembleias Geral mediante decisão na qual se indiquem expressamente os motivos do sigilo.

Parágrafo segundo - A ata será rubricada em todas as suas folhas, por aquele que a lavrou e por quem presidiu os trabalhos da Assembleias Geral.

Parágrafo terceiro – As atas serão registradas em livro próprio ou em meio eletrônico válido, devendo ser dadas às mesmas ampla publicidades com sua publicação no sítio da internet do CONSÓRCIO.

Parágrafo quarto – Às convocações das assembleias e reuniões deverá ser dada ampla publicidade com divulgação no sítio da internet do CONSÓRCIO, podendo ser realizadas por meio eletrônico válido.

Parágrafo quinto – Todas os atos administrativos, contratos e atos análogos, poderão ser assinados na forma digital pelos representantes do CONSÓRCIO ou dos municípios consorciados.

CAPÍTULO III – Da Superintendência

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – A SUPERINTENDÊNCIA é o órgão de representação responsável pela gestão, administração, movimentação financeira e de pessoal e prestação de contas do CONSÓRCIO.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – A SUPERINTENDÊNCIA tem como titular um SUPERINTENDENTE, com poderes de administração do CONSÓRCIO, que será assessorado e auxiliado pelo CONSELHO TÉCNICO, SECRETARIA EXECUTIVA e seus NÚCLEOS REGIONAIS, podendo delegar competências.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – O SUPERINTENDENTE ocupará emprego em confiança, por eleição da Assembleias, com mandato de quatro anos, somente podendo ser demitido por decisão justificada do CONSELHO DE PREFEITOS em Assembleias Geral, especificamente convocada para esse fim, com quórum mínimo de 2/3 (dois terços) para deliberação e aprovação, na qual será lhe

Avenida das Tulipas, nº 638 - Jardim Holanda – Holambra-SP – CEP: 13827-042 Telefones: (19) 3802-2300 3802-2221 3802-5102
www.cismetro.com.br

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra nº 814 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 75139

Rafael A. Chaib Lotierzo
OAB/SP Nº 92.255

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 32/41
Mogi Mirim SP

proporcionada a oportunidade para se manifestar em ampla defesa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – Compete ao SUPERINTENDENTE:

a) Representar o Consórcio, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, podendo firmar contratados ou convênios e atos análogos, inclusive convenções coletivas de trabalho, bem como constituir procuradores: "ad negocia" e "ad judicia", podendo esta competência ser delegada parcial ou totalmente ao Coordenador Geral da Secretaria Executiva.
b) Movimentar, em conjunto com o Coordenador Geral da Secretaria Executiva ou com o Diretor de Administrativo e Financeiro, as contas bancárias do Consórcio, podendo esta competência ser delegada total ou parcialmente.
c) Acompanhar e supervisionar os trabalhos desenvolvidos pela SECRETARIA EXECUTIVA, NÚCLEOS REGIONAIS e pelo CONSELHO TÉCNICO.
d) Aprovar, a proposta de Regimento Interno do Consórcio a ser elaborada pela SECRETARIA EXECUTIVA e suas alterações, bem como, resolver e dispor sobre casos omissos.
e) Aprovar as contratações de serviços de terceiros e convênios com órgãos públicos e privados, conforme definidos nos planos e programas de trabalho aprovados pela Assembleia Geral.
f) Apresentar proposta do quadro de pessoal, suas alterações, e remuneração dos empregados do Consórcio, inclusive a do Coordenador Geral, dos Coordenadores Regionais e dos demais integrantes da Secretaria Executiva, para aprovação da Assembleia Geral.
g) Prestar contas aos órgãos públicos ou privados que tenham concedido auxílios e subvenções ao Consórcio e ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO.

CAPÍTULO IV – Do Conselho Técnico

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – É o órgão formado por pelo menos (2) dois técnicos indicados por cada um dos Municípios consorciados sendo sempre a composição paritária entre titulares e suplentes, escolhidos em assembleia geral e nomeados pela SUPERINTENDÊNCIA, responsável pelo planejamento das ações e serviços a serem executados no CONSÓRCIO, e seu PLANO DE TRABALHO ANUAL.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – Compete ao CONSELHO TÉCNICO:

a) Incentivar e convidar técnicos e assessores municipais, de empresas e da sociedade civil, para debater propostas, prioridades e os planos e programas de trabalho do Consórcio podendo, para isso, constituir Grupos de Trabalho, definindo objetivos, metas e sua composição.
b) Planejar as ações e serviços de saúde a serem executados pelo CONSÓRCIO.
c) Elaborar o PLANO ANUAL de trabalho.
d) Apresentar o Relatório Anual de Atividades.
e) Deliberar quanto às questões técnicas que envolvam as ações e serviços de saúde executados pelo CONSÓRCIO.
f) Escolher e aprovar o DIRETOR TÉCNICO do CONSÓRCIO, a ser nomeado pelo SUPERINTENDENTE.
g) Assessorar o SUPERINTENDENTE quanto às questões de ordem técnica dos serviços e ações de saúde.
h) Elaborar e aprovar seu Regimento Interno, para publicação pela SUPERINTENDÊNCIA.

Parágrafo Primeiro - As deliberações do CONSELHO TÉCNICO serão por consenso ou por voto, um para cada membro, respeitado a maioria absoluta.

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra nº 814 - Mogi Mirim SP
Microfilmado sob o nº 75139

Rafael A. Chaio Lojerzo
OAB/SP Nº 92.255

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 33/41
Mogi Mirim SP

Parágrafo Segundo - O CONSELHO TÉCNICO elegerá um Presidente, com mandato de dois anos e possibilidade de recondução, que exercerá as funções de responsável por suas reuniões e atividades, com voto de qualidade.

CAPÍTULO V – Da Secretaria Executiva

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - É o órgão gerencial do CONSÓRCIO, subordinado à SUPERINTENDENCIA, responsável pela execução dos trabalhos administrativos, técnicos, financeiros e de movimentação dos recursos humanos, do CONSÓRCIO, composto pela COORDENAÇÃO GERAL e NÚCLEOS REGIONAIS.

Parágrafo Primeiro - A Secretaria Executiva é chefiada por um COORDENADOR GERAL, emprego em confiança, escolhido pela ASSEMBLEIA GERAL e nomeado pela SUPERINTENDÊNCIA e, composta pelos coordenadores regionais, coordenadores, supervisores e técnicos nomeados pela SUPERINTENDÊNCIA, conforme estabelecido no quadro de pessoal e no regulamento de contratações do CONSÓRCIO.

Parágrafo Segundo - A Secretaria Executiva executará os planos e programas estabelecidos pelas instâncias de deliberação do CONSÓRCIO, e será constituída além de um Coordenador Geral, gestores técnicos e administrativos, integrados por quadro de pessoal próprio, cedido pelos membros do Consórcio ou contratado.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - Compete ao Coordenador Geral:

a) Reportar-se ao SUPERINTENDENTE para atendimento das tarefas e trabalho da assembleia Geral, assim como responder pela execução das atividades do CONSÓRCIO.
b) Propor a estruturação ou reestruturação administrativa de seus serviços o quadro de pessoal e a respectiva remuneração, a serem submetidos à apreciação do SUPERINTENDENTE e aprovação do CONSELHO DE PREFEITOS.
c) Contratar, enquadrar, promover, demitir e punir empregados, bem como praticar todos os demais atos relativos à organização do pessoal, em comum acordo com o SUPERINTENDENTE.
d) Propor ao SUPERINTENDENTE a solicitação de servidores municipais para prestarem serviços ao Consórcio.
e) Fornecer ao CONSELHO DE PREFEITOS, ao SUPERINTENDENTE e ao CONSELHO FISCAL todas as informações que lhe sejam solicitadas.
f) Elaborar a proposta orçamentária anual, a ser submetida ao SUPERINTENDENTE e ao CONSELHO DE PREFEITOS;
g) Elaborar o balanço e o relatório de atividades anuais, a serem submetidos ao Conselho Fiscal e Assembleia Geral;
h) Elaborar os balancetes mensais para ciência do SUPERINTENDENTE e CONSELHO DE PREFEITOS e CONSELHO FISCAL.
i) Elaborar a prestação de contas dos contratos de rateio, auxílios e subvenções concedidas ao CONSÓRCIO, para ser apresentado pelo SUPERINTENDENTE aos Municípios ou ao órgão concedente;
j) Publicar, anualmente, no jornal de maior circulação dos municípios consorciados, ou jornal de maior circulação da região, o balanço anual do Consórcio;
k) Autorizar compras, serviços e outras despesas dentro dos limites do orçamento aprovado pela Assembleia Geral e definido pelo SUPERINTENDENTE, desde que estejam de acordo com o plano de atividades e programas aprovados pelos mesmos;
l) Autenticar, junto com o SUPERINTENDENTE os livros de atas e registros próprios do Consórcio;

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra n.º 814 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 75139

Rafael A Chaib Lotierzo
OAB/SP Nº 92.255

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 34/41
Mogi Mirim SP

m) Movimentar, em conjunto com o SUPERINTENDENTE ou com o Diretor de Administrativo e Financeiro, as contas bancárias do Consórcio.

CAPÍTULO VI - Da eleição e da destituição do Presidente e dos Administradores

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - O Presidente do CONSELHO DE PREFEITOS será eleito em Assembleia especialmente convocada, podendo ser apresentadas candidaturas nos primeiros 30 (trinta) minutos.

Parágrafo Primeiro – Exclusivamente para o cargo de Presidente do CONSELHO DE PREFEITOS somente serão aceitos como candidatos Chefes do Poder Executivo de ente consorciado.

Parágrafo segundo - O Presidente do CONSELHO DE PREFEITOS será eleito por aclamação ou voto, por maioria absoluta, para mandato de 02 (dois) anos.

Parágrafo terceiro – Se nenhum candidato obtiver maioria absoluta de votos, proceder-se-á ao segundo escrutínio, onde concorrerão os dois candidatos mais votados na primeira votação.

Parágrafo quarto – Não poderão se candidatar os Chefes de Executivo de ente consorciado que estiver em débito com o CONSÓRCIO na data da eleição.

Parágrafo quinto – A eleição do VICE-PRESIDENTE e dos VICE-PRESIDENTES REGIONAIS se dará concomitantemente com a eleição para PRESIDENTE, independentemente de formação de chapa, através de candidaturas individuais.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA – Proclamado o resultado e eleito o Presidente e Vice-Presidente e Vice-Presidentes Regionais, passará a Assembleia Geral à eleição do SUPERINTENDENTE e do COORDENADOR GERAL, utilizando o mesmo procedimento adotado para a eleição do Presidente do CONSELHO DE PREFEITOS.

Parágrafo primeiro – Escolhido o SUPERINTENDENTE será designada ao mesmo a administração do consórcio sendo lhe dada a posse, pelo Presidente do CONSELHO DE PREFEITOS na própria assembleia.

Parágrafo segundo – Escolhido o COORDENADOR GERAL ao mesmo será dada posse em ato próprio e em separado pelo SUPERINTENDENTE.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA – A destituição do Presidente do CONSELHO DE PREFEITOS e do SUPERINTENDENTE se dará em Assembleia Geral, especialmente convocada para esse fim, que se instalará e deliberará com o quórum mínimo de 2/3 (dois terços).

Parágrafo único – No Procedimento de destituição será garantida a ampla defesa.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA – O Coordenador Geral poderá ser destituído pelo SUPERINTENDENTE *ad referendum* do CONSELHO DE PREFEITOS.

CAPÍTULO VII – Do Conselho Fiscal

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA – É o órgão de controle interno do CONSÓRCIO constituído por representantes das Secretarias ou Diretorias Financeiras dos Municípios consorciados, com

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra nº 814 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 75139

Rafael A Chaib Lotierzo
OAB/SP Nº 92.255

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 33/41
Mogi Mirim SP

competência para fiscalizar as contas a serem prestadas pela SUPERINTENDÊNCIA do CONSÓRCIO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - É o órgão formado por (2) dois representantes (um titular e um suplente) indicados através de portaria por cada um dos Municípios consorciados sendo sempre a composição paritária entre titulares e suplentes, empossados pela Assembleia Geral.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - O Conselho Fiscal será dirigido por uma Diretoria constituída por um Presidente, um Vice - Presidente, um Secretário e suplentes, eleitos em escrutínio aberto para o mandato de 02 (dois) anos.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - O Conselho Fiscal, através de seu Presidente, e por decisão da maioria de seus integrantes, poderá convocar o SUPERINTENDENTE ou o COORDENADOR GERAL, para esclarecimentos ou providências quando forem verificadas irregularidades na escrituração contábil, nos atos de gestão financeira ou patrimonial, ou ainda quando ocorrer inobservância de normas legais, estatutárias ou regimentais.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - Compete ao Conselho Fiscal:

a) Fiscalizar a contabilidade do CONSÓRCIO.
b) Acompanhar e fiscalizar as operações econômicas ou financeiras da entidade.
c) Exercer o controle de gestão e de finalidade do CONSÓRCIO.
d) Exercer o controle sobre o plano de trabalho, proposta orçamentária, balanços e relatórios e prestações de contas, a serem submetidos à Assembleia Geral.
e) Elaborar e aprovar o seu Regimento Interno para publicação pelo SUPERINTENDENTE.
f) Eleger seu Presidente, Vice – Presidente e Secretário e respectivos suplentes.
g) Indicar representante para participar de reuniões do Conselho Técnico e da Assembleia Geral, quando convidado.
h) Emitir pareceres quando da prestação de contas anuais do consórcio antes de sua apreciação pela Assembleia Geral.
i) Exercer o Controle Interno do CONSÓRCIO.

TITULO III – Dos Recursos Humanos

CAPÍTULO I - DAS ADMISSÕES DE PESSOAL

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - O Consórcio terá empregados a serem contratados nos termos previstos pelo §2º, do art. 6º, da Lei Ordinária, 11.107, de 06 de abril de 2005, e cujo número será fixado em relação aos serviços, por proposta elaborada pela SUPERINTENDÊNCIA e decisão da Assembleia Geral.

Parágrafo único - O número de empregados poderá ser alterado em razão de aumento ou redução na demanda dos serviços, por decisão da Assembleia Geral.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - O provimento dos empregos se dará por processo seletivo, e em comissão para os cargos de direção, chefia e assessoramento, respeitadas as regras de nomeação de empregos em confiança estabelecidas para os casos específicos previstos no Estatuto.

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra n.º 814 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 75139

Rafael A. Chaib Lotierzo
OAB/SP Nº 92.255

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 36/41
Mogi Mirim SP

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - A contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, deverá se dar nas seguintes hipóteses:

a) Nos casos de vacância ocasionados por férias, licença remunerada de qualquer natureza, afastamento do trabalho por motivo de doença, morte, pedido de demissão ou demissão de empregado, limitado ao prazo de um ano, até que seja viável a elaboração de processo seletivo para contratação;
b) Nos casos de aumento incomum de demanda dos serviços, devidamente justificado e por decisão da Assembleia Geral, pelo prazo máximo de seis meses.
c) Nos casos de calamidade pública, estado de emergência e nas ocorrências de epidemias, devidamente registrados e homologados, conforme o evento.
d) Nos casos de iminente perigo de supressão dos serviços ocasionado por paralisação ou greve de empregados, assim como, nas emergências, devidamente justificadas
e) Nos casos em que houver risco se solução de continuidade de serviço essencial.

Parágrafo único - Não se admitirá a contratação nos moldes previstos no presente inciso fora das hipóteses previstas nas alíneas anteriores, assim como, não se tolerará a perpetuação da contratação temporária.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - Os salários dos empregados seguirão quadro próprio, ficando limitado ao mínimo dos valores pagos pela respectiva categoria de classe fixado em convenção coletiva de trabalho da qual tenha participado o CONSÓRCIO e ao máximo pelo teto fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal.

TÍTULO IV – DOS CONTRATOS, CONVÊNIOS E ATOS ANÁLOGOS

CAPÍTULO I - DOS CONTRATOS DE GESTÃO E TERMOS DE PARCERIA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - O CONSÓRCIO poderá firmar contrato de gestão e termos de parceria para consecução de suas finalidades, respeitadas as disposições da Lei 9.637/98,

que instituiu as Organizações Sociais, Contratos de Gestão e o Programa Nacional de Publicação, e da Lei Federal n.º 9.790, de 23 de março de 1999, que instituiu as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP e seus respectivos decretos
regulamentadores, devendo os Municípios consorciados providenciar a Legislação municipal autorizativa.

Parágrafo único - As contratações estipuladas na presente cláusula deverão necessariamente ser previamente aprovadas pelo CONSELHO FISCAL, a quem se encaminhará o protocolo de intenções firmado com as entidades civis parceiras, detalhando toda matéria a ser deliberada.

CAPÍTULO II – DOS CONVÊNIOS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA – O CONSÓRCIO poderá firmar convênios e termos de cooperação com pessoas jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras podendo receber recursos para tanto.

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra n.º 844 – Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 25139

Rafael A. Chaib Lotierzo
OAB/SP Nº 92.255

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 37/41
Mogi Mirim SP

CAPÍTULO III – DOS CONTRATOS DE RATEIO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - O CONSÓRCIO firmará com os Municípios consorciados CONTRATO DE RATEIO, por meio do qual os entes consorciados se obrigarão a fornecer recursos financeiros para a realização das despesas do consórcio público para seu custeio ou investimentos.

Parágrafo único – Os contratos de rateio serão firmados a cada exercício com base no PLANO DE TRABALHO e na PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA anuais, que vinculam os municípios consorciados ao seu cumprimento.

Parágrafo segundo – A validade e vigência do Contrato de Rateio se dará com sua aprovação pela Assembleia Geral/Conselho de Prefeitos.
Parágrafo terceiro - O Contrato de Rateio poderá ser alterado, mediante termos aditivos, cuja validade e vigência se dará com sua aprovação pela Assembleia Geral/ Conselho de Prefeitos.

Parágrafo quarto – O Contrato de Rateio poderá ser alterado no curso de sua execução por Ato da Superintendência *ad referendum* da Assembleia Geral, nos seguintes casos:

I – Alteração do PLANO DE TRABALHO solicitado por um ou mais consorciados com alteração na PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA.
II – Solicitação por um ou mais consorciados de aumento de suas dotações na PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA, com comprovado suporte em dotações do orçamento municipal.

CAPÍTULO IV – DO CREDENCIAMENTO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA – O CONSÓRCIO poderá estabelecer procedimento de credenciamento, para serviços de saúde, com fundamento no *caput* do art. 25, da Lei Geral de Licitações, devendo nestes casos estabelecer uma TABELA DE PREÇOS UNIFORMES para os serviços a serem contratados e LISTA DE CREDENCIADOS com ampla publicidade, para que os usuários possam escolher aquele que melhor lhes aprouver.

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra n° 81 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o n° 75139

TÍTULO V – DAS FINANÇAS

CAPÍTULO I - PATRIMÔNIO E RECURSOS FINANCEIROS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - O patrimônio do Consórcio será constituído:

I - Pelos bens que vier a adquirir a qualquer título.
II - Pelos bens que lhe forem doadas por entidades públicas e privadas.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - Constituem recursos financeiros do Consórcio:

I - Os repasses dos Municípios procedidos em razão dos contratos de rateio, previstos no art. 8°, da Lei Ordinária n° 11.107, de 06 de abril de 2005.

II - Dos repasses de empresas e entidades, consoante Convênios termos e cooperação.
III - A remuneração dos próprios serviços, inclusive os decorrentes da gestão de contratos firmados pelo consórcio, quando previsto em edital de convocação.

Rafael A. Chaib Lolerzo
OAB/SP N° 92.255

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls 38/41
Mogi Mirim SP

IV - Os auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou particulares.
V - As rendas de seu patrimônio.
VI - Os saldos dos exercícios.
VII - As doações e legados.
VIII - O produto da alienação de seus bens.
IX - O produto das operações de crédito, permitidas por lei.
X - As rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e da aplicação de capitais.
XI - O produto da arrecadação destinado aos Municípios por força do art. 158, I, da CONSTITUIÇÃO DEFERAL, do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelo CONSÓRCIO.
XII - O produto da arrecadação do imposto sobre serviços de qualquer natureza dos Municípios incidente sobre serviços realizados ou tomados pelo CONSÓRCIO.

TÍTULO VI – DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

CAPÍTULO I – DEMISSÃO ou RETIRADA, EXCLUSÃO, DISSOLUÇÃO, DIREITOS E DEVERES
Seção I – Da Demissão ou Retirada

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - Cada consorciado poderá se retirar a qualquer momento da sociedade, desde que denuncie sua participação com prazo nunca inferior a 180 (cento e oitenta) dias, cuidando os demais consorciados de acertar os termos da redistribuição de custos dos planos, programas e projetos de que participe o retirante.

Parágrafo Primeiro – São condições imprescindíveis para a validade do ato de retirada:

a) estar o ente consorciado quites com o CONSÓRCIO, sem qualquer débito vencido pendente de liquidação;
b) ser autorizado por lei específica aprovada pela respectiva Câmara Municipal do ente retirante.

Parágrafo Segundo – Manifestando o ente sua vontade de retirar-se e existindo débitos vencidos pendentes, deverá o mesmo providenciar o seu pagamento ou Termo de Confissão e Parcelamento de

Dívida, a ser proposto pelo SUPERINTENDENTE e aprovado pela Assembleia Geral.

Parágrafo Terceiro – Aprovado o parcelamento da dívida o ente consorciado ficará suspenso, não recebendo qualquer prestação dos serviços, ficando obrigado, todavia, a pagar as despesas operacionais do CONSÓRCIO relativas à cota fixa, até a liquidação total de seu débito.

Parágrafo quarto – A retirada promovida sem o cumprimento das formalidades previstas nos dispositivos anteriores, sendo considerada irregular por decisão da Assembleia Geral, implicará em multa civil ao Município no percentual de 100% (cem por cento) do débito existente e representação ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo a ser formalizada pela SUPERINTENDÊNCIA.

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra n.º 814 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 75139

Seção II – Da Exclusão

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - Serão excluídos do quadro social, ouvido o CONSELHO DE PREFEITOS em Assembleia Geral, os consorciados que tenham deixado de incluir,

Rafael A. Chaib Lotierzo
OAB/SP Nº 92.255

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 39/41
Mogi Mirim SP

no orçamento da despesa, a dotação devida aos Consórcios em prejuízo da responsabilidade por perdas e danos e representação aos órgãos de fiscalização (MP e TCESP) a ser promovida pelo SUPERINTENDENTE.

Parágrafo único – O consorciado que deixar de repassar as cotas do contrato de rateio, e não apresentar proposta de pagamento no prazo de 15 (quinze) dias contados do vencimento, ou que apresentando proposta para pagamento a deixe de cumprir, será suspenso *ad referendum* do CONSELHO DE PREFEITOS, pelo SUPERINTENDENTE, aplicando-se-lhe, no que couber, o previsto nos parágrafos da cláusula anterior, até a quitação de seu débito, após o que será excluído do CONSÓRCIO.

Seção III – Da Extinção

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - O Consórcio somente será extinto por decisão do CONSELHO DE PREFEITOS em Assembleia Geral, especialmente convocada para esse fim e pelo voto de, no mínimo 2/3 (dois terços) de seus membros.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - Em caso de extinção, os bens e recursos do Consórcio reverterão ao patrimônio dos consorciados, proporcionalmente às inversões feitas, ou a entidade com as mesmas finalidades e natureza jurídica, indicada pela Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro - Os consorciados que participam de um investimento, que o entendam indiviso, poderão optar pela reversão a apenas um deles, escolhido mediante sorteio ou conforme for acordado pelos partícipes, na Liquidação do CONSÓRCIO, mediante homologação da Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – Os consorciados deverão providenciar a liquidação do CONSÓRCIO com a devida quitação de todas as obrigações existentes e as reversões pertinentes sob pena de responsabilidade pessoal de seus representantes.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - Aplicam-se às hipóteses do artigo anterior ao caso de encerramento de determinada atividade do Consórcio, cujos investimentos se tornem ociosos.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - Os consorciados que se demitirem (retirarem espontaneamente) e os excluídos do quadro social somente participarão da reversão dos bens e recursos da sociedade, quando de sua extinção ou encerramento, da atividade de que participem.

Parágrafo Único - Qualquer consorciado pode assumir os direitos daquele que saiu, mediante ressarcimento dos investimentos que este fez na sociedade.

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra n.º 814 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 75139

SEÇÃO IV – DIREITOS E DEVERES

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - São direitos dos consorciados, a utilização dos serviços objeto do consórcio nos termos do presente Estatuto, e dos contratos de rateio, desde que em dia com suas contribuições ao CONSÓRCIO.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - São deveres dos consorciados, cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto e os termos dos contratos de rateio.

CAPÍTULO II - DISPOSIÇÕES FINAIS

Rafael A. Chaio Lotierzo
OAB/SP Nº 92.255

CISMETRO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 40/41
Mogi Mirim SP

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - O consórcio ora intencionado fica autorizado à gestão associada dos serviços objeto do presente termo, dentro de suas finalidades precípuas já elencadas e na sua área de atuação, respondendo pelos Municípios consorciados dentro dos limites da prestação de serviços contratada.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - O consórcio também fica autorizado a licitar ou outorgar concessão, permissão ou autorização da prestação dos serviços, nos limites de suas competências, mediante decisão, por unanimidade, da Assembleia Geral.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - Os contratos de programa firmados com órgão ou entidade de um dos entes da Federação consorciados, para prestação de serviços, dependerão de protocolo prévio de intenções, aprovado pela Assembleia Geral.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - Os serviços prestados pelo Consórcio deverão obedecer aos critérios estabelecidos pelo SUS, dando-se o mesmo para os contratos de programa.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - Os Municípios consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações assumidas pela entidade.

Parágrafo Único – O SUPERINTENDENTE, administrador do CONSÓRCIO, e os representantes legais dos consorciados não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas com a ciência e em nome do CONSÓRCIO, mas assumirão as responsabilidades por atos praticados de forma contrária à lei ou às disposições contidas neste Estatuto.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - O primeiro exercício social do Consórcio encerrar-se-á em 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA - Os consorciados se obrigam a incluir nos respectivos orçamentos os recursos necessários para satisfazer as obrigações estabelecidas pela Assembleia Geral, nos moldes dos contratos de rateio firmados.

Parágrafo Único - Para o exercício de 2014, os consorciados comprometem-se a providenciar a abertura de crédito adicional especial, se necessário, para os efeitos previstos no "caput" deste artigo.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA - A SUPERINTENDÊNCIA promoverá o registro do presente instrumento no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, na cidade de sua sede, para que o Consórcio adquira personalidade jurídica.

CAPÍTULO III – DO FORO

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SÉTIMA - Para dirimir eventuais controvérsias deste Protocolo de Intenções e do Contrato de Consórcio Público que ele originar, fica eleito o foro de sua sede.

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Dr. Ulhoa Cintra nº 814 - Mogi Mirim - SP
Microfilmado sob o nº 75139

Holambra, 14 de dezembro de 2023.

HOLAMBRA
Reconhecimento no verso

Prof. Marco Antônio de Oliveira
Presidente do CISMETRO HOLAMBRA

Avenida das Tulipas, nº 638 - Jardim Holanda – Holambra-SP – CEP: 13827-042 Telefones: (19) 3802-2300 3802-2221 3802-5102
www.cismetro.com.br

Rafael A. Chaib Lotierzo
OAB/SP Nº 92.255


OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
Bel. Walter Marques - Oficial
Rua Dr. Ulhôa Cintra, nº. 814 • Centro • CEP 13.800-061
Mogi Mirim • SP • Tel.: 19 - 3862-2130

Protocolo nº 17795, de 18/01/2024
Prot. de PJ Reg. No 2610, LV. A-03, Reg/Microfilme Nº75139, LV. A-18
-SELO: 1202204PJHD000260357IT24D, ALTERAÇÃO SOCIAL
MOGI MIRIM/SP, 18 de janeiro de 2024

VALMIR MARQUES
Cartor: 282,27 IPESP...: 54,90 Justiça..: 19,38 Municipio 8,59
Estado: 80,14 Reg.Civ.: 14,84 Dilig/Out: 0,00 Min.Pub.. 13,59
TOTAL.: 473,73


Cartório de Holambra
Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas do Município de Holambra da Comarca de Artur Nogueira/SP
Daniel de Araújo Correa - Oficial/Tabelião
Rua Ins, nº 296 - Centro - Holambra-SP - CEP: 13823-037
Fone: (19) 3902-4322 - cartoriodeholambra@hotmail.com

Reconheço, por semelhança, a firma de: (1) MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA, em documento com valor econômico, dou fé.
Holambra, 12 de janeiro de 2024.
Em Test° _____ da verdade. Cód. [2026377216374700019535]
LIVIA MIKAELA VIEIRA DOS SANTOS - ESCREVENTE AUTORIZADA(Qtd:1)
Total R$ 12,81

Lívia Mikaela Vieira dos Santos
Escrevente Autorizada

Colégio Notarial do Brasil
126003
FIRMA
VALOR ECONÔMICO
C11269AA0100405

Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas
Holambra - SP

OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA - COMARCA DE MOGI MIRIM - SÃO PAULO

Rua Dr. Ulhoa Cintra, nº 814 - Centro - Mogi Mirim-SP - CEP 13.800-061 - Fone (19) 3862-2130
E-mail: registroimoveis@rimogimirim.com.br
Walter Marques - Oficial

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
fls. 40 | 41
Mogi Mirim SP

RECIBO OFICIAL

PROTOCOLO DE PESSOA JURÍDICA Nº:017795

Apresentante: NEUSA SANTOS FERREIRA SILVA, CPF: 264.615.128-45
Partes.....: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE NA REGIAO METROPOLITANA DE CAMPINAS - NORTE -

Título.....: ALTERAÇÃO SOCIAL -

CERTIFICA que o presente título foi protocolado sob o número acima, em 18/01/2024, tendo sido praticado os seguintes atos:

DESCRIÇÃO	DATA	COMENTÁRIO	BASE CÁLC.	COBRANCA	EMOL.	CUSTAS	TOTAL	SELO DIGITAL
Reg. No 2610, LV. A-03, Reg/Microfilme Nº75139. LV. A-18.	18/01/2024	ALTERACAO SOCIAL		CUSTAS INTEGRAIS	R$ 282,27	R$ 191,46	R$ 473,73	1202204PJHD000260357ZT24D

CUSTAS E EMOLUMENTOS

Emolumentos	R$	282,27
Ao Estado	R$	80,14
Ao SEFAZ	R$	54,90
Ao Registro Civil	R$	14,86
Ao Tribunal de Justica	R$	19.38
Ao Município	R$	8.59
Ao Ministério Público	R$	13.59
TOTAL	R$	473,73
Valor Depositado.....	R$	473,73

ORIGEM DOS DEPÓSITOS
-Depósito prévio em DINHEIRO

RECEBI A IMPORTÂNCIA TOTAL ACIMA ESPECIFICADA, DEVENDO ESTE DOCUMENTO FAZER PARTE INTEGRANTE DO TÍTULO.

MOGI MIRIM-SP, 18 de janeiro de 2024

VALMIR MARQUES - SUBSTITUTO DO OFICIAL

Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QRCode impresso ou acesse o endereço eletrônico:
https://selodigital.tjsp.jus.br
1202204PJHD000260357ZT24D

PELO INTERESSADO
Recebi uma via da presente com o título devidamente formalizado.

Data: 29 / 02 / 24
Ass.:
Nome: Neusa Santos Ferreira Silva
End.: (3802-2300)

Impresso em 19/01/2024 às 15:28:46 hrs — SiplanControl-M - www.spcm.com.br — 1 / 1

Prefeitura de Jundiaí

Estimativa de Impacto Orç-Financeiro Legislativo Nº SEI 2412447/2025

Em 16/06/2025

VALORES CORRENTES

Art. 9º, inc. XIII, alínea a) das Instruções n.02/2008 (TC-A-40.728/026/07) - Área Municipal - do TCE-SP - (LRF, art 53, inciso III) — Versão 03_25

Manual do Demonstrativos Fiscais 14ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional - STN - Sem Fontes do RPPS — R$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	2023 (Realizado)	2024 (Realizado)	2025 (Orçado)	2026 (Previsão)	2027 (Previsão)	2028 (Previsão)
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	**2.903.846.144**	**3.229.635.280**	**3.411.331.400**	**3.715.933.000**	**3.877.576.086**	**4.046.250.645**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.153.449.517	1.346.315.393	1.449.462.500	1.574.590.000	1.643.084.665	1.714.558.848
Contribuições	38.387.695	40.259.386	40.273.000	45.630.000	47.614.905	49.686.153
Receita Previdenciária	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Contribuições	38.387.695	40.259.386	40.273.000	45.630.000	47.614.905	49.686.153
Receita Patrimonial	83.708.505	54.562.314	52.987.000	63.600.000	66.366.600	69.253.547
Aplicações Financeiras (II)	80.921.699	53.194.890	50.689.000	61.450.000	64.123.075	66.912.429
Outras Receitas Patrimoniais	2.786.807	1.367.424	2.298.000	2.150.000	2.243.525	2.341.118
Transferências Correntes	1.485.986.326	1.648.129.466	1.716.636.200	1.878.663.000	1.960.384.841	2.045.661.581
Demais Receitas Correntes	142.314.101	140.368.721	151.972.700	153.450.000	160.125.075	167.090.516
Outras Receitas Financeiras (III)	-	2.356.558	-	-	-	-
Receitas Correntes Restantes	142.314.101	138.012.163	151.972.700	153.450.000	160.125.075	167.090.516
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	**2.822.924.445**	**3.174.083.832**	**3.360.642.400**	**3.654.483.000**	**3.813.453.011**	**3.979.338.216**
RECEITAS DE CAPITAL (V)	**54.058.114**	**297.313.225**	**179.102.000**	**161.100.000**	**78.620.000**	**36.130.000**
Operações de Crédito (VI)	16.750.384	221.355.022	178.577.000	150.000.000	65.000.000	20.000.000
Amortização de Empréstimos (VII)	-	-	-	-	-	-
Alienação de Bens	842.732	24.429.589	185.000	100.000	120.000	130.000
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	-	-	-	-	-	-
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	-	-	-	-	-	-
Outras Alienações de Bens	842.732	24.429.589	185.000	100.000	120.000	130.000
Transferências de Capital	32.824.415	50.631.151	315.000	10.000.000	12.500.000	15.000.000
Convênios	32.824.415	50.546.386	315.000	10.000.000	12.500.000	15.000.000
Outras Transferências de Capital	-	84.765	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	3.640.582	897.464	25.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital Primárias	3.640.582	897.464	25.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	**37.307.730**	**75.958.204**	**525.000**	**11.100.000**	**13.620.000**	**16.130.000**
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	**288.683.174**	**353.665.294**	**380.287.800**	**423.922.000**	**455.716.150**	**489.894.861**
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	**2.860.232.175**	**3.250.042.035**	**3.361.167.400**	**3.665.583.000**	**3.827.073.011**	**3.995.468.216**

DESPESAS PRIMÁRIAS	2023 (Realizado)	2024 (Realizado)	2025 (Orçado)	2026 (Previsão)	2027 (Previsão)	2028 (Previsão)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	**2.674.970.605**	**3.096.343.092**	**3.204.532.400**	**3.397.157.000**	**3.545.387.830**	**3.697.620.950**
Pessoal e Encargos Sociais	1.185.724.620	1.412.748.138	1.566.435.200	1.628.000.000	1.698.818.000	1.772.716.583
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	44.051.326	55.743.350	86.100.000	93.000.000	97.500.000	99.750.000
Outras Despesas Correntes	1.445.194.659	1.627.851.605	1.551.997.200	1.676.157.000	1.749.069.830	1.825.154.367
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	**2.630.919.278**	**3.040.599.742**	**3.118.432.400**	**3.304.157.000**	**3.447.887.830**	**3.597.870.950**
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	**198.304.370**	**318.860.293**	**359.889.000**	**288.000.000**	**156.893.000**	**170.533.596**
Investimentos	150.371.391	246.764.835	290.004.000	210.000.000	75.500.000	85.600.000
Inversões Financeiras	-	23.290.701	-	-	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	-	-	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida (XX)	47.932.979	48.804.758	69.885.000	78.000.000	81.393.000	84.933.596
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	**150.371.391**	**270.055.535**	**290.004.000**	**210.000.000**	**75.500.000**	**85.600.000**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	-	-	26.012.000	28.000.000	29.120.000	30.220.736

Projeção de Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias (XXIII)	213.650.134	189.121.748	-	163.876.000	224.795.256	184.005.364
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	**276.293.883**	**362.675.600**	**362.675.600**	**396.234.250**	**425.951.819**	**425.951.819**
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIV) = (XV + XXI + XXII+XXIII)	**2.994.940.803**	**3.499.777.026**	**3.434.448.400**	**3.706.033.000**	**3.777.303.086**	**3.897.697.050**
RESULTADO PRIMÁRIO (XII - XXIV)	**(134.708.628)**	**(249.734.991)**	**(73.281.000)**	**(40.450.000)**	**49.769.925**	**97.771.167**
META DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO	**(35.349.700)**	**13.894.000**	**(115.650.000)**			
Aumento Permanente da Receita			*111.125.365*	*304.415.600*	*161.490.011*	*168.395.206*
Ampliação das Despesas			*(65.328.626)*	*271.584.600*	*71.270.086*	*120.393.964*
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO			***176.453.991***	***32.831.000***	***90.219.925***	***48.001.242***
VALORES ENVOLVIDOS NA ESTIMATIVA DE IMPACTO			165.498	283.711	283.711	283.711
IMPACTO ATUARIAL (VALORES APROPRIADOS ANUALMENTE)			-	-	-	-
VALORES ENVOLVIDOS NA ESTIMATIVA DE IMPACTO			165.498	283.711	283.711	283.711

VALOR RESULTANTE DA ESTIMATIVA DE IMPACTO	
Resultado do impacto (valores inferiores ou iguais a zero implicam em ausência de impacto ou impacto nulo)	**IMPACTO ABSORVIDO PELA(S) DOTAÇÃO(ÕES):** **14.01.10.302.0191.2219.33.90.39.00.0000.**

Demonstrativo elaborado exclusivamente para o acompanhamento do Processo Administrativo Eletrônico SEI nº PMJ.0013655/2025, objetivando a aprovação Legislativa do Projeto de Lei que autoriza ao Município aderir ao Consórcio Intermunicipal de Saúde na Região Metropolitana de Campinas – Norte (Cismetro), pessoa jurídica de direito privado com natureza de associação sem fins lucrativos e de caráter assistencial, originalmente instituído pelos Municípios de Artur Nogueira, Cosmópolis, e Holambra.

Notas Explicativas:

Foi alterada pela STN (Secretária do Tesouro Nacional) na 14ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) a metodologia de cálculo do Resultado Primário, agora retira-se o efeitos das fontes do RPPS (IPREJUN) para apuração do resultado, porém são apropriadas as receitas e despesas intraorçamentárias.

Versão 03_25 - DEPOIS DO FECHAMENTO CONTÁBIL DE 2024 E ELABORAÇÃO DA LDO 2026.

Documento assinado eletronicamente por **José Roberto Rizzotti**, **Gestor Adjunto de Financas**, em 16/06/2025, às 14:50, conforme art. 1º, § 7º, da Lei Municipal 5.349/1999 e art. 9º, inciso I do Decreto Municipal 26.136/2015.

Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Benassi**, **Gestor da Unidade de Governo e Financas** , em 16/06/2025, às 17:36, conforme art. 1º, § 7º, da Lei Municipal 5.349/1999 e art. 9º, inciso I do Decreto Municipal 26.136/2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://portalsei.jundiai.sp.gov.br informando o código verificador **2412447** e o código CRC **501D808C**.

Prefeitura de Jundiaí

Anexo III Nº SEI 2335574/2025 **Em 14/05/2025**

Declaramos para os fins dos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, que a despesa "**Consórcio Intermunicipal CISMETRO"**, tem adequação com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e será custeada pela dotação orçamentária **14.10.122.191.2183.33.71.70.00.0000**.

Declaro, ainda, que as despesas que oneram a mesma dotação, somadas todas as despesas de mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não ultrapassam os limites da fonte de recursos estabelecidos para o exercício e para os dois subsequentes.

Documento assinado eletronicamente por **Marcia Pereira Dobarro Facci**, **Gestor da Unidade de Promocao da Saude**, em 15/05/2025, às 11:16, conforme art. 1º, § 7º, da Lei Municipal 5.349/1999 e art. 9º, inciso I do Decreto Municipal 26.136/2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://portalsei.jundiai.sp.gov.br informando o código verificador **2335574** e o código CRC **84930B62**.

Avenida da Liberdade s/n - Paço Municipal - Bairro Jd. Botânico - Jundiaí - SP - CEP 13214-900
Tel: 4589-8816 - jundiai.sp.gov.br

PMJ.0013655/2025 2335574v2

Prefeitura de Jundiaí

Anexo II - Estimativa de Impacto Orçamentário Nº SEI 2335352/2025

Em 14/05/2025

ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO - 2025

DATA:	**14/05/2025**

PROCESSO Nº:	**13655**	**ANO:**	**2025**

UNIDADE SOLICITANTE:	**14 UNIDADE DE GESTÃO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE**

1. TIPO :

- [ ] **OBRAS CIVIS**
- [ ] **REEQUILIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E ADITAMENTOS DE CONTRATOS**
- [ ] **AQUISIÇÃO DE ATIVO PERMANENTE**
- [ ] **REPACTUAÇÃO DE CUSTOS HOSPITAIS / CONVÊNIOS /PARCERIAS/ ETC...**
- [x] **NOVA CONTRATAÇÃO**
- [ ] **OUTRO** (especificar na descrição)

2. DESCRIÇÃO (Detalhada):

A integração do município de Jundiaí ao Consórcio Intermunicipal CISMETRO, possibilidade de compartilhar custos, infraestrutura, tecnologias e conhecimentos técnicos, reduzindo a sobrecarga financeira e operacional do município, como a contratação de médicos e outros profissionais de saúde tende a gerar economia de escala, liberando recursos para investimentos em outras prioridades locais, como a atenção primária ou a modernização de unidades de saúde.

- [ ] **NÃO HÁ AUMENTO DE DESPESA**
- [x] **O AUMENTO DE DESPESAS ESTÁ ABRANGIDO POR UM DOS PROGRAMAS INSERIDOS NO PPA VIGENTE**
- [x] **O AUMENTO DAS DESPESAS TEM ADEQUAÇÃO COM A LOA VIGENTE**
- [ ] **O AUMENTO DAS DESPESAS ULTRAPASSA O EXERCÍCIO FINANCEIRO CORRENTE, PORTANTO AS MESMAS SE CONSIGNADAS NA(S) LOA DO(S) EXERCÍCIO(S) SEGUINTE(S) DE ACORDO COM O CRONOGRAMA DESEMBOLSOS DO ITEM 7**

Se houver Convênios, Parcerias, Contratos e demais Congêneres preencher os campos abaixo:

TIPO	Nº	ANO	TÉRMINIO
OUTRO			

VALOR ATUAL/ANO	VALOR PROJETADO/ANO
R$ 165.497,92	R$ 283.710,72

3. DESPESAS:

[ ] **PESSOAL E ENCARGOS**

[X] **CUSTEIO**

[ ] **INVESTIMENTO**

QUANT.	DESCRIÇÃO	VALOR ANUAL	
		RECURSO PRÓPRIO	RECURSO VINCULADO
	Consórcio Intermunicipal CISMETRO	R$ 283.710,72	
TOTAL		R$ 283.710,72	R$ -
		R$ 283.710,72	

4. DOTAÇÕES ENVOLVIDAS (exercício em curso):

4.1. DOTAÇÕES A SEREM ONERADAS :

DOTAÇÕES	VALOR ANUAL	
	RECURSO PRÓPRIO	RECURSO VINCULADO
14.10.122.191.2183.33.71.70.00.0000	R$ 153.497,92	
TOTAL	R$ 153.497,92	R$ -
	R$ 153.497,92	

4.2. DOTAÇÕES A SEREM REDUZIDAS:

DOTAÇÕES	VALOR ANUAL	
	RECURSO PRÓPRIO	RECURSO VINCULADO
14.01.10.302.0191.2219.33.90.39.00.0000* *Ref.Cancelto.Cont.50/2021 (L2D - Teleinterconsulta e Telediagnóstico	R$ 153.497,92	
	R$ 153.497,92	R$ -

TOTAL	R$ 153.497,92

5. EMPENHOS EFETIVADOS :

NÚMERO	*DATA*	*VALOR*	*PERÍODO DE COBERTURA (MÊS "XX" à "YY")*	
TOTAL		**R$ -**		

6. RETENÇÕES EFETUADAS :

SEQUÊNCIA	*DATA*	*VALOR*	*PERÍODO DE COBERTURA (MÊS "XX" à "YY")*	
1	14/05/2025	R$ 12.000,00	jun-25	dez-25
A ser suplementado	14/05/2025	R$ 153.497,92	jun-25	dez-25
TOTAL		**R$ 165.497,92**		

7. CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS:

MÊS	ANO EM CURSO (R$)		ANO 02 (R$)		ANO 03 (R$)	
	PRÓPRIO	VINCULADO	PRÓPRIO	VINCULADO	PRÓPRIO	VINCULADO
JAN			23.642,56			
FEV			23.642,56			
MAR			23.642,56			
ABR			23.642,56			
MAI			23.642,56			
JUN	23.642,56					
JUL	23.642,56					
AGO	23.642,56					
SET	23.642,56					
OUT	23.642,56					
NOV	23.642,56					
DEZ	23.642,56					
TOTAL 01	**165.497,92**	-	**118.212,80**	-	-	-
TOTAL 02	**165.497,92**		**118.212,80**		-	
TOTAL 03	**283.710,72**					

Documento assinado eletronicamente por **Stwart Leonardo Pereira da Silva**, **Assistente de Administração**, em 14/05/2025, às 15:06, conforme art. 1º, § 7º, da Lei Municipal 5.349/1999 e art. 9º, inciso I do Decreto Municipal 26.136/2015.

Documento assinado eletronicamente por **Maria Teresa Franco**, **Diretor do Departamento Financeiro da UGPS**, em 14/05/2025, às 16:37, conforme art. 1º, § 7º, da Lei Municipal 5.349/1999 e art. 9º, inciso I do Decreto Municipal 26.136/2015.

Documento assinado eletronicamente por **Marcia Pereira Dobarro Facci**, **Gestor da Unidade de Promocao da Saude**, em 15/05/2025, às 11:16, conforme art. 1º, § 7º, da Lei Municipal 5.349/1999 e art. 9º, inciso I do Decreto Municipal 26.136/2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://portalsei.jundiai.sp.gov.br informando o código verificador **2335352** e o código CRC **609FD779**.

Avenida da Liberdade s/n - Paço Municipal - Bairro Jd. Botânico - Jundiaí - SP - CEP 13214-900
Tel: 4589-8816 - jundiai.sp.gov.br

PMJ.0013655/2025 2335352v6

PODER LEGISLATIVO

RESENHA DA 21ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA
(Em 01 de julho de 2025)

1) ABERTURA

Horário de Início: 16:00 horas

1.a) Mesa Diretora

Presidência: Daniel Lemos Dias Pereira e Edicarlos Vieira.
1.ª Secretaria: Mariana Cergoli Janeiro.
2.ª Secretaria: Carla Basilio.

1.b) Presença

Adilson Roberto Pereira Junior, Adriano Santana dos Santos, Carla Basilio, Cristiano Vecchi Castro Lopes, Daniel Lemos Dias Pereira, Edicarlos Vieira, Faouaz Taha, Henrique Carlos Parra Parra Filho, João Victor Ramos, José Carlos Ferreira Dias, Madson Henrique do Nascimento Santos, Mariana Cergoli Janeiro, Paulo Sergio Martins, Quézia Doane de Lucca, Romildo Antonio da Silva e Tiago Leandro.

Ausentes: José Antônio Kachan Júnior, Leandro Jeronimo Basson e Rodrigo Guarnieri Albino.

2) MANIFESTAÇÃO DOS VEREADORES

2.a) Presença
Carla Basilio, Cristiano Vecchi Castro Lopes, Daniel Lemos Dias Pereira, Edicarlos Vieira Henrique Carlos Parra Parra Filho, José Carlos Ferreira Dias, Mariana Cergoli Janeiro e Romildo Antonio da Silva

Ausentes: Adilson Roberto Pereira Junior, Adriano Santana dos Santos, Faouaz Taha, João Victor Ramos, José Antonio Kachan Junior, Leandro Jeronimo Basson, Madson Henrique do Nascimento Santos, Paulo Sergio Martins, Quézia Doane de Lucca, Rodrigo Guarnieri Albino e Tiago Leandro.

2.b) Oradores
Henrique Carlos Parra Parra Filho, Carla Basilio, José Carlos Ferreira Dias, Mariana Cergoli Janeiro, Cristiano Vecchi Castro Lopes e Romildo Antonio da Silva.

3) PEQUENO EXPEDIENTE

3.a) Matérias Apresentadas

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA N.º 197/25 – PREFEITO MUNICIPAL – Efetiva alterações nos artigos 6º e 102 da Lei Orgânica do Município de Jundiaí, com o objetivo de aperfeiçoar a disciplina normativa das competências para criar e organizar a Guarda Municipal;
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 1.167/25 – HENRIQUE CARLOS PARRA PARRA FILHO – Dispõe sobre a proibição da utilização de arquitetura hostil no município – Lei "Padre Júlio Lancellotti";
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 1.168/25 – HENRIQUE CARLOS PARRA PARRA FILHO – Altera o Código Tributário Municipal para isentar do pagamento do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana-IPTU os estabelecimentos comerciais e culturais que se instalem no Polígono de Proteção Histórica do Centro Histórico de Jundiaí;
PROJETO DE LEI N.º 14.801/25 – PREFEITO MUNICIPAL – Altera os artigos 2º e 3º da Lei nº 6.764, de 08 de dezembro de 2006, bem como as atribuições dos cargos de Guarda Municipal, Subinspetor e Inspetor, constantes do Anexo XVIII da Lei Municipal nº 7.827, de 29 de março de 2012, com o objetivo de melhor disciplinar as competências da Guarda Municipal de Jundiaí;
PROJETO DE LEI N.º 14.802/25 – PREFEITO MUNICIPAL – Altera a Lei Municipal nº 8.362/2014, para estabelecer as novas configurações do Conselho Municipal de Segurança Pública e Cidadania - CMSPC e do Fundo Municipal de Segurança Pública e Cidadania- FMSPC;
PROJETO DE LEI N.º 14.803/25 - MADSON HENRIQUE DO NASCIMENTO SANTOS - Dispõe sobre a apreensão de mercadorias comercializadas irregularmente por ambulantes, camelôs ou vendedores informais em vias públicas;
PROJETO DE LEI N.º 14.804/25 - JOÃO VICTOR RAMOS - Autoriza o Executivo a promover a ampliação da cobertura vacinal gratuita para cães e gatos na cidade de Jundiaí, incluindo as vacinas polivalentes V10 para cães e V5 para gatos;
PROJETO DE LEI N.º 14.805/25 - JOSÉ CARLOS FERREIRA DIAS - Altera a Lei 10.307/2025, que instituiu a Política Municipal de Proteção Dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista-TEA, para dispor sobre a obrigatoriedade de substituição dos sinais de sirenes nas escolas por melodias que não agridam os alunos com espectro autista;
PROJETO DE LEI N.º 14.806/25 - MARIANA CERGOLI JANEIRO - Altera a Lei 9.686/2021, que instituiu o Programa Jundiaí Empreendedora, para prever medidas de mitigação de impactos causados por crises sanitárias e efeitos climáticos, bem como para criar o "Programa Feira da Mulher Empreendedora", destinado ao incentivo e apoio às mulheres empreendedoras;
PROJETO DE LEI N.º 14.807/25 - HENRIQUE CARLOS PARRA PARRA FILHO - Cria a Campanha Municipal da Empregabilidade e Capacitação de Travestis, Pessoas Transgêneras e Não Binárias; e o Selo Empregabilidade Trans;
PROJETO DE LEI N.º 14.808/25 - PAULO SERGIO MARTINS - Altera a Lei 5.654/01, que cria áreas de estacionamento rotativo em vias e logradouros públicos; e dá outras providências, para isentar do pagamento de estacionamento rotativo o veiculo de corretor de imóvel em serviço;
PROJETO DE LEI N.º 14.809/25 - PAULO SERGIO MARTINS - Dispõe sobre a aplicação de sanções administrativas a pessoas condenadas, com trânsito em julgado, por crimes praticados contra a mulher;
PROJETO DE LEI N.º 14.810/25 - TIAGO LEANDRO - Altera a Lei 9.321/2019, que revisou o Plano Diretor do Município de Jundiaí, para incluir a cobrança de taxas a empreendimentos com edificação, bem como para loteamentos;
PROJETO DE LEI N.º 14.811/25 - MADSON HENRIQUE DO NASCIMENTO SANTOS - Obriga a implementação de QR Codes com conteúdo em Língua Brasileira de Sinais-Libras nos espaços públicos culturais do município;
PROJETO DE LEI N.º 14.812/25 - ADILSON ROBERTO PEREIRA JUNIOR - Altera a Lei nº. 3.143/1987, que criou o Sistema Municipal de Passes, para prever concessão de gratuidade no transporte coletivo urbano às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos;
PROJETO DE LEI N.º 14.813/25 - ADRIANO SANTANA DOS SANTOS - Cria a Campanha de Conscientização e Informação Contra a Disseminação de Notícias Falsas;
PROJETO DE LEI N.º 14.814/25 - JOÃO VICTOR RAMOS, HENRIQUE CARLOS PARRA PARRA FILHO - Altera a Lei 6.674/2006, que veda o uso de animais em apresentações circenses e similares, para incluir proibição do uso de animais em rodeios e vaquejadas;
PROJETO DE LEI N.º 14.815/25 - PAULO SERGIO MARTINS - Institui a Política Pública de Internação Humanizada Para Dependentes Químicos;
PROJETO DE LEI N.º 14.816/25 - PAULO SERGIO MARTINS - Institui o Programa Municipal de Cannabis Medicinal;
PROJETO DE LEI N.º 14.817/25 - QUÉZIA DOANE DE LUCCA - Dispõe sobre a criação do Canal de Apoio Psicológico e Orientação Jurídica via WhatsApp para Mulheres Vítimas de Violência no município;
PROJETO DE LEI N.º 14.818/25 - QUÉZIA DOANE DE LUCCA - Cria o Cadastro Municipal de Medidas Protetivas Ativas;
PROJETO DE LEI N.º 14.819/25 - ADRIANO SANTANA DOS SANTOS - Institui o Programa de Combate à Pedofilia;
PROJETO DE LEI N.º 14.820/25 - EDICARLOS VIEIRA - Dispõe sobre o reconhecimento e incentivo ao escotismo como atividade de relevante interesse público e social;
PROJETO DE LEI N.º 14.821/25 - MARIANA CERGOLI JANEIRO - Altera a Lei 5.472/2000, que instituiu e incluiu no Calendário Municipal de Eventos a Semana Municipal da Consciência Negra e o Dia Municipal da Consciência Negra, para modificar nomenclatura, adequar a data comemorativa à legislação federal e para incluir a Marcha da Consciência Negra de Jundiaí;
PROJETO DE LEI N.º 14.822/25 - ROMILDO ANTONIO DA SILVA - Proíbe a publicidade e promoção de jogos de azar online em espaços públicos e determina o bloqueio de acesso a essas plataformas nas redes públicas de internet no município de Jundiaí;
PROJETO DE LEI N.º 14.823/25 - CRISTIANO VECCHI CASTRO LOPES - Institui e inclui no Calendário Municipal de Eventos o "Dia Municipal das Micro e Pequenas Empresas" (27 de junho);

PROJETO DE LEI N.º 14.824/25 - ADILSON ROBERTO PEREIRA JUNIOR - Altera a Lei 8.990/2018, que instituiu a "CAMPANHA DE PREVENÇÃO DE QUEDAS DE IDOSOS" (mês de junho), para acrescentar diretrizes e eixos da Política Municipal de Prevenção de Quedas entre Pessoas Idosas;
PROJETO DE LEI N.º 14.825/25 - MARIANA CERGOLI JANEIRO - Institui e inclui no Calendário Municipal de Eventos o "DIA DO MARACATU" (1º de agosto); e cria a Semana correlata;
PROJETO DE LEI N.º 14.826/25 - CRISTIANO VECCHI CASTRO LOPES - Altera a Lei 9.321/2019, que revisou o Plano Diretor do Município de Jundiaí, para estabelecer diretrizes relativas aos parâmetros de uso do solo para atividades econômicas nas Zonas Especiais, especificamente ZEIS 1 e ZERF;
PROJETO DE LEI N.º 14.827/25 – CRISTIANO VECCHI CASTRO LOPES - Assegura o direito de acesso de cães de assistência aos locais que especifica;
VETO N.º 14/25 – PREFEITO MUNICIPAL – VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 14.614, do Vereador JOÃO VICTOR RAMOS, que Altera a Lei 10.235/2024, que criou o registro de Adotantes de Animais Domésticos-RAAD, para prever proibição de adoção de animais por pessoas condenadas por crime de maus-tratos;
MOÇÃO N.º 108/25 – ROMILDO ANTONIO DA SILVA – APOIO ao Projeto de Lei nº. 1.747/2024, da Deputada Dandara Tonantzin (PT-MG), que dispõe sobre o exercício da profissão de trancista;
MOÇÃO N.º 109/25 – JOSÉ CARLOS FERREIRA DIAS – Repúdio ao Governo Federal pelos cortes em áreas essenciais da Administração Pública.
PARECER CONTRÁRIO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO ao Projeto de Lei 14.795/2025 - Leandro Jeronimo Basson – Proíbe a comercialização, armazenamento, distribuição, propaganda, exposição à venda e o uso de dispositivos eletrônicos para fumar-DEFs, conhecidos como cigarros eletrônicos, vapes, pods, entre outros; e cria ações educativas relativas ao uso.

3.b) Requerimentos

– ao Plenário:
REQUERIMENTO AO PLENÁRIO N.º 57/25 – Mesa Diretora – Formação da COMISSÃO DE RECESSO da Câmara Municipal de Jundiaí, relativa a julho de 2025. (Aprovado);
REQUERIMENTO AO PLENÁRIO N.º 58/25 – João Victor Ramos – INFORMAÇÕES do Executivo sobre a execução do Programa Castração, Esterilização e Devolução (CED) pela ONG Ampara Animal. (Aprovado).

– à Presidência:
REQUERIMENTO À PRESIDÊNCIA N.º 43/25 – Adriano Santana dos Santos – SOLICITAÇÃO de informações ao Ministério da Saúde ou órgão correlato sobre o custeio para participação dos delegados do Município de Jundiaí na 17ª Conferência Nacional de Saúde. (Deferido)

3.c) Indicações Despachadas
INDICAÇÃO Nº 2176/25 - Tiago Leandro - Substituição de lâmpadas nos postes de iluminação pública da Rua Ilda Gonçalves Mendes (Jardim das Tulipas) CEP: 13212-674. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2177/25 - Tiago Leandro - Substituição de lâmpada no poste de iluminação pública da Rua Jaquesmil Chaves, altura do n.°125 (Jardim das Tulipas) CEP: 13212-721. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2178/25 - Tiago Leandro - Substituição de lâmpadas nos postes de iluminação pública da Rua das Amoreiras, altura dos números 235 e 435 (Jardim das Tulipas) CEP: 13212-800. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2179/25 - Tiago Leandro - Substituição de lâmpada no poste de iluminação pública da Rua Nestor Chagas, altura do n.° 296 (Jardim das Tulipas) CEP: 13212-720. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2180/25 - Tiago Leandro - Substituição de lâmpada no poste de iluminação pública da Rua César Henrique Favarin, altura do n.° 63 (Residencial Santa Giovana) CEP: 13212-848. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2181/25 - Tiago Leandro - Repintura de lombada localizada na Avenida Doutor Gilberto Luiz Pereira da Silva, altura do n.º 340 (Cidade Nova) CEP: 13219-351. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2182/25 - Tiago Leandro - Raspagem de guias e calçadas por toda a extensão da Avenida Doutor Gilberto Luiz Pereira da Silva (Cidade Nova) CEP: 13219-351. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2183/25 - Tiago Leandro - Substituição de lâmpada queimada no poste de iluminação pública da Rua José Ignácio de Souza, altura do n.° 46 (Residencial Santa Giovana) CEP: 13212-838. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2184/25 - Tiago Leandro - Substituição de lâmpada queimada no poste de iluminação pública da Rua Vereador Antônio Sacramoni, altura do n.° 144 (Jardim das Tulipas) CEP: 13212-750. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2185/25 - Tiago Leandro - Substituição de lâmpada queimada no poste de iluminação pública da Avenida do Rio Jundiaí, altura do n.° 258 (Jardim das Tulipas) CEP: 13222-760. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2186/25 - José Carlos Ferreira Dias - Limpeza e hidrojateamento das bocas de lobo na R. Roberto Ting, defronte ao n.º 110 (Vila Marlene) - CEP 13.214-608. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2187/25 - José Carlos Ferreira Dias - Revitalização completa da Praça Waldemar Lopes, na R. Idalina Gonçalves Dias (Jardim São Camilo) - CEP 13.216-472. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2188/25 - José Carlos Ferreira Dias - Revitalização e pintura de grafite no escadão da av. Ângelo Rivelli, altura do n.º 810 (Jardim da Fonte) - CEP 13.216-300. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2189/25 - José Carlos Ferreira Dias - Poda de árvores em toda a extensão da Rua Roberto Ting (Vila Marlene) - CEP 13.214-608. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2190/25 - José Carlos Ferreira Dias - Poda de árvore na R. Ordival Seckler Machado, altura do n.º 77 (Vila Marlene) - CEP 13.214-618. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2191/25 - José Carlos Ferreira Dias - Troca de contêiner de lixo na R. Roberto Ting, altura do n.º 110 (Vila Marlene) - CEP 13.214-608. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2192/25 - José Carlos Ferreira Dias - Tapamento de buraco na Rua Miguel Hilário Navarrete Sanches, altura do n.º 48 (Vila Marlene) - CEP 13.214-627. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2193/25 - José Carlos Ferreira Dias - Revitalização das casas e do condomínio do Programa Vida Longa (antiga Vila Dignidade), na R. Francisco Cervi, altura do n.º 279 (Jardim Tamoio) - CEP 13.219-301. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2194/25 - José Carlos Ferreira Dias - Poda severa de árvores na R. Joaquim Pires de Oliveira, altura dos n.º 534 e 550 (Jardim Morumbi) - CEP 13.209-220. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2195/25 - José Carlos Ferreira Dias - Implantação de praça de lazer e convivência em área verde na Av. Ângelo Rivelli, altura do n.º 1.020 (Jardim da Fonte) - CEP 13.216-300. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2196/25 - Madson Henrique do Nascimento Santos - Melhorias na EMEB Prof.ª Naman Tayar, na Rua Primo Filippini, nº 170 (Jardim Ângela) - CEP: 13218-500. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2197/25 - Adriano Santana dos Santos - Limpeza de boca de lobo na Rua Padre Felisberto Schubert, na altura do n.º 39 (Vila Alati) - CEP 13210-060. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2198/25 - Adriano Santana dos Santos - Troca da lâmpada LED em poste de iluminação pública na Rua Ricardo César Fávaro, na altura do n.º 137 (Jardim Santa Gertrudes) - CEP 13205-150. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2199/25 - Adriano Santana dos Santos - Providências para assegurar o transporte escolar conveniado para atendimento das crianças residentes nos bairros da Roseira e Caxambu. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2200/25 - Adriano Santana dos Santos - Ampliação de oferta de ônibus da linha 586 (Terminal Rami – Vila Maringá). (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2201/25 - Mariana Cergoli Janeiro - Criação e regulamentação do Fundo Municipal de Promoção da Igualdade Racial, vinculado ao Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de Jundiaí (CMDPCN). (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2202/25 - Mariana Cergoli Janeiro - Implantação de Consultórios de Rua para atender as demandas de saúde da população de Jundiaí. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2203/25 - Mariana Cergoli Janeiro - Manutenção e melhorias na estrutura física e funcional do prédio do Conselho Tutelar 1, à Rua Petronilha Antunes, nº. 305 (Centro) CEP 13201-080. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2204/25 - João Victor Ramos - Substituição de lâmpadas queimadas nos postes de iluminação pública na Rua Bernardino de Campos, altura do n.° 306 defronte ao Estacionamento Silva Park (Bela Vista) CEP 13207-760. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2205/25 - João Victor Ramos - Substituição de lâmpadas queimadas no poste de iluminação pública localizado na Rua Baronesa do Japi, altura do n.° 277 (Bela Vista) CEP 13207-684. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2206/25 - João Victor Ramos - Poda de árvore localizada na Rua Professora Elza Facca Martins Bonilha, altura do n.° 281 (Vila Maria Luiza) CEP 13209-300. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2207/25 - João Victor Ramos - Manutenção da tampa do bueiro localizado na Rua Baronesa do Japi, altura do n.° 205, defronte a loja comercial Kecão Rações (Bela Vista) CEP 13207-684. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2208/25 - Cristiano Vecchi Castro Lopes - Manutenção e troca de lâmpadas queimadas na Chácara Itamar e Espelho D'agua - Cep: 13.216-850 e 13.215-863. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2209/25 - Cristiano Vecchi Castro Lopes - Melhoria nas condições dos veículos que operam nas linhas 703 e 706 do transporte público (Bairro Rio Acima). (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2210/25 - Carla Basilio - Manutenção e revitalização do parquinho da EMEBE Prof. Joaquim Candelário de Freitas, na

Rua João Duarte Paes, nº 359 (Bairro Cidade Luíza) CEP 13.214-130. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2211/25 - Carla Basilio - Troca de Lâmpadas de iluminação no ponto de ônibus da Rua Uva Niágara, altura do nº 130 (Bairro Morada das Vinhas). (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2212/25 - Carla Basilio - Pode de árvore na Rua Horácio Feliciani, altura do nº 150 (Jardim Continental) CEP 13214-544. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2213/25 - Carla Basilio - Tapa buracos e conserto de guias na Rua Wilson Chaveiro, nº 116 - Bairro Jardim Tulipas - CEP 13212-692. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2214/25 - Carla Basilio - Pintura de faixa de pedestre em frente a EMEB Deodato Janski (Jardim Tarumã) CEP: 13216472. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2215/25 - Carla Basilio - Instalação de galerias de águas pluviais na Av. Alexandre Milani altura nº 39 (Jardim Rosaura) CEP 13218650. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2216/25 - Leandro Jeronimo Basson - Implantação de iluminação de LED em toda extensão da Av. Nações Unidas de frente ao nº1575 (Vila DIDI) CEP 13203-421. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2217/25 - Leandro Jeronimo Basson - Implantação de iluminação de LED em toda extensão da Rua Doutor Benedito Godoy Ferraz, (Jardim Búfalo) CEP 13.214-200. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2218/25 - Leandro Jeronimo Basson - Realização de cursos e atividades nos centros esportivos com ampla divulgação, CECE Doutor Nicolino de Lucca (Ginásio Bolão). (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2219/25 - Leandro Jeronimo Basson - Fiscalização em lixeiras de armazenamento de lixos na Rua Prudente de Moraes nº836 (Centro) CEP 13201-004. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2220/25 - Leandro Jeronimo Basson - Manutenção e reparo nos pontos de ônibus da linha 020 Terminal Central e o Jardim Santa Gertrudes. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2221/25 - Leandro Jeronimo Basson - Intensificação nas propagandas contra a doação de esmola nos semáforos (não de esmola). (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2222/25 - Leandro Jeronimo Basson - Implantação e Manutenção de Ciclofaixa para trânsito de bicicletas no município de Jundiaí. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2223/25 - Leandro Jeronimo Basson - Melhoramento na sinalização e demarcação em toda a extensão da Rua Saldanha Marinho (Vila Rio Branco) CEP 13215-290. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2224/25 - Leandro Jeronimo Basson - Melhoramento na sinalização e demarcação de vagas para estacionamento de veículos em toda extensão da Rua Pedro Tadeu (Vila Rio Branco) CEP 13215-271 (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2225/25 - Leandro Jeronimo Basson - Roçada em toda extensão da Av Nami Azem (Caxambu) CEP 13218-675. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2226/25 - Paulo Sergio Martins - Fiscalização na instalação de cabos e fios na prestação de serviços de energia elétrica, telefonia, internet e TV nos postes da Rua Engenheiro Monlevade, entre os números 329 e 537 (Centro) CEP 13201-064. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2227/25 - Paulo Sergio Martins - Repintura da faixa azul para acionamento de semáforo no cruzamento da Rua Luiz Salomão (CEP 13206-230) com a Rua Bom Jesus de Pirapora (CEP 13206-305), Vila Rami. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2228/25 - Paulo Sergio Martins - Ronda ostensiva pela Guarda Municipal de Jundiaí – GMJ na (Vila Rio Branco/Jardim Liberdade) em especial as Ruas: Raul Pompéia CEP 13215-420; Mário de Andrade, CEP 13215-390; Cecília Meireles, CEP 13215-400; Graciliano Ramos, CEP 13215-472; José Veríssimo, CEP 13215-430, Vicente de Carvalho, CEP 13215-440 e Paulo Setúbal, CEP 13215-470. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2229/25 - Paulo Sergio Martins - Substituição de lâmpadas queimadas na Rua Casal Florêncio Martins e Florinda Cardoso Martins (Paiol Velho) CEP 13210-495. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2230/25 - Paulo Sergio Martins - Estudos para redução de velocidade no cruzamento das Ruas José Gáspari Sobrinho, CEP 13207-220 e Bom Jesus de Pirapora, CEP 3207-270. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2231/25 - Paulo Sergio Martins - Intensificação da fiscalização e adoção de medidas para coibir a realização de “pancadões” no bairro Novo Horizonte. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2232/25 - Paulo Sergio Martins - Elaboração e implementação de um Plano Municipal de Arborização Urbana no município de Jundiaí. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2233/25 - Paulo Sergio Martins - Celeridade na manutenção das viaturas da Guarda Municipal de Jundiaí, atualmente fora de operação. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2234/25 - Paulo Sergio Martins - Roçada e poda da vegetação em toda a extensão da Área de Lazer Ivete do Carmo Pinto, localizada na Rua Dr. Isaac da Silva Bellini (Parque Cidade Jardim) CEP 13203-522. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2235/25 - Paulo Sergio Martins - Revitalização da sinalização viária e melhorias na iluminação pública na Avenida José Benassi, altura do número 2152, Parque Industrial Jundiaí, CEP 13213-085. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2236/25 - Daniel Lemos Dias Pereira - Troca de lâmpada queimada no poste localizado na Rua Reinaldo Orsi, na altura do n.º 150 (Parque Brasília) - CEP 13211-133. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2237/25 - Daniel Lemos Dias Pereira - Troca de lâmpada queimada no poste localizado na Rua Octacília Noronha de Mello, na altura do nº 99 (Jardim Paraíso) - CEP 13211-376. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2238/25 - Daniel Lemos Dias Pereira - Troca de lâmpada queimada no poste localizado na esquina da Rua Felisberto Negri com a Rua Américo Brasiliense (Vila Espéria) – CEP 13211-061. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2239/25 - Daniel Lemos Dias Pereira - Poda de árvore localizada na Rua Antônio Lucato, na altura do n.° 300 (Jardim Ermida) – CEP 13212-111. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2240/25 - Daniel Lemos Dias Pereira - Remoção de formigueiros na Praça José Félix Bueno, localizada na Rua Ernesta Martinasso (Jardim América) – CEP 13211-723. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2241/25 - Daniel Lemos Dias Pereira, Carla Basilio, Faouaz Taha - Retomada de atendimento ortopédico no PA Hortolândia (CEP 13214-290). (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2242/25 - Daniel Lemos Dias Pereira, Carla Basilio, Faouaz Taha - Manutenção na rede elétrica do PA Hortolândia, localizado na Rua Campinas n.° 58 (Vila Formosa) - CEP 13214-290. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2243/25 - Daniel Lemos Dias Pereira, Carla Basilio, Faouaz Taha - Aquisição de mais micro-ondas para o PA Hortolândia, localizado na Rua Campinas n.° 58 (Vila Formosa) - CEP 13214-290. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2244/25 - Daniel Lemos Dias Pereira, Carla Basilio, Faouaz Taha - Aquisição de micro-ondas para o PA Central, localizado na Rua João Lopes, na altura do n.º 78 (Centro) - CEP 13201-832. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2245/25 - Daniel Lemos Dias Pereira - Troca de lâmpada queimada no poste localizado na Rua José Alves da Cunha Lima, em frente ao n.º 270 (Vila Espéria) – CEP 13211-050. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2246/25 - Henrique Carlos Parra Parra Filho - Instalação de iluminação pública LED nas ruas Silva Jardim, Prof. João Luiz de Campos e Francisco Morato (Vila Vianelo/Jardim São Bento) – CEP 13207-210, 13202-451 e 13207-250. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2247/25 - Henrique Carlos Parra Parra Filho - Implantação de melhorias no entorno do Gabinete de Leitura Rui Barbosa, incluindo bancos nos pontos de ônibus, paisagismo com flores, ponto de hidratação, mobiliário infantil, remoção de obstáculos à mobilidade, substituição de contêineres, reforço da iluminação, reorganização viária para pedestres e alargamento de calçada, com base em princípios de urbanismo humanizado e valorização do patrimônio histórico. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2248/25 - Henrique Carlos Parra Parra Filho - Implantação de caixa drenante e jardim de chuva nas praças Francisco Fernandes Pessolano, Luiz Vicente Casserino e Comendador Alberto Bonfiglioli (Vila Vianelo) - CEP 13207-070, 13207-145 e 13206-716. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2249/25 - Henrique Carlos Parra Parra Filho - Instalação imediata de bicicletários cobertos e seguros nos terminais de ônibus. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2250/25 - Henrique Carlos Parra Parra Filho - Aceleração dos estudos de mobilidade urbana na região da Rua Messina e apresentação de posicionamento técnico a possibilidade de mudança viária na Rua Paschoal Guzzo. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2251/25 - Henrique Carlos Parra Parra Filho - Inserção da ação de duplicação da Rua Messina no Plano Plurianual 2026-2029, conforme sinalização de prioridade feita pelo Vice-Prefeito em reunião pública com a comunidade em 23 de Junho. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2252/25 - Henrique Carlos Parra Parra Filho, Cristiano Vecchi Castro Lopes, Faouaz Taha - Planejamento, divulgação de cronograma e execução das 11 prioridades de curtíssimo prazo, pactuadas entre a Comissão Especial de Fiscalização da Revitalização do Centro da Câmara Municipal e moradores e comerciantes do Centro. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2253/25 - Henrique Carlos Parra Parra Filho - Estudo de viabilidade, divulgação e implementação de programa de aquisição de suco de uva integral de uva Niágara Rosada produzida em Jundiaí para a alimentação escolar, valorizando a produção local com Indicação Geográfica, fortalecendo a economia rural, preservando o cinturão verde e promovendo segurança alimentar e identidade cultural na merenda da rede pública municipal. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2254/25 - Romildo Antonio da Silva - Troca de lâmpada queimada na rua Dario Bocchino, na altura do n.º 3272 (Parque Almerinda Pereira Chaves) – CEP 13212-555. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2255/25 - Romildo Antonio da Silva - Manutenção e instalação de braço de iluminação na ETEC Benedito Storani, localizada na Avenida Antônio Pincinato, na altura do n.º 4355 (Recanto IV Centenário) - CEP 13211-771. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2256/25 - Romildo Antonio da Silva - Ronda da Guarda Municipal na Rua Anísio Ghilardi Viviane, na altura do n.º 220 (Chácara Aeroporto) - CEP: 13212-007. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2257/25 - Romildo Antonio da Silva - Ronda da Guarda Municipal

na ETEC Benedito Storani, localizada na Avenida Antônio Pincinato, na altura do n.º 4355 (Recanto IV Centenário) – CEP 13211-771. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2258/25 - Romildo Antonio da Silva - Manutenção e instalação de braço de iluminação nas ruas Rua Anísio Ghilardi Viviane, na altura do n.º 220 (Chácara Aeroporto) – CEP 13212-007. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2259/25 - José Antônio Kachan Júnior - Manutenção em lâmpada do poste na R. Armando Carraro, em frente o n.º 35 (Bairro Colônia) - CEP 13.219-302. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2260/25 - José Antônio Kachan Júnior - Manutenção de lâmpada na Rua Marcílio Dias, em frente ao n.º 36 (Bairro Bela Vista) - CEP 13.207-740. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2261/25 - José Antônio Kachan Júnior - Pintura de solo na R. Maestro José Bovolenta, esquina com Praça Getúlio Vargas na Vila Progresso. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2262/25 - José Antônio Kachan Júnior - Roçada em toda extensão da Av. Maria Negrini Negro no Bairro do Caxambu. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2263/25 - José Antônio Kachan Júnior - Pintura de solo e instalação de placas na Rua José de Souza Marques, n.º 30, em frente a EMEB José Leme do Prado Filho (Jardim Esplanada). (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2264/25 - José Antônio Kachan Júnior - Manutenção das lâmpadas na Praça General Newton Estilac Leal, na Rua Bento Pires com Rua Tibiriçá (Vila Arens). (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2265/25 - José Antônio Kachan Júnior - Pintura de solo e pintura de lombada na Rua Vitor Marcelo de Castro (Jardim do Lago). (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2266/25 - José Antônio Kachan Júnior - Pintura de solo e pintura de lombada na Rua Elizia Machado Benassi (Bairro Rio das Pedras). (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2267/25 - José Antônio Kachan Júnior - Pintura de solo e lombada na Avenida Dr. Nelson Villaça (Jardim do Lago). (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2268/25 - Faouaz Taha - Implantação de pavimentação ecológica em toda extensão da Rua Bonilha (bairro Colônia). (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2269/25 - Edicarlos Vieira - Corte de mato na Av. Antônio Frederico Ozanan, 11.000 (Distrito Industrial) CEP 13213-100. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2270/25 - Edicarlos Vieira - Troca dos equipamentos do parquinho na Área de Lazer Roberto Oda (Parque Antonieta Chaves Cintra Gordinho/Fazenda Grande) CEP 13212-410. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2271/25 - Edicarlos Vieira - Limpeza e lavagem das caçambas de lixo na Rua Gláucia Cristina Lopes Viana, defronte do nº. 58 (Jd. Novo Horizonte) CEP 13213-517. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2272/25 - Edicarlos Vieira - Substituição de lâmpada queimada na Av. dos Expedicionários, altura do nº. 1.071 (Vila São Paulo) CEP 13203-430. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2273/25 - Edicarlos Vieira - Poda de árvore na Av. dos Expedicionários, altura do nº. 1.071 (Vila São Paulo) CEP 13203-430. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2274/25 - Edicarlos Vieira - Limpeza da área na R. Maria Luiza Gaspari Muller, 61 - Jardim das Tulipas, CEP 13213-131 (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2275/25 - Edicarlos Vieira - Troca de lâmpada na Av. Presbítero Manoel Antônio Dias Filho, defronte do nº. 447 (Parque Residencial Jundiaí) CEP 13212-461. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2276/25 - Edicarlos Vieira - Tapamento de buraco na Estrada Casa Velha, defronte do nº. 563 (Bairro Traviú), CEP 13213-260. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2277/25 - Edicarlos Vieira - Implantação de abrigo no ponto de ônibus da Av. Presbítero Manoel Antônio Dias Filho, defronte do nº. 1.891 (Parque Residencial Jundiaí) CEP 13212-461. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2278/25 - Edicarlos Vieira - Tapamento de buraco na Rua Carlos Alberto Pilon, defronte do nº. 292 (Parque Antonieta Chaves Cintra Gordinho/Fazenda Grande) CEP 13212-432. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2279/25 - Quézia Doane de Lucca - Mudança de horário do período de "CARGA E DESCARGA" da Rua Barão do Triunfo, cruzamento com a Rua Baronesa do Japi (Centro) CEP 13201-055. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2280/25 - Quézia Doane de Lucca - Corte de mato e limpeza no terreno público da Rua Ricardo Gobbo n°. 352 (Vila Esperança) CEP 13203-830. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2281/25 - Quézia Doane de Lucca - Intensificação de rondas da Guarda Municipal na região sul, com ênfase na região dos condomínios localizados na Rua Vítor Marcelo de Castro (Parque Cidade Jardim II) CEP 13203-542. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2282/25 - Quézia Doane de Lucca - Intensificação de ronda da Guarda Municipal no Jardim do Lago, com ênfase na Rua Juracy Paupério – CEP 13203-541. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2283/25 - Quézia Doane de Lucca - Implantação de lombada ou lombofaixa na Rua Vítor Marcelo de Castro, altura do nº. 750 (Parque Cidade Jardim II) CEP 13203-542. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2284/25 - Quézia Doane de Lucca - Recapeamento asfáltico nos bairros Cidade Jardim I e II e Jardim do Lago. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2285/25 - Quézia Doane de Lucca - Colocação de placa "PROIBIDO ESTACIONAR" na entrada do Residencial Girassol, na Rua Vítor Marcelo de Castro nº. 750 (Parque Cidade Jardim II) CEP 13203-542. (Despachada); INDICAÇÃO Nº 2286/25 - Quézia Doane de Lucca - Manutenção da iluminação pública em toda extensão da Rua José Dias (Jd. Tarumã) CEP 13216-490. (Despachada)

3.d) Expedientes diversos
Expedientes:

– Recebidos de Diversos:
1.Ofício n°0072095574/2025-SES-GS-ATA1, da Secretaria de Estado da Saúde do Governo do Estado de São Paulo, em resposta à Moção nº 76/2025, de APOIO ao Projeto de Lei 1.205/2025, de autoria do Deputado Federal Juarez Costa, que dispõe sobre a inclusão de vacina contra o vírus sincicial respiratório – VSR no Programa Nacional de Imunizações.
2. E-mail do Diretor do Departamento de Convênios e Parcerias encaminhando cópia do Termo de Convênio de Concessão de Estágio nº 015/2.025, escolas Padre Anchieta Ltda – Processo sei nº39282/2024.
3. E-mail do Diretor do Departamento de Convênios e Parcerias encaminhando cópia do Termo de Colaboração n° 03/2025, Hácali – Há um caminho a liberdade – Processo SEI Nº39111/2024, cópia do Acordo de Cooperação n.º 003/2025 – a Câmara Municipal de Jundiaí – Processo sei nº 7959/2025, cópia do Termo Aditivo III ao Termo de Colaboração n° 04/2022 – Cidade Vicentina Frederico Ozanam – Processo sei nº 21765/2022 e cópia do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre a Câmara Municipal de Jundiaí e o Município de Jundiaí – Processo sei nº7941/2025.
4. Convite do Presidente da Liga Jundiaiense de Futebol, para a cerimônia de abertura do campeonato amador de Jundiaí da 1º divisão e 2º divisão de 2025, no dia 29 de junho de 2025.
5. E-mail do Diretor do Departamento de Convênios e Parcerias encaminhando cópia do Termo Aditivo II ao Convênio nº 12/2023 – Associação de educação terapêutica – Amarati – Processo sei nº16434/2023.
6. E-mail da Equipe Transferegov – Diretoria de Transferências e Parcerias da União informando a realização de ordem bancária dos recursos na modalidade de Transferência Especiais disponibilizadas no Transferegov para o beneficiário: 45.780.103/0001-50 – MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ – Plano de Ação 09032022-20577.
7. Convite da ASSEFIN – Associação das Secretarias Municipais de Finanças do Estado de SP, para o 14º Seminário de Gestão Pública Fazendária (SGESP) - I Workshop de Orçamento para Vereadores, nos dias 30 e 31 de julho, na Universidade Estácio, em Ribeirão Preto.
8. Ofício Sei nº 8114/2025/MIR, do Chefe de Gabinete da Ministra do Ministério da Igualdade Racial, em resposta à Moção nº 92/2025, dos Vereadores Mariana Cergoli Janeiro, Daniel Lemos Dias Pereira, Faouaz Taha, Henrique Carlos Parra Parra Filho, Paulo Sergio Martins, Quézia Doane de Lucca, de APELO à Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC–Campinas) para que proceda a capacitação permanente de seus docentes e demais colaboradores (terceirizados, ou não) sobre letramento racial.

– Recebidos do Executivo:
1. Ofício GP.L n.º 105, do Prefeito Municipal, encaminhando cópia da Lei 10352, que altera a Lei 1.919/1972, que regula a denominação de vias, próprios e logradouros públicos, para vedar o uso de nomes de pessoas condenadas pelos crimes que especifica.
2. Ofício GP.L n.º 106, do Prefeito Municipal, encaminhando cópia da Lei 10.353, que inclui no Calendário Municipal de Eventos a “FEIRA SLAVA MEDIEVAL” (segunda semana de julho).
3. Ofício GP.L n.º 107, do Prefeito Municipal, encaminhando cópia da Lei 10.354, que institui a Campanha “Educação Financeira na Infância”, de orientação e educação nas escolas da rede municipal de ensino sobre noções básicas do tema.
4. Ofício GP.L n.º 111, do Prefeito Municipal, encaminhando cópia da Lei 10.355, que cria a Campanha de Conscientização e Alerta Sobre os Riscos de Vícios Associados a Jogos de Azar e Apostas On-line.

– Recebidos pelo Gabinete da Presidência:
1. Ofício n.° 198/2025, da Vereadora Carla Basílio, referente a concessão de Título de Congratulação a Sra. Lia Mara Rodriguez Filippi, na sessão ordinária do dia 29 de junho de 2025.
2. Ofício 139/2025, do Vice-Presidente do Sinsaúde Campinas e Região, referente a Denúncia formal de assédio moral e conduta agressiva de gerência Municipal/Servidor.

3. Ofício do Conselheiro Municipal de Sáude-Comus/Jundiaí, referente a denúncia sobre irregulares nas atribuições de conselheiros do Hospital São Vicente de Paulo.

4) ORDEM DO DIA

4.a) Presença
Adilson Roberto Pereira Junior, Adriano Santana dos Santos, Cristiano Vecchi Castro Lopes, Daniel Lemos Dias Pereira, Edicarlos Vieira, Faouaz Taha, Henrique Carlos Parra Parra Filho, João Victor Ramos, José Carlos Ferreira Dias, Madson Henrique do Nascimento Santos, Mariana Cergoli Janeiro, Paulo Sergio Martins, Quézia Doane de Lucca e Romildo Antonio da Silva.
Ausentes: Carla Basilio, José Antonio Kachan Junior, Leandro Jeronimo Basson, Rodrigo Guarnieri Albino e Tiago Leandro.

4.b) Matérias Apreciadas

PROJETO DE LEI N.º 14.667/2025 – Prefeito Municipal – Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2026 e dá outras providências. (Aprovado em Turno Único – 14 votos favoráveis)
PROJETO DE LEI N.º 14.794/2025 – Prefeito Municipal – Autoriza o Município de Jundiaí a adesão ao Consórcio Intermunicipal de Saúde na Região Metropolitana de Campinas – Norte (Cismetro), para realização de ações conjuntas e serviços em saúde pública, na forma prevista no art. 122 da Lei Orgânica de Jundiaí. (Aprovado em Turno Único – 14 votos favoráveis – Requerimento verbal de urgência, aprovado pelo Plenário).

5. ENCERRAMENTO

5.a) Presença
Adilson Roberto Pereira Junior, Adriano Santana dos Santos, Carla Basilio, Cristiano Vecchi Castro Lopes, Daniel Lemos Dias Pereira, Edicarlos Vieira, Henrique Carlos Parra Parra Filho, João Victor Ramos, José Carlos Ferreira Dias, Mariana Cergoli Janeiro, Romildo Antonio da Silva e Tiago Leandro.

Ausentes: Faouaz Taha, José Antonio Kachan Junior, Leandro Jeronimo Basson, Madson Henrique do Nascimento Santos, Paulo Sergio Martins, Quézia Doane de Lucca e Rodrigo Guarnieri Albino

Horário de Encerramento: 19:11horas.

EDICARLOS VIEIRA
Presidente
MARIANA CERGOLI JANEIRO
1.ª Secretária
CARLA BASILIO
2.ª Secretária
GABRIEL MILESI
Diretor Legislativo

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 197/2025
(Prefeito Municipal)
Efetiva alterações nos artigos 6º e 102 da Lei Orgânica do Município de Jundiaí, com o objetivo de aperfeiçoar a disciplina normativa das competências para criar e organizar a Guarda Municipal.

Art. 1º A Lei Orgânica do Município de Jundiaí passa a vigorar com as seguintes alterações e acréscimos:

“Art. 6º (...)

(...)

XXII-A - criar e organizar a Guarda Municipal, destinada à proteção de seus bens, serviços, logradouros públicos e instalações, inclusive na execução das atividades relacionadas ao poder de polícia administrativa, conforme dispuser a lei.”
(...)" (NR)

"Art. 102. O Município manterá a Guarda Municipal, destinada à proteção de seus bens, serviços, logradouros públicos e instalações, e à execução das atividades relacionadas ao poder de polícia administrativa, conforme dispuser a lei.” (NR)

Art. 2º Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MARTINELLI
Prefeito Municipal

J U S T I F I C A T I V A

Excelentíssimo Senhor Presidente;
Senhores Vereadores:

Submetemos à apreciação dessa Colenda Casa de Leis a inclusa Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Município de Jundiaí, por meio da qual se pretende efetivar alterações nos artigos 6º e 102, com o objetivo de aperfeiçoar a disciplina normativa das competências para criar e organizar a Guarda Municipal.
Em relação à competência do Município para legislar sobre o tema, entendemos que a propositura se enquadra nas matérias previstas no art. 30, incisos I e V, em combinação com o art. 39, todos Constituição Federal, uma vez que cabe ao Município, no âmbito de sua competência, instituir regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública, bem como promover sua organização administrativa e prestar os serviços públicos de interesse local.
Quanto à iniciativa, a proposta de emenda encontra amparo legal no art. 42, inciso II, da Lei Orgânica de Jundiaí, que reconhecem a competência do Prefeito para a iniciativa legislativa ora apresentada.
No mérito, é importante anotar que a organização e estruturação da administração pública, abrangendo a desburocratização e modernização das normativas, processos e fluxos de trabalho, constituem uma das dimensões do princípio da eficiência administrativa.
A presente propositura promove alterações na legislação municipal para ajustá-la aos termos da Lei Federal nº 13.022, de 08 de agosto de 2014, que dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais.
As modificações pretendidas visam delimitar com maior precisão as competências da Guarda Municipal, incluindo as atribuições relativas à polícia administrativa, na forma que dispuser a legislação específica.
Aproveitamos a oportunidade para destacar que a medida proposta está de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre as competências das guardas municipais da Lei Federal nº 13.022, de 2014, conforme expresso no acórdão cuja ementa transcrevemos a seguir:
Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Lei Federal 13.022, de 8 de agosto de 2014. Estatuto Geral das Guardas Municipais. 3. Constitucionalidade formal. Inexistência de vício de iniciativa. Art. 61, caput, da Constituição Federal. 4. Atividade fiscalizatória de trânsito pelas guardas municipais.
Possibilidade. 5. Exercício de Poder de Polícia administrativa pela guarda municipal. Precedente do STF. RE-RG 658.570, tema 472 da sistemática da repercussão geral: É constitucional a atribuição às guardas municipais do exercício de poder de polícia de trânsito, inclusive para imposição de sanções administrativas legalmente previstas. 6. Atividade de Segurança Pública pela guarda municipal. Possibilidade. Precedentes da ADC 38, ADI 5.538 e ADI 5.948. 7. Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada improcedente para declarar a constitucionalidade da Lei Federal 13.022, de 8 de agosto de 2014, que dispôs sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais.
(ADI 5780, Relator(a): GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 03-07-2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 27-07-2023 PUBLIC 28-07-2023, grifos nossos)
Cumpre-nos, ainda, registrar que as ações propostas possuem adequação orçamentária, conforme se observa do demonstrativo sobre a estimativa do impacto orçamentário-financeiro que acompanha a presente propositura, salientando-se, inclusive, que não implicam em criação ou aumento de despesa.
Desta forma, demonstrados os motivos que ensejaram a presente Proposta de Emenda à Lei Orgânica, estamos certos de contar com o total apoio dos Nobres Edis, para sua integral aprovação.

GUSTAVO MARTINELLI
Prefeito Municipal

PODER LEGISLATIVO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 1.167/2025
(Henrique Carlos Parra Parra Filho)
Dispõe sobre a proibição da utilização de arquitetura hostil no município – Lei "Padre Júlio Lancellotti".

Art. 1º. Fica proibido o uso de artifícios arquitetônicos destinados a impedir ou dificultar a permanência de pessoas em espaços públicos, bem como aqueles que causem desconforto, risco de lesão física ou ofensa à dignidade humana, em praças públicas, viadutos, passarelas, marquises e prédios da administração pública municipal direta, autárquica ou fundacional.

Art. 2º. É vedada a execução de projetos de paisagismo urbano que limitem o acesso e permanência de pessoas em equipamentos públicos, mediante a instalação de dispositivos como espetos "antimendigos", lanças, arames, cercas, sistemas de gotejamento de água, bancos com divisórias, pedras, dentre outros dispositivos que inibem a presença de pessoas e induzam à segregação socioespacial.

Art. 3º. As ações de zeladoria urbana, projetos de revitalização de praças e espaços públicos, planos de paisagismo e arborização urbana, reformas dos prédios e edifícios existentes, bem como a construção de novas unidades dos próprios municipais deverão seguir as disposições desta lei.

Art. 4º. As unidades dos próprios municipais que estiverem equipadas com algum desses dispositivos antissociais terão o prazo de 6 (seis) meses, a partir da publicação desta lei, para removê-los, sob pena de responsabilização do diretor da unidade por descumprimento de dever funcional.

Art. 5º. Fica incluída, no Portal 156, a possibilidade de registro de denúncias relativas à instalação de dispositivos de exclusão espacial, arquitetura hostil ou práticas de cunho higienista em espaços públicos municipais.

Art. 6º. As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 7º. Esta lei será regulamentada no que couber, para a sua efetiva execução.

Art. 8º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

J u s t i f i c a t i v a

A presente proposta legislativa busca garantir que os espaços públicos do município de Jundiaí sejam inclusivos e acessíveis a todos os cidadãos, independentemente de sua condição social. A prática da chamada "arquitetura hostil" representa um mecanismo de exclusão que nega a dignidade de pessoas em situação de vulnerabilidade, em especial a população em situação de rua.
A Constituição Federal assegura o direito à cidade e à dignidade do ser humano, princípios fundamentais que devem orientar a administração pública na gestão dos espaços urbanos. A instalação de barreiras físicas para impedir a permanência de determinadas pessoas em locais públicos vai de encontro a esses direitos e perpetua desigualdades sociais.
Este projeto de lei se inspira na luta do Padre Júlio Lancellotti, defensor dos direitos humanos e crítico da arquitetura hostil, que há anos denuncia práticas urbanas que marginalizam os mais vulneráveis. O objetivo é promover uma cidade mais acolhedora, onde políticas públicas priorizem a inclusão social e o respeito à dignidade humana.
Dessa forma, solicitamos o apoio dos nobres vereadores para a aprovação desta proposta, garantindo que Jundiaí adote um modelo de urbanismo que respeite a diversidade e os direitos fundamentais de todos os cidadãos.
Este Projeto de Lei que tem o objetivo de vedar a arquitetura hostil em nossa cidade. A técnica de arquitetura urbana consiste na colocação de pedregulhos, pedras, vidros e outros objetos similares ou obstáculos que possam impedir a livre circulação e permanência de pessoas.
A arquitetura hostil está presente em nossa cidade, como em outras brasileiras e do mundo, podendo ser denominada também como "arquitetura defensiva" ou "desenho desconfortável". Essa técnica consiste na instalação de equipamentos urbanos e realização de obras para afastar pessoas indesejadas, como as pessoas em situação de rua.
Medidas como esta são simplistas e cruéis, uma vez que a raiz do problema está na pobreza, na marginalização destas pessoas que acabam se refugiando por falta de moradia digna. O resultado da arquitetura hostil é o afastamento, invisibilidade e aumento da desigualdade social, colocando estas pessoas em situação de vulnerabilidade social ainda mais longe dos centros urbanos.
Para o urbanista Nabil Bonduki, os "Espetos" e pinos metálicos pontudos; pavimentações irregulares; plataformas inclinadas; pedras ásperas e pontiagudas; bancos sem encosto, ondulados ou com divisórias; regadores, chuveiros e jatos d'água; cercas eletrificadas ou de arame farpado; muros altos com cacos de vidro; plataformas móveis inclinadas; blocos ou cilindros de concreto nas calçadas; dispositivos 'anti-skate'" são exemplos desta arquitetura.
Neste sentido, vale ressaltar que um dos maiores desafios para as políticas públicas relacionadas à população em situação de rua consiste na visibilidade/invisibilidade. As pessoas que, por um ou vários motivos, encontram-se no desalento e submetidas a uma série de vulnerabilidades tão severas raramente são encaradas como aquilo que de fato são: pessoas.
Este fenômeno, conhecido por "arquitetura hostil", busca condicionar o comportamento humano a partir do desenho urbano de determinado espaço ou cidade. No entanto, para a população em situação de rua, o local que usava como abrigo, onde dormia, passou a ter obstáculos pontiagudos, expulsando-os sem qualquer alternativa ou diálogo, arrancando-lhes o mínimo de dignidade que ainda possuíam.
A técnica urbanística em questão é um exemplo prático de aversão à pobreza, que possui raízes históricas e ganhou nome próprio há cerca de 20 anos, com os termos de origem grega: á-poros (pobres) e fobos (medo), que juntos resultam na palavra "aporofobia", que se refere ao medo e à rejeição aos pobres.
Falta humanidade. Falta equiparar a população em situação de rua a qualquer outro ser humano. Precisamos promover o princípio constitucional da dignidade do ser humano e zelar pelos que estão tendo seus direitos violados. Para tanto, é necessário combater a aporofobia e assegurar a estas pessoas acesso às políticas públicas voltadas para a saúde, educação, previdência social, moradia, assistência social, segurança, trabalho e renda.
Devemos destacar a importância e os desafios do trabalho dos profissionais que fazem intervenções diárias emergenciais e criativas, levando em consideração a singularidade das pessoas em situação de rua e as questões subjetivas presentes na situação de vulnerabilidade e de graves violações dos direitos dessa população. Assim como devemos destacar a importância da luta dos movimentos sociais para o reconhecimento das pessoas em situação de rua como sujeitos de direito.
Um grande exponente e exemplo de luta contra a aporofobia é o Padre Júlio Lancellotti, da Pastoral do Povo da Rua, em São Paulo, a quem devemos sempre referenciar. No passado, o religioso, munido de uma marreta, removeu algumas pedras, e essa manifestação, com este gesto simbólico, ganhou grande espaço na mídia. Padre Júlio começou sua trajetória em 1986, quando foi designado para a Paróquia São Miguel Arcanjo da Mooca, onde iniciou trabalho pastoral com pessoas em situação de rua e menores abandonados. Nos anos seguintes, colaborou na fundação da Comunidade Povo da Rua São Martinho de Lima. Seu trabalho junto à pastoral foi reconhecido pela UNESCO, e ele recebeu o título de Doutor Honoris Causa pela PUC, sendo homenageado por entidades nacionais e internacionais de Direitos Humanos, a quem esta lei também homenageará.
Dessa forma, solicitamos o apoio dos nobres vereadores para a aprovação desta proposta, garantindo que Jundiaí adote um modelo de urbanismo que respeite a diversidade e os direitos fundamentais de todos os cidadãos.
Em razão do exposto, contamos com os nobres Pares para aprovação desta proposta de Lei.

HENRIQUE DO CARDUME

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 1.168/2025
(Henrique Carlos Parra Parra Filho)
Altera o Código Tributário Municipal para isentar do pagamento do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana-IPTU os estabelecimentos comerciais e culturais que se instalem no Polígono de Proteção Histórica do Centro Histórico de Jundiaí.

Art. 1º. O art. 133 do Código Tributário (Lei Complementar nº. 460, de 22 de outubro de 2008), passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 133. (…)

(…)

(inciso) – estabelecimentos comerciais e culturais que se instalem no Polígono de Proteção Histórica do Centro Histórico de Jundiaí.” (NR)

Art. 2º. Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

J u s t i f i c a t i v a

A proposta de isenção do IPTU para estabelecimentos comerciais e culturais localizados no Polígono de Proteção Histórica do Centro Histórico de Jundiaí tem como objetivo principal estimular a permanência e atração de atividades econômicas que promovam a ocupação qualificada, a valorização do patrimônio histórico e a dinamização da economia local. Diversos estudos e experiências internacionais demonstram que políticas de incentivo fiscal são fundamentais para a revitalização de centros urbanos históricos. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) recomendam o uso de incentivos tributários como ferramenta estratégica para a proteção do patrimônio e o estímulo à atividade econômica em áreas centrais. Indicadores locais reforçam a urgência da medida. De acordo com o Observatório Jundiaí, o Centro é uma das regiões com maior índice de imóveis fechados ou subutilizados. Ao mesmo tempo, o alto custo fixo — especialmente o IPTU — é frequentemente citado por comerciantes como um dos principais entraves à manutenção dos negócios no local. Incentivos fiscais tornam-se, assim, um instrumento viável e eficiente para reverter esse processo de esvaziamento. Casos de sucesso reforçam a efetividade da proposta: - Lisboa (Portugal) implementou isenções fiscais e subsídios para atrair novos negócios ao centro histórico, combinando ações de incentivo ao comércio com recuperação urbanística. Resultado: aumento do turismo cultural e da vida noturna local. - Barcelona (Espanha) criou zonas de interesse cultural e comercial com benefícios fiscais para lojas, galerias e cafés, o que fortaleceu o comércio de rua e a identidade cultural dos bairros antigos. - Salvador (Bahia) utilizou a isenção de impostos para estabelecimentos do Pelourinho, o que contribuiu para o crescimento de bares, restaurantes e espaços culturais no centro histórico. - São Luís (MA) e Recife (PE) adotaram políticas similares com bons resultados no estímulo a livrarias, centros culturais e cooperativas de arte nos centros históricos. - Curitiba (PR) criou incentivos fiscais e linhas de crédito para atrair atividades culturais e criativas ao centro, impactando positivamente na segurança e na movimentação local. Iniciativas como essa criam um círculo virtuoso de valorização: ao reduzir o custo fixo dos empreendedores, o poder público facilita a sustentabilidade econômica de negócios que qualificam o espaço urbano, fortalecem o turismo, aumentam a circulação de pessoas e contribuem com a segurança e a vida comunitária. Em Jundiaí, o Centro Histórico concentra parte importante do nosso patrimônio material e imaterial, com potencial para ser um grande polo cultural, turístico e gastronômico da cidade. Para isso, é fundamental garantir que os empreendedores que apostam na região tenham respaldo do poder público. A isenção de IPTU é um passo concreto e simbólico no compromisso com essa transformação.

HENRIQUE DO CARDUME

PROJETO DE LEI Nº 14.801/2025

(Prefeito Municipal)

Altera os artigos 2º e 3º da Lei nº 6.764, de 08 de dezembro de 2006, bem como as atribuições dos cargos de Guarda Municipal, Subinspetor e Inspetor, constantes do Anexo XVIII da Lei Municipal nº 7.827, de 29 de março de 2012, com o objetivo de melhor disciplinar as competências da Guarda Municipal de Jundiaí.

Art. 1º A Lei nº 6.764, de 08 de dezembro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º A Guarda Municipal de Jundiaí – GMJ, de caráter civil, é uma unidade administrativa diretamente subordinada à Unidade de Gestão de Segurança Municipal, destinada a exercer as atribuições do art. 144, § 8º, da Constituição Federal, da Lei Federal nº 13.022, de 08 de agosto de 2014 (Estatuto Geral das Guardas Municipais) e do art. 102 da Lei Orgânica do Município.
Parágrafo único. A GMJ é, por sua natureza e finalidade, uma corporação uniformizada e armada, organizada com base na disciplina e hierarquia, e tem por objetivo a proteção dos bens, serviços, logradouros públicos e instalações municipais e contribuir para a promoção da segurança pública." (NR)

"Art. 3º São atribuições da GMJ, respeitadas as competências federais e estaduais:
I - zelar pelos bens, equipamentos e prédios públicos do Município;
II - prevenir e inibir, pela presença e vigilância, bem como coibir, infrações penais ou administrativas e atos infracionais que atentem contra os bens, serviços e instalações municipais;
III - atuar, preventiva e permanentemente, no território do Município, para a proteção sistêmica da população que utiliza os bens, serviços e instalações municipais;
IV - colaborar, de forma integrada com os órgãos de segurança pública, em ações conjuntas que contribuam com a paz social;
V - colaborar com a pacificação de conflitos que seus integrantes presenciarem, atentando para o respeito aos direitos fundamentais das pessoas;
VI - exercer as competências de trânsito que lhes forem conferidas, nas vias e logradouros municipais, nos termos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), ou de forma concorrente, mediante convênio celebrado com órgão de trânsito estadual ou municipal, a critério do órgão de trânsito municipal;
VII - proteger o patrimônio ecológico, histórico, cultural, arquitetônico e ambiental do Município, inclusive adotando medidas educativas e preventivas;
VIII - cooperar com os demais órgãos de defesa civil em suas atividades;
IX - interagir com a sociedade civil para discussão de soluções de problemas e projetos locais voltados à melhoria das condições de segurança das comunidades;
X - estabelecer parcerias com os órgãos estaduais e da União, ou de Municípios vizinhos, por meio da celebração de convênios ou consórcios, com vistas ao desenvolvimento de ações preventivas integradas;
XI - articular-se com os órgãos municipais de políticas sociais, visando à adoção de ações interdisciplinares de segurança no Município;
XII - integrar-se com os demais órgãos de poder de polícia administrativa, visando a contribuir para a normatização e a fiscalização das posturas e ordenamento urbano municipal;
XIII - garantir o atendimento de ocorrências emergenciais, ou prestá-lo direta e imediatamente quando deparar-se com elas;
XIV - encaminhar ao delegado de polícia, diante de flagrante delito, o autor da infração, preservando o local do crime, quando possível e sempre que necessário;
XV - contribuir no estudo de impacto na segurança local, conforme plano diretor municipal, por ocasião da construção de empreendimentos de grande porte;
XVI - desenvolver ações de prevenção primária à violência, isoladamente ou em conjunto com os demais órgãos da própria municipalidade, de outros Municípios ou das esferas estadual e federal;
XVII - auxiliar na segurança de grandes eventos e na proteção de autoridades e dignatários; e
XVIII - atuar mediante ações preventivas na segurança escolar, zelando pelo entorno e participando de ações educativas com o corpo discente e docente das unidades de ensino municipal, de forma a colaborar com a implantação da cultura de paz na comunidade local.
Parágrafo único. No exercício de suas competências, a guarda municipal poderá colaborar ou atuar conjuntamente com órgãos de segurança pública da União, dos Estados e do Distrito Federal ou de congêneres de Municípios vizinhos e, nas hipóteses previstas nos incisos XIII e XIV deste artigo, diante do comparecimento de órgão descrito nos incisos do caput do art. 144 da Constituição Federal, deverá a guarda municipal prestar todo o apoio à continuidade do atendimento." (NR)

Art. 2º As descrições e as atribuições dos cargos de Guarda Municipal, Subinspetor e Inspetor, constantes do Anexo XVIII - Índice de Descrições de Cargos de Provimento Efetivo - da Lei Municipal nº 7.827, de 29 de março de 2012, intitulada Plano de Cargos, Salários e Vencimentos, passam a vigorar nos termos do Anexo que integra a

presente Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MARTINELLI
Prefeito Municipal

J U S T I F I C A T I V A

Excelentíssimo Senhor Presidente;
Senhores Vereadores:

Submetemos à apreciação dessa Colenda Casa de Leis o incluso Projeto de Lei, por meio do qual se pretende alterar os artigos 2º e 3º da Lei nº 6.764, de 08 de dezembro de 2006, bem como as atribuições dos cargos de Guarda Municipal, Subinspetor e Inspetor, constantes do Anexo XVIII da Lei Municipal nº 7.827, de 29 de março de 2012, com o objetivo de melhor disciplinar as competências da Guarda Municipal de Jundiaí.
Em relação à competência do Município para legislar sobre o tema, entendemos que a propositura se enquadra nas matérias previstas no art. 30, incisos I e V, em combinação com o art. 39, ambos da Constituição Federal, uma vez que cabe ao Município, no âmbito de sua competência, instituir regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública, bem como organizar e prestar os serviços públicos de interesse local.
A competência legislativa do Município para disciplinar o regime jurídico dos seus servidores, a organização da administração e os serviços públicos, também tem amparo jurídico no art. 6º, caput e incisos IV e XX, da Lei Orgânica de Jundiaí.
Quanto à iniciativa, o projeto de lei encontra amparo legal nos arts. 45 e 46, incisos III, IV e V, combinados com o art. 72, inciso XII, ambos da Lei Orgânica de Jundiaí, que reconhecem a competência privativa do Prefeito para a iniciativa legislativa em assuntos relativos ao regime jurídico, provimento de cargos e empregos, estabilidade, remuneração e aposentadoria dos servidores, bem como organização administrativa, matéria orçamentária, serviços públicos e pessoal, criação, estruturação e atribuições dos órgãos da administração pública municipal.
No mérito, é importante anotar que a organização e estruturação da administração pública, abrangendo a desburocratização e modernização das normativas, processos e fluxos de trabalho, constituem uma das dimensões do princípio da eficiência administrativa.
A presente propositura promove alterações na legislação municipal para ajustá-la aos termos da Lei Federal nº 13.022, de 08 de agosto de 2014, que dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais. As modificações propostas visam delimitar com maior precisão as competências da Guarda Municipal, incluindo as atribuições relativas à proteção do meio ambiente e fiscalização do trânsito.
Aproveitamos a oportunidade para destacar que a medida proposta está de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre as competências das guardas municipais da Lei Federal nº 13.022, de 2014, conforme expresso no acórdão cuja ementa transcrevemos a seguir:

Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Lei Federal 13.022, de 8 de agosto de 2014. Estatuto Geral das Guardas Municipais. 3. Constitucionalidade formal. Inexistência de vício de iniciativa. Art. 61, caput, da Constituição Federal. 4. Atividade fiscalizatória de trânsito pelas guardas municipais. Possibilidade. 5. Exercício de Poder de Polícia administrativa pela guarda municipal. Precedente do STF. RE-RG 658.570, tema 472 da sistemática da repercussão geral: É constitucional a atribuição às guardas municipais do exercício de poder de polícia de trânsito, inclusive para imposição de sanções administrativas legalmente previstas. 6. Atividade de Segurança Pública pela guarda municipal. Possibilidade. Precedentes da ADC 38, ADI 5.538 e ADI 5.948. 7. Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada improcedente para declarar a constitucionalidade da Lei Federal 13.022, de 8 de agosto de 2014, que dispôs sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais.
(ADI 5780, Relator(a): GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 03-07-2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 27-07-2023 PUBLIC 28-07-2023, grifos nossos)

Cumpre-nos, ainda, anotar que as ações propostas possuem adequação orçamentária, conforme se observa do demonstrativo sobre a estimativa do impacto orçamentário-financeiro que acompanha a presente propositura, salientando-se, inclusive, que não implicam em criação ou aumento de despesa.
Desta forma, demonstrados os motivos que ensejaram o presente Projeto de Lei, estamos certos de contar com o total apoio dos Nobres Edis, para sua integral aprovação.

GUSTAVO MARTINELLI
Prefeito Municipal

PROJETO DE LEI Nº 14.802/2025
(Prefeito Municipal)
Altera a Lei Municipal nº 8.362, de 18 de 2014 estabelecendo as novas configurações do Conselho Municipal de Segurança Pública e Cidadania - CMSPC e do Fundo Municipal de Segurança Pública e Cidadania- FMSPC.

Art. 1º O Conselho Municipal de Segurança Pública e Cidadania - CMSPC, e o Fundo Municipal de Segurança Pública e Cidadania - FMSPC, ambos criados pela Lei nº 8.362, de 18 de dezembro de 2014, considerando-se a Lei Federal nº 13.675, de 11 de junho de 2018, passam a ser denominados Conselho Municipal de Segurança Pública - CMSP e Fundo Municipal de Segurança Pública - FMSP, respectivamente, e regidos pela presente Lei.

Capítulo I
Do Conselho Municipal de Segurança Pública - CMSP

Art. 2º O CMSP é um órgão colegiado de participação popular, de natureza opinativa, consultiva e de assessoramento na propositura de ações de políticas públicas, tendo por finalidade discutir, analisar, planejar e acompanhar a solução dos problemas de segurança no Município de Jundiaí, ao qual compete:
I - propor medidas e atividades que visem promover a segurança da população, mediante a sugestão junto aos órgãos responsáveis de ações julgadas prioritárias no Município;
II - desenvolver estudos, debates e pesquisas relativos à segurança pública;
III - propor a realização de campanhas que estimulem a participação da sociedade em projetos que visem a melhoria da segurança pública no Município;
IV - receber sugestões oriundas da sociedade avaliando a oportunidade e conveniência de serem encaminhadas ao Poder competente;
V - apoiar ações desenvolvidas por órgãos governamentais e não governamentais, concernentes à segurança e dentro do âmbito de competência do Município entabular tratativas com organizações e instituições afins, visando a implantação de uma política conjunta para ações comunitárias de segurança e de cidadania, inclusive avaliando os resultados;
VI - convidar representantes e técnicos que atuam na área de segurança pública, bem como especialista com notório saber na área em questão, quando julgar necessário, para discutir questões relativas segurança, democratizando as decisões e as informações sobre políticas públicas;
VII - constituir grupos técnicos e comissões especiais, temporárias ou permanentes, quando julgar necessário, para o pleno desenvolvimento de suas funções; e
VIII - elaborar regimento interno do Conselho, estabelecendo as normas para o seu funcionamento.

Art. 3º O CMSP será composto por 20 (vinte) membros titulares e igual número de suplentes, correspondendo a um representante e respectivo suplente de cada órgão abaixo discriminado:

I - representantes do Poder Público:
a) Gabinete do Prefeito;
b) Unidade de Gestão de Segurança Municipal - UGSM;
c) Unidade de Governo e Finanças - UGGF;
d) Unidade de Gestão da Casa Civil - UGCC;
e) Unidade de Gestão de Assistência e Desenvolvimento Social - UGADS;
f) Unidade de Gestão de Mobilidade e Transporte - UGMT;
g) Unidade de Gestão de Infraestrutura e Serviços Públicos - UGISP;
h) Unidade de Gestão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente - UGPUMA;
i) Fundação Municipal de Ação Social - FUMAS;

j) Unidade de Gestão de Promoção da Saúde - UGPS.

II – representantes da sociedade civil:
a) Conselho da Cidade de Jundiaí;
b) Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente;
c) Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa;
d) Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;
e) Conselho Municipal da Juventude;
f) Conselho Municipal da Criança e do Adolescente;
g) Conselho Municipal de Políticas Antidrogas;
h) Conselho Comunitário de Segurança – Barão de Jundiahy;
i) Conselho Comunitário de Segurança – Leste;
j) Conselho Comunitário de Segurança – Japy.

Parágrafo único. O mandato dos Conselheiros será de 02 (dois) anos, permitida a recondução por igual período.

Art. 4º Serão convidados a participar do CMSP um representante dos seguintes órgãos/entidades, cuja indicação será encaminhada à UGSM:

I– Poder Judiciário Federal;
II – Poder Judiciário Estadual;
III – Ministério Público Federal;
IV – Ministério Público Estadual;
V – Delegacia da Receita Federal - Jundiaí;
VI – 33ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/SP - Jundiaí;
VII – 12º Grupo de Artilharia de Campanha - GAC;
VIII – Delegacia Seccional de Polícia de Jundiaí;
IX – Centro de Detenção Provisória de Jundiaí;
X – 11º Batalhão da Polícia Militar do Estado;
XI – 49º Batalhão da Polícia Militar do Estado;
XII – 4º Batalhão de Polícia Militar Rodoviária do Estado;
XIII – 19º Batalhão de Corpo de Bombeiros Militar do Estado;
XIV – Departamento Estadual de Trânsito - Jundiaí;
XV – Associação dos Vigias Autônomos de Jundiaí e Região.

Art. 5º As atividades do CMSP serão coordenadas por uma Comissão Executiva composta por 03 (três) membros, denominados Presidente, Vice-Presidente e Secretário do Conselho, eleitos pelos seus pares, consoante disposições do Regimento Interno.

§ 1º O mandato da Comissão Executiva será de 01 (um) ano.
§ 2º Será permitida uma única recondução, após eleição, dos membros da Comissão Executiva.

Art. 6º Os conselheiros serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e não receberão remuneração pelas suas atividades, sendo a função exercida considerada de relevante interesse público.
Art. 7º O CMSP reunir-se-á mensalmente, de forma ordinária, e extraordinariamente, a qualquer tempo.
§ 1º As reuniões terão primeira convocação, por escrito, com antecedência mínima de 10 (dez) dias para as reuniões ordinárias e 72 (setenta e duas) horas para as extraordinárias.
§ 2º As reuniões serão instaladas em primeira convocação, com a presença de metade mais um de seus membros titulares e, em segunda convocação, meia hora após a primeira, com qualquer número de membros.
§ 3º As decisões do Conselho serão tomadas por maioria simples dos presentes, exercendo o Presidente do Conselho o direito de voto no caso de empate das votações propostas, restando os assuntos e deliberações registrados em ata.

Art. 8º Os conselheiros que faltarem a três reuniões consecutivas ou a seis alteradas, sem justificativa, serão excluídos e substituídos pelos seus respectivos suplentes, até o final do mandato.
Parágrafo único. No caso de afastamento temporário ou definitivo de um dos membros titulares, assumirá o suplente correspondente ao titular representado no Conselho.

Art. 9º O Município de Jundiaí deverá fornecer ao Conselho os meios necessários para o seu funcionamento, por intermédio da Unidade de Gestão Segurança Municipal - UGSM.

Capítulo II
Do Fundo Municipal de Segurança Pública - FMSP

Art. 10. O FMSP, vinculado à Unidade de Gestão de Segurança Municipal - UGSM, de natureza contábil, desprovido de personalidade jurídica, com vigência indeterminada, destinado a promover condições financeiras de gerenciamento dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações e serviços de segurança pública no âmbito do Município de Jundiaí.

Art. 11. O FMSP assegurará meios para expansão e aperfeiçoamento das ações de Segurança Pública, adequação, modernização, aquisição e manutenção de equipamentos e infraestrutura, bem como a formação, qualificação e aprimoramento dos integrantes da Secretaria Municipal de Segurança Pública, compreendendo:

I - financiamento total ou parcial de programas, projetos, eventos, pesquisas estatísticas e materiais de orientação e conscientização, visando à proteção e defesa dos cidadãos e do patrimônio municipal;
II - aquisição de material permanente, de consumo e contratação de outros serviços de terceiros, necessários à manutenção dos serviços prestados pela Unidade de Gestão de Segurança Municipal;
III - desenvolvimento da capacitação e aperfeiçoamento dos recursos humanos alocados na Unidade de Gestão de Segurança Municipal, visando a capacitação e especialização dos servidores;
IV - modernização administrativa da Unidade de Gestão de Segurança Municipal, objetivando a melhoria dos serviços prestados aos munícipes;
V - quaisquer providências ou atividades para atendimento ou melhoria dos serviços relacionados à segurança pública e custos com sua própria administração.

Art. 12. Constituem-se em receitas do FMSP:

I – doações, contribuições e transferências de pessoas físicas e jurídicas ao Fundo;
II – repasses de acordos, contratos, consórcios, termos de compromissos, inclusões de programas de segurança pública ou convênios entre o Município e Órgãos Públicos e/ou Privados nacionais e internacionais;
III – repasses de Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) e similares;
IV – valores provenientes de multas, oriundas de infrações que sejam legalmente destinadas ao Fundo;
V – transferências de recursos financeiros do Fundo Nacional e Estadual de Segurança Pública;
VI – recursos provenientes de leilões de bens inservíveis da Unidade de Gestão de Segurança Municipal-UGSM;
VII – rendimentos provenientes de suas aplicações financeiras; e
VIII – outros recursos que vierem a ser regulamentados pelo Poder Executivo.

Art. 13. O FMSP fica vinculado diretamente à Unidade de Gestão de Segurança Municipal - UGSM, que fará sua gestão administrativa, com o objetivo de promover condições financeiras de gerenciamento dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações e serviços de segurança pública no âmbito do Município de Jundiaí.

Parágrafo único. A Unidade de Gestão de Governo e Finanças - UGGF fará a gestão contábil do FMSP, competindo-lhe publicar, para fins de prestação de contas, os demonstrativos contábeis do recebimento e aplicação dos recursos.
Capítulo III
Disposições finais

Art. 14. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta da dotação orçamentária própria.

Art. 15. O Poder Executivo Municipal regulamentará a presente Lei no que couber.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GUSTAVO MARTINELLI
Prefeito Municipal

J U S T I F I C A T I V A

Excelentíssimo Senhor Presidente;
Senhores Vereadores:

Submetemos à apreciação dessa E. Edilidade o presente Projeto de

Lei por meio do qual se busca a alteração da Lei Municipal nº 8.362, de 18 de dezembro de 2014, que criou o Conselho Municipal de Segurança Pública e Cidadania -CMSPC e o Fundo Municipal de Segurança Pública e Cidadania - FMSC.

O Projeto de Lei em comento é imprescindível para o Município considerando-se a necessidade de adequação da Lei Municipal nº 8.362, de 2014 aos novos contornos trazidos pela Lei Federal nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) propondo o fortalecimento das instituições de segurança pública, por meio de investimentos e o desenvolvimento de projetos estruturantes e de inovação tecnológica e a formação e capacitação continuada e qualificada dos profissionais de segurança pública.

Com o objetivo de fortalecer as instituições de segurança pública e a formação continuada e qualificada do efetivo da Guarda Municipal a presente propositura visa alteração da Lei Municipal nº 8.362, de 18 de 2014 estabelecendo as novas configurações do Conselho Municipal de Segurança Pública e Cidadania - CMSPC e do Fundo Municipal de Segurança Pública e Cidadania- FMSPC.

Sob o aspecto jurídico, a propositura em deslinde encontra supedâneo, quanto à competência, no artigo 30, incisos I e II e no artigo 167, inciso IX da Constituição Federal, bem como no artigo 6º, caput e inciso XXIII da Lei Orgânica de Jundiaí e nas disposições previstas nos artigos 45 e 46 e que não violam a disposição prevista no artigo 49 e 50:

Constituição Federal

Art.30. Compete aos Municípios:

I- legislar sobre assuntos de interesse local;
II- suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;
(...)

Art. 167. São vedados:
(...)
IX- a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

Lei Orgânica do Município

Art.6º Compete ao Município de Jundiaí legislar sobre assuntos de interesse local com o objetivo de garantir o bem-estar de sua população e o pleno desenvolvimento de suas funções sociais, cabendo-lhe privativamente, entre outras atribuições:

(...)
XXIII - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.

Art.45. A iniciativa de projetos de leis complementares e ordinárias compete ao Prefeito, a qualquer membro ou Comissão da Câmara e aos cidadãos, observado o disposto nesta lei.

Art.46. Compete privativamente ao Prefeito a iniciativa de projetos de lei que disponham sobre:

(...)

IV- organização administrativa, matéria orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração;

V- criação, estruturação e atribuições dos órgãos da administração pública municipal;
(...)

Art.49. Não será admitido aumento da despesa prevista:

I- nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito, ressalvado o disposto nos §§3º e 4º do artigo 131;
(...)

Art. 50. Nenhum projeto de lei que implique a criação ou o aumento de despesa pública será aprovado sem que dele conste a indicação dos recursos disponíveis, próprios para atender aos novos encargos.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica a créditos extraordinários.

Assim, no que tange à iniciativa, atestamos que há amparo legal no artigo 45, que reconhece a iniciativa legislativa ao Prefeito sendo que nenhum projeto de lei que implique a criação ou o aumento de despesa pública será aprovado sem que dele conste a indicação dos recursos disponíveis, próprios para atender aos novos encargos.

No mérito, o projeto de Lei encontra suporte jurídico nas disposições previstas no artigo 144 da Constituição Federal e no artigo 139 da Constituição do Estado de São Paulo e na Lei Orgânica Municipal prevista no artigo 242 e vem com a finalidade de suplementar a legislação federal nos termos previstos na Lei Federal nº 13.675, de 2018, art.3º:

Constituição Federal

Art.144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

(...)

§8º Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

Lei Orgânica Municipal

Art.242. A Segurança Pública, dever do Estado, reger-se-á conforme dispõe o artigo 144 e parágrafos da Constituição Federal, e artigo 139 e seguintes da Constituição do Estado de São Paulo.

A Lei Federal nº 13.675, de 2018 prevê no artigo 3º:

Art.3º Compete à União estabelecer a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer suas respectivas políticas, observadas as diretrizes da política nacional, especialmente para análise e enfrentamento dos riscos à harmonia da convivência social, com destaque às situações de emergência e aos crimes interestaduais e transnacionais.

Cumpre-nos, por fim, observar que as ações propostas possuem adequação orçamentária, conforme se observa pelos documentos acostados e diante do verificado no demonstrativo sobre a estimativa do impacto orçamentário-financeiro.

Justificam-se assim, os motivos determinantes desta iniciativa, pelo que se permanece convicto de que os Nobres Vereadores não faltarão com o costumeiro apoio à aprovação da presente propositura.

GUSTAVO MARTINELLI
Prefeito Municipal

PROJETO DE LEI Nº 14.803/2025
(Madson Henrique do Nascimento Santos)
Dispõe sobre a apreensão de mercadorias comercializadas irregularmente por ambulantes, camelôs ou vendedores informais em vias públicas.

Art. 1º. A apreensão de mercadorias comercializadas por ambulantes, camelôs ou vendedores informais em vias públicas do município de Jundiaí observará os critérios estabelecidos por esta lei.

Art. 2º. No ato da apreensão da mercadoria, a autoridade competente deverá entregar ao responsável pela mercadoria documento comprobatório contendo, no mínimo:

I – a descrição detalhada dos itens apreendidos;
II – a localidade e data da apreensão;
III – a destinação das mercadorias apreendidas.

Art. 3º. Os produtos perecíveis, como frutas, legumes e hortaliças, que não forem reivindicados pelo proprietário no prazo de 8 (oito)

horas a partir da apreensão, poderão ser destinados a instituições de assistência social cadastradas no Município, após avaliação técnica.

§ 1º. Os alimentos perecíveis oriundos de processos artesanais, como bolos, salgados e similares, que não atendam às condições adequadas de segurança alimentar, deverão ser descartados de forma segura, conforme legislação sanitária vigente.
§ 2º. A doação prevista no caput somente ocorrerá após verificação das condições sanitárias dos produtos por profissional ou órgão competente.

Art. 4º. O prazo para retenção de mercadorias não perecíveis apreendidas em decorrência de comércio irregular e na falta de licença, será de 30 (trinta) dias.

§ 1º. A devolução das mercadorias ao infrator será condicionada ao pagamento de multa no valor de 1 (um) UFM, dobrada na reincidência, e mantidas as demais taxas eventualmente previstas na legislação.
§ 2º. Decorrido o prazo previsto no caput deste artigo, as mercadorias passam a ser consideradas abandonadas e poderão:
I – ser leiloadas para cobrir despesas legais; ou
II – ser doadas às entidades assistenciais cadastradas pela Prefeitura.
§ 3º. A destinação das mercadorias deverá ser registrada e publicada na Imprensa Oficial.

Art. 5º. O comerciante reincidente na prática de comércio irregular em vias públicas, sem a devida licença municipal, estará sujeito às seguintes penalidades adicionais:

I – impedimento da possibilidade de solicitação de licença municipal pelo prazo de 90 dias, contados a partir da reincidência.
II – pagamento de taxa adicional, conforme valor e critérios a serem definidos por regulamento do Poder Executivo.

Art. 6º. O descumprimento das disposições desta Lei sujeitará o infrator:
I – à perda definitiva das mercadorias, quando estas forem destinadas a doação ou descarte por risco sanitário;
II – às demais penalidades administrativas, civis e, se for o caso, criminais previstas na legislação vigente.

Art. 7º. O Poder Executivo poderá regulamentar esta lei, no que couber.

Art. 8º. É revogada a Lei nº. 3.535, de 19 de abril de 1990, que autoriza ampliação do prazo de retenção de mercadorias objeto de comércio irregular.

Art. 9º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

J u s t i f i c a t i v a

O presente projeto busca aperfeiçoar os critérios relacionados à apreensão de mercadorias comercializadas por ambulantes e vendedores informais, promovendo maior clareza, justiça e ordem pública. A inclusão de novos dispositivos têm como objetivos principais:
Garantir transparência no processo de apreensão de mercadorias, exigir a entrega de documento comprobatório com a descrição das mercadorias e a destinação das mesmas, para que o vendedor tenha ciência do destino de seus bens e possa, se for o caso, reivindicá-los.
Viabilizar a destinação social de alimentos perecíveis, determinar que frutas, legumes e hortaliças sejam doados a instituições de assistência social, cadastradas, caso não sejam retirados pelo proprietário dentro do prazo estipulado.
Combater a reincidência sem impedir a regularização, estabelecer sanções para comerciantes reincidentes que atuem sem licença, como a vedação temporária para solicitação de licença e a cobrança de uma taxa adicional em caso de regularização, estimulando o cumprimento da legislação municipal.
Embora a lei seja rigorosa, sua aplicação é necessária para manter a ordem pública e o respeito às normas de convivência em um Estado Democrático de Direito. O contrato social, embora muitas vezes impopular, exige que todos os cidadãos cumpram as leis para que possam viver em uma sociedade justa e igualitária.
A fiscalização e a regulamentação da atividade comercial em vias públicas visam impedir a desordem urbana, garantir segurança sanitária e proteger os comerciantes licenciados, que também enfrentam desafios econômicos e cumprem as exigências legais.
Com esta proposta, a Prefeitura de Jundiaí reafirma seu compromisso com a legalidade e a justiça social, ao mesmo tempo em que oferece medidas de adequação para vendedores informais que desejem se regularizar.

MADSON HENRIQUE

PROJETO DE LEI Nº 14.804/2025
(João Victor Ramos)
Autoriza o Executivo a promover a ampliação da cobertura vacinal gratuita para cães e gatos na cidade de Jundiaí, incluindo as vacinas polivalentes V10 para cães e V5 para gatos.

Art. 1º. O Poder Público, em sua política da saúde animal, promoverá a ampliação da cobertura vacinal gratuita para cães e gatos na cidade de Jundiaí, incluindo as vacinas polivalentes V10 para cães e V5 para gatos.

Art. 2º. As instituições da sociedade civil organizada e entidades públicas, poderão contribuir com sugestões, informações, recursos humanos e materiais para viabilizar a consecução dos objetivos desta lei, através da celebração de acordos, convênios e parcerias com o Poder Público Municipal.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

J u s t i f i c a t i v a

Amparados na Constituição Federal de 1988, em seu art. 225, que impõe ao Poder Público o dever de proteger a fauna, visamos promover, através deste projeto de lei, que a Administração Pública reúna todos os esforços necessários a fim de viabilizar e promover a ampliação da cobertura vacinal gratuita para animais domésticos na cidade de Jundiaí.
O presente PL tem o objetivo de garantir a saúde individual dos animais, bem como erradicar doenças comuns.
As vacinas polivalentes V10 para cães e V5 para gatos, são oferecidas por redes particulares de atendimento veterinário e são capazes de controlar a transmissão de diversas doenças.
A vacina polivalente V10 protege o cão contra: cinomose, parvovirose, coronavirose, hepatite canina, adenovirose, parainfluenza e quatro subtipos de leptospirose. A referida vacina deve ser tomada em 3 doses, com uma dose de reforço a cada ano. Depois que o cão toma a primeira dose entre 6 e 8 semanas de vida, ele deve tomar mais duas doses com intervalos de 3 a 4 semanas entre cada uma.
Já a vacina V5, oferecida aos gatos, previne contra: rinotraqueíte, calicivirose, panleucopenia, clamidiose e leucemia felina. Ela deve ser administrada em 2 doses, com intervalo de 3 a 4 semanas entre elas. Embora muitos tutores saibam da importância de manter a vacinação dos animais domésticos em dia, muitos não conseguem arcar com os custos financeiros da imunização, devido ao valor oferecido na rede particular de atendimento veterinário.
Diante de todo o exposto, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente iniciativa.

JOÃO VICTOR

PROJETO DE LEI Nº 14.805/2025
(José Carlos Ferreira Dias)
Altera a Lei 10.307/2025, que instituiu a Política Municipal de Proteção Dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista-TEA, para dispor sobre a obrigatoriedade de substituição dos sinais de sirenes nas escolas por melodias que não agridam os alunos com espectro autista.

Art. 1º. A Lei nº. 10.307, de 14 de fevereiro de 2025, que institui a Política Municipal de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista-TEA, passa a vigorar com os

seguintes acréscimos:

"Art. 18-__. Os sinais sonoros, como campainhas e sirenes, utilizados em estabelecimentos de ensino, devem ser adequados às necessidades sensoriais de estudantes com Transtorno do Espectro Autista-TEA, de forma a evitar incômodos.
Parágrafo único. As melodias ou sons adotados devem ser selecionadas com base em estudos técnicos e científicos que comprovem sua adequação para o público-alvo, levando em consideração a sensibilidade auditiva dos alunos com espectro autista." (NR)

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementado se necessário.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor após decorridos 120 dias de sua publicação.

J u s t i f i c a t i v a

A presente proposta visa promover a inclusão e o bem-estar dos alunos com espectro autista nas escolas do Município de Jundiaí. Estudos demonstram que muitos alunos autistas apresentam hipersensibilidade a sons altos e abruptos, como os emitidos por sirenes. A substituição desses sinais por melodias mais suaves e agradáveis pode contribuir para um ambiente escolar mais acolhedor e menos estressante, favorecendo a aprendizagem e o desenvolvimento desses alunos.
Além disso, a medida reforça o compromisso do Município com a inclusão e a promoção dos direitos das pessoas com deficiência, em conformidade com a legislação vigente, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015).
O papel do Poder Público é de assegurar Políticas Públicas necessárias com o compromisso em promover o atendimento as pessoas com Transtorno do Espectro Autista auxiliando no desenvolvimento de habilidades sociais, terapêuticas e pedagógicas.
A OMS aponta o Transtorno do Espectro Autista como um problema de saúde pública mundial, pois é uma condição que altera o neurodesenvolvimento da pessoa autista.
Sendo assim, prejudica a organização de pensamentos, sentimentos e emoções, o que compromete a comunicação e a interação social do indivíduo. Diante da gravidade e da importância que Politicas Públicas quando bem elaboradas e implantadas resultam na melhoria do espaço e vida do cidadão Jundiaiense, este projeto, vem para auxiliar nesta dura batalha pelas garantias constitucionais e outras mais que propiciem uma melhora significativa na vida de cada estudante com realidade peculiar, bem como dos profissionais de educação, que enfrentam situações das mais diversas no universo de crianças com características especiais.
Diante das justificativas expostas contamos com o apoio dos pares no apoio e aprovação deste importante Projeto de Lei que uma vez aprovado e se tornando Lei contribuirá na construção de uma cidade de Jundiaí mais acolhedora, forte e respeitada pelas ações de inclusão e respeito as minorias.

ZÉ DIAS

PROJETO DE LEI Nº 14.806/2025
(Mariana Cergoli Janeiro)
Altera a Lei 9.686/2021, que instituiu o Programa Jundiaí Empreendedora, para prever medidas de mitigação de impactos causados por crises sanitárias e efeitos climáticos, bem como para criar o "Programa Feira da Mulher Empreendedora", destinado ao incentivo e apoio às mulheres empreendedoras.

Art. 1º. A Lei nº. 9.686, de 1º de dezembro de 2021, que criou o Programa Jundiaí Empreendedora, passa a vigorar com a seguinte alteração e acréscimos:

"CAPÍTULO I

(…)

Art. 1º. (…)

I – mitigar os impactos negativos decorrentes de crises sanitárias e de eventos climáticos na economia local;

(…)

CAPÍTULO II

(…)

Art. 4º. (…)

(…)

(Inciso) - apoio à mulher trabalhadora em busca de colocação no mercado de trabalho e capacitações, priorizando mulheres:

I – com filhos;
II – que são únicas mantenedoras de suas casas;
III – em situação de vulnerabilidade econômica e social;
IV – em situação de violência doméstica e familiar.

(…)

CAPÍTULO XII-A

(…)

CAPÍTULO XII-__
DA FEIRA DA MULHER EMPREENDEDORA

Art. 21-__. O Município fomentará o Programa Feira da Mulher Empreendedora, destinado ao público feminino com os seguintes objetivos:

I – promover a capacitação e formação de mulheres para o empreendedorismo;
II – fomentar o empreendedorismo feminino, considerando suas especificidades;
III – estimular a cooperação entre o Poder Público, setor empresarial e sociedade civil para o fortalecimento de iniciativas empreendedoras femininas;
IV – incentivar a formação de lideranças femininas com foco no desenvolvimento profissional, familiar e comunitário;
V – estimular a elaboração de projetos a serem desenvolvidos pelas mulheres, como forma de viabilizar alternativas de trabalho e renda;
VI – fomentar a realização de feiras centralizadas e descentralizadas, com mulheres, com vistas à promoção do empreendedorismo feminino, nos períodos diurno e/ou noturno, expostas através de um conjunto de instalações removíveis em locais a serem definidos.

§ 1º. São requisitos cumulativos para participação no Programa Feira da Mulher Empreendedora:

I – ser mulher;
II – ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
III – residir no município de Jundiaí, com comprovação de endereço;

§ 2º. A participação no Programa será encerrada por decisão da própria interessada ou em caso de mudança de domicílio para outro município." (NR)

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

J u s t i f i c a t i v a

O presente alteração visa ampliar o artigo 1º para prever o incentivo ao empreendedorismo, não apenas no caso da COVID 19, (cuja emergência já foi declarada finda pela Organização Mundial da Saúde - OMS), mas, para todos os casos de emergências sanitárias e também climáticas, que poderão afetar não apenas a saúde física e mental das pessoas, mas também a saúde financeira da população e do País.
O presente projeto visa, ainda, dar destaque à mulher que queira empreender. Mesmo em tempos difíceis, como os de crises econômicas, sanitárias, ou climáticas, existem áreas nas quais as mulheres empreendedoras conseguem visualizar uma boa oportunidade e, ainda, colocar uma grande ideia em prática e resolver os problemas de um grande número de pessoas.
Além disso, a criação deste projeto de lei também é necessária para promover a igualdade de gênero no empreendedorismo; capacitando

e apoiando as mulheres empreendedoras, em suas iniciativas. A valorização e o fortalecimento do empreendedorismo feminino são essenciais para o desenvolvimento econômico e social do País; contribuindo para a criação de empregos, aumento da renda e a redução das desigualdades.
Por meio da qualificação, cooperação entre entes públicos e o setor empresarial e o estabelecimento de linhas de crédito facilitadas, as mulheres empreendedoras terão melhores condições para desenvolver seus negócios, adquirir competências empreendedoras e acessar recursos financeiros necessários.
Além disso, a difusão da cultura empreendedora entre as mulheres e a promoção da inclusão social e econômica, principalmente de mulheres em situação de maior vulnerabilidade, contribuirão para a construção de uma sociedade mais equitativa, na qual as mulheres tenham oportunidades de participação e sucesso nos diversos setores da economia; fortalecendo a sua dignidade e autoestima.
Por todo o exposto, peço o apoio dos nobres pares para a aprovação deste importante projeto de lei.

MARIANA JANEIRO

PROJETO DE LEI Nº 14.807/2025
(Henrique Carlos Parra Parra Filho)
Cria a Campanha Municipal da Empregabilidade e Capacitação de Travestis, Pessoas Transgêneras e Não Binárias; e o Selo Empregabilidade Trans.

Art. 1º. É criada a "Campanha Municipal da Empregabilidade e Capacitação de Travestis, Pessoas Transgêneras e Não Binárias".

Art. 2º. A Campanha tem por objetivos:

I – promover feiras de divulgação de vagas de emprego da cidade, abertas a toda a população, com incentivo à inclusão de travestis, pessoas transgêneras e não binárias;
II – fomentar cursos de formação e capacitação em parceria com instituições públicas e privadas;
III – realizar encontros formativos com empresários, profissionais de RH e gestores locais, com foco na diversidade de gênero no ambiente de trabalho;
IV – oferecer postos de confecção de currículos e cadastramento em sites de emprego;
V – estimular a criação de bancos de currículos e plataformas inclusivas voltadas à população trans e travesti;
VI – promover feiras de empreendedorismo e divulgação de trabalhos realizados por travestis, pessoas transgêneras e não binárias.

§ 1º. Poderão ser realizadas outras ações como palestras, debates, seminários, painéis, fóruns, workshops, oficinas e apresentações presenciais ou digitais.
§ 2º. As atividades previstas poderão ser desenvolvidas em espaços públicos ou privados, em cooperação com os poderes Executivo e Legislativo, conselhos, coletivos e movimentos sociais LGBTQIAP+.
§ 3º. O nome social das pessoas travestis, transgêneras e não binárias deverá ser respeitado em todo material de divulgação, independentemente de alteração oficial em registro civil.
§ 4º. As equipes organizadoras devem incluir representantes da população trans, travesti e não binária sempre que possível.

Art. 3º. As ações previstas na presente Lei poderão ser implementadas por meio de parcerias com órgãos da administração pública municipal, entidades da sociedade civil, instituições de ensino, organizações não governamentais, coletivos LGBTQIAP+, empresas privadas e demais interessados.

Art. 4º. É criado o Selo "Empregabilidade Trans", com o objetivo de reconhecer publicamente empresas, instituições e organizações que promovam a inclusão de travestis, pessoas transgêneras e não binárias em seus quadros funcionais.

§ 1º. O Selo será concedido anualmente, mediante critérios estabelecidos em regulamento a ser expedido pelo Poder Executivo.
§ 2º. O regulamento deverá prever critérios objetivos para a concessão, considerando o percentual de inclusão, as práticas de promoção da diversidade, a permanência dos vínculos empregatícios e as ações de acolhimento institucional.
§ 3º. O Selo poderá ser utilizado em materiais institucionais das empresas e servirá como critério adicional em campanhas de fomento à empregabilidade.
§ 4º. A concessão, avaliação e renovação do Selo caberá à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, em conjunto com o órgão municipal responsável pela pauta LGBTQIAP+.

Art. 5º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

J u s t i f i c a t i v a

A presente proposição tem como objetivo enfrentar, no âmbito do município de Jundiaí, as barreiras históricas de acesso ao trabalho formal e à qualificação profissional impostas à população travesti, transgênera e não binária.
Dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) revelam uma realidade alarmante: mais de 90% das pessoas trans no Brasil estão excluídas do mercado de trabalho formal e sobrevivem por meio da informalidade e da prostituição — muitas vezes por ausência de alternativas geradas pela exclusão escolar, familiar e institucional.
A proposta da "Campanha Municipal da Empregabilidade e Capacitação de Travestis, Pessoas Transgêneras e Não Binárias" visa justamente romper esse ciclo de exclusão, criando um espaço institucional permanente de visibilidade, formação e inclusão social, reunindo a iniciativa pública e privada, movimentos sociais e setores comprometidos com a equidade.
Ao mesmo tempo, o Selo "Empregabilidade Trans" busca reconhecer e incentivar empresas e instituições que assumem o compromisso com práticas de inclusão no ambiente de trabalho. A iniciativa pretende fortalecer políticas afirmativas, gerando impacto concreto na qualidade de vida dessa população, além de dar visibilidade e credibilidade às empresas que se posicionam pelo respeito à diversidade.
O projeto também dialoga com diretrizes internacionais e nacionais de direitos humanos, como os Princípios de Yogyakarta, a Decisão do STF na ADO 26/DF, que reconheceu a omissão legislativa no combate à homotransfobia, e o art. 5º da Constituição Federal, que consagra o princípio da igualdade e a dignidade da pessoa como fundamentos da República.
Trata-se de uma política afirmativa de caráter educativo, inclusivo e simbólico, dentro dos limites constitucionais e legais de competência municipal, promovendo a articulação entre o poder público, empresas, entidades sociais e a própria população trans.
Por fim, a aprovação desta Lei representa um compromisso de Jundiaí com a justiça social, a cidadania plena e a construção de um município mais inclusivo, seguro e igualitário para todas as pessoas.

HENRIQUE DO CARDUME

PROJETO DE LEI Nº 14.808/2025
(Paulo Sergio Martins)
Altera a Lei 5.654/2001, que cria áreas de estacionamento rotativo em vias e logradouros públicos, para isentar do pagamento de estacionamento rotativo o veículo de corretor de imóvel em serviço.

Art. 1º. A Lei nº. 5.654, de 13 de agosto de 2001, que cria áreas de estacionamento rotativo em vias e logradouros públicos, passa a vigorar com o seguinte acréscimo:

"Art. 2° (…)
(parágrafo). - O estacionamento é gratuito, mediante identificação específica, no caso de veículo utilizado por corretor de imóvel em serviço." (NR)

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

J u s t i f i c a t i v a
Os corretores de imóveis desempenham um papel essencial no desenvolvimento urbano e no mercado imobiliário, atuando diretamente na intermediação de negócios e na mobilidade entre diferentes pontos da cidade. Seu trabalho exige constantes deslocamentos para visitas a imóveis, reuniões com clientes e atendimentos em diversos bairros, o que os obriga a utilizar o

estacionamento rotativo com frequência.
Dessa forma, considerando a relevância da atividade desempenhada pelos corretores de imóveis e a necessidade de facilitar seu deslocamento, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste projeto de lei.

PAULO SERGIO – DELEGADO

PROJETO DE LEI Nº 14.809/2025
(Paulo Sergio Martins)
Dispõe sobre a aplicação de sanções administrativas a pessoas condenadas, com trânsito em julgado, por crimes praticados contra a mulher.

Art. 1º. As pessoas físicas, bem como os representantes legais de pessoas jurídicas, que tenham sido condenadas, por decisão judicial transitada em julgado, por crimes praticados com violência ou grave ameaça contra a mulher, ficam sujeitas às seguintes sanções administrativas no âmbito do Poder Público Municipal:

I – vedação à celebração de contratos com a Administração Pública Municipal, direta ou indireta, inclusive para prestação de serviços, fornecimento de bens, execução de obras ou concessão de benefícios;
II – impedimento de participação em licitações promovidas pelo Poder Público Municipal, em qualquer de suas esferas;
III – exclusão de programas de incentivo fiscal, econômico ou creditício oferecidos pelo Município;
IV – aplicação de multa administrativa.

Art. 2º. As sanções previstas nesta lei não excluem outras penalidades previstas em legislação federal, estadual ou municipal.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

J u s t i f i c a t i v a

O presente Projeto de Lei tem como objetivo estabelecer punições administrativas no âmbito do Município a pessoas condenadas, com trânsito em julgado, por crimes praticados contra a mulher. A proposta visa fortalecer o combate à violência de gênero por meio de medidas concretas que impeçam que agressores condenados possam se beneficiar de contratos, cargos públicos ou incentivos promovidos pelo poder público municipal.
A violência contra a mulher é uma grave violação dos direitos humanos e representa um problema estrutural que exige respostas firmes por parte do Estado em todas as esferas. Embora existam leis nacionais, como a Lei Maria da Penha, é dever do Município adotar medidas complementares que contribuam para a prevenção e o enfrentamento dessa violência.
Ao vedar que pessoas condenadas por violência contra a mulher tenham acesso a cargos comissionados, licitações ou benefícios fiscais, o Município reafirma seu compromisso com a dignidade do ser humano, a proteção das mulheres e a integridade da Administração Pública.
Além disso, a proposta também possui caráter educativo e preventivo, ao transmitir uma mensagem clara de que o poder público não deve compactuar, direta ou indiretamente, com a prática de atos de violência, especialmente quando dirigidos às mulheres.
Diante disso, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste importante instrumento de proteção e justiça social.

PAULO SERGIO – DELEGADO

PROJETO DE LEI Nº 14.810/2025
(Tiago Leandro)
Altera a Lei 9.321/2019, que revisou o Plano Diretor do Município de Jundiaí, para incluir a cobrança de taxas a empreendimentos com edificação, bem como para loteamentos.

Art. 1º. A Lei nº. 9.321, de 11 de novembro de 2019, que revisou o Plano Diretor do Município de Jundiaí, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Título IV (…)
Capítulo VI (…)
Seção XIII
Do Estudo e Relatório de Impacto de Vizinhança - EIV/RIV

(…)
Art. 134. (…)
Art. 134-__. Todos os empreendimentos imobiliários, sejam eles condomínios horizontais ou verticais com edificação, ou loteamentos de terrenos, estarão sujeitos ao pagamento de taxas municipais para mitigação dos impactos urbanos, ambientais e sociais decorrentes de sua implantação, nos termos estabelecidos por regulamentação do Poder Executivo.

§ 1º. Consideram-se impactos significativos, para os fins desta lei, aqueles relacionados, mas não limitados, a:

I – aumento da demanda por mobilidade urbana, com reflexos no trânsito, no transporte coletivo e na circulação viária local e regional;
II – sobrecarga nos sistemas de saúde pública, decorrente do crescimento populacional e da demanda por atendimento médico e hospitalar;
III – pressão adicional sobre a rede municipal de ensino, com aumento da necessidade de vagas em creches, escolas de ensino fundamental e médio, bem como de profissionais da educação;
IV – incremento na necessidade de expansão e manutenção dos sistemas de saneamento básico, abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem urbana;
V – ampliação da necessidade de coleta de resíduos sólidos e manutenção da limpeza pública;
VI – ocupação e possível degradação de áreas verdes e espaços de lazer público, exigindo investimentos em preservação ambiental e infraestrutura de lazer;
VII – demanda por segurança pública e serviços de emergência, como bombeiros e defesa civil, em razão da maior concentração populacional.

§ 2º. O Poder Executivo regulamentará os critérios e valores para a cobrança das taxas previstas nesta lei, observando os seguintes parâmetros:
I – o porte e a tipologia do empreendimento;
II – o impacto gerado na infraestrutura urbana, incluindo vias públicas, trânsito, saneamento básico, drenagem, mobilidade, áreas verdes e equipamentos públicos;
III – a necessidade de contrapartidas ambientais e urbanísticas para minimizar ou compensar os impactos identificados no EIV/RIV;
IV – a destinação dos recursos arrecadados, garantindo sua aplicação prioritária em melhorias na infraestrutura urbana e nos serviços públicos do município.

§ 3º. A inobservância das disposições desta lei e a inadimplência no pagamento das taxas sujeitarão o empreendimento às sanções cabíveis, incluindo a não aprovação do projeto, a suspensão de obras ou o impedimento da emissão do habite-se.” (NR)

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

J u s t i f i c a t i v a

O crescimento urbano de Jundiaí tem trazido novos empreendimentos imobiliários, tanto na forma de condomínios com edificações verticais e horizontais quanto em loteamentos de terrenos. Em ambos os casos, há um impacto significativo na infraestrutura da cidade, com aumento da demanda por vias públicas, mobilidade urbana, saneamento, segurança, educação e saúde.
A implantação de novos empreendimentos, mesmo aqueles que não possuam edificações iniciais, resulta na ocupação gradual dos lotes, promovendo a movimentação de novos moradores e a necessidade de investimentos públicos para garantir qualidade de vida na região.
Assim, a cobrança de uma taxa para mitigação desses impactos se faz necessária para equilibrar o crescimento urbano e assegurar que a infraestrutura acompanhe o desenvolvimento da cidade
Dessa forma, este projeto de lei visa garantir que tanto condomínios com edificações quanto loteamentos de terrenos sejam incluídos na obrigatoriedade da cobrança, tornando o processo mais justo e sustentável.

TIAGO DA EL ELION

PROJETO DE LEI Nº 14.811/2025
(Madson Henrique do Nascimento Santos)
Obriga a implementação de QR Codes com conteúdo em Língua Brasileira de Sinais-Libras nos espaços públicos culturais do município.

Art. 1º. É obrigatória a disponibilização de QR Codes que direcionem a conteúdo informativo e descritivo em Língua Brasileira de Sinais-Libras sobre acervos, exposições, eventos e instalações nos espaços públicos culturais localizados no Município de Jundiaí.

Parágrafo único. Esta lei tem como objetivo promover a acessibilidade comunicacional e o direito à cultura para pessoas com deficiência auditiva e surdas, nos termos da Lei Federal nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Art. 2º. Para os fins desta Lei, considera-se:
I – espaços públicos culturais: museus, teatros, centros, bibliotecas públicas, galerias de arte, arquivos públicos, casas de cultura, pontos de memória e outros equipamentos sob gestão ou cogestão do Poder Público Municipal que promovam atividades culturais abertas ao público;
II – QR Code: código de barras bidimensional que pode ser escaneado por dispositivos móveis para acesso a conteúdo digital;
III – conteúdo em Libras: informações apresentadas por meio de vídeos na Língua Brasileira de Sinais-Libras, conforme definida pela Lei Federal nº 10.436/20022, e regulamentada pelo Decreto Federal nº. 5.626/2005.
IV – acessibilidade comunicacional: eliminação de barreiras na comunicação interpessoal, escrita e virtual, garantindo o acesso por meio de formatos acessíveis;
V – QR Code Dinâmico: código cujo conteúdo vinculado pode ser alterado ou atualizado remotamente, sem necessidade de reimpressão física.

Art. 3º. Os QR Codes deverão ser afixados em locais de fácil visualização e acesso, junto a obras de arte, peças de acervo, painéis informativos de exposições, pontos de interesse arquitetônico ou histórico, bem como em materiais relacionados a eventos e serviços oferecidos.
§ 1º. A obrigatoriedade se aplica prioritariamente a novas exposições e instalações, bem como às exposições e acervos de caráter permanente, que deverão ser adaptadas progressivamente, conforme cronograma estabelecido.
§ 2º. O Poder Executivo regulamentará, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da publicação desta Lei, a lista inicial de espaços prioritários e o cronograma detalhado de adequação dos acervos e exposições permanentes.

Art. 4º. O conteúdo em Libras disponibilizado deverá:
I – apresentar informações essenciais e contextuais sobre o item cultural, buscando equivalência de conteúdo com as informações principais oferecidas em português aos demais visitantes;
II – ser produzido por tradutores e intérpretes com comprovada qualificação e proficiência, recomendando-se que possuam experiência ou formação complementar na área cultural ou artística específica, a fim de garantir a adequação terminológica e conceitual;
III – priorizar a clareza, a objetividade e a fidelidade na tradução, respeitando as estruturas linguísticas e as referências culturais próprias da comunidade surda, evitando traduções literais que possam prejudicar a compreensão.
IV – ser atualizado, devendo ser revisto e, se necessário, regravado sempre que houver alteração, acréscimo ou correção relevante na informação principal disponibilizada sobre o item cultural correspondente.

Art. 5º. Os QR Codes e os vídeos vinculados deverão atender aos seguintes requisitos técnicos mínimos:
I – QR Codes:
a) impressão com dimensões adequadas e alto contraste, assegurando leitura em diferentes condições de iluminação;
b) instalação em locais de fácil acesso visual e físico, devidamente sinalizados quanto à sua função;
c) confeccionados em material resistente a desgaste, umidade e exposição solar;
d) Preferencialmente, utilização de QR Codes Dinâmicos, para facilitar atualizações e gestão de conteúdo.
II – vídeos em Libras:
a) qualidade de gravação que permita visualização clara da sinalização e expressões faciais;
b) janela de Libras com tamanho e posicionamento adequados, preferencialmente no canto inferior direito, com fundo sólido e contraste apropriado;
c) disponibilização em plataforma digital de vídeo “on-line” que seja estável, de amplo acesso público e gratuito, garantindo a permanência e funcionalidade do link associado ao QR Code.
d) inclusão de legendas em português, preferencialmente no formato LSE (Legenda para Surdos e Ensurdecidos).

Art. 6º. Os espaços públicos culturais terão os seguintes prazos máximos para adequação a contar da data de publicação desta Lei:
I – 180 (cento e oitenta) dias para novas exposições temporárias inauguradas após este prazo;
II – 24 (vinte e quatro) meses para início da adaptação dos acervos permanentes, conforme cronograma a ser definido em regulamento.
Parágrafo único. O Decreto regulamentador poderá estabelecer fases de implementação para as exposições permanentes, priorizando os espaços culturais de maior visitação pública, relevância histórica ou que possuam acervos mais significativos para a identidade cultural do município.

Art. 7º. Caberá à Unidade de Gestão de Cultura-UGC, em articulação permanente com a Unidade de Gestão de Promoção da Pessoa com Deficiência-UGPCD, a coordenação geral, o apoio técnico à implementação e a fiscalização do cumprimento do disposto nesta Lei.
§ 1º. Compete as unidades referidas:
a) elaborar e divulgar manuais de boas práticas, guias de orientação e diretrizes técnicas complementares para auxiliar os gestores dos espaços culturais;
b) promover ou articular capacitação e sensibilização para os servidores, funcionários e equipes terceirizadas, abordando o uso da tecnologia implementada, as especificidades da cultura e do atendimento à pessoa surda;
c) estabelecer e supervisionar mecanismos para a verificação periódica e a manutenção contínua da funcionalidade dos QR Codes e da validade dos links associados;
d) instituir canais formais e realizar consultas periódicas junto a representantes da comunidade surda, associações representativas e especialistas em acessibilidade e Libras, para coletar informações sobre o uso, a qualidade do conteúdo e a eficácia geral da iniciativa.
§ 2º. A responsabilidade pela produção, gestão e hospedagem do conteúdo digital será primariamente da UGC, que poderá executá-la por meios próprios, convênios, parcerias, ou mediante contratação de serviços especializados.

Art. 8º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias da Unidade de Gestão de Cultura, consignadas no orçamento anual, suplementadas se necessário.
§ 1º. O Poder Executivo Municipal poderá celebrar convênios, parcerias e a buscar fontes de financiamento complementares junto a outras esferas de governo ou junto a entidades privadas e organismos internacionais, para auxiliar no custeio das despesas de implementação, produção de conteúdo, manutenção tecnológica e capacitação previstas nesta Lei.
§ 2º. A UGPCD atuará como canal para recebimento e encaminhamento de denúncias e reclamações de munícipes relativas ao descumprimento desta Lei, que deverão ser apuradas pela UGC ou órgão competente.

Art. 9º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

J u s t i f i c a t i v a

O presente Projeto de Lei visa instituir, no âmbito do Município de Jundiaí, a obrigatoriedade da utilização de QR Codes que direcionem a conteúdo em Língua Brasileira de Sinais (Libras) em espaços públicos culturais. A medida tem como objetivo central a promoção da inclusão cultural e a garantia dos direitos fundamentais da comunidade surda, frequentemente alijada do pleno usufruto das atividades e acervos culturais devido a barreiras de comunicação.
O acesso à cultura é um direito humano fundamental, essencial para o desenvolvimento individual e coletivo, para a formação da cidadania e para a coesão social. No entanto, a ausência de recursos de acessibilidade comunicacional nos espaços culturais representa um obstáculo significativo para pessoas surdas, cuja primeira língua é a Libras. A Língua Brasileira de Sinais é reconhecida legalmente

como meio de comunicação e expressão da comunidade surda brasileira, sendo imprescindível sua presença para assegurar a igualdade de oportunidades no acesso à informação e ao patrimônio cultural.
A adoção desta medida posiciona Jundiaí como um município vanguardista e comprometido com a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, alinhando-se às diretrizes nacionais e estaduais de promoção dos direitos das pessoas com deficiência e reforçando as iniciativas locais já existentes.
Fundamentação Legal: este Projeto de Lei encontra sólido respaldo no ordenamento jurídico brasileiro. A Constituição Federal de 1988 consagra, em diversos artigos, os direitos fundamentais à igualdade, à cultura e à dignidade da pessoa humana, estabelecendo a competência municipal para legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber.
De forma mais específica, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI - Lei nº 13.146/2015), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, representa um marco legal fundamental. A LBI assegura expressamente o direito da pessoa com deficiência à cultura, ao lazer, ao turismo e ao esporte em igualdade de condições, garantindo o acesso a bens culturais em formatos acessíveis (Art. 9º) e o direito à liberdade de expressão e opinião, incluindo o acesso à informação e comunicação por meio de sistemas e tecnologias acessíveis (Art. 39º). O Artigo 42º da LBI é particularmente relevante ao determinar a obrigatoriedade do uso de janela com intérprete de Libras em serviços de radiodifusão, evidenciando a importância deste recurso para a comunidade surda. Este projeto, portanto, visa operacionalizar, na esfera municipal e no contexto cultural específico, os mandamentos da legislação federal.
Adicionalmente, a Lei nº 10.436/2002, que reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão, e o Decreto nº 5.626/2005, que a regulamenta, conferem o embasamento legal para a promoção do uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais.
Recursos para a implementação de medidas como a proposta neste projeto podem ser fomentados por legislações recentes. A Lei Paulo Gustavo (LPG - Lei Complementar nº 195/2022), criada para apoiar o setor cultural afetado pela pandemia, incentiva fortemente a adoção de medidas de acessibilidade em projetos e espaços culturais. A LPG prevê que os instrumentos de seleção (editais, chamamentos) sejam, preferencialmente, disponibilizados em formatos acessíveis, incluindo Libras (Art. 8º, § 5º), e que os projetos beneficiados realizem contrapartidas que assegurem a acessibilidade a grupos com restrições (Art. 7º). Além disso, estabelece um incentivo financeiro, determinando que editais prevejam um repasse mínimo 10% superior para propostas que contenham recursos de acessibilidade (Art. 15º), e exige mecanismos de estímulo à participação de pessoas com deficiência (Art. 17º). Da mesma forma, a Lei Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020), em seus mecanismos de apoio emergencial à cultura, também permite a utilização de recursos para ações de manutenção e adequação de espaços culturais, o que pode incluir a implementação de medidas de acessibilidade.
Por fim, normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), como a NBR 9050, que trata da acessibilidade em edificações e espaços, embora não mencione QR Codes especificamente, estabelece princípios gerais de sinalização e comunicação acessível, como o uso de múltiplos sentidos e contraste visual, que são pertinentes à instalação dos códigos. A NBR 15.290 orienta sobre a janela de Libras em produções audiovisuais, fornecendo parâmetros técnicos relevantes para os vídeos a serem vinculados aos QR Codes.
A escolha da tecnologia de QR Codes como veículo para a disponibilização do conteúdo em Libras fundamenta-se em sua comprovada eficácia, baixo custo relativo de implementação e ampla acessibilidade. Os QR Codes podem ser facilmente escaneados pela maioria dos smartphones atuais, sem a necessidade de aplicativos adicionais, permitindo que o visitante acesse informações complementares de forma autônoma e imediata.
Diversas iniciativas, tanto no Brasil quanto no exterior, demonstram o sucesso da aplicação de QR Codes para promover a acessibilidade em língua de sinais em contextos culturais e patrimoniais.
Projetos como o do Museu de Ciências Naturais da PUC Minas e o livro multiformato "A casa do Conselheiro" do Museu do Doce da UFPel são exemplos nacionais. Internacionalmente, destacam-se as implementações em sítios arqueológicos na Índia pela Archaeological Survey of India (ASI) em parceria com a Yunikee , no Mathaf: Museu Árabe de Arte Moderna no Qatar em colaboração com a Mada , no Museu Valencià de la Festa na Espanha , no Museum of English Rural Life no Reino Unido , e no Forte de Golconda, patrimônio da UNESCO. Essas experiências validam a viabilidade e o impacto positivo da tecnologia.
Considerando que a Libras é uma língua visual gestual, a disponibilização de conteúdo em vídeo é essencial. Os QR Codes funcionam como portais diretos para esses vídeos, que podem ser hospedados em plataformas online de ampla divulgação, como YouTube ou Vimeo, ou em infraestrutura própria do município. A utilização de QR Codes Dinâmicos é particularmente recomendada, pois permite a atualização do conteúdo vinculado (vídeos ou informações) sem a necessidade de substituir fisicamente o código impresso no espaço cultural, facilitando a gestão e a manutenção da atualidade das informações, um desafio apontado em algumas implementações.
A convergência entre as obrigações legais de acessibilidade, os incentivos e potenciais fontes de financiamento, a disponibilidade de uma tecnologia adequada e de baixo custo, e os exemplos de sucesso em outras localidades cria um cenário favorável e, pode-se argumentar, um imperativo para que Jundiaí adote medidas proativas como a proposta neste Projeto de Lei. Não se trata apenas de uma inovação desejável, mas de uma resposta concreta às exigências legais e sociais por inclusão, posicionando o município como referência no cumprimento desses deveres.
A existência de uma comunidade surda ativa em Jundiaí e região, bem como de associações que a representam, evidencia a demanda por políticas públicas que garantam seus direitos e promovam sua participação social e cultural. Este Projeto de Lei dialoga diretamente com os objetivos da Unidade de Gestão de Cultura (UGC) e da Unidade de Gestão de Promoção da Pessoa com Deficiência (UGPCD) do município, fortalecendo as ações voltadas para a inclusão.
É fundamental reconhecer, contudo, que a tecnologia, por si só, não esgota as necessidades de acessibilidade. Experiências anteriores, como a do Museu da PUC Minas, indicaram que, apesar da avaliação positiva dos QR Codes, os visitantes surdos ainda sentiram falta da interação com intérpretes humanos para esclarecer dúvidas e aprofundar o diálogo. As melhores práticas em acessibilidade cultural apontam para uma abordagem holística, que engloba as dimensões física, atitudinal, comunicacional e metodológica. Portanto, a implementação dos QR Codes com Libras deve ser compreendida como um passo fundamental e estruturante, mas que idealmente se integra a uma estratégia mais ampla de acessibilidade, incluindo a capacitação de equipes e, sempre que possível, a presença de intérpretes de Libras em eventos e mediações.
A aprovação desta lei representa uma oportunidade para Jundiaí se destacar como um polo de referência em acessibilidade cultural, fortalecendo sua imagem como cidade inclusiva e acolhedora, capaz de atrair um público mais diverso, incluindo turistas surdos e suas famílias.

MADSON HENRIQUE

PROJETO DE LEI Nº 14.812/2025
(Adilson Roberto Pereira Junior)
Altera a Lei nº. 3.143/1987, que criou o Sistema Municipal de Passes, para prever concessão de gratuidade no transporte coletivo urbano às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

Art. 1º. A Lei nº. 3.143, de 28 de dezembro de 1987, que criou o Sistema Municipal de Passes, passa a viger com a seguinte modificação:

“Art. 4º. (…)

§ 1º. À categoria referida no item III será assegurada a gratuidade e consistirá, unicamente, cartão de identificação do idoso de uso pessoal e intransferível, concedido às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, residentes em Jundiaí, com validade permanente, e embarque pela porta dianteira do ônibus.” (NR)

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º. O Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

J u s t i f i c a t i v a

O presente Projeto de Lei tem por objetivo ampliar o direito à gratuidade no transporte coletivo urbano, estendendo-o às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.
Embora o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei Federal nº 10.741/2003) garanta o benefício da gratuidade no transporte coletivo urbano apenas a partir dos 65 anos de idade, nada impede que os municípios, no exercício da sua competência legislativa suplementar, ampliem esse direito, conforme já ocorre em diversas cidades brasileiras, como São Paulo (SP), São Bernardo do Campo (SP), Vitória (ES), e Garanhuns (PE), entre outras.
A medida busca promover a dignidade da pessoa idosa, assegurar maior mobilidade, acesso à saúde, lazer, convívio social e a efetiva inclusão cidadã. É notório que muitos cidadãos acima dos 60 anos ainda se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, especialmente em razão da dificuldade de inserção no mercado de trabalho ou da insuficiência de aposentadorias e pensões para custear despesas básicas.
O benefício ora proposto é uma importante ferramenta de justiça social e promoção da igualdade, além de estar em consonância com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa, da isonomia e da proteção especial ao idoso.
Ao conceder esse direito a partir dos 60 anos, o Município reforça seu compromisso com o bem-estar da população idosa, adotando política pública sensível, responsável e orientada à equidade.
Diante do exposto, contamos com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação deste importante projeto de lei.

JUNINHO ADILSON

PROJETO DE LEI Nº 14.813/2025
(Adriano Santana dos Santos)
Cria a Campanha de Conscientização e Informação Contra a Disseminação de Notícias Falsas.

Art. 1º. Fica criada a Campanha de Conscientização e Informação Contra a Disseminação de Notícias Falsas, com o objetivo de orientar e conscientizar a população sobre os riscos da desinformação, promovendo o uso responsável das mídias e tecnologias, inclusive da Inteligência Artificial, bem como incentivando a checagem da veracidade das informações antes de sua divulgação.

Parágrafo único. A Campanha poderá ser promovida anualmente, preferencialmente no mês de abril, por meio de ações educativas, atividades práticas, produção de conteúdo acessível e campanhas de sensibilização.

Art. 2º. Para os efeitos desta Lei, considera-se notícia falsa (fake news) qualquer conteúdo falso, enganoso ou manipulado, divulgado com intenção de enganar, causar confusão, prejudicar pessoas, manipular decisões públicas ou privadas, ou comprometer o funcionamento das instituições e da democracia, por qualquer meio físico, oral ou digital.

§ 1º. Inclui-se no conceito de fake news o conteúdo gerado ou difundido com uso indevido de tecnologias como Inteligência Artificial, deepfakes, clonagem de voz, manipulação de imagens, vídeos e textos automatizados, especialmente aqueles com aparência real.
§ 2º. Não se enquadram como fake news os conteúdos de natureza literária, humorística, artística ou cultural, desde que não tenham o propósito deliberado de enganar ou desinformar.

Art. 3º. A Campanha de que trata esta Lei preferencialmente seguirá as seguintes diretrizes:

I – realização de palestras, oficinas, rodas de conversa, seminários e ações educativas em escolas, universidades, espaços públicos e comunitários;
II – promoção da educação midiática e digital, com foco na checagem de fontes, verificação de informações, pensamento crítico e uso consciente da tecnologia;
III – esclarecimento sobre os riscos do uso indevido da Inteligência Artificial para enganar ou manipular;
IV – produção e distribuição de materiais educativos com linguagem clara, acessível e inclusiva, inclusive em formatos como Libras, audiodescrição e leitura fácil;
V – capacitação de agentes públicos e educadores sobre desinformação e segurança da informação;
VI – incentivo à denúncia de conteúdos falsos e à criação de canais seguros de apuração;
VII – formação de multiplicadores, por meio de parcerias com universidades, escolas, profissionais da comunicação, educação, psicologia, direito, tecnologia e lideranças comunitárias.

Art. 4º. A divulgação da Campanha poderá ser feita por meios digitais, rádio, televisão, redes sociais, mídias comunitárias, sites oficiais e demais canais disponíveis, garantindo o maior alcance possível da população.

Art. 5º. O Poder Executivo poderá firmar parcerias com instituições públicas, privadas, universidades, empresas de tecnologia, órgãos de imprensa e organizações da sociedade civil para a execução das ações previstas nesta Lei.

Art. 6º. É revogada a Lei nº 10.085, de 8 de dezembro de 2023.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

J u s t i f i c a t i v a

As chamadas fake news são conteúdos falsos ou manipulados com a intenção de enganar, causar confusão, manchar reputações ou influenciar decisões públicas e privadas. Com a popularização das redes sociais e o avanço das tecnologias — especialmente da Inteligência Artificial —, a propagação dessas mensagens se tornou ainda mais rápida, sofisticada e difícil de detectar.
Ferramentas baseadas em IA hoje são capazes de gerar imagens, vídeos e áudios falsos com aparência real, conhecidos como deepfakes, o que torna o combate à desinformação um desafio ainda maior e mais urgente. Essas tecnologias, quando mal utilizadas, podem causar danos irreparáveis à honra, à saúde mental, à segurança pública e à democracia.
Vivemos um tempo em que a mentira se espalha mais rápido que a verdade — e o povo acaba pagando caro por isso. As fake news não são apenas “brincadeiras de internet”: elas ferem reputações, desestabilizam instituições e colocam vidas em risco.
Desde a criação da Lei nº 10.085/2023, o cenário mudou. A tecnologia avançou, principalmente com o uso da Inteligência Artificial para criar vídeos falsos, clonar vozes e espalhar conteúdos mentirosos com aparência de verdade. Por isso, esta proposta amplia e fortalece a lei já existente, com novas ações, linguagem mais clara e foco na realidade digital que enfrentamos hoje.
Nosso mandato tem compromisso com a verdade, com a cidadania e com a proteção de quem mais precisa de informação de qualidade: os jovens, os idosos, as pessoas com deficiência e as comunidades periféricas. É nossa obrigação levar educação crítica para os bairros, para as escolas e também para a internet.
Diante disso, propomos este Projeto de Lei com uma alteração, que possa transformar a Campanha de Conscientização Contra as Fake News numa ferramenta de mobilização, prevenção e responsabilidade coletiva. Não basta apontar o problema — temos que ajudar o povo a entender, reagir e não ser enganado.
Conto com o apoio dos nobres vereadores para aprovação deste projeto.

ADRIANO SANTANA DOS SANTOS
'Dika Xique Xique'

PROJETO DE LEI Nº 14.814/2025
(Henrique Carlos Parra Parra Filho e João Victor Ramos)
Altera a Lei 6.674/2006, que veda o uso de animais em apresentações circenses e similares, para incluir proibição do uso de animais em rodeios e vaquejadas.

Art. 1º. A Lei nº. 6.674, de 25 de abril de 2006, que veda o uso de animais em apresentações circenses e similares, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 1º. É vedada a entrada, permanência e o uso de animais, de qualquer espécie, em apresentações circenses, rodeios e competições como vaquejadas.” (NR)

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

J u s t i f i c a t i v a

O projeto amplia a proteção aos animais, proibindo sua utilização em rodeios e vaquejadas, assim como já ocorre com apresentações circenses. Essas práticas frequentemente causam sofrimento aos animais e contrariam princípios de bem-estar e respeito à vida. A proposta reflete a evolução da consciência social em defesa dos direitos dos animais.

HENRIQUE CARLOS PARRA PARRA FILHO
JOÃO VICTOR RAMOS

PROJETO DE LEI Nº 14.815/2025
(Paulo Sérgio Martins)
Institui a Política Pública de Internação Humanizada Para Dependentes Químicos.

Art. 1º. Fica instituída a Política Pública de Internação Humanizada no Município de Jundiaí, em conformidade com a previsão das Leis Federais 8.742, de 07 de dezembro de 1993; 10.216, de 06 de abril de 2001; e 11.343, de 23 de agosto de 2006.

§ 1º. Para fins desta Lei, considera-se internação humanizada aquela que for realizada com humanidade, respeito e com o interesse exclusivo de beneficiar a saúde de pessoas em situação de rua ou de vulnerabilidade, visando alcançar sua recuperação pela inserção na família, na comunidade e no trabalho.
§ 2º. Considera-se como beneficiárias da política pública instituída por esta Lei as pessoas que estejam em situação de rua ou de vulnerabilidade em Jundiaí que possuam as seguintes requisitos:

I – dependência química crônica, com prejuízos à capacidade mental, ainda que parcial que causem limitações na tomada de decisões, em razão do uso prolongado ao longo do tempo.
II – situação de rua e exposição a riscos que causem danos à sua integridade física ou à de terceiros devido a transtornos mentais preexistentes ou oriundos do uso de substâncias que alterem sua percepção ou forma de agir, tais como álcool ou drogas;
III – incapacidade de emitir opiniões ou tomar decisões devido a transtornos mentais preexistentes ou adquiridos.

Art. 2º. A política pública de que trata esta Lei possui as seguintes finalidades:

I – realizar o atendimento integral e especializado multidisciplinar que oportunize ao paciente o restabelecimento de sua saúde física e mental, autoestima e bem-estar e a sua reinserção ao meio social, familiar e econômico;
II – assegurar o direito das pessoas em situação de vulnerabilidade de receber tratamento humanizado e respeitoso e com o interesse exclusivo de beneficiar sua saúde e alcançar sua recuperação e inserção na família, no trabalho e na comunidade em que vive.

Art. 3º. A política pública de que trata esta Lei será admitida para viabilizar a internação de pessoas em situação de vulnerabilidade, com ou sem consentimento, a pedido de familiar ou do responsável legal ou, na absoluta falta deste, de servidor público da área de saúde, de assistência social ou de órgãos públicos integrantes do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas (SISNAD), com exceção de servidores da área de segurança pública, que constatarem a existência de circunstâncias que justifiquem a internação.

Art. 4º. A Internação humanizada somente será autorizada por médico devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina do Estado e deverá ser precedida do encaminhamento dos seguintes documentos:

I – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Internação Psiquiátrica, individualizado e formulado de acordo com as características de saúde de cada paciente; ou
II – Comunicação de Internação Psiquiátrica Involuntária ao Ministério Público do Estado de São Paulo;
Parágrafo único. Nos casos de internação involuntária, tais atos deverão ser comunicados ao Ministério Público, à Defensoria Pública e a outros órgãos de fiscalização em no máximo 72 (setenta e duas) horas após o fato.

Art. 5º. Os internos serão identificados e acolhidos por equipe de saúde multiprofissional.

§ 1º. A abordagem humanizada, integral e especializada das pessoas em situação de vulnerabilidade observará as particularidades deliberadas pelo manual de ocupações vigente no Município, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO e as normas éticas emitidas pelos conselhos de classe,
§ 2º. O atendimento deverá observar as particularidades e as necessidades individuais do interno, considerando sua vulnerabilidade social, psíquica, sanitária ou física, dentre outras questões perceptíveis limitadoras de sua integração social e familiar, garantindo um atendimento individual, respeitoso e digno, reconhecendo as dores e dificuldades do paciente e de sua família, tratando não só a doença mas o ser humano em sua totalidade.

Art. 6º. Os usuários ou dependentes de drogas encaminhados para tratamento por equipe multidisciplinar terão oportunizado o acesso à internação humanizada em instituições de tratamento especializadas após a formalização da decisão por médico responsável.

§ 1º. A internação de que trata esse artigo deverá ser efetivada no prazo de 90 (noventa) dias e sua duração transcorrerá no tempo necessário para a desintoxicação do interno, a ser determinada pelo médico e equipe responsavel.

§ 2º. A família ou o representante legal do interno, ainda que esteja representado pelo Município, poderá, a qualquer tempo, requerer ao médico a interrupção do tratamento.

Art. 7º. O tratamento a ser ministrado durante a internação humanizada deverá desenvolver os aspectos psicossocial, físico, nutricional, integrativo e intelectual do interno.

Art. 8º. Caberá ao Executivo Municipal a manutenção do atendimento intersetorial, mediado pela Unidade de Gestão de Promoção da Saúde-UGPS; pela Unidade de Gestão de Assistência e Desenvolvimento Social-UGADS; pelo Centro de Atenção Psicossocial-CAPS e pela Unidade de Gestão de Educação-UGE, após a internação humanizada, visando recuperar o interno e melhor prepará-lo para sua reinserção no convívio familiar, na sociedade e no mercado de trabalho.

Art. 9º. O Executivo Municipal poderá implementar o pagamento de benefício desacolhimento, por tempo determinado e vinculado exclusivamente ao paciente reestabelecido ao convívio social, para incentivar sua autonomia financeira após sua alta clínica.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

J u s t i f i c a t i v a

O presente Projeto de Lei visa instituir uma Política Pública de Internação Humanizada no Município de Jundiaí, garantindo uma abordagem realizada com humanidade, respeito e com o interesse exclusivo de beneficiar a saúde de pessoas em situação de rua ou de vulnerabilidade, visando alcançar sua recuperação pela inserção na família, na comunidade e no trabalho.
Na concepção do Secretário de Saúde do Estado de São Paulo, adultos em situação de rua apresentam uma prevalência significativa no adoecimento relacionado ao uso de substâncias psicoativas, contribuindo para 1/3 (um terço) das mortes nesta população, evidenciando a gravidade da vulnerabilidade desta condição social e de saúde.
Diante deste cenário, entendemos que a dependência química é um dos principais desafios de saúde pública no Brasil, afetando milhões de pessoas e exigindo tratamentos especializados.
De acordo a reportagem do Diário do Vale, em sua versão online datada de quarta-feira, 24 de maio de 2023 às 08:13 horas, as Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) divulgou dados no fim de 2022, que já apontavam que no Brasil, cerca de 30 milhões de pessoas têm alguém na família que é dependente químico e de acordo com pesquisas da Organização Mundial de Saúde (OMS), em média, 6% da população brasileira faz uso de algum tipo de droga, sendo dependente químico. Essa porcentagem caracteriza mais de 12 milhões de pessoas.
Segundo o Dr. José Eduardo Afonso Júnior, pneumologista do Hospital Israelita Albert Einstein, CRM SP 100 716, em poucas palavras, podemos conceituá-la como a dependência que uma pessoa desenvolve em uma substância psicoativa que consegue

alterar o seu comportamento. Apesar de em nossa sociedade o termo ser mais comumente relacionado a drogas como a cocaína, o crack e a maconha, a dependência química também está relacionada ao consumo de bebidas alcoólicas, cigarro e medicamentos, inclusive os calmantes. Isso porque todos eles possuem substâncias que são capazes de impulsionar novos comportamentos e reações, tanto no estado psíquico quanto físico de uma pessoa.
A dependência química é uma doença de múltiplas faces. Além do indivíduo, a família e a sociedade sofrem com os danos causados pelo uso abusivo de drogas.
No indivíduo causa degradação física, emocional e espiritual, uma falência total do sujeito que é popularmente conhecida como "fundo do poço". Na família, esta se torna dependente junto com o dependente químico. Esse é um fator que pode trazer, como consequência, a dissociação dos laços conjugais dos pais ou do próprio usuário, problemas de ordem psíquica e emocional nos demais membros (ex. depressão). Desse modo, a família também precisa ser tratada tanto quanto o dependente químico. E na sociedade a dependência química vem se tornando, a cada dia, um problema maior e mais complexo. O usuário num estágio avançado da doença é capaz de tudo para conseguir a droga: roubos, assassinatos, assaltos, prostituição etc. Em virtude disso, a sociedade padece junto com a família e o dependente químico.
Outrossim, o uso abusivo do álcool e outras drogas é, de fato, um problema social que deve ser enfrentado como um problema de saúde pública, uma doença, não como um crime, já que os usuários necessitam de ajuda médica.
O SUS garante o atendimento e acompanhamento para quem tem qualquer tipo de dependência química, em qualquer idade. A Atenção Primária à Saúde (APS) é a porta de entrada e tem papel fundamental na abordagem desses pacientes. A rede também conta com centros especializados nesse tipo de atendimento, como o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).
Na busca de soluções a fim de minimizar os problemas sociais e de saúde em nosso município, e tendo em mente o art. 30 da CF, que confere aos municípios competências para legislar sobre assuntos de interesse local, suplementar a legislação federal e estadual, instituir e arrecadar tributos próprios, entre outras prerrogativas, peço o apoio dos nobres PARES para aprovação desta proposição, instituindo uma política pública que admita e viabilize a internação humanizada de pessoas em situação de vulnerabilidade, com ou sem consentimento, a pedido de familiar ou do responsável legal ou, na absoluta falta deste, de servidor público da área de saúde, de assistência social ou de órgãos públicos integrantes do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas (SISNAD) em nossa cidade.

PAULO SÉRGIO – DELEGADO

PROJETO DE LEI Nº 14.816/2025
(Paulo Sergio Martins)
Institui o Programa Municipal de Cannabis Medicinal.

Art. 1º. É instituído o Programa Municipal de Cannabis Medicinal, com o objetivo de garantir o acesso seguro, regulamentado e gratuito aos medicamentos e produtos à base de cannabis para fins exclusivamente medicinais, terapêuticos e científicos.

Art. 2º. O Programa tem como diretrizes:

I – garantir o acesso de pacientes, residentes no município, que apresentem indicação médica, ao tratamento com produtos à base de cannabis;
II – assegurar o apoio técnico médico, farmacêutico e psicológico aos pacientes e familiares;
III – promover a capacitação permanente dos profissionais da saúde do município acerca das evidências científicas e protocolos relacionados ao uso medicinal da cannabis;
IV – fomentar a realização de campanhas de conscientização sobre o uso terapêutico da cannabis, visando combater o preconceito e a desinformação;
V – incentivar a realização de parcerias com universidades, centros de pesquisa, associações científicas e entidades da sociedade civil para o desenvolvimento de estudos, ações formativas e projetos científicos relacionados à cannabis medicinal.

Art. 3º. Poderão ser contemplados pelo Programa os pacientes que preencham cumulativamente os seguintes requisitos:

I – residam no Município de Jundiaí;
II – possuam prescrição médica indicando o uso de produto à base de cannabis para tratamento de patologias como epilepsia refratária, autismo, esclerose múltipla, dores crônicas, doenças neurodegenerativas, entre outras indicadas pela literatura médica e pelas normativas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa);
III – estejam devidamente cadastrados junto à Secretaria Municipal de Saúde, mediante apresentação da documentação médica e pessoal.

Art. 4º. Compete à Unidade de Gestão de Promoção da Saúde:

I – coordenar a execução do Programa Municipal de Cannabis Medicinal;
II – estabelecer o Cadastro Municipal de Pacientes Aptos ao Uso de Cannabis Medicinal;
III – disponibilizar, na rede pública de saúde, o atendimento médico e farmacêutico necessário ao acompanhamento do tratamento com cannabis medicinal;
IV – articular-se com as esferas estadual e federal para garantir o fornecimento regular e gratuito dos produtos à base de cannabis, conforme previsão no Decreto Estadual n° 68.200/2023 e nas resoluções da Anvisa;
V – promover capacitações e treinamentos periódicos para os profissionais de saúde da rede pública;
VI – incentivar e apoiar estudos e pesquisas locais sobre o uso terapêutico da cannabis.

Art. 5º. O Programa poderá ser implementado mediante;

I – utilização de recursos próprios do Município;
II – parcerias com o Governo do Estado, por meio de legislação vigente;
III – convênios e parcerias com instituições públicas e privadas, associações e entidades da sociedade civil;
IV – recebimento de emendas parlamentares visando o fortalecimento da política pública municipal.

Art. 6º. O executivo regulamentará esta lei, no que couber, no prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua publicação, definindo os procedimentos para a adesão ao Programa, os critérios técnicos, logísticos e operacionais necessários para sua plena execução.

Art. 7º. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 8º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

J u s t i f i c a t i v a

A cannabis medicinal é um tema que vem sendo amplamente discutido pela sociedade em geral, tema de inúmeras polêmicas, muitas vezes ocasionada pelo desconhecimento da população brasileira. Os benefícios que esse medicamento traria para os que sofrem de algum tipo de patologia, ajudaria melhorar significativamente a qualidade de vida do indivíduo.
Portanto, peço o apoio dos nobres Pares, para aprovação deste projeto, visando garantir o acesso lícito e mais seguro a este tipo de medicamento. Outrossim, desconstruindo o argumento que equipara a liberação da maconha para fins recreativos, a fim de ajudar de centenas de famílias da nossa cidade.

PAULO SERGIO – DELEGADO

PROJETO DE LEI Nº 14.817/2025
(Quézia de Lucca)
Dispõe sobre a criação do Canal de Apoio Psicológico e Orientação Jurídica via WhatsApp para Mulheres Vítimas de Violência no município.

Art. 1º. Fica instituído, no âmbito do Município de Jundiaí, o Canal de Apoio Psicológico e Orientação Jurídica via WhatsApp, destinado ao acolhimento e orientação de mulheres vítimas de violência física,

sexual, psicológica, moral ou patrimonial, em conformidade com a Política Municipal de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e a Rede de Atenção Integral à Mulher.

Art. 2º. O canal funcionará por meio de número exclusivo no aplicativo WhatsApp, vinculado à rede municipal de atendimento à mulher, e contará com profissionais ou entidades habilitadas para prestar:

I – escuta qualificada e apoio psicológico emergencial;
II – orientações jurídicas básicas sobre os direitos da mulher, medidas protetivas e canais formais de denúncia;
III – encaminhamentos para atendimento presencial junto ao CRAS, CREAS, Delegacia da Mulher ou rede de apoio especializada.

Art. 3º. O serviço poderá ser integrado à Rede de Atenção Integral à Mulher, conforme estabelecido no Protocolo da Rede de Atenção Integral à Mulher em Situação de Violência, em articulação com profissionais da rede municipal de assistência social e saúde mental e por meio de parcerias com organizações da sociedade civil, instituições de acolhimento e defensoras dos direitos da mulher.

Art. 4º. O Executivo Municipal poderá regulamentar, por meio de decreto, a forma de funcionamento do canal, incluindo:

I – definição de protocolos de atendimento;
II – capacitação dos profissionais envolvidos;
III – estabelecimento de fluxos de encaminhamento para os serviços da Rede de Atenção Integral à Mulher;
IV – garantia de sigilo e confidencialidade das informações compartilhadas pelas usuárias.

Art. 5º. No atendimento presencial, após o preenchimento da ficha de acolhimento, será oferecida à mulher a opção de continuidade do atendimento via WhatsApp, respeitando sua escolha e garantindo a continuidade do suporte psicológico e jurídico.

Art. 6º. A Prefeitura poderá realizar campanhas públicas de divulgação do número oficial e do funcionamento do canal nos meios digitais, impressos, ônibus, unidades de saúde, escolas e CRAS.

Art. 7º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 8º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

J u s t i f i c a t i v a

A presente proposição visa atender a uma demanda urgente da sociedade: o fortalecimento da rede de proteção às mulheres vítimas de violência, utilizando tecnologia acessível e de baixo custo. O WhatsApp é, hoje, um dos meios de comunicação mais utilizados pela população, inclusive em situações de risco.
Com este canal, o Município de Jundiaí poderá oferecer acolhimento imediato, orientação jurídica segura e encaminhamento eficiente às instituições competentes, respeitando o sigilo e a dignidade da mulher.
Além de reforçar o papel do CRAS e da rede de proteção local, a medida permite parcerias com ONGs e entidades especializadas, ampliando a capilaridade e o impacto da política pública.
Trata-se de um instrumento moderno, humanizado e alinhado com a prioridade da proteção da mulher, conforme preconizado na Lei Maria da Penha e no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

QUÉZIA DE LUCCA

PROJETO DE LEI Nº 14.818/2025
(Quézia Doane de Lucca)
Cria o Cadastro Municipal de Medidas Protetivas Ativas.

Art. 1º. Fica criado o Cadastro Municipal de Medidas Protetivas Ativas, com o objetivo de consolidar e manter atualizadas as informações sobre medidas protetivas de urgência concedidas pelo Poder Judiciário às mulheres em situação de violência no âmbito do Município de Jundiaí.

Art. 2º. O Cadastro tem como finalidade:
I – subsidiar a formulação de políticas públicas municipais de proteção e atendimento às vítimas de violência doméstica e familiar;
II – auxiliar a atuação integrada dos órgãos municipais de segurança pública, assistência social e saúde no cumprimento das medidas protetivas de urgência;
III – promover ações preventivas, com base em dados consolidados, respeitado o sigilo das informações sensíveis.

Art. 3º. O Poder Executivo gerenciará o Cadastro, podendo firmar convênios com o Poder Judiciário, Ministério Público, Polícia Civil, Polícia Militar e órgãos de defesa da mulher.
§ 1º. O compartilhamento de dados deve observar as normas da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018) e o sigilo processual previsto na Lei Federal nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).
§ 2º. O acesso ao Cadastro será restrito a servidores previamente autorizados e capacitados.

Art. 4º. O Cadastro deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I – número do processo judicial e tipo de medida protetiva concedida;
II – inicial do prenome da vítima e nome codificado do agressor, vedada a inserção de dados que permitam a identificação direta da vítima, salvo por ordem judicial expressa;
III – endereço de referência;
IV – prazo de vigência da medida;
V – histórico de reincidências, se houver.

§ 1º. A inclusão de informações no Cadastro limitar-se-á às medidas protetivas judicialmente concedidas, em vigor, e será excluída ao término de sua vigência ou por determinação judicial.
§ 2º. É vedada a inserção de dados pessoais de suspeitos ou indiciados que não tenham sido condenados criminalmente com trânsito em julgado.

Art. 5º. O Executivo poderá regulamentar esta Lei, no que couber.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

J u s t i f i c a t i v a

O presente Projeto de Lei visa criar um instrumento de proteção e inteligência municipal no enfrentamento à violência contra a mulher, garantindo que a administração pública tenha acesso sistemático e responsável às informações sobre medidas protetivas concedidas judicialmente, respeitando o sigilo dos dados.
Ao consolidar essas informações em um banco de dados próprio e integrado, será possível oferecer respostas mais rápidas, eficazes e direcionadas por parte da Guarda Municipal, dos CRAS, das unidades de saúde e dos demais serviços envolvidos no atendimento das vítimas.
Além disso, o Cadastro permitirá a formulação de políticas públicas mais eficientes, baseadas em dados reais sobre a recorrência e a distribuição geográfica da violência.

QUÉZIA DE LUCCA

PROJETO DE LEI Nº 14.819/2025
(Adriano Santana dos Santos)
Institui o Programa de Combate à Pedofilia.

Art. 1º. É instituído o Programa de Combate à Pedofilia, com o objetivo de prevenir, identificar, acolher e encaminhar casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, por meio de articulações entre o Poder Público, a família e a sociedade civil organizada, objetivando nas seguintes ações:

I – realização de campanhas e ações de formação, treinamento e informações ao público em geral, no âmbito da educação e da saúde, mediante cursos, palestras e incentivos, dentre outros;
II – capacitação contínua dos profissionais da educação e da saúde para identificação de casos de abusos e o correto encaminhamento da vítima e família às autoridades competentes;
III – estabelecimento de Convênios com organizações da sociedade civil que prestem atendimento psicológico, jurídico e social às vítimas

e suas famílias;
IV – utilização de espaços públicos, como terminais de ônibus, escolas, unidades de saúde e plataformas digitais institucionais, para veiculação de campanhas educativas sobre o combate à pedofilia.

Art. 2º. O Poder Executivo poderá firmar convênios de cooperação e troca de informações com Polícias, Delegacias, Poder Judiciário, Ordem dos Advogados do Brasil, Ministério Público, Conselho Tutelar, Defensoria Pública e outros afins, com vista ao fortalecimento da rede de proteção às vítimas.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

J u s t i f i c a t i v a

Os dados estatísticos de casos de pedofilia têm aumentado; como pano de fundo, um negócio ilícito e obscuro que movimenta milhões de dólares todos os anos, mediante produção, divulgação e comercialização de fotos e vídeos de crianças vítimas desse crime; pesquisa que revela cerca de 20% das crianças que navegam na Internet é assediada por pedófilo, sendo que uma parcela acaba firmando contato telefônico com o criminoso; considerável aumento de denúncias de abuso sexual contra criança e adolescente; considerável número de gravidez precoce, em muitos casos envolvendo relação incestuosa. Por fim, famílias destruídas, pessoas doentes financeira, física e mentalmente, porque não falar de vítimas que têm medo de denunciar e necessitam que o Estado ou a Sociedade Civil organizada atue em defesa dessa parcela vitimizada.
É um direito previsto no art. 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente:
“Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.”
E uma obrigação da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, prioritariamente, esse direito, conforme previsão do artigo 4º do mesmo Estatuto:
“Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.”
Dessa forma, demonstrado a importância da temática, a necessidade de medidas efetivas de prevenção e combate, submete ao apoio dos pares para aprovação desta propositura.

ADRIANO SANTANA DOS SANTOS
'Dika Xique Xique'

PROJETO DE LEI Nº 14.820/2025
(Edicarlos Vieira)
Dispõe sobre o reconhecimento e incentivo ao escotismo como atividade de relevante interesse público e social.

Art. 1º. Fica reconhecido o escotismo como atividade de relevante interesse público e social no município de Jundiaí, sendo incentivado pelo Poder Público por meio de parcerias e apoio às atividades escoteiras.

Art. 2º. O Poder Executivo poderá firmar convênios e parcerias com grupos escoteiros regularmente constituídos e reconhecidos pela União dos Escoteiros do Brasil (UEB), com o objetivo de:

I – disponibilizar espaços públicos, como praças, parques e unidades escolares, para a realização de atividades escoteiras;
II – promover ações conjuntas entre os escoteiros e escolas municipais, incentivando a formação cidadã, ambiental e cultural das crianças e jovens;
III – apoiar eventos e atividades escoteiras que promovam o voluntariado, a educação ambiental e o desenvolvimento comunitário;
IV – disponibilizar material de divulgação sobre o escotismo nos canais oficiais da Prefeitura de Jundiaí.

Art. 3º. O Poder Público poderá incentivar a participação de servidores municipais e educadores em capacitações sobre o escotismo, visando à sua aplicação em atividades extracurriculares nas escolas municipais.

Art. 4º. Os grupos escoteiros que desejarem utilizar espaços públicos deverão apresentar um plano de atividades à administração municipal e caberá a esta, conforme critérios próprios, a disponibilização do espaço.

Art. 5º. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

J u s t i f i c a t i v a

O escotismo é um movimento educacional voluntário, apartidário e sem fins lucrativos, que contribui para a formação moral, intelectual e cívica de crianças e jovens.
Ao fortalecer essa prática em Jundiaí, o município investe na cidadania, na responsabilidade social e na educação ambiental.
Este projeto de lei visa garantir que os escoteiros tenham apoio institucional, incentivando suas ações e sua integração com a comunidade.

EDICARLOS VIEIRA

PROJETO DE LEI Nº 14.821/2025
(Mariana Cergoli Janeiro)
Altera a Lei 5.472/2000, que instituiu e incluiu no Calendário Municipal de Eventos a Semana Municipal da Consciência Negra e o Dia Municipal da Consciência Negra, para modificar nomenclatura, adequar a data comemorativa à legislação federal e para incluir a Marcha da Consciência Negra de Jundiaí.

Art. 1º. A Lei nº. 5.472, de 7 de junho de 2000, que instituiu e incluiu, no Calendário Municipal de Eventos, a Semana Municipal da Consciência Negra e o Dia Municipal da Consciência Negra, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I – Na parte preliminar, a ementa será:
“Institui e inclui no Calendário Municipal de Eventos a Semana Municipal Da Consciência Negra (20 a 27 de novembro), o Dia Municipal de Zumbi e da Consciência Negra e a Marcha da Consciência Negra de Jundiaí (20 de Novembro).” (NR);

II – Na parte normativa:

“Art. 1º. São instituídos e incluídos no Calendário Municipal de Eventos, criado pela Lei nº. 2.376, de 21 de novembro de 1979, a Semana Municipal Da Consciência Negra, a ser realizada, anualmente, de 20 a 27 de novembro; o Dia Municipal de Zumbi e da Consciência Negra, e a Marcha da Consciência Negra de Jundiaí, ambos a serem celebrados, anualmente, em 20 de novembro.” (NR)

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

J u s t i f i c a t i v a

O presente projeto de lei tem, por objetivos, acrescentar nome, adequar o Dia da Consciência Negra municipal à data comemorativa em âmbito nacional e incluir a Marcha da Consciência Negra no Calendário Municipal.
Com a promulgação da lei federal nº 12.519/2011 foi instituído o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, a ser comemorado, anualmente, no dia 20 de novembro; data do falecimento do líder negro Zumbi dos Palmares.
Ainda, no ano 2023, foi sancionada a lei nº 14.759/23, que declarou, como feriado nacional, o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra (20 de novembro).
A data da morte de Zumbi dos Palmares foi descoberta por historiadores no início da década de 1970 e motivou membros do Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial, a eleger a figura de Zumbi como um símbolo da luta e resistência das pessoas negras escravizadas, bem como da luta por direitos. Em homenagem a esse histórico personagem, as leis federais nº 12.519/2011 e nº 14.759/23 fizeram constar, em seus textos, o nome “Zumbi”.

Assim, o dia 20 de novembro tornou-se a data para celebrar e relembrar a luta das pessoas negras contra a opressão no Brasil. A escolha da data aconteceu no contexto de declínio da ditadura militar e da redemocratização do País. O enfraquecimento da ditadura deu força aos movimentos de oposição e aos movimentos sociais, como o movimento negro.
Com a redemocratização do Brasil, e a promulgação da Constituição de 1988, o movimento negro obteve maior espaço no âmbito das discussões e das decisões políticas. A participação desse movimento, no cenário político, segue dando certo resultado, sendo aprovadas medidas que têm, como objetivo, a promoção de reparações históricas. A promulgação da lei federal do Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, é uma das muitas reparações.
A Marcha da Consciência Negra, por sua vez, é o mais significativo evento que ocorre no dia 20 de Novembro, em todo o Brasil.
A mobilização por uma marcha do movimento negro teve seu primeiro ato no ano de 1995, no dia 20 de novembro, quando a morte de Zumbi dos Palmares completou 300 anos. A manifestação contou com a participação de mais de 30 mil pessoas. O principal objetivo era ampliar o debate sobre o racismo e fazer um protesto contra as péssimas condições em que vive a maior parte da população negra.
Nos anos seguintes, as marchas da consciência negra foram ganhando público e cada vez mais cidades passaram a realizá-las, no dia 20 de novembro.
Em Jundiaí, a Marcha da Consciência Negra é um movimento que acontece desde o ano de 2012, todo dia 20 de novembro, e tem como objetivo denunciar violações de direitos e violências contra a população negra e parda, assim como promover a reflexão e a valorização das histórias da população negra na cidade e no Brasil, suas contribuições culturais, sociais e políticas, conscientizando a sociedade sobre a existência do racismo e a necessidade de combatê-lo e erradicá-lo.
No anexo, seguem documentos comprovando a necessidade da alteração das datas comemorativas da Semana e do Dia da Consciência Negra; comprovando, ainda, a importância da Marcha da Consciência Negra para Jundiaí e a necessidade de incluí-la no Calendário Municipal de Eventos.
Para tanto, e dada a relevância da matéria apresentada, peço o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente propositura.

MARIANA JANEIRO

PROJETO DE LEI Nº 14.822/2025
(Romildo Antonio da Silva)
Proíbe a publicidade e promoção de jogos de azar online em espaços públicos e determina o bloqueio de acesso a essas plataformas nas redes públicas de internet no município de Jundiaí.

Art. 1º. Fica proibida a veiculação de publicidade, promoção ou qualquer forma de divulgação de jogos de azar, cassinos virtuais e similares, incluindo plataformas digitais que operem com dinheiro real, em espaços públicos do município de Jundiaí.

Parágrafo único. Entende-se por espaços públicos, para os fins desta lei:

I – praças, parques, ginásios, quadras e demais equipamentos de lazer e esporte;
II – terminais de transporte coletivo, pontos de ônibus, estações e abrigos de passageiros;
III – Unidades Básicas de Saúde – UBSs, escolas e demais prédios públicos;
IV – mobiliário urbano (bancos, lixeiras, postes, placas, painéis, outdoors e similares);
V – veículos e equipamentos vinculados ao Poder Público Municipal, direta ou indiretamente.

Art. 2º. É vedado o acesso a sites, plataformas e aplicativos de apostas online e jogos de azar por meio das redes públicas de internet gratuita disponibilizadas pela Prefeitura de Jundiaí.

Parágrafo único. O disposto neste artigo abrange:

I – jogos e apostas com dinheiro real, mesmo que com aparência de entretenimento;
II – plataformas conhecidas como “jogo do tigrinho”, cassinos virtuais, bingos, roletas, entre outros.

Art. 3º. O descumprimento desta lei sujeita o infrator às seguintes sanções administrativas, conforme regulamentação:

I – advertência;
II – multa, a ser fixada por regulamento, aplicada em dobro em caso de reincidência;
III – suspensão ou cancelamento de permissão de uso do espaço público, se for o caso.

Art. 4º. O Poder Executivo poderá regulamentar esta lei.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

J u s t i f i c a t i v a

O presente Projeto de Lei tem como objetivo proteger a população, especialmente os jovens e pessoas em situação de vulnerabilidade, da influência negativa dos jogos de apostas online, cassinos virtuais e plataformas semelhantes, cada vez mais presentes no cotidiano por meio da publicidade ostensiva e do fácil acesso via internet gratuita disponibilizada pelo poder público.
As apostas digitais, embora legalizadas em parte pelo governo federal, têm provocado efeitos sociais preocupantes, como o endividamento precoce, vício em jogos de azar (ludomania), evasão escolar, violência doméstica e desestruturação familiar. Diversos municípios já discutem medidas para conter a disseminação desse conteúdo, que se apresenta como entretenimento, mas causa impactos graves à saúde pública e à economia popular.
Em Jundiaí, a Prefeitura oferece acesso gratuito à internet em praças, parques, ginásios, postos de saúde e outros espaços públicos, por meio da gestão da CIJUN – Companhia de Informática de Jundiaí. Embora essa política de conectividade represente um avanço em inclusão digital, é dever do poder público zelar pelo uso responsável dessa infraestrutura, impedindo que ela se torne um canal de estímulo a práticas nocivas, como o jogo por dinheiro.
Além disso, é fundamental que os espaços públicos mantenham-se livres de qualquer tipo de promoção ou publicidade de jogos de azar, resguardando sua função educativa, cultural, esportiva e comunitária.
A publicidade indiscriminada de plataformas de aposta atinge especialmente públicos vulneráveis, como crianças, adolescentes e trabalhadores de baixa renda.
Este projeto, portanto, propõe duas medidas complementares e preventivas como proibição de publicidade de apostas online e jogos de azar em todos os espaços públicos municipais.
Trata-se de um projeto preventivo, educativo e protetivo, que busca preservar a dignidade da pessoa, o uso responsável dos bens públicos e o bem-estar da população jundiaiense.

ROMILDO ANTONIO

PROJETO DE LEI Nº 14.823/2025
(Cristiano Vecchi Castro Lopes)
Institui e inclui no Calendário Municipal de Eventos o “Dia Municipal das Micro e Pequenas Empresas” (27 de junho).

Art. 1º. É instituído e incluído no Calendário Municipal de Eventos, criado pela Lei nº. 2.376, de 21 de novembro de 1979, o Dia Municipal das Micro e Pequenas Empresas, a ser celebrado anualmente no dia 27 de junho, em reconhecimento à relevância desse setor para a economia local.

Art. 2º. A data instituída por esta lei tem por objetivos:

I – reconhecer a contribuição das MPEs para o desenvolvimento econômico local;
II – estimular o consumo consciente de produtos e serviços oferecidos por pequenos negócios de Jundiaí;
III – incentivar o empreendedorismo e a inovação em micro e pequenas empresas.

Art. 3º. Para fins de comemoração da data, a Municipalidade e as entidades poderão:

I – promover campanhas públicas de conscientização sobre a relevância das MPEs;
II – organizar feiras, exposições e encontros empresariais gratuitos a

microempreendedores;
III – oferecer capacitações e oficinas voltadas à inovação, gestão, e uso de tecnologias digitais;
IV – estimular parcerias com Sebrae, bancos públicos, entidades civis e instituições de ensino para ampliar acesso ao crédito, formação e networking.

Art. 4º. As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

J u s t i f i c a t i v a

A presente proposta visa instituir o Dia Municipal das Micro e Pequenas Empresas em Jundiaí, reconhecendo o papel central que esses empreendimentos desempenham no desenvolvimento econômico e social do município e do país.
Dados amplamente reconhecidos e divulgados pelo Sebrae, pela CNN Brasil e por órgãos econômicos nacionais comprovam a importância crescente das micro e pequenas empresas na estrutura produtiva brasileira. Atualmente, esses negócios representam cerca de 30% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, movimentando aproximadamente R$ 420 bilhões por ano. Trata-se de um setor que, além de altamente produtivo, é dinâmico e resiliente.
No campo do emprego, o impacto é ainda mais expressivo. Em 2023, as MPEs foram responsáveis por 80% das vagas de trabalho formal criadas no Brasil, ultrapassando a marca de 1,1 milhão de novos postos de trabalho. Em anos anteriores, como 2021, mesmo diante de um cenário desafiador, as micro e pequenas empresas geraram 70% das vagas e 40% delas realizaram investimentos significativos, o que demonstra capacidade de reinvenção, crescimento e adaptação tecnológica.
Além de seu peso econômico, as micro e pequenas empresas têm profundo impacto social. Estima-se que atinjam mais de 86 milhões de brasileiros — seja por meio do consumo, do emprego, da renda ou do estímulo à economia local. Em Jundiaí, essa realidade se traduz em milhares de negócios formais e informais que movimentam bairros, ocupam centros comerciais e conectam nossa cidade com as tendências do empreendedorismo nacional.
É papel do poder público reconhecer, valorizar e estimular esse ecossistema. Criar o Dia Municipal das Micro e Pequenas Empresas é mais do que uma formalidade simbólica — é uma oportunidade concreta de articular políticas públicas, eventos, programas de capacitação e incentivos específicos para que o pequeno empreendedor de Jundiaí seja cada vez mais protagonista do nosso crescimento sustentável.
Celebrar essa data é também um gesto de estímulo a uma cultura de valorização da produção local, de incentivo ao consumo consciente e de promoção do desenvolvimento econômico com justiça social. É reconhecer que cada microempresa aberta, cada pequena loja que sobrevive, cada autônomo que decide formalizar seu negócio, representa mais do que um CNPJ: representa dignidade, autonomia, renda e sonhos que se tornam realidade.
Por essas razões, contamos com o apoio dos nobres vereadores e da sociedade jundiaiense para a aprovação desta proposta, como mais um passo na construção de uma cidade empreendedora, solidária e comprometida com o futuro.

CRISTIANO LOPES

PROJETO DE LEI Nº 14.824/2025
(Adilson Roberto Pereira Junior)
Altera a Lei 8.990/2018, que instituiu a "CAMPANHA DE PREVENÇÃO DE QUEDAS DE IDOSOS" (mês de junho), para acrescentar diretrizes e eixos da Política Municipal de Prevenção de Quedas entre Pessoas Idosas.

Art. 1º. A Lei nº. 8.990, de 10 de julho de 2018, que instituiu a "CAMPANHA DE PREVENÇÃO DE QUEDAS DE IDOSOS" (mês de junho), passa a vigorar com as seguintes alterações:

I – na parte preliminar, a ementa será:
"Institui a 'CAMPANHA DE PREVENÇÃO DE QUEDAS DE IDOSOS' (mês de junho) e cria a Política Municipal de Prevenção de Quedas entre Pessoas Idosas."; (NR)
II – na parte normativa, acrescentam-se os seguintes dispositivos:
"Art. 1º-__. Fica instituída a Política Municipal de Prevenção de Quedas entre Pessoas Idosas (PMPQPI-Jundiaí), com objetivo de reduzir a incidência de quedas, promover a autonomia e melhorar a qualidade de vida das pessoas idosas no município.

§ 1º. A política municipal incluirá as seguintes ações:

I – programa de exercícios e fortalecimento físico, com atividades específicas voltadas ao equilíbrio, coordenação e resistência física, a serem ofertadas em centros de convivência, unidades de saúde e espaços públicos recreativos;
II – avaliação e mitigação de riscos ambientais, mediante inspeção e adaptação de ambientes públicos (banheiros, calçadas, acessos) e privados (residências, abrigos), identificando e corrigindo fatores como pisos escorregadios, degraus, iluminação e corrimãos;
III – o Poder Público poderá oferecer capacitação de profissionais quanto à identificação de riscos e orientações preventivas;
IV – campanhas educativas contínuas, com distribuição de material informativo e realização de palestras e oficinas, envolvendo cuidadores, famílias, comércio e comunidade em geral;
V – protocolos de atendimento pós-queda, prevendo avaliação física e psicológica, reabilitação funcional e monitoramento depois do acidente;
VI – parcerias intersetoriais, reunindo instituições como hospitais, universidades, entidades da sociedade civil, Ministério Público e Poder Judiciário local.

§ 2º. A execução desta política será realizada pelo Poder Executivo Municipal, podendo contar com o apoio de órgãos públicos e demais órgãos competentes.
§ 3º. As ações previstas serão implementadas conforme planejamento anual integrado ao Plano Plurianual e à Lei Orçamentária Municipal." (NR)

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

J u s t i f i c a t i v a

O PL 4376/24, em tramitação na Câmara dos Deputados, estabelece a Política Nacional de Prevenção de Quedas entre Pessoas Idosas (PNPQPI), incluindo programas de exercícios, avaliação ambiental, campanhas de conscientização e protocolos de atendimento para vítimas de queda
No Brasil, aproximadamente 30% das pessoas com 65 anos ou mais apresentam pelo menos uma queda por ano, e em cerca de 10% dos casos ocorrem lesões graves como fraturas ou traumatismos cranianos
Adaptando essa proposta ao contexto municipal de Jundiaí, a presente iniciativa visa:
– Integrar ações de saúde, assistência social e infraestrutura urbana;
– Reduzir gastos hospitalares e internações por acidentes evitáveis;
– Proteger a autonomia da pessoa idosa, promovendo envelhecimento ativo e seguro.
A institucionalização da PMPQPI-Jundiaí vai ao encontro de legislações federais de valorização e proteção ao idoso, e fortalece o compromisso do município com políticas públicas eficazes e humanizadas.
Diante da relevância social e do potencial de impacto positivo, solicito o apoio dos nobres Vereadores para aprovação desta proposta.

JUNINHO ADILSON

PROJETO DE LEI Nº 14.825/2025
(Mariana Cergoli Janeiro)
Institui e inclui no Calendário Municipal de Eventos o "DIA MUNICIPAL DO MARACATU" (1º de agosto); e cria a Semana correlata.

Art. 1º. É instituído e incluído no Calendário Municipal de Eventos, criado pela Lei nº. 2.376, de 21 de novembro de 1979, o "DIA MUNICIPAL DO MARACATU", a ser celebrado, anualmente, no dia 1º de agosto.

Art. 2º. Na semana do dia ora instituído, de 1º a 7 de agosto, será promovida, pela sociedade civil organizada, a "SEMANA DO MARACATU", com a realização das seguintes atividades:

I – oficinas e rodas de conversa sobre a história e tradição do Maracatu;
II – apresentações culturais de Grupos de Maracatu, em espaços públicos ou privados da cidade, mediante prévia autorização, quando for necessário.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

J u s t i f i c a t i v a

O presente projeto tem como objetivo instituir e incluir no Calendário de Eventos, do Município de Jundiaí, o Dia do Maracatu, a ser celebrado, anualmente, no dia 01 de agosto e cria a Semana do Maracatu, entre os dias 01 a 07 de agosto, com a realização de oficinas, rodas de conversa e apresentações culturais sobre o tema, ao longo da primeira semana de agosto.
A Cultura do Maracatu teve seu reconhecimento no ano passado, quando o presidente Lula sancionou o Dia Nacional do Maracatu, através da Lei nº 15.018/2024, a ser celebrado todo ano, no dia 01 de agosto. E é justamente por isso que o presente projeto de lei indica a mesma data para a inclusão do Calendário Municipal de Eventos, além de criar a semana para que possam ser realizadas atividades com a temática.
O Maracatu é uma manifestação cultural que surgiu no estado de Pernambuco, no século XVIII, durante o período colonial brasileiro. As pessoas negras, que foram escravizadas, trouxeram diferentes tradições culturais das mais diversas etnias. Os elementos culturais do Congo é uma delas. A tradição do Congo evidencia a coroação dos reis e rainhas e se expressa por meio das danças e em referência a práticas religiosas, guerras e festas da coletividade.
Com o passar do tempo, desenvolveu-se um processo de afastamento dos aspectos originários das coroações do Congo e uma formulação de elementos culturais, por meio de uma miscigenação. Nesse contexto, nasceu o Maracatu.
O Maracatu reinterpreta a coroação de rainhas e reis africanos. Os primeiros registros da prática data de 1711. Essa expressão é reconhecida como um mecanismo de resistência das pessoas escravizadas, em relação à opressão dos colonizadores portugueses. Com o fim do horror da escravidão no Brasil, no final do século XIX, o Maracatu começou a ser inserido, de forma gradual, como parte das comemorações carnavalescas da cidade de Recife.
A popularização do maracatu, em outras regiões brasileiras, ocorreu a partir dos anos 1990. Esse processo foi intensificado com ação de alguns grupos tais como, o Movimento Negro Unificado e a Nação Leão Coroado (uma das mais tradicionais de Recife).
Em Jundiaí, a cultura do Maracatu começou a ser difundida por David Lito, Karina Mitiko e Ana Luiza. O grupo Maracatu Jundiaí foi fundado em 2013 por Lito e Karina, o grupo tem suas raízes na Banda Marakbeça. Este coletivo pioneiro, impulsionado pela história de Chico Sciente e pelo movimento Mangue Beat, ecoou as primeiras batidas de alfaia na cidade, já no ano de 2004.
A trajetória de Lito e Karina intensificou-se no ano de 2011, com sua participação no Projeto “Calo na Mão”, em São Paulo e posterior ingresso no Grupo Bloco de Pedra. Um momento decisivo ocorreu em 2013, quando o produtor Marceleza Cavalcanti (in memoriam) entregou-lhes uma camiseta estampada com Maracatu Jundiaí, confiando-lhes a missão de difundir essa cultura nesta cidade.
Ana Luíza também participou das oficinas do projeto "Calo na Mão" em 2011, e trouxe para a cidade de Jundiaí os toques de agbê do Maracatu, formando a ala de agbês de vários grupos da cidade, como Maracatu Jundiaí, Bloco Carne com Queijo e Oficina de Ritmos africanos, do Espaço África. Em 2013, Ana Luíza se muda para Recife para beber da fonte e trazer mais sobre a cultura do Maracatu e Coco de Roda para a cidade de Jundiaí.
O Maracatu Jundiaí nasce coletivamente com o apoio fundamental de pessoas como Márcio Lozano, Gledson Lima e Guga Silviano e, em parceria com grupos como Malungos do Baque, de Bragança Paulista, e Zabelê, de Cubatão, consolidou-se o entendimento de que “Maracatu não se faz sozinho”.
Integrando outros membros da Marakbeça, iniciaram ensaios e oficinas semanais gratuitas. Esta fase foi marcada pela itinerância, devido à resistência encontrada: o grupo enfrentou expulsões, denúncias, ameaças e até agressões, por parte de algumas pessoas de Jundiaí, pelos simples fato de tocar tambores. Apesar da violência, intolerância e preconceito, os integrantes do grupo resistiram.
Em 2014, em parceria com a Gestão da Assistência Social de Jundiaí, o grupo passou a atuar nos CRAS (Centros de Referência de Assistência Social) e no CRI (Centro de Referência ao Idoso), oferecendo oficinas de percussão e dança. Também trabalhando com crianças, jovens e adolescentes, o grupo ganhou reconhecimento e destacou a importância da valorização da cultura popular brasileira. Sua atuação expandiu-se para escolas públicas, particulares e eventos de dentro e de fora da cidade, tornando-se referência. O trabalho social revelou-se um refúgio, exercício e alternativa de vida e esperança para seus participantes.
Ainda em 2014, na Escola Estadual Professora Benedita Arruda, a professora Carolina Duarte, idealizou, junto com seus estudantes, o Baque de Arruda. As oficinas eram dadas com apoio dos batuqueiros do Maracatu Jundiaí. Em 2017, nasceu o Baque Delas, movimento voltado para mulheres, idealizado por Karina Mitiko e Aline (Malungos do Baque). Carol Duarte, Isa Prosperi, Cristiane Nascimento e Sisa Medeiros também formaram a base inicial do grupo. Atualmente, sob a regência de Carolina Duarte, o grupo mantém seu trabalho autônomo.
Em 2023, a professora Carolina Duarte idealizou na Escola Estadual Maria de Almeida Schledorn, o Baque de Maria. Buscando maior democratização e ampliação de estudos para outros ritmos, o núcleo principal adotou em 2021 o nome Coletivo Embauba. Contudo, em 2025, o Maracatu Jundiaí e o Coletivo Embauba decidiram seguir caminhos independentes.
A trajetória do grupo é inseparável da rede que sustenta a cultura popular. Nomes como Cláudio Albuquerque (Casarão), Kleber Moura (Tambores de Inkice), família Longui (especialmente Aline Longui), Mestre Jamaica, Marcinha e Amanda Santos (Grupo Araúna), entre inúmeras outras mãos, corpos e vontades, foram e são essenciais.
Embora existam avanços e reconhecimento do Maracatu, essa cultura popular ainda está longe de ocupar o lugar que merece. O caminho, porém, está aberto. Honrar essa tradição secular e seus verdadeiros guardiões – as Nações de Maracatu, mestres como Joana Cavalcanti, e todos que lutaram e lutam para transmitir esse legado – é o princípio fundamental para o Maracatu de Jundiaí. Como multiplicadores, sabem que “Quem sabe de onde vem, não se perde no caminho”. Honrar quem veio antes é a base de tudo.
Já o “Tambores de Iná” é um grupo percussivo de Maracatu formado por pessoas negras da cidade de Jundiaí. Fundado em 2025 por Ana Luíza, com o apoio fundamental de Carolina Duarte, Matheus Augusto, Lara Dário, Janaína Santino e Anelise Sales, o grupo surge como resposta a uma urgência coletiva das pessoas negras da cidade: a de se reconhecerem enquanto povo, reafirmarem suas raízes e criarem espaços seguros para a vivência e a celebração da cultura afro-diaspórica.
Tambores de Iná não é apenas um grupo musical, mas também um espaço de acolhimento, formação e resistência. Através dos ensaios, rodas de conversa e apresentações, o grupo promove o estudo das tradições do maracatu, compartilhando saberes sobre a história do povo negro.
Além de manter viva a herança dos mestres, mestras e ancestrais, que abriram caminhos, o grupo Tambores de Iná propõe fortalecer a população negra de Jundiaí. Cada batida do tambor é um ato de memória, celebração e luta, reafirmando que, enquanto ressoar o toque dos tambores, o povo de Iná seguirá de pé, firme na luta e resistência.
Na cidade de Jundiaí é importante, ainda, destacar a presença e a trajetória inspiradora do Mestre Batman. Nascido em Recife, no tradicional Morro da Conceição, Mestre Batman cresceu imerso na cultura do Maracatu, convivendo com mestres e mestras, guardiões desse legado. Durante grande parte de sua vida, foi integrante da Nação Estrela Brilhante do Recife, onde não apenas aprimorou sua arte na percussão, mas também aprendeu a construir tambores, preservando saberes que atravessam gerações.
A partir de sua vivência na cultura popular e de sua sensibilidade social, Mestre Batman desenvolveu a metodologia MusiLibras, uma forma inovadora de ensinar Maracatu a pessoas surdas, tornando a vibração e o pulsar dos tambores acessíveis a todos.
Em parceria com Ana Luíza, Mestre Batman fundou o Instituto Som da Pele, com sede em São Paulo, mas atuante em todo o Brasil. O Instituto se dedica a difundir o Maracatu, a cultura afro-brasileira e a música como instrumentos de inclusão social. Já realizou apresentações de grande destaque, como o encerramento das Paralimpíadas Rio/2016 e vem sendo reconhecido nacionalmente por sua atuação premiada em projetos voltados à acessibilidade e à valorização da diversidade.
Enfim, são muitos os personagens do Maracatu, no Brasil e na cidade de Jundiaí. Todos precisam ser lembrados e honrados, pois carregam consigo a ancestralidade e a cultura de todo um povo, sendo o Maracatu, sem dúvida, uma importante expressão de

resistência desse povo.
Por todo o exposto, e pela importância do tema, conto com o apoio dos nobres pares para aprovação do presente projeto de lei.

MARIANA JANEIRO

PROJETO DE LEI Nº 14.826/2025
(Cristiano Vecchi Castro Lopes)
Altera a Lei 9.321/2019, que revisou o Plano Diretor do Município de Jundiaí, para estabelecer diretrizes relativas aos parâmetros de uso do solo para atividades econômicas nas Zonas Especiais, especificamente ZEIS 1 e ZERF.

Art. 1º. A Lei nº. 9.321, de 11 de novembro de 2019, que revisou o Plano Diretor do Município de Jundiaí, passa a vigorar com o seguinte acréscimo:

"Art. 200. (…)
(…)

(Parágrafo). Na ausência de normas específicas que regulamentem os parâmetros de uso e ocupação do solo para fins econômicos nas Zonas Especiais, especificamente ZEIS 1 e ZERF, o Poder Executivo Municipal aplicará, de forma subsidiária, os mesmos índices e critérios de permissibilidade de usos previstos para a Zona de Qualificação dos Bairros – ZQB, conforme disposto no Quadro I do Anexo II desta Lei." (NR)

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

J u s t i f i c a t i v a

O presente Projeto de Lei tem por finalidade corrigir uma lacuna normativa existente no Plano Diretor do Município de Jundiaí (Lei nº 9.321/2019), no que tange à ausência de parâmetros claros para o uso do solo destinado a atividades econômicas nas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS 1) e nas Zonas Especiais de Regularização Fundiária (ZERF).
A falta de regulamentação específica para essas zonas, tem gerado insegurança jurídica e administrativa, uma vez que não há diretrizes claras que permitam a regularização e o licenciamento de empreendimentos já existentes ou em potencial nesses territórios. Tal cenário perpetua a informalidade de atividades comerciais e de serviços que, embora fundamentais à dinâmica social e econômica local, operam à margem da legalidade.
Essa realidade prejudica diretamente os moradores e empreendedores dessas áreas, dificultando o acesso a crédito, inviabilizando a formalização de empregos e limitando a ação do Poder Público em atividades de fiscalização, planejamento e desenvolvimento urbano. Além disso, impede que o território seja adequadamente integrado à lógica urbana formal, comprometendo políticas públicas de desenvolvimento sustentável e inclusão social.
A proposta aqui apresentada busca conferir maior efetividade ao Plano Diretor, oferecendo uma solução jurídica viável e imediata até que a regulamentação específica seja devidamente elaborada. Ao permitir que, na ausência de norma específica, sejam aplicados os critérios já vigentes para zonas de características semelhantes (como a Zona de Qualificação dos Bairros – ZQB), o projeto garante maior coerência normativa e funcionalidade ao ordenamento urbanístico municipal.
Por essas razões, solicitamos o apoio dos nobres Pares para aprovação deste Projeto de Lei, que visa promover o ordenamento territorial justo, o desenvolvimento econômico inclusivo e a regularização de atividades fundamentais ao cotidiano das comunidades envolvidas.

CRISTIANO LOPES

PROJETO DE LEI Nº 14.827/2025
(Cristiano Lopes)
Assegura o direito de acesso de cães de assistência aos locais que especifica.

Art. 1º. Fica assegurado às pessoas com deficiência ou com necessidades especiais o direito de serem acompanhadas por cães de assistência em sua locomoção e acesso, em todos os locais públicos ou privados de uso coletivo no Município.

Art. 2º. Para os efeitos desta Lei, entende-se por cães de assistência aqueles treinados para o auxílio de pessoas com deficiências ou necessidades especiais, incluindo:

I – cão-guia: educado para auxiliar pessoas com deficiência visual;
II – cão ouvinte: educado para auxiliar pessoas com deficiência auditiva;
III – cão de alerta médico: educado para antecipar e alertar contra crises de pessoa com patologia associada a alterações orgânicas;
IV – cão de auxílio motor: educado para auxiliar pessoa com deficiência motora;
V – cão de assistência para pessoa com Transtorno do Espectro Autista: treinado especificamente para ajudar uma pessoa com autismo;
VI – cão de intervenção assistida: educado para acompanhar, colaborar ou complementar tratamento terapêutico neuromotor, de forma individual ou coletiva, conforme recomendação de médico ou psicológico.

Art. 3º. Os cães de assistência poderão transitar e permanecer:
I – em meios de transporte público e privado;
II – em estabelecimentos comerciais, industriais, educacionais, culturais, de serviços, de lazer e saúde;
III – em vias, praças, parques e demais logradouros públicos;
IV – em áreas comuns de condomínios residenciais e comerciais;
V – em ambientes escolares, acadêmicos ou profissionais.

Art. 4º. Os cães de assistência deverão:

I – estar identificados com:
a) colete com a inscrição "Cão de assistência" e, se for o caso, "Em treinamento";
b) coleira com identificação contendo o nome do cão, nome do responsável, associação qualificadora, telefone e endereço;
II – estar em boas condições de saúde e higiene, estando com a carteira de vacinação do animal em dia;
III – utilizar coleira, guia e arreio com alça;
IV – possuir laudo médico que comprove a necessidade de cão de auxílio.

Art. 5º. É vedada:

I – a exigência de focinheira ou enforcador como condição de ingresso ou permanência;
II – a cobrança de qualquer valor adicional, direta ou indiretamente, pela presença do cão de assistência;
III – a utilização dos cães para defesa pessoal, ataque ou intimidação.

Art. 6º. Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo.

Art. 7º. Fica revogada a Lei nº. 7.335, de 10 de setembro de 2009.

Art. 8º. Esta lei entra em vigor 30 (trinta) dias após sua publicação oficial.

J u s t i f i c a t i v a

A proposta visa adaptar os avanços legais do município de Jundiaí, garantindo acessibilidade plena, dignidade e inclusão das pessoas com deficiências ou necessidades especiais, respeitando a terminologia já adotada na legislação campineira. O texto harmoniza os conceitos de cão-guia e cão de assistência, amplia garantias de acesso, define critérios de identificação e responsabiliza os estabelecimentos em caso de descumprimento.

CRISTIANO LOPES

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 14.614

Ofício GP.L nº 101/2025
Processo SEI nº 19.751/2025

Jundiaí, 13 de junho de 2025.

Excelentíssimo Senhor Presidente;
Senhores Vereadores:

Cumpre-se comunicar a Vossa Excelência e aos Nobres Vereadores que, com fundamento nos artigos 72, inciso VII, e 53 da Lei Orgânica do Município, estamos apondo VETO TOTAL ao Projeto de Lei nº 14.601, aprovado por essa E. Edilidade em Sessão Ordinária de 27 de maio de 2025, por considerá-lo ilegal, inconstitucional e contrário ao interesse público, consoante as razões a seguir aduzidas.
O Projeto de Lei nº 14.601 tem por finalidade instituir o Programa de Comunicação Não Violenta no calendário oficial da educação, a ser realizado anualmente durante o mês de maio com os seguintes objetivos:
Art. 2º. O Programa de Comunicação Não Violenta tem como objetivos:

I- promover a cultura de paz e a resolução pacífica de conflitos no ambiente escolar;
II- capacitar professores, educadores e demais profissionais da educação em técnicas de comunicação não violenta;
III- sensibilizar alunos, famílias e a comunidade escolar sobre a importância da comunicação empática e respeitosa;
IV - integrar ações de prevenção à violência e ao abuso infantil no contexto escolar;
V- fortalecer a colaboração entre a comunidade escolar e os órgãos como a Polícia Militar e o Ministério Público.
O legislador dispõe como obrigações a serem desenvolvidas pelas unidades educacionais :

Art. 3º. Durante o mês de maio, as unidades educacionais deverão promover as seguintes atividades:

I- palestras e workshops ministrados por psicólogos, pedagogos, policiais e representantes do Ministério Público, abordando temas relacionados à comunicação não violenta e prevenção da violência;
II- treinamentos e capacitações para professores e educadores em práticas de comunicação não violenta;
III- atividades lúdicas e educativas para os alunos, visando à promoção da empatia, respeito mútuo e resolução pacífica de conflitos;
IV - envolvimento das famílias em ações que reforcem a importância da comunicação não violenta no ambiente doméstico.
Por unidades educacionais compreende-se qualquer estabelecimento de ensino, públicas e privadas, no âmbito municipal, estadual e federal. Nesse sentido, é materialmente inconstitucional, por afrontar os artigos 207, 211, §§ 1º à 4º da Constituição Federal:

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)
§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica.

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de forma a assegurar a universalização, a qualidade e a equidade do ensino obrigatório. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)
(...)
No tocante às unidades de ensino privadas, entende-se violado o princípio da livre iniciativa previsto no artigo 170, "caput" da Constituição Federal: " A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, (...)", combinado com o artigo 209, "caput" do Magna Carta:
Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;
II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

No âmbito local, cumpre esclarecer que o Projeto de Lei em comento ao fixar obrigações dirigidas às unidades de ensino públicas municipais invade matéria de organização administrativa, bem como, nas atribuições dos órgãos da administração pública municipal, matéria de competência privativa do Chefe do Poder Executivo, disposto no artigo 46, incisos IV e V:

Artigo 46. Compete privativamente ao Prefeito a iniciativa dos projetos de lei que disponham sobre:
(...)
IV- organização administrativa, matéria orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração;
V- criação, estruturação e atribuição dos órgãos da administração pública municipal;
(...)
Art.1º. O Município de Jundiaí é uma unidade do território do Estado de São Paulo, com personalidade jurídica de direito público interno e autonomia política, legislativa, administrativa e financeira nos termos assegurados pela Constituição Federal, pela Constituição Estadual e por esta Lei Orgânica.(g.n)

A violação da competência privativa reservada ao Poder Executivo encontra fundamento no artigo 61, §1º, inciso II, alíneas "b", "c" e "e", bem como, na Constituição do Estado de São Paulo, na regra do artigo 47, inciso XIV, que fixa a obrigatoriedade de observância do Município, nos termos previstos no artigo 144 da Constituição Bandeirante:
Art.144. Os Municípios, com autonomia política, legislativa, administrativa e financeira se auto-organizarão por Lei Orgânica, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e nesta Constituição.

Alinha-se a essa orientação do Tribunal de Justiça de São Paulo, na ADIN nº 2.084.925-26.2022.8.26.0000-São Paulo, j. 27/07/2022, de rel. Des. Evaristo dos Santos, Órgão Especial, Registro n: 2022.0000589980:
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - Lei nº 8.677, de 12 de maio de 2021, de iniciativa parlamentar, obrigando a divulgação de informações nos portais de transparência na forma de dados abertos e dando outras providências. Organização administrativa. Vício configurado. A pretexto de prestigiar a publicidade e transparência, a lei impugnada invadiu esfera privativa do Executivo. A divulgação como pretendida interfere diretamente na gestão de órgãos da Administração. Além disso, norma tratou da forma como deverá ser feita a divulgação dos dados. Inadmissibilidade. Cabe ao Executivo a gestão administrativa. Desrespeito ao princípio constitucional da 'reserva de administração' e separação dos poderes. Afronta a preceitos constitucionais (arts. 5º; 47, inciso XIV e 144 da Constituição Estadual). Ação procedente. (g.n)
Assim, a propositura, ao determinar ações concretas da municipalidade ofende a reserva de iniciativa do chefe do Poder Executivo, também chamada reserva de administração (art. 47, inc. XIV, alínea 'a', da Constituição bandeirante), e a separação dos poderes (Constituição do Estado de São Paulo, art. 5º, caput), razão pela qual deve ser vetado por inconstitucionalidade formal:

Pela separação de poderes – que são independentes e harmônicos entre si – ficou reservado ao chefe do Poder Executivo a liderança para atos administrativos que promovam ações concretas.
Sob a vigência de Constituições que agasalham o princípio da separação de Poderes, no entanto, não é lícito ao Parlamento editar,

a seu bel-prazer, leis de conteúdo concreto e individualizante. A regra é a de que as leis devem corresponder ao exercício da função legislativa. A edição de leis meramente formais, ou seja, 'aquelas que, embora fluindo das fontes legiferantes normais, não apresentam os caracteres de generalidade e abstração, fixando, ao revés, uma regra dirigida, de forma direta, a uma ou várias pessoas ou a determinada circunstância', apresenta caráter excepcional. Destarte, deve vir expressamente autorizada no Texto Constitucional, sob pena de inconstitucionalidade substancial.
RAMOS, Elival da Silva. A Inconstitucionalidade das Leis - Vício e Sanção. São Paulo: Saraiva, 1994, p. 194.
O Prefeito, enquanto chefe do Poder Executivo, exerce tarefas específicas à atividade de administrador, tendente à atuação concreta, referentes ao
(...) planejamento, organização e direção de serviços e obras da municipalidade. Para tanto, dispõe de poderes correspondentes de comando, de coordenação e de controle de todos os empreendimentos da Prefeitura. A execução das obras e serviços públicos municipais está sujeita, portanto, em toda a sua plenitude, à direção do Prefeito, sem interferência da Câmara, tanto no que se refere às atividades internas das repartições da Prefeitura (serviços burocráticos ou técnicos), quanto às atividades externas (obras e serviços públicos) que o Município realiza e põe à disposição da coletividade.
MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Municipal brasileiro. 3ªed. São Paulo: RT, pp. 870/873.

Em idêntica lição: SILVA, José Afonso da. O Prefeito e o Município. Fundação Pref. Faria Lima, 1977, pp. 134/143.
No âmbito jurisprudencial, tais considerações não passam despercebidas, pois o egrégio Tribunal de Justiça, diante da previsão de ações concretas a serem adotadas pela Administração Pública, prestigia a reserva de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, a quem cabe a atribuição de projetos de lei que encerram "a prática de atos administrativos materiais" (TJSP, Órgão Especial, ADI nº 2177882-17.2020.8.26.0000, Rel. Des. Carlos Bueno, j. 24 fev. 2021), como no autógrafo ora vetado.
Neste particular, cumpre esclarecer que o C. Supremo Tribunal Federal houve por bem definir matéria repetitiva relativa à constitucionalidade de iniciativas parlamentares com criação de despesas sobre aspectos da organização administrativa, reputando-se que não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos (art. 61, § 1º, inc. II, "a", "c" e "e", da CF) (tema nº 917 da repercussão geral, conforme recurso extraordinário com agravo nº 878.911).
Não se ignora uma maior admissão da iniciativa legislativa parlamentar, ainda que engendre gastos (conforme solução do tema nº 917 da lista de repercussão geral do Supremo Tribunal Federal, acima citado), todavia quer parecer que, no projeto, há tratamento das atribuições de órgãos públicos, o que é vedado pela Constituição e consta do mesmo tema nº 917, referido, como ato inconstitucional.
Convém referir o precedente recentíssimo e específico de Jundiaí, por meio do qual foi reputada inconstitucional a obrigação de a Administração Municipal emitir carteira de identificação a pessoas com fibromialgia:
Ementa: - Ação direta de inconstitucionalidade - Lei nº 10.037, de 9 de outubro de 2023, do Município de Jundiaí, que "Altera a Lei 9.033/2018, que prevê, em estabelecimento privado de saúde, atendimento prioritário na realização de exames médicos e laboratoriais que exijam jejum total, para prever carteira de identificação para pessoa com fibromialgia"
(...)
- Há, por outro lado, manifesta violação do princípio da separação dos poderes, porque a lei impõe obrigação específica à Administração Municipal, a de emitir carteira de identificação a pessoas com fibromialgia, e, com isso, disciplina, concretamente, o modo como ela deve agir no enfrentamento do tema, o que não se admite - Ofensa aos artigos 5º, caput, e 47, II e XIV, da Constituição do Estado.
- Declaração de inconstitucionalidade parcial, com redução de texto, do artigo 1º da Lei nº 10.037, de 9 de outubro de 2023.
- Supressão, na parte final do artigo 1º, § 1º, da Lei nº 9.033, de 12 de setembro de 2018, alterado pelo artigo 1º da lei impugnada, da expressão "a ser emitida pela Unidade de Gestão de Promoção da Saúde".
- Precedentes do C. Órgão Especial.
- Pedido procedente em parte.
TJSP, Órgão Especial, ADI nº 2016176-83.2024.8.26.0000, relª Desª Silvia Rocha, j. 24 abr. 2024.
(g.n.)
Ou seja, o Legislador Municipal ultrapassou os limites da competência da Câmara Municipal e, efetivamente, passou a impor obrigações ao Executivo, assumindo a típica função de atividade administrativa.
Deveras, em casos como o presente, o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo tem reconhecido a inconstitucionalidade de leis por violação aos seguintes dispositivos da Constituição Estadual, que são de reprodução obrigatória da Carta Federal:
Constituição Federal
Art. 5º São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
§ 1º É vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições.
§ 2º O cidadão, investido na função de um dos Poderes, não poderá exercer a de outro, salvo as exceções previstas nesta Constituição.
Constituição do Estado de São Paulo

Art. 25. Nenhum projeto de lei que implique a criação ou o aumento de despesa pública será sancionado sem que dele conste a indicação dos recursos disponíveis, próprios para atender aos novos encargos.
Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica a créditos extraordinários.
(...)
Art. 47. Compete privativamente ao Governador, além de outras atribuições previstas nesta Constituição:
(...)
II - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual;
(...)
XIV - praticar os demais atos de administração, nos limites da competência do Executivo;
(...)
Art. 111. A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, finalidade, motivação, interesse público e eficiência.
(...)
Art. 144. Os Municípios, com autonomia política, legislativa, administrativa e financeira se auto-organizarão por Lei Orgânica, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e nesta Constituição.
* * *
Sob o aspecto de ordem orçamentária, destaca-se que as atribuições elencadas no artigo 3º da propositura ensejarão despesas aos cofres públicos face a manifestação técnica da Unidade de Gestão de Governo e Finanças - UGGF(2371979, 2371992) considerando que a redação do Projeto de Lei- PL resultará em criação e/ou expansão dos gastos públicos, pois será criado um novo evento no Município que será custeado pelos cofres públicos. Por consequência, acarreta a violação da disposição prevista no artigo 50 da Lei Orgânica do Município:
Art.50. Nenhum projeto de lei que implique a criação ou o aumento de despesa pública será aprovado sem que dele conste a indicação dos recursos disponíveis, próprios para atender aos novos encargos.
(...)

Em razão da inconstitucionalidade formal e material vislumbrada no artigo 3º resta, por consequência, resta a inconstitucionalidade prevista no artigo 4º, considerando-se que a violação de competência em matéria de competência reservada privativamente ao Chefe do Poder Executivo.
O artigo 2º da propositura não preenche os objetivos legais contemplados no artigo 1º da Lei Municipal nº 2.376, de 21 de novembro de 1979, que institui o Calendário Municipal de Eventos:
Art.1º. Fica instituído o "Calendário Municipal de Eventos", no qual serão incluídos aqueles que, de qualquer modo contribuam para atingir os seguintes objetivos:
a) incremento do turismo;
b) desenvolvimento das tradições folclóricas;

c) recreação popular; e,
d) desenvolvimento das atividades econômicas da indústria e do comércio.

Além disso, ao longo dos anos foram desenvolvidas diversas ações contínuas e abrangentes em todas as faixas etárias atendidas pelo

sistema municipal, desde a Educação Infantil até o Ensino Fundamental. No ano corrente, a Unidade de Gestão de Educação-UGE iniciou ações pontuais e implementou um plano de ação efetivo nas escolas, integrando as iniciativas existentes a novas estratégias voltadas à redução de todos os tipos de violência e à promoção de um ambiente escolar mais saudável. Citam-se os seguintes projetos: "Cria na Paz" na Educação Infantil, "Eu Tenho Voz", promovido pelo IPAM (Instituto Paulista de Magistrados). Ainda a UGE participa de dois Comitês Gestores: Intersetorial de Justiça Restaurativa e o de Combate à Violência contra Crianças e Adolescentes, liderados pela Promotoria da Infância do Ministério Público (2386480, 2387868).
Em decorrência das ações já implementadas pelo Executivo, por intermédio da UGE, o projeto de lei em apreço é flagrantemente contrário ao interesse público pois, ao trazer um detalhamento (de natureza concreta) para o Programa almejado, acaba não apenas interferindo na competência da UGE (impondo obrigações), mas também traça ações já adotadas (tornando inócuo o projeto de lei) ou em dissonância com ações em curso (contrariedade ao interesse público).
Importante salientar, por fim, que o presente veto não prejudica o serviço de educação municipal, uma vez que, além das mencionadas ações da Unidade de Gestão de Educação, o Plano de Ação Municipal de Combate à Violência inclui ações como capacitação de professores e funcionários, campanhas educativas contra bullying e violência, incentivo à participação dos estudantes, criação de espaços seguros, apoio psicológico e social, envolvimento da comunidade e monitoramento das ações.
Nesse diapasão e diante dos motivos ora expostos, que demonstram a inconstitucionalidade, a ilegalidade e a contrariedade ao interesse público da propositura, não nos permitem outra medida a não ser a aposição de VETO TOTAL ao Projeto de Lei nº 14.601, certos de que, ao exame das razões, os Nobres Vereadores não hesitarão em manifestar a sua concordância com a argumentação expendida.
Sendo só o que tínhamos a informar, aproveitamos a oportunidade para reiterar nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

GUSTAVO MARTINELLI
Prefeito Municipal

Ao
Exmo. Sr.
Vereador EDICARLOS VIEIRA
Presidente da Câmara Municipal
NESTA

MOÇÃO Nº 108/2025

APOIO ao Projeto de Lei nº. 1.747/2024, da Deputada Dandara Tonantzin (PT-MG), que dispõe sobre o exercício da profissão de trancista.

CONSIDERANDO que os salões de beleza afro constituem espaços de disseminação de conhecimentos e práticas relativos a restauração, manutenção da saúde e embelezamento dos cabelos crespos ou cacheados, bem como de desconstrução de estereótipos sociais negativos relacionados com esses tipos capilares;
CONSIDERANDO que o Projeto de Lei nº 1.747/2024, de autoria da Deputada Federal Dandara Tonantzin (PT-MG), que dispõe sobre o exercício da profissão de trancista, representa um marco histórico para a valorização do trabalho informal, a promoção da cultura afro-brasileira e o reconhecimento das trabalhadoras negras e periféricas;
CONSIDERANDO que diante da importância da matéria parabenizo a autora da proposta pela sensibilidade e compromisso social, que reafirma o empenho deste Parlamento na luta por justiça social, reconhecimento profissional e valorização da cultura negra;
CONSIDERANDO que essa propositura vem enaltecer a recente conquista das trancistas brasileiras, que passaram a ser oficialmente reconhecidas como profissionais de serviços de embelezamento, com a inclusão da ocupação na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), sob o código 5161-6;
CONSIDERANDO que com essa medida, trancistas de todo país passam a ter acesso a direitos trabalhistas, oportunidades de qualificação, políticas públicas, linhas de crédito e formalização da atividade, fortalecendo a economia popular e a autonomia de milhares de mulheres negras;
CONSIDERANDO que a Central Única dos Trabalhadores de São Paulo (CUT-SP), junto a diversas lideranças e projetos sociais, como o Trançando Arte Brasil, foram essenciais nesse processo de mobilização. Como afirma Rosana Silva, secretária de Combate ao Racismo da CUT-SP:
“Essa é uma vitória de muitas mãos que trançam. O reconhecimento das trancistas é também o reconhecimento da cultura afro-brasileira, das trabalhadoras periféricas e do direito de existir com dignidade.”
Apresentamos à Mesa, na forma regimental, sob apreciação do Plenário, esta Moção de APOIO ao Projeto de Lei nº 1.747/2024, de autoria da Deputada Federal Dandara Tonantzin, que dispõe sobre o exercício da profissão de trancista, dando-se ciência desta deliberação a:
1. Deputada Federal Dandara Tonantzin (PT-MG).
2. Central Única dos Trabalhadores de São Paulo – CUT.
3. Ministro do Trabalho e Emprego.
4. Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SNPIR).
5. Projeto Trançando Arte Brasil – Vanderlei Victorino.

Sala das Sessões, em 1.º de julho de 2025.

ROMILDO ANTONIO

MOÇÃO Nº 109/2025

Repúdio ao Governo Federal pelos cortes em áreas essenciais da Administração Pública.

CONSIDERANDO que o Governo Federal anunciou o bloqueio de R$ 5,7 bilhões do orçamento público, conforme divulgado pelo Ministério do Planejamento, em medida que afeta diretamente setores essenciais para o funcionamento do Estado Brasileiro;
CONSIDERANDO que os cortes atingem áreas estratégicas como Saúde, Educação, Ciência, Tecnologia e o funcionamento da Polícia Federal, comprometendo serviços públicos importantíssimos, sendo áreas consideradas pilares fundamentais para o desenvolvimento, bem-estar e futuro do nosso país e da nossa população;
CONSIDERANDO que tal medida fragiliza o investimento em políticas públicas voltadas ao bem-estar social, segurança, desenvolvimento e inovação, agravando a crise dos serviços públicos e penalizando ainda mais os brasileiros que dependem do Estado;
CONSIDERANDO que os cortes nesses setores representam um retrocesso que prejudica a qualidade dos serviços oferecidos à população, compromete o avanço científico e tecnológico, e coloca em risco a saúde e o direito à educação e a segurança de milhões de brasileiros;
CONSIDERANDO que não podemos aceitar que interesses políticos ou econômicos coloquem em risco o bem-estar social e o progresso do nosso país;
CONSIDERANDO, ainda, que os recursos contingenciados deveriam ser prioritariamente garantidos, especialmente em um cenário de recuperação econômica e social, exigindo responsabilidade orçamentária com foco no interesse público;
CONSIDERANDO que não há nenhuma justificativa plausível de cortes nestas áreas tão sensíveis e já sucateadas, e
CONSIDERANDO que cortes totais somam R$ 31,3 bilhões, sendo eles:

1. Ministério das Cidades – R$ 4,29 bilhões
2. Ministério da Defesa – R$ 2,59 bilhões
3. Ministério da Saúde – R$ 2,37 bilhões
4. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – R$ 2,12 bilhões
5. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – R$ 1,30 bilhão
6. Ministério dos Transportes – R$ 1,49 bilhão
7. Ministério da Fazenda – R$ 1,41 bilhão
8. Ministério da Justiça e Segurança Pública – R$ 748,6 milhões
9. Ministério da Agricultura e Pecuária – R$ 622,8 milhões
10. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – R$ 679,9 milhões
11. Presidência da República – R$ 681,6 milhões
12. Ministério da Previdência Social – R$ 586,4 milhões
13. Ministério das Relações Exteriores – R$ 581,8 milhões
14. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – R$ 502,2 milhões
15. Ministério do Turismo – R$ 489,3 milhões
16. Ministério da Cultura – R$ 254,8 milhões
17. Ministério do Trabalho e Emprego – R$ 225,8 milhões

PODER LEGISLATIVO

18. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – R$ 325,0 milhões
19. Ministério do Planejamento e Orçamento – R$ 301,7 milhões
20. Ministério do Esporte – R$ 333,7 milhões
21. Ministério de Portos e Aeroportos – R$ 780,8 milhões
22. Ministério das Comunicações – R$ 168,8 milhões
23. Ministério da Igualdade Racial – R$ 45,4 milhões
24. Ministério das Mulheres – R$ 63,4 milhões
25. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima – R$ 34,6 milhões
26. Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte – R$ 53,6 milhões
27. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania – R$ 87,4 milhões
28. Ministério da Pesca e Aquicultura – R$ 53,7 milhões
29. Controladoria-Geral da União – R$ 36,6 milhões
30. Advocacia-Geral da União – R$ 140,2 milhões
31. Gabinete da Vice-Presidência da República – R$ 1,3 milhão

Assim, manifestamos REPÚDIO ao Governo Federal pelos cortes de gastos que comprometem áreas vitais como a Saúde, a Educação, a Segurança e a Ciência, afetando a qualidade de vida dos brasileiros e a estabilidade institucional dos serviços públicos,

Apresentamos à Mesa, na forma regimental, sob apreciação do Plenário, esta Moção de REPÚDIO ao Governo Federal pelos cortes em áreas essenciais da Administração Pública, dando-se ciência desta deliberação ao Sr. Presidente da República Federativa do Brasil.

Sala das Sessões, em 01 de julho de 2025.

ZÉ DIAS

Prefeitura de Jundiaí

APP JUNDIAÍ
A PREFEITURA A UM TOQUE DE VOCÊ!

TELEFONES ÚTEIS

ACOMPANHE A PREFEITURA NAS REDES SOCIAIS.



SERVIÇOS AO CIDADÃO